

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

VERÔNICA PIMENTA VELLOSO

Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes

**Rio de Janeiro
2007**

VERÔNICA PIMENTA VELLOSO

Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes

Dissertação de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências

Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria Rachel Fróes da Fonseca

**Rio de Janeiro
2007**

V441 VELLOSO, Verônica Pimenta
Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e
saberes/ Verônica Pimenta Velloso – Rio de Janeiro : [s.n],
2007.

335 f. ; 30 cm.

Bibliografia: f.117-124

Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) –
Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

1. Farmácia. 2. História. 3. Farmacologia-História. 4. Brasil
5. História da Medicina. I. Título

CDD 615.981

VERÔNICA PIMENTA VELLOSO

Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes

Dissertação de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências

Aprovado em novembro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Profa.Dra.Maria Rachel Fróes da Fonseca (orientadora)

Profa.Dra. Vera Regina Beltrão Marques (Universidade Federal do Paraná)

Profa.Dra.Isabel Idelzuite Lustosa da Costa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

Prof.Dr.Luiz Otávio Ferreira (COC/Fiocruz)

Profa.Dra. Ângela de Araújo Porto (COC/Fiocruz)

SUPLENTE:

Profa.Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes (USP)

Profa.Dra.Lorelai Brilhante Kury (COC/Fiocruz)

Rio de Janeiro
2007

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 10

PARTE I :

1. ASSOCIAÇÕES FARMACÊUTICAS: ARTE, CIÊNCIA E POLÍTICA..... 16

1.1 Luzes na cidade do Rio de Janeiro 20

1.2 Um boticário da fisicatura e a *Nova Luz Brasileira* 26

1.3 Política, arte e ciência na farmácia e medicina 33

2. ASSOCIAÇÕES FARMACÊUTICAS: BRASIL – PORTUGAL 37

2.1 Sociedade Farmacêutica Brasileira e Instituto Farmacêutico
do Rio de Janeiro..... 41

2.2 Sociedade Farmacêutica Lusitana 51

3. DESTERRO & CIÊNCIA: EXÍLIO POLÍTICO E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICO-
CULTURAIS 60

3.1 Portugal entre Brasil, África e Índia: trânsito de saberes?..... 72

3.2 O Brasil pós independência: perda da “ilusão de fantástica grandeza”?..... 81

PARTE II:

1. FARMÁCIA , OBJETOS, ATORES: TENSÕES E REPRESENTAÇÕES.....91

1.1 A farmácia e suas definições: arte & ciência..... 95

1.2 Metáforas da abelha: farmacêuticos e concepção de ciência moderna..... 102

1.3 A abelha de Francis Bacon..... 105

1.4 Hierarquia nas artes de curar..... 108

2. EM TEMPOS DE EPIDEMIA: atuação da elite farmacêutica e médica..... 112

2.1 Febre amarela na cidade carioca..... 116

2.2 Terapêutica oficial: “melhor prevenir que remediar”?..... 126

2.3 Febre amarela em Portugal..... 132

3. REMÉDIOS, SAÚDE E COMÉRCIO..... 135

3.1 Junta Central de Higiene Pública e Associações: diálogos e tensões....	147
3.1.1 Entre <i>dulcamaras</i> e zangões: representações do charlatanismo.....	170
3.1.2 Os dois dulcamaras: uma leitura do <i>Anti-Charlatão</i>	172
3.1.3 Associações farmacêuticas & <i>aluvião de dulcamaras</i>	174
3.1.4 O remédio <i>Dulcamara</i> : a tradição mágica e outras leituras.....	179
3.1.5 Atravessando o Atlântico.....	181
3.2 Um caso de envenenamento na cidade do Rio de Janeiro.....	184
3.2.1 As Pastilhas de Blanc.....	198
3.2.2 Sentido comercial da prática farmacêutica.....	203
3.2.3 Regimento dos preços dos medicamentos: polêmicas lusitanas.....	207

PARTE III:

1. ASSOCIAÇÕES E ENSINO FARMACÊUTICO: SENTIDO CIENTÍFICO.....	215
1.1 Farmácia luso brasileira diante da medicina e da civilização europeia.....	217
1.2 Boticário e/ ou farmacêutico? ofício e ciência.....	225
2. A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA	239
3. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	244
3.1 Ezequiel & filhos e a cadeira de farmácia.....	249
3.1.1 Notícias de Paris.....	254
3.1.2 Ezequiel, pai e filho e o pau-pereira.....	256
3.1.3 Hierarquias no espaço acadêmico.....	263
3.1.4 A Farmácia Prática no espaço acadêmico.....	266
3.1.5 Reformas do Ensino 1879-1884.....	272
3.2 Escolas do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro.....	276
3.2.1 Escola de Humanidades.....	279
3.2.2 Escola Superior de Farmácia.....	288
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	299
BIBLIOGRAFIA.....	307

ANEXOS:

1. Tabella dos medicamentos, vasilhames, instrumentos..., organizados em virtude do art.57 do Regulamento da Junta Central de Higiene Pública de 29 de setembro de 1851 para as Boticas do Império (12fls.)..... 326

2. Tabella dos principais medicamentos que deve ter uma botica – 1863 (4 fls.)..... 339

3. Tabella das preparações pharmaceuticas e substancias medicamentosas, que os Boticários podem vender sem dependencia de receita de Facultativo, nos termos de Decreto desta data (1fl.) 344

RESUMO:

O estudo tem por fim refletir sobre o início do processo de institucionalização da farmácia, através de duas associações de cunho científico-profissional, que se formaram em meados do século XIX na capital do Império: a Sociedade Farmacêutica Brasileira (1851) e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1858). Estas apresentavam propostas que visavam alcançar o estatuto de ciência para a farmácia, compreendidas pela melhoria do ensino farmacêutico, pelo combate ao exercício ilegal da farmácia e pela elaboração de um código farmacêutico brasileiro. O período entre 1851 e 1887 correspondeu ao tempo de vida das sociedades, preenchido pela circulação de seus periódicos e pela existência de seus respectivos gestores. As relações estabelecidas durante o período entre essas associações e a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, criada em 1835, revelam o entrelaçamento da história dos dois países, mesmo depois da independência do Brasil, permitindo identificar pontos em comum: o estigma da inferioridade com relação à medicina e às nações consideradas civilizadas; a estruturação do ensino farmacêutico vinculado ao ensino médico; a legislação sanitária; o regime político, entre outras. A articulação que se fazia entre o mundo da arte, da ciência e da política fica em evidência através da reconstituição da trajetória de seus principais fundadores dos dois lados do Atlântico. Os medicamentos, como objeto principal de sua ciência, destacam-se, sendo analisadas, através de seus usos e significados, as tensões entre os farmacêuticos e os droguistas, e/ou os homeopatas, e/ou os doutores em medicina, estes últimos na condição de representantes das instituições sanitárias do governo imperial. Estas tensões são pontuadas pelos contrastes entre os sentidos científico e comercial de suas atividades, acrescentados do sentido mágico e/ou sagrado dos medicamentos, que permanecem latentes no cotidiano da sociedade imperial. As ações relacionadas ao ensino, expressas na inserção da Sociedade Farmacêutica Brasileira na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na criação de uma escola superior pelo Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, traduzem a busca do sentido científico para suas atividades, tencionando ampliar os seus espaços de atuação para além do preparo e conservação dos medicamentos. Os caminhos percorridos no desenvolvimento deste estudo consistiram no estabelecimento de diálogos entre um material documental variado e a literatura existente sobre o tema ou a ele relacionado. Dentre o material documental principal utilizado estão os periódicos das associações brasileiras e da Sociedade Farmacêutica Lusitana, os relatórios do ministro do Império e da Junta Central de Higiene Pública, as memórias históricas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a legislação sanitária do período. A literatura consultada abrange obras das áreas de história da farmácia, da medicina e do medicamento; história e história da ciência; e das histórias gerais do Brasil e de Portugal; além de algumas obras literárias e dramatúrgicas.

ABSTRACT

The study aims to think about the beginning of the process of institutionalization of pharmacy through the analysis of two professional-scientific societies, that were created in the middle of the XIX century in the capital of the Empire: the Sociedade Farmacêutica Brasileira (1851) and the Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1858). These institutions presented some proposals designed to give the status of science to pharmacy: the improvement of pharmacy education, the control of the illegal practice of pharmacy and the creation of a Brazilian pharmaceutical code. The 1851-1887 period corresponded to the lifetime of those societies, the circulation of their periodicals and the existence of the respective directors. The relations established between those societies and the Sociedade Farmacêutica Lusitana, created in 1834, in the city of Lisbon, reveal that the history of the two countries remained intertwined, even after the independence of Brazil, allowing some common points to be identified: the inferiority stigma regarding medicine and the nations considered as civilized; the structuring of pharmacy education linked to medical education; the sanitary legislation; the political regime, among others. The relation between art, science and politics is shown by the reconstitution of the life of the main pharmacy founders on the two sides of the Atlantic. Drugs stand out as the main object of this science. Tensions between pharmacists and chemists, and/ or homeopaths, and/ or doctors in medicine, the last representing health institutions of the imperial government, are analyzed through drug uses and meanings. These tensions are characterized by the contrasts between the scientific and commercial natures of its activities, besides the magical and/or sacred meaning of drugs, which remains latent in the daily life of the imperial society. Actions related to education, expressed by the inclusion of the Sociedade Farmacêutica Brasileira in the Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, and the creation of a college by the Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, reveal the search for a scientific nature for its activities, intending to enlarge its scope of action beyond the preparation and conservation of drugs. For developing this study, dialogs have been established between a varied documentary material and the literature available on the subject, or related to it. Among the main documentary material, periodicals of the Brazilian societies and of the Sociedade Farmacêutica Lusitana, reports of the Minister of the Empire and of the Central Board of Public Hygiene, historical memories of the Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro and the sanitary legislation of the period have been used. Consulted bibliography includes works in the areas of History of Pharmacy, Medicine and Drugs; History and History of Science; History of Brazil and History of Portugal, besides some literary and dramaturgic works.

INTRODUÇÃO:

A idéia de desenvolver um projeto sobre a história da farmácia no Brasil durante o século XIX, nasceu do meu envolvimento na elaboração do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) em andamento no Departamento de Pesquisa dessa instituição, ao qual me dediquei entre os anos de 1997 e 2002, sob a coordenação de Maria Rachel Fróes da Fonseca.

A partir desse trabalho, tive oportunidade de tomar conhecimento de acervos documentais e de uma vasta historiografia sobre as ciências da saúde no Brasil, quando a área de farmácia me chamou a atenção. A pesquisa para a redação dos verbetes sobre as duas primeiras associações próprias dos boticários/ farmacêuticos que se constituíram em meados do século XIX no município da Corte e a criação da Escola de Farmácia de Ouro Preto em 1839¹, me despertou o interesse inicial pelo assunto. Buscando outras leituras, o que me possibilitou situar a área de farmácia e de suas atividades num contexto mais amplo, o tema me pareceu bastante rico, sugerindo-me um aprofundamento maior e, conseqüentemente o levantamento de novas questões.

Os espaços de atuação de farmacêuticos que se constituíram durante o Império, especificamente na Corte, apontavam para um processo, em curso, de institucionalização da farmácia. Estes eram representados principalmente pelas associações próprias dos farmacêuticos criadas em meados do século XIX – a Sociedade Farmacêutica Brasileira (1851) e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1858), que defendiam de uma forma sistematizada, as primeiras reivindicações do grupo para a farmácia no Brasil. Esta reflexão contou de início, com uma bibliografia de apoio compreendida por estudos recentes na área de história social das ciências que questionaram leituras anteriores que

¹ Ver **Sociedade Farmacêutica Brasileira, Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, Escola de Farmácia de Ouro Preto**. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde (1832-1930). Disponível em: < <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> >

consideraram a prática científica como inexistente durante o século XIX no Brasil², e outros na área de história e sociologia, que se reportaram às artes de curar, dando destaque à prática farmacêutica³. Neste sentido, a definição dada para institucionalização como “processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico”⁴, levando-se em consideração mesmo aquelas atividades que não tivessem sido concretizadas na época em que foram propostas, foi identificada neste estudo.

As propostas dos farmacêuticos reunidos nas associações resumiam-se ao combate do exercício ilegal da farmácia, à melhoria do ensino farmacêutico, e à elaboração de um código farmacêutico brasileiro. Formuladas desde a década de 1830, estas propostas foram recorrentes, estendendo-se até o século XX. No entanto, elas não deixaram de expressar os anseios e intenções destes atores em conquistarem, através de suas atividades, um espaço no universo da cura que fosse reconhecido na sociedade imperial. A opção pelo corte cronológico, 1851-1887, deveu-se ao fato deste período corresponder ao tempo de existência das duas primeiras associações. Tanto a Sociedade Farmacêutica Brasileira, como o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, tiveram duração efêmera, coincidindo mais ou menos com o tempo de circulação de seus periódicos e de vida de seus principais gestores: os farmacêuticos Ezequiel Corrêa dos Santos (1801-1864) da Sociedade Farmacêutica Brasileira; Eduardo Júlio Janvrot (1831-1892) e Eugênio Marques de Hollanda (1836-1892) do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro.

A compreensão da concretização parcial do projeto apresentado pelos farmacêuticos passa por questões que extrapolam o próprio grupo e a área da farmácia acadêmica, da qual almejavam serem seus representantes. São ressaltadas assim, as suas inserções em outros espaços institucionais representativos das artes de curar, considerados científicos, localizados no município da Corte, como a Academia Imperial de Medicina, a Junta Central de Higiene Pública e o curso farmacêutico da Faculdade de Medicina do Rio de

² Entre estes, destacaram-se Ferreira (1996), Figueirôa (1997), Lopes (1997), Edler (1992), que se contrapuseram a outros estudos anteriores, tais como os representados por Simon Schwartzmann (1979), Nancy Stepan (1976). Para uma análise da produção historiográfica sobre o período, foram vistos Figueirôa (1998), Dantes (2001), e a obra organizada por Heizer (2001).

³ Marques (1999), Figueiredo (1997), Ribeiro (1997).

⁴ Figueirôa, 1997, p.24.

Janeiro. E, em contrapartida, são relatadas as interferências sofridas pelas ações de outros curadores informais ou não; pela população consumidora de medicamentos; pelas tensões entre o sentido científico e o sentido comercial das suas práticas vivenciadas por eles próprios, através do preparo e comércio de medicamentos. Isto tanto em relação às suas práticas cotidianas como aos seus saberes específicos, dos quais queriam ser os seus organizadores e representantes.

Além destas inserções e interferências, são destacadas neste estudo as relações estabelecidas entre as associações farmacêuticas brasileiras e a Sociedade Farmacêutica Lusitana, em Lisboa, durante o período. A importância do referencial de Portugal neste processo de institucionalização da farmácia no Brasil fica em evidência pela proximidade da história política e cultural dos dois países, mesmo depois da independência do Brasil, num período considerado pela historiografia como sendo de consolidação do Império brasileiro. O acréscimo desta questão, desenvolvida a partir do estágio de doutorado realizado no Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade de Lisboa, permite um aprofundamento maior no estudo em geral.

As experiências de habitar em Lisboa por seis meses, de pesquisar os seus acervos relacionados ao tema, e de participar de alguns seminários apresentados no ICS, e de um colóquio na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, foram enriquecedoras. Esta vivência possibilitou observar esta temática sob outro ângulo, buscando não ficar restrita só a comparações, até porque havia muitos pontos em comum, tanto com relação à própria historiografia sobre o tema, quanto ao próprio discurso dos farmacêuticos do período. Há assim, a preocupação em perceber a conjuntura em que as associações foram criadas de um e do outro lado do Atlântico, os trânsitos de saberes entre elas, o ponto de vista dos farmacêuticos portugueses a respeito do Brasil, e vice-versa, e os desdobramentos que tiveram as propostas daquelas associações, sendo destacadas algumas diferenças.

As questões são enfocadas sob a perspectiva da história social das ciências, lançando mão de alguns argumentos normalmente utilizados pela

história cultural⁵, principalmente nas reflexões sobre a utilização pelos farmacêuticos de representações construídas pela dramaturgia e por imagens a respeito de seu ofício, ciência e do charlatanismo, fornecendo-nos uma dimensão simbólica deste processo.

A proposta aqui é de dar novos sentidos à atividade farmacêutica no Brasil, dentro de uma visão mais dinâmica da história, diferente da produção historiográfica tradicional sobre a história da farmácia sobre o período, realizada entre os anos de 1920 e 1960⁶, que foi contada sob uma perspectiva linear e auto centrada no sujeito, tratado como herói. Muitos outros atores e espaços aos quais estariam ligados os farmacêuticos, vão estar incluídos nesta história do processo de institucionalização da farmácia, que teve início no século XIX.

Como nos sugere a leitura de Serge Gruzinsk (2001, p.176), é preciso realizar uma história conectada com outras histórias. O historiador seria como um electricista “encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras”.

A produção, difusão e recepção dos saberes terapêuticos, que envolviam uma rede de relações entre farmacêuticos, médicos, droguistas, homeopatas e outras categorias informais estão implícitas nas principais propostas apresentadas pelos farmacêuticos pertencentes às associações. Esta rede de relações localizada no tempo e no espaço, vem ressaltar as dimensões cultural, social e histórica da análise em questão. Busca-se então, perceber o circuito, tanto local como global, dos saberes concernentes à área da farmácia, estando atenta ao aspecto da via de mão dupla tanto a nível local, isto é, observando as trocas que se estabeleceram entre os representantes do conhecimento formal/ científico e os do conhecimento informal nos dois sentidos, além de alguns intercâmbios que se fizeram entre o Velho e Novo Mundo, destacando os realizados entre Portugal e Brasil.

Alguns conceitos utilizados pelo sociólogo Norbert Elias (2001) para caracterizar a sociedade de corte, nos auxilia no tratamento desta rede de

⁵ Chartier (1990), Darnton (1986).

⁶ Entre os seus autores, destacam-se José Coriolano de Carvalho (188?-1968) e Carlos Benjamin da Silva Araújo (1894-1976). Ambos tinham formação em farmácia e medicina, tendo sido membros atuantes da Associação Brasileira de Farmacêuticos, criada em 1916.

relações, no que se refere às particularidades dos grupos de farmacêuticos reunidos em sociedades, articuladas a um contexto maior do conjunto dos agentes de cura em geral, das autoridades representativas dos órgãos do governo imperial e/ ou de outros espaços institucionais relacionados à saúde, existentes na sociedade de corte; e às tensões internas existentes entre os próprios farmacêuticos.

Nesta perspectiva, os homens de ciência, pertencentes às associações em estudo, são vistos como indivíduos e seres em sociedade, compreendendo relações intersubjetivas, dependentes das exigências próprias de suas associações e da sociedade imperial, na qual estão inseridos. Tendo em vista que as associações farmacêuticas vão incluir além de farmacêuticos, médicos clínicos, naturalistas e/ ou botânicos, a identificação dos interesses comuns e divergentes destas categorias, e de suas relações de dependência no que se refere ao exercício e ensino da farmácia, vai nos fornecer o perfil das associações em questão.

Resumindo, os caminhos percorridos no desenvolvimento deste estudo consistem no estabelecimento de diálogos entre um material documental variado⁷ e a literatura existente sobre o tema ou a ele relacionado⁸. A temática em questão encontra-se repartida em três partes.

Na primeira delas, é feito um histórico das associações farmacêuticas (Sociedade Farmacêutica Brasileira, Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro e Sociedade Farmacêutica Lusitana), dando destaque às trajetórias de seus principais sócios, que transitaram pelo mundo da arte, da ciência e da política. Com relação à Sociedade Farmacêutica Lusitana, procuro situar a sua atuação no projeto colonial do governo português para as regiões da África e da Índia, e o seu interesse pelo Brasil, refletindo sobre os sentidos e objetos dos intercâmbios que se deram entre as associações farmacêuticas, de um e outro lado do Atlântico.

⁷ Periódicos das associações brasileiras e da portuguesa, relatórios dos ministros do Império e da Junta Central de Higiene Pública, memórias históricas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, legislação sanitária do período, etc (indicados na bibliografia).

⁸ A literatura abrangeu obras das áreas de história da farmácia, da medicina e do medicamento; de história da ciência, e das histórias específicas do Brasil e de Portugal; além de algumas obras literárias e de arte dramática (indicados na bibliografia).

Na segunda parte, são analisadas as concepções de ciência moderna que se configuraram a partir da *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* de Denis Diderot e Jean d'Alembert (1751), e do filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), situando a área da farmácia. Em seguida, busco compreender como os farmacêuticos reunidos nas associações apropriaram-se daquelas definições no seu cotidiano. O quadro de epidemias no período, dando ênfase à febre amarela que acometeu a população carioca no verão 1849-1850, é apresentado como uma conjuntura propícia para discussão destas questões. Os medicamentos aqui se destacam como objeto principal da ciência farmacêutica, sendo analisadas, através de seus usos e significados, as tensões entre os farmacêuticos e outros atores ligados às artes de curar. Entre eles, são destacados os droguistas, homeopatas e os doutores em medicina, estes últimos na condição de representantes das instituições sanitárias do governo imperial. Estas tensões são pontuadas pelos contrastes entre os sentidos científico e comercial de suas atividades no cotidiano, acrescentados do sentido mágico e/ ou sagrado atribuídos às práticas terapêuticas, que permaneciam latentes na sociedade imperial. A discussão relacionada às questões acima, estende-se ao outro lado do Atlântico, principalmente no enfoque dado às polêmicas travadas entre os membros da Sociedade Farmacêutica Lusitana a respeito do regimento de preços de medicamentos.

Na terceira parte, são discutidas as suas inserções no espaço acadêmico, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; e a criação da Escola de Humanidades (1874) e da Escola Superior de Farmácia (1884). Estas ações, relacionadas ao ensino, traduzem a busca do sentido científico para suas atividades, tencionando ampliar os seus espaços de atuação para além do preparo e conservação de medicamentos. Por ocasião da criação da Escola Superior de Farmácia, ficava subentendida a tentativa de conciliação entre o sentido comercial, industrial e científico de suas atividades. Aqui, também é relatada de forma sucinta a experiência portuguesa, ressaltando a importância desta referência na estruturação do ensino no Brasil, e marcando os sentimentos comuns de inferioridade com relação à medicina e frente à civilização européia, vivenciados pelos farmacêuticos portugueses e brasileiros.

PARTE I :

1. ASSOCIAÇÕES FARMACÊUTICAS: ARTE, CIÊNCIA E POLÍTICA

No primeiro aniversário da Sociedade Farmacêutica Brasileira, criada em 30 de março de 1851, o seu presidente Ezequiel Corrêa dos Santos pronunciou discurso, no qual lembrou aquela data, como o “primeiro dia de vida pública” dos farmacêuticos da Corte que a integravam:

Não foram caminho errado (sic) aqueles que, pensaram que na união estava a força, no querer o poder, na discussão das idéias o seu progresso, e que na troca mútua de cabedais científicos, nesse útil, único e praticável comunismo está o engrandecimento das ciências, a ilustração de seus prosélitos e a consideração pública para os que a praticam⁹.

Essas palavras poderiam nos remeter aos séculos XVII-XVIII europeus, quando se configurou uma identidade de grupo aos que lidavam com o saber – os letrados. Os novos personagens do mundo intelectual¹⁰ que surgiam, “o mecânico, o filósofo naturalista, o artista *virtuosi* [nobres amadores] ou livre empreendedor” questionavam o saber dos monges, dos escolásticos, dos humanistas e professores das universidades. Emergia a idéia de um saber público praticado ou produzido por uma coletividade, um saber destinado a todos, a que todos teriam acesso a partir de sua difusão, em contraste com o saber secreto dos mágicos e dos alquimistas, solitários nos seus afazeres (Rossi, 2001). Este caráter coletivo das atividades científicas era ressaltado pelos letrados que se reuniam nas academias ou sociedades, que se constituíram como um dos

⁹ Discurso pronunciado na sessão de 28 de março de 1852. *Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º ano, nº 9, v.I, março de 1852, p.138.

¹⁰ o termo intelectual está sendo utilizado aqui com o mesmo sentido da terminologia empregada no período para designar aos que se dedicavam ao ofício do saber, isto é, de letrado, homens de letras, de ciência (Burke, 2003). Naquela época, não havia uma distinção precisa entre homens de letras e homens da ciência, até porque os campos das ciências humanas e das ciências da natureza ainda não eram divididos, o que só se efetuaria no século XX. As ciências eram compreendidas como os conhecimentos humanos (Carmagnola, 2003). Os estudos da natureza, priorizados neste período, reportavam-se tanto à flora e fauna, como às humanidades.

espaços institucionais que teriam contribuído para a configuração do que se chamou de ciência moderna, sendo patrocinadas pelos governos ou mantidas por iniciativas particulares. Aquelas academias¹¹ expressariam estes ideais, direcionando os seus estudos principalmente para a natureza.

A necessidade de uma reforma da aprendizagem que passaria pela filosofia natural, associada ao fortalecimento do Estado, era reclamada por aqueles novos personagens do mundo intelectual, entre os quais nobres e escritores patrocinados pelas cortes de príncipes, cujo interesse pelo conhecimento havia sido despertado pela ação dos humanistas ainda no século XVI, ampliada com a invenção da imprensa de tipos móveis e com a reforma protestante. Estes faziam críticas à cultura escolástica, acusada de priorizar a palavra em detrimento das coisas, fazendo uso da retórica em querelas infundáveis, sendo considerada escrava dos preceitos aristotélicos e representada pelas universidades. No entanto, os lugares da ciência ou de debates intelectuais não se resumiam àquelas academias e universidades, diversificavam-se com a criação de bibliotecas, museus, jardins botânicos e gabinetes de curiosidades, que despertavam o interesse pelos objetos, conferindo prestígio social a seus proprietários geralmente pertencentes à nobreza ou a uma burguesia emergente europeia. Algumas boticas, principalmente a partir do século XVIII, poderiam ser vistas como mais um desses lugares. Além de locais de preparação e conservação de medicamentos, firmavam-se como espaço de sociabilidades variadas, incluindo debates científicos que, em algumas situações gerariam novas academias científicas naquele século¹². Em Lisboa, temos notícias de aulas ministradas pelo médico e boticário Manoel Joaquim Henriques de Paiva em botica situada no Rossio¹³. Logo, os homens de ciência, geralmente, transitavam por estes vários espaços que surgiam.

¹¹ Entre estas sociedades, costumam ser destacadas a Academia Del Cimento [Academia do Experimento] em Florença (1657), a Royal Society, em Londres (1660), a Academie Royale des Sciences, em Paris (1666), contando com a proteção de príncipes e/ou do Estado, sendo que só esta última teria um apoio concreto do Estado, com pagamento de ordenados reais aos seus membros (Burke, 2003; Shapin, 1999).

¹² O historiador da farmácia português Alberto Carlos Correia da Silva (1969) refere-se a academias científicas espanholas (Madrid, Barcelona e Málaga) que foram geradas nestas circunstâncias.

¹³ Em 1783, dava lições gratuitas de química e farmácia (2ª, 4ª e 6ª feiras) e de história natural (3ª feira e sábados). Nesta época, o estabelecimento pertencia ao frade de S. Domingos, Francisco José de Aguiar. A partir de 1802, o seu 4º dono, Antonio Feliciano Alves d'Azevedo daria nome ao estabelecimento – Botica do Azevedo, que permaneceu até a atualidade, como Farmácia Azevedo (Silva, 1948).

Neste quadro, o desejo de produzir conhecimentos por parte daquelas associações, orientadas pelos códigos de conduta e civilidade dos nobres na condução de seus estudos e debates intelectuais, distinguiam-nas das instituições acadêmicas tradicionais, que primavam pelas contendas verbais. O objetivo maior dessas novas sociedades científicas era forjar um consenso ou acordo, evitando em suas reuniões assuntos sobre religião ou política, preocupados com a construção de uma identidade coletiva na produção do conhecimento (Shapin,1999). O consenso forjado ocultaria os valores em conflito da ciência e da sociedade nestes espaços institucionais, cujo êxito dependia de suas habilidades para se fazerem aceitas na sociedade e para manter o avanço da disciplina que se propunham a representar (Hahn¹⁴ apud Macleod, 1989).

Ao longo do século XIX, as associações, ditas científicas, tornaram-se mais específicas, traduzindo a compartimentalização do conhecimento. Os seus objetivos então, direcionaram-se para uma área do conhecimento específica ou áreas afins, relacionadas à sua aplicação, a seu exercício ou à determinada atividade que envolvia um grupo de atores, configurando-se as corporações científicas. Há assim, uma constatação de particularizações do conhecimento ao mesmo tempo em que as suas atividades específicas envolviam uma coletividade. Isto valeria tanto para o mundo europeu quanto para o americano, guardando suas singularidades (Bernal, 1996).

Entre os anos de 1840 e 1850, também foram criadas outras ou já existiam sociedades de farmácia na Grã-Bretanha, Alemanha, França, Portugal e alguns países da América Latina que apresentavam propostas semelhantes às da Sociedade Farmacêutica Brasileira e do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, no sentido de voltarem-se tanto para a prática farmacêutica como para a conquista do estatuto de ciência para a farmácia. Logo, observa-se através de algumas análises feitas sobre essas associações ou sobre a história da farmácia¹⁵, a importância que a argumentação do estatuto de ciência adquire para

¹⁴ *The anatomy of a scientific institution*. The Paris Academy of Science, 1666-1803. Califórnia: University of Califórnia Press, 1971.

¹⁵ Ver a respeito da sociedade na Alemanha (Goerke, 1996); na Grã-Bretanha (Holloway, 1991), em Portugal (Pita, 1996), em França (Faure, 1993; Boussel et al, 1982). Com relação à América Latina, no México (Hinke, 2001; Bernal, 1996)

marcar uma distinção em relação a outras práticas afins, visando a legitimação de suas atividades frente a outras concorrentes.

A cultura iluminista, que implicava uma concepção de ciência que passava pela relação entre arte & ciência configurando a idéia de ciência moderna; e que instituía novas formas de sociabilidade que favoreciam os debates intelectuais e a difusão de saberes através da imprensa, seria referencial para aqueles farmacêuticos. Neste sentido, os registros da experiência vivenciada anteriormente pelas sociedades científicas e pelos estudos sobre a natureza brasílica, que se realizaram aqui, por iniciativa do Reino de Portugal, em finais do século XVIII, tornaram-se o referencial mais concreto. As suas intenções, ao reunirem-se em associações, eram de uma forma geral, as de serem representados no Império brasileiro recém estabelecido, como portadores oficiais do conhecimento e prática farmacêuticos. As semelhanças e relações que se estabeleceram entre estas associações brasileiras e a Sociedade Farmacêutica Lusitana, durante o período de existência das primeiras merecem ser destacadas, ao espelharem a continuidade do referencial português no processo de institucionalização da farmácia no Brasil, evidenciando-se as ligações entre o mundo da arte, da ciência e da política.

Cabe aqui, destacar como foi vivenciada inicialmente a influência dos filósofos iluministas franceses sobre a elite intelectual luso-brasileira, entre finais do século XVIII e início do XIX. As academias e/ ou sociedades literárias ou científicas, criadas em finais do XVIII, expressaram essa influência¹⁶.

¹⁶ Geralmente, são citadas a Academia dos Renascidos, na Bahia (1759-1760); Academia dos Felizes (1736) Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779), depois denominada de Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1795), destacando-se aqui neste estudo esta última. Ver a respeito Cavalcante (1995).

1.1 LUZES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A Academia Científica do Rio de Janeiro¹⁷, criada em 1772 sob o patrocínio do 3º Vice-Rei do Brasil Marquês de Lavradio (D. Luiz de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça de Mello e Silva), antecederia a sua congênere na capital do império luso, a Academia de Ciências de Lisboa, fundada em 1779. A sua fundação marcava assim, uma primeira iniciativa da Coroa portuguesa no incentivo à realização de estudos da flora medicinal brasílica e assuntos concernentes à agricultura, diversificando a exploração dos recursos naturais para além de metais e pedras preciosas. Esta iniciativa vinha se juntar a outras tomadas na metrópole tais como, a da reforma da Universidade de Coimbra no mesmo ano; a da criação do Gabinete de História Natural e dos jardins botânicos da Ajuda, em Lisboa, e o de Coimbra, formando um conjunto de medidas tradutoras de um movimento de renovação cultural e científica de Portugal. O território do Brasil, como uma de suas possessões ultramarinas, apresentava-se com um grande potencial no fornecimento de materiais que ao serem aplicados, poderiam ser transformados em riquezas para o Estado português. A figura de Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), 1º ministro de D. José I entre os anos de 1750 e 1777, adquiriu uma importância chave neste processo de renovação. Um dos objetivos a ser alcançado neste processo era a reconstrução da cidade capital deste vasto império – Lisboa, que havia sido destruída pelo terremoto de 1755. Só a simples extração do ouro do Brasil não seria suficiente em longo prazo, para a reestruturação deste império em crise. Logo, era preciso investir na racionalização destes recursos e na sistematização de estudos sobre história natural que deveriam ser centralizados na metrópole. Depois da expulsão dos jesuítas do Reino de Portugal e de suas colônias em 1759, a Academia Científica do Rio de Janeiro cumpriria o papel de organizar e promover estes estudos do outro lado do Atlântico, ocupando parte das dependências do Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo.

¹⁷ Foi designada por vários nomes: Academia das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro, Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro ou Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica. Ver Lobo (1964); Araújo (1979) e Marques (1999).

Reunindo alguns médicos, boticários e cirurgiões, que desenvolveram atividades voltadas para estudos sobre a natureza, entre os seus membros, sobressaiu a atuação da família Paiva, de portugueses cristãos novos, o pai boticário Antônio Ribeiro de Paiva e os seus dois filhos José Henriques de Paiva e Manoel Joaquim Henriques de Paiva. José Henriques de Paiva, médico do Marquês de Lavradio, foi um dos fundadores da agremiação e autor de estudo sobre a história e desenvolvimento da cochonilha do Brasil¹⁸, e o seu irmão, médico e boticário, foi autor da “Pharmacopéia lisbonense ou coleção dos símplices (1785), preparações e composições mais eficazes e de maior uso”, cuja segunda edição, em 1802, incluía uma lista de plantas medicinais brasileiras. Junto ao Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo, foi criado um horto botânico, onde foram realizados estudos de diversas plantas para usos medicinais e agrícolas. Desde já, pai e filho, Antônio Ribeiro de Paiva e Manoel Joaquim Henriques de Paiva, diretores da seção de botânica e da seção de farmácia, respectivamente, lançavam críticas ao conhecimento restrito da botânica pela metrópole e ao atraso português na área de farmácia, apontando para a ausência de ensino e prática farmacêuticos (Marques, 1999). Observa-se, então, que a área do conhecimento correspondente à farmácia, juntamente com a botânica, voltada para a aplicação na medicina, estaria presente nesta Academia.

A utilização racional dos recursos naturais locais, com fins de oferecer um retorno sócio-econômico, traduzia um pragmatismo científico imediatista. Neste sentido, entre finais do século XVIII e início do XIX no Brasil, ou seja, mesmo depois da dissolução da Sociedade Literária do Rio de Janeiro no final de 1794, a metrópole portuguesa ainda promoveu várias expedições e pesquisas científicas empíricas sobre a natureza brasileira realizadas por naturalistas que tinham formação nas universidades européias, visando o enriquecimento do Estado português. Os estudos desenvolvidos por esses naturalistas consistiram basicamente em levantamentos de material botânico e de recursos minerais locais visando sua aplicação na agricultura, medicina e metalurgia, principalmente. Entre estes estudos, destacam-se os referentes à botânica,

¹⁸ “Sumário da História do desenvolvimento da Cichinilha do Brasil, e das observações que sobre ela fez no Rio de Janeiro”. Publicado no jornal *Patriota*, RJ, 1814 (Ribeiro, 1971)

medicina e química, realizados pelo médico português Bernardino Antônio Gomes (1768-1823) que esteve no Brasil entre os anos de 1797 e 1801¹⁹.

Portanto, alguns destes estudos extrapolariam a tônica dessa aplicação imediata, realizando levantamentos minuciosos e extensos sobre a flora e fauna brasílica, aos quais poderíamos atribuir uma concepção de ciência que demonstrava uma preocupação tanto com o seu aspecto qualitativo, como com seus fins aplicativos. Uma concepção que traduzia ambigüidades e incertezas, conforme assinalou o filósofo Carmagnola (2003)²⁰. Costumam ser citados entre estes estudos que não obtiveram reconhecimento ou que não foram priorizados na época pelo Reino de Portugal, através de publicações dos seus resultados, os dos naturalistas brasileiros Frei Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), autor da *Flora Fluminensis* e os de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)²¹.

A metrópole portuguesa teria dado uma ênfase maior aos estudos que tivessem um retorno econômico, prevalecendo neste sentido, os interesses utilitários sobre os de cunho científico puramente. Esta forma de procedimento costuma ser atribuída como uma característica comum a Portugal e Espanha, distinguindo assim os sistemas coloniais da Península Ibérica do resto da Europa²². Mas, este proceder poderia ser explicado pela crise do sistema colonial vivida pelo império luso na época, o que levaria a uma tentativa de equiparar-se aos modelos dos sistemas coloniais da França e Inglaterra a partir das reformas empreendidas por Pombal. Logo, este pragmatismo científico direcionado para estudos sobre a natureza seria uma prática comum nos impérios em finais do século XVIII, e não uma particularidade lusa (Kury, 2004). A particularidade residiria no fato, talvez, de que no império luso desta época, nem sempre a

¹⁹ *Memórias sobre a ipecacuanha no Brasil ou cipó*, 1801; *Memórias sobre a canela do Rio de Janeiro*, 1809; *Observações botânico-médicas sobre algumas plantas do Brasil*, 1812; *Experiências químicas sobre a quina do Rio de Janeiro, comparada com outras*. Memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa, t. III, 1814.

²⁰ Ver Parte II

²¹ Chefiou a primeira expedição científica ao sertão brasileiro, entre 1786 e 1792, percorrendo regiões da Amazônia e pantanal brasileiros, da qual resultou uma rica coleção de espécimes da flora e fauna brasileiras (Dias, 1968; Costa, 2001).

²² ver a esse respeito Marques (1999).

aplicação dos conhecimentos foi bem sucedida imediatamente, como se pretendia²³.

Os estudos promovidos pela Academia Científica e outros que lhe foram contemporâneos, não deixaram, contudo, de serem iniciativas pioneiras na colônia brasílica. A curta duração daquela associação e os instrumentos de divulgação, que nem sempre estiveram voltados para estes estudos além de sua recepção limitada, teriam interrompido o processo de sistematização daqueles estudos iniciados. Desta forma, a autoria de muito do material botânico levantado por Velloso e Ferreira acabou sendo atribuída a outros naturalistas que lhes sucederam como o bávaro Carl Frederik Philippe von Martius (1794-1868), autor da *Flora Brasiliensis* e o francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), autor da *Flora Brasiliae Meridionalis*, que vieram para cá já durante o período joanino (1808-1821).

Durante este período, quando a cidade do Rio de Janeiro passou a sediar a corte portuguesa, a imprensa na colônia foi instituída oficialmente, e alguns daqueles estudos além de outros estrangeiros, europeus e norte-americanos desenvolvidos geralmente nas academias científicas de seus países, foram divulgados posteriormente pelos periódicos *O Patriota*, *Correio Braziliense*, e pela Imprensa Régia (Silva, 1988, Dias, 1968). Como observou Maria Rachel Fróes da Fonseca (2000), aqueles estudos poderiam ser compreendidos hoje como uma primeira tomada de consciência sobre aquilo que era próprio da natureza brasílica, da colônia, por parte daqueles homens de saber, emergindo um sentimento de pátria, ao passo que o que era próprio da metrópole, representativa do Reino de Portugal, era identificada como da nação. Ao serem divulgados pelos periódicos, entre os quais, *O Patriota*, que circulou entre os anos de 1813 e 1814,

²³ Com relação à agricultura, Dias (1968) aponta como motivos para isso o desinteresse dos lavradores; a difícil aplicação de instruções agrícolas destinadas a climas diferentes do tropical, além de fatores externos, tais como a produção açucareira nas Antilhas e de algodão nos Estados Unidos, que desfavoreceriam a produção agrária local. No período posterior, do príncipe regente D. João, com a insurreição dos escravos em São Domingos e a guerra da Independência dos EUA, foi favorecida a reativação da produção açucareira e de algodão. Ver a esse respeito Fausto (2001). Robert Wegner (2004) ao tratar do projeto editorial de José Mariano da Conceição Velloso em Portugal, observou sobre a falta de correspondência entre o seu entusiasmo (de Velloso) e a recepção reduzida que aquelas obras científicas publicadas tiveram por parte das populações de Portugal e do Brasil. Algumas destas eram de autores brasileiros e portugueses, e outras traduções de obras de língua francesa, inglesa e alemã. Márcia Ferraz (2000) no seu estudo sobre a química, ao analisar estudos realizados nesta época, destaca a atuação de João da Silva Feijó, brasileiro formado pela Universidade de Coimbra que se dedicou à instalação de um laboratório de refinação de salitre no Ceará, que não teve continuidade.

aquele sentimento seria socializado levando ao envolvimento de alguns daqueles homens de ciência nos movimentos de independência e os que vieram a seguir. Merece destaque aqui também o jornal *Correio Braziliense*, redigido pelo brasileiro Hipólito José da Costa e editado em Londres entre os anos de 1808 e 1822, pois além de divulgar aqueles estudos, era partidário do liberalismo e do constitucionalismo no Brasil e em Portugal (Vargues, 1993).

Haveria um hiato entre o chamado período ilustrado e meados do século XIX no Brasil?

Mattos (1987) refletindo sobre a constituição do império no Brasil, chamou a atenção para um hiato em termos políticos, que seria representado pelo período regencial (1831-1840), quando se fala em monarquia constitucional e república. Neste sentido, observou que o acontecimento da Coroação do jovem imperador Pedro II seria visto pelos seus contemporâneos como anúncio de um novo tempo, mas não deixava de significar também uma continuidade, visto que desde os séculos XVII e XVIII, já havia a idéia de criação de um império americano, que com a constituição do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves (1816) foi posto à prova, não tendo se consolidado. Para Mello (2002), a experiência do Reino Unido limitou-se à duplicação do aparato estatal de Lisboa na cidade do Rio, atribuindo o seu fracasso ao conservadorismo do reinado de D. João VI, que não teria promovido as reformas políticas no sistema colonial necessárias para sua consolidação, como a revisão do tratado do comércio com a Inglaterra que continuaria afetando as relações comerciais internacionais e as entre o Brasil e Portugal. Dentro desta perspectiva, as relações luso-brasileiras continuariam bastante próximas mesmo depois do reconhecimento da independência do Brasil, em 1825 e nos anos seguintes. Mas, em termos culturais e científicos, não se pode negar que a cidade carioca ao sediar a corte, seria a porção do vasto território brasileiro que mais se beneficiou com a criação de várias instituições científicas, e a oficialização da imprensa.

Aqui, estamos pensando este hiato em matéria dos estudos sobre a natureza que tem a ver com as questões políticas luso-brasileiras, estando relacionado no Brasil à instabilidade política gerada pelos movimentos de independência, pela dissolução da constituinte e abdicação de D. Pedro I e ainda

pelas revoltas liberais durante o período regencial. Tais acontecimentos afetariam o prosseguimento dos estudos sobre a natureza e a organização de seus atores nos espaços institucionais. Em meados do XIX, com a emergência do romantismo e de um sentimento nativista incentivado pelo Império de D. Pedro II, aqueles estudos realizados entre finais do XVIII e início do XIX passaram a ser revalorizados pelos homens de saber como os primeiros que versaram sobre a natureza brasílica, sendo retomados como fontes obrigatórias para a realização de sistematizações dos conhecimentos sobre plantas medicinais locais.

A criação da Sociedade Velosiana²⁴ em 1850, cujo nome era uma homenagem ao Frei Veloso e que tinha como propósito o estudo da história natural do Brasil, vem confirmar a revalorização daqueles estudos. Para Maria Odylla Dias (1968), a reedição de alguns daqueles estudos e a elaboração de algumas biografias daqueles ilustrados como a do Frei Veloso, de autoria de Saldanha da Gama, publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1868), seriam indícios da continuidade da orientação pragmática e progressista pelo século XIX adentro.

Considerando que esta orientação, no que se referia aos estudos sobre a natureza, não se daria num processo linear progressivo, sofrendo algumas interrupções, a trajetória do boticário Ezequiel Corrêa dos Santos, torna-se expressiva para a compreensão da retomada desse espírito pragmático ilustrado. O boticário vivenciaria aquele hiato mencionado acima, compreendido por intensa movimentação política, e o período posterior, no qual os que se consideravam homens de ciência como ele, identificaram aqueles estudos iniciados em finais do século XVIII, como sendo de grande ilustração.

²⁴ Ver a esse respeito Figuerôa (1997) e Lopes (1997).

1.2 UM BOTICÁRIO DA FISCATURA E A NOVA LUZ BRASILEIRA

Ezequiel Corrêa dos Santos (1801-1864), uma das figuras-chaves na criação da primeira associação própria dos farmacêuticos no Império, também beberia daquelas fontes, assim como seus contemporâneos. Natural da Vila do Pilar, na província fluminense, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, sede então da Coroa portuguesa, onde se vivenciava nos trópicos a efervescência do pragmatismo científico ilustrado. É interessante lembrar que durante o período joanino (1808-1821) foram criadas na cidade do Rio várias instituições científicas, tais como o Real Horto, depois Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Museu Real, a escola de cirurgia do Rio, a Academia Real Militar. Orientadas pelo ideário iluminista, configuraram-se como *locus* de áreas do conhecimento que compunham as chamadas ciências naturais. Na Bahia, também foi criada uma escola de cirurgia que antecedeu a do Rio em alguns meses²⁵.

Designado como “pai da farmácia brasileira” pela historiografia tradicional da farmácia (Carmo, 1984, p.373), Ezequiel, como todos de sua época que almejavam serem reconhecidos como boticários pelo Reino, tinham que ser aprovados em exame teórico-prático prestado perante uma banca da Fisicatura-Mor²⁶. Para obter a titulação, além do exame tinham que provar ter praticado durante quatro anos numa botica de mestre aprovado. Ezequiel foi aprendiz do português José Caetano de Barros, aprovado em Química e Farmácia pela Universidade de Coimbra, que havia trabalhado com o Conde da Barca (Antônio de Araújo e Azevedo)²⁷, proprietário de um laboratório químico particular na

²⁵ ver a respeito Dantes (2001) e verbetes disponibilizados em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

²⁶ O título conferido a Ezequiel em 02/12/1819 pela Fisicatura-Mor, denominava-se “Registro da Carta de Farmácia do Boticário Aprovado Ezequiel Corrêa dos Santos”. Na documentação examinada a respeito, encontramos a informação de que ele foi examinado em casa de Dr. José Maria Bontempo, juiz delegado do Físico-Mor do Reino, respondendo com acerto os pontos sobre a Farmacopéia Geral, compreendendo perguntas teóricas e práticas (AN – Códice 145,v.7, fl.191). A Fisicatura era o órgão responsável pela fiscalização do exercício das artes de curar e pela concessão de cartas a físicos, boticários, médicos práticos e curandeiros do Reino, sendo representada pelos cargos de Físico-mor, escrevão-secretário, juízes-comissários-delegados, escrevão, meirinho, e visitantes-examinadores da arte farmacêutica (ver Alvará de 22/01/1810 - Dá regimento aos delegados do Físico-Mor e estabelece providências sobre a saúde pública e dá regimento ao Provedor-Mor da Saúde in: *Collecção das Leis do Brazil de 1810*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891).

²⁷ Considerado um dos pioneiros da educação química no Brasil, veio para cá com a Corte, em 1808, quando trouxe sua coleção de livros, incorporada depois à BN, uma tipografia completa, uma coleção mineralógica e aparelhagem para o estudo da Química. Cultivou mais de 1500 espécies botânicas, catalogando-as com o nome de *Hortus Araujensis* (Chassot, 1996).

cidade carioca. Depois do falecimento do Conde da Barca, em 1817, esse laboratório passou a ser propriedade do Reino, ficando sob a direção de José Caetano de Barros, que anexou um laboratório de farmácia àquele de química, onde dava suas aulas. Barros juntamente com o Conde da Barca, foram uns daqueles estudiosos que tiveram alguns de seus estudos, realizados a partir de pesquisas em laboratório, publicados no jornal *O Patriota*²⁸.

Segundo o próprio Ezequiel²⁹, o curso de química ministrado por José Caetano de Barros era freqüentado por farmacêuticos e leigos que tinham interesse na matéria, além de alunos da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, que nesta época oferecia apenas uma cadeira que tratava de farmácia associada à matéria médica. Além dos laboratórios de Barros, Ezequiel citava outros espaços onde se poderiam aprimorar os conhecimentos sobre a arte farmacêutica em sua época, como a aula de química da Academia Real Militar, e a aula de botânica ministrada pelo Frei Leandro Sacramento, no jardim do Passeio Público.

Durante o ano em que Ezequiel titulou-se, a Fisicatura-Mor do Reino tinha expedido apenas 10 cartas de boticários na Corte (Machado, 1999). Logo em seguida à obtenção de sua carta de farmácia, Ezequiel participou ativamente dos movimentos políticos ocorridos entre a dissolução da Assembléia Constituinte em 1823 e a abdicação de Pedro I, em 1831 na Corte, quando era reivindicada a extinção de todas as instituições que representassem o Antigo Regime, inclusive da então denominada Fisicatura-Mor³⁰ do Império (Costa, 1985)³¹. Neste período,

²⁸ “Método imaginado e praticado no Laboratório Chimico do Exmo. Antonio Araújo de Azevedo, nesta cidade do Rio de Janeiro, para a extração do óleo de mamona (*Ricinu communis*, Lin.)”. Processo executado por José Caetano de Barros e descrito pelo Conde da Barca. *O Patriota*, n. II, fev. de 1813, p.12-14.

²⁹ “Discurso sobre a História da Farmácia no Brasil”, proferido em 1837 na Academia Imperial de Medicina e reproduzido por Carmo (1984, p.344-350).

³⁰ A lei de 30 de agosto de 1828 extinguiu os cargos de Físico-mor, Cirurgião-mor e Provedor-mor de Saúde, representativos da autoridade sanitária, e nomeou a Câmara Municipal como responsável pela inspeção da saúde pública, incluindo a fiscalização das boticas. No entanto, pelo decreto de 17 de janeiro de 1829 foi criada a Inspeção da Saúde Pública do Porto do Rio de Janeiro, subordinada ao Senado e Câmara que retomou alguns dispositivos da legislação instituída na época de D. João.

³¹ O personagem de Ezequiel é citado brevemente na obra de Emília Viotti da Costa como proprietário de jornal liberal que traduzia a visão dos representantes da pequena burguesia e das camadas populares urbanas, indignadas com o crescente monopólio do comércio pelos estrangeiros. Já Sousa (1988) num dos volumes de sua coletânea *História dos Fundadores do Império do Brasil*, refere-se ao duplo perfil de Ezequiel, de político liberal atuante e de profissional farmacêutico. Recentemente foi publicado um estudo biográfico mais aprofundado do personagem, de Marcello Basile (2001) que, embora priorize o seu perfil como militante político, não deixou de mencionar a importância que adquiriu como boticário.

participou da sociedade secreta dos Amigos Livres, que fazia oposição ao governo absolutista de Pedro I, tendo sido criada logo após a dissolução da Constituinte pelo imperador. Em 1829, tornou-se proprietário e redator do jornal *Nova Luz Brasileira* firmando-se como uma das lideranças do grupo designado como dos liberais exaltados, que faziam oposição ao governo absolutista de d. Pedro I. Os movimentos que ocorreram neste período tiveram como expressão maior os periódicos de orientação liberal, traduzindo uma vertente política da ilustração nos trópicos. Na cidade do Rio de Janeiro, além do jornal de Ezequiel, havia: *Aurora Fluminense*, *O Pardo*, *Matraca dos Farroupilhas*, *O Brasil Aflito*, *A Voz da Liberdade*, *O Filho da Terra*, *O Exaltado*, *O Caramuru*, *A Torre de Babel* e mais uma infinidade deles (Sousa, 1988; Lima, 2003).

Desde 1821, em decorrência da Revolução do Porto, de cunho liberal, foi decretada pelas cortes de Lisboa a liberdade de imprensa e o fim do monopólio da Imprensa Régia. Isto ocasionou um *boom* na imprensa, ampliando a divulgação das idéias veiculadas pelas obras de Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Francis Bacon entre outros pensadores. No Brasil, naquele mesmo ano foi instituída a imprensa diária com a edição do *Diário do Rio de Janeiro*, que tinha tipografia própria. Este seria o único jornal que não participaria do intenso debate político que envolveu e até mesmo motivou a recém-criada imprensa local, a partir do retorno de D. João VI para Portugal, em abril de 1821³². Com a formalização da independência do Brasil do Reino de Portugal, em 1822, a primeira Constituição do Império outorgada em 1824, concedia liberdade de imprensa. A partir de 1827, outra folha diária passaria a circular no Rio de Janeiro, o *Jornal do Comércio*.

No entanto, já em 1830 saía uma nova lei de imprensa, permitindo as acusações de abusos da liberdade, incentivando a permanência da prática do anonimato como forma de preservação dos redatores-editores por aqueles jornais que adotavam um palavreado mais agressivo contra o governo. Mas, mesmo assim, as tipografias e o número de periódicos continuaram proliferando-se na capital do Império, principalmente entre os anos de 1830 e 1833. Em 1837,

³² Ver a esse respeito, o estudo de Isabel Lustosa (2000), no qual refletiu sobre o papel da imprensa e dos jornalistas entre os anos de 1821 e 1823, quando se desencadeou o movimento de independência. Desde já, os jornais cariocas firmaram-se como importantes instrumentos de divulgação e popularização do jargão político das luzes.

quando foram criadas leis para regular os processos e sentenças nos crimes por abuso de liberdade de imprensa, encerrava-se este período “vociferante” da imprensa (Lima, 2003)³³.

A imprensa tornou-se naquele período, um grande filão para manifestação de idéias e construção de identidades políticas baseadas numa literatura ilustrada, ou seja, demonstrava, através de seus redatores e leitores, uma vontade de participar das decisões políticas implícitas no processo de consolidação da emancipação do Estado. Paralelamente a estes jornais de conotação política, nesta mesma época surgiram os primeiros periódicos médicos como expressões do movimento de institucionalização da medicina, tais como *Propagador das Ciências Médicas* ou *Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia para o Império do Brasil* (1827-1828) e o *Semanário da Saúde Pública* (1831-1833), sendo anunciados propósitos puramente científicos pelo seu diretor, o médico Joseph-François Xavier Sigaud³⁴, associado ao editor, também francês bonapartista, Pierre François Plancher. No entanto, Ferreira (2004) assinalou em seu estudo sobre o periodismo médico, que uma simbiose entre negócio, política e ciência orientaria a introdução deste tipo de jornalismo naquela época.

Portanto, estes periódicos de conotação política e/ou científica compunham uma nova “esfera pública literária”³⁵, que diferentemente da Academia Científica do Rio de Janeiro ou do periódico *O Patriota*, independia de incentivos do Estado e ampliava o campo de participação dos letrados, sendo criada por iniciativas diversas de particulares, onde se pretendia praticar o livre exercício da crítica.

O boticário da Fisicatura, como se auto-intitulava Ezequiel, escolheria o caminho da política na botica, tornando-se proprietário e redator de um jornal liberal “vociferante”, que circulou entre dezembro de 1829 e outubro de 1831 – *A Nova Luz Brasileira*. A sua botica, nessa época, situada à rua das Mangueiras,

³³ Ivana Stolze Lima no primeiro capítulo do seu livro, ressalta a importância do papel dessa imprensa na construção dos múltiplos sentidos (polissemia) dados a mestiçagem neste período no Brasil, que traduziriam uma forma de participação na “gestação da nacionalidade”.

³⁴ Sigaud (1796-1856) era natural de Marselha e se titulava pela Faculdade de Medicina de Strasbourg. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), ocupando a sua presidência entre os anos de 1830-1831 e 1831-1832, quando o mandato era de 90 dias. Ver a respeito Ferreira (1996).

³⁵ expressão de Jürgen Habermas (In: *Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Payot, 1978) utilizada por Chartier (1993) para se referir à produção cultural no *Ancien Régime*.

atual rua Visconde de Maranguape, na Lapa, era o local anunciado nas páginas de seu jornal para a realização das assinaturas, e com certeza, servira de espaço para discussões políticas como outras boticas da época – a de Estevam Alves de Magalhães, na rua dos Pescadores, atual Visconde de Inhaúma, e a de Juvêncio Pereira Ferreira, na Praça da Constituição, atual Tiradentes (Santos Filho, 1991; Araújo, 1979). No seu jornal, contestava os “governos absolutos” que “promovem a felicidade só das classes chamadas nobres (...) persegue os patriotas, sufoca a liberdade de imprensa e as luzes do povo” (n.1, 09/12/1829, p.3). Defendendo a proposta de um governo constitucional representativo, chegava a sugerir a implantação de um regime republicano federalista, inspirando-se na sociedade norte-americana.

Portador de um sentimento marcadamente antilusitano, reivindicava a valorização e o emprego da mão de obra local, considerando que tais objetivos tornar-se-iam viáveis a partir de uma revolução. Como proprietário de jornal, rivalizava com outros periódicos estrangeiros, como o *Gazeta Courier*, de origem francesa, que circulava pela Corte, defendendo “governos absolutos”, e insultando os “brasileiros constitucionais”. Além da defesa em favor da incipiente, porém expressiva imprensa local, representada pelos periódicos liberais, percebe-se a sua preocupação em defender o que era próprio do Brasil – sua natureza e sua mistura de raças:

Leve o Courier o seu zelo consigo que nós cá não precisamos dele para isso, nem para elogiar as óperas, e os comícios obscenos, e se lhe arde o miolo com o seu patriotismo absolutista, e venal; vá escrever a Constatinopla, ou a Marrocos; ou a Espanha e Portugal. Lá lhe deve render esse ofício vil mais dinheiro, pois é gente polida ao gosto da Gazeta Courier. Adeus, minha camarada, vá comer lá suas castanhas, com os brancos civilizados, e deixe-nos comer cá em paz as nossas sapucaias com os caboclos e mulatos³⁶.

Conforme observou Lima (2003, p.39), “atuar no ‘teatro do jornalismo’ era o caminho para a atuação no teatro político”.

Após o episódio da abdicação de Pedro I, considerado na época como a Revolução de 7 de abril, da qual Ezequiel, assim como outros farmacêuticos, haviam participado das manifestações de rua, deu-se início ao período das

³⁶ *Nova Luz Brasileira*, n.2, 11/12/1829, p.6.

regências (1831-1840), que continuou conturbado. A aliança entre liberais moderados e liberais exaltados desfez-se. Os liberais moderados acabaram sendo os únicos contemplados na composição da regência provisória e das posteriores, frustrando o grupo dos exaltados que defendiam reformas mais radicais. Prosseguindo nas suas críticas, agora dirigidas ao governo regencial, os exaltados promoveram uma manifestação popular no dia 14 de julho de 1831, mesmo dia da queda da Bastilha, em 1789, marco da revolução francesa. Nesse dia, encaminharam uma petição solicitando a expulsão do Império dos “inimigos da Nação brasileira, de sua Independência e Constituição” (apud Basile, 2001, p.94) acompanhada da lista dos nomes indesejados estando entre eles, titulares do Império, militares, portugueses, clérigos e personalidades políticas. Entre as 441 pessoas que assinaram a petição, além dos redatores dos principais periódicos exaltados, havia farmacêuticos, militares, comerciantes, funcionários públicos, padres e estudantes.

As formas de participação política iam se transformando pouco a pouco, manifestando-se agora na proliferação das associações públicas pelo Império, principalmente na Corte. Naquele mesmo ano de 1831, Ezequiel anunciava em seu jornal o começo de uma nova era de “Sociedades Patrióticas, Científicas, Filantrópicas e Literárias e de proteção à indústria” e julgava ser necessário acabar com as sociedades secretas (apud Basile, 2001, p.108)³⁷. Estas eram vistas como incompatíveis com o tempo das luzes e da liberdade, sendo identificadas com a era das trevas e do despotismo. Em outubro de 1831, suspendeu a edição de seu jornal, devido a perseguições políticas, e foi um dos principais articuladores na criação da Sociedade Federal Fluminense, que congregaria o grupo dos exaltados da província do Rio de Janeiro, com os das províncias da Bahia, Pernambuco e São Paulo, que já haviam criado suas sociedades federais. É interessante observar a reunião de boticários e médicos nesta associação pública fluminense, de conotação política, que tinha como objetivo a reforma constitucional. Encontramos entre os seus membros dois médicos - Joaquim José da Silva, que chegou a presidi-la, sendo substituído depois por Ezequiel, e José Cambuci do Valle. Em 1829, estes médicos foram

³⁷ *Nova Luz Brasileira*, 8/06 e 8/09/1831.

uns dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesta época, não temos notícias sobre a participação de Ezequiel na Sociedade de Medicina. Mas, o seu mestre José Caetano de Barros, boticário e químico, já havia sido nomeado membro honorário da instituição em 1830, além de João Francisco Pinho, proprietário de botica situada na rua Direita, atual 1º de março, no centro da cidade³⁸.

Em sintonia com seu tempo, Ezequiel esteve à frente de várias associações de cunho político e científico, além das já citadas: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de 1827, que criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838; Sociedade Filantrópica Liberdade Constitucional, de 1831, que reivindicava anistia geral aos presos políticos; a Academia Imperial de Medicina, de 1835; e Associação Nacional dos Artistas Brasileiros – Trabalho, União e Moralidade, de 1856, esta última tendo por fim a propagação e aperfeiçoamento das artes e ofícios e beneficiamento aos sócios pobres e suas famílias, a qual chegou a presidir.

Com a promulgação do Ato Adicional à Constituição de 1824, em 12 de agosto de 1834, os exaltados obtiveram algumas conquistas como a extinção do Conselho de Estado; estabelecimento da Regência Una, eleita a cada 4 anos por voto direto e secreto; criação das assembleias legislativas nas províncias conferindo-lhes certa autonomia, embora os seus presidentes continuassem sendo eleitos pelo governo central. A partir de então, os conflitos de rua ou os de corpo a corpo com o governo central no período regencial, deslocaram-se da Corte³⁹, concentrando-se mais nas províncias como Pará, Maranhão, Bahia e Rio Grande do Sul e girando em torno de disputas entre as elites locais. Neste quadro, no município da Corte, as novas associações públicas que se configuraram, diferentes do jornalismo “vociferante”, viriam interiorizar estes

³⁸ João F. Pinho foi nomeado membro honorário no ano seguinte, devido a sua proposta de fornecer gratuitamente os remédios aos pobres, que eram receitados pela Comissão de Consultas Gratuitas da respectiva Sociedade. Além disso, havia doado à biblioteca da instituição as obras: “Tratado de Medicina Legal” (3 vols.), de Matheu Orfila e o “Dicionário de Drogas Medicinais” (5 vols.), de Chevalier (Araújo, 1979, v.I, p.296-297).

³⁹ Pelo Ato Adicional de 1834 (lei nº16, de 12/08/1834), a Corte e seu município foram desmembrados da província fluminense. Mais tarde, pela lei nº40, de 03/10/1843, fica definida uma administração própria, quando a autoridade do presidente da província fluminense não compreenderia “a mesma corte, nem o seu município” (Mattos, 1987, p.251). A partir de então, só a administração do município da Corte seria competência do Ministro do Império, e não mais a província fluminense.

conflitos direcionados para as atividades e os interesses comuns específicos do grupo que tencionavam representar, tentando resolvê-los “civilizadamente”⁴⁰, de uma forma pacífica. Cada associação passava então, a ter seu jornal como órgão difusor de seus propósitos específicos.

1.3 POLÍTICA, ARTE E CIÊNCIA NA FARMÁCIA E MEDICINA

A trajetória política inicial de Ezequiel vem esclarecer, sob alguns aspectos, o motivo pelo qual ele tornou-se uma figura de proa na defesa da profissão e ciência farmacêutica nos anos posteriores, seguindo a tradição do movimento ilustrado português iniciado pelas reformas de Pombal. A carreira política fez dele uma pessoa pública, de prestígio, favorecendo a sua carreira de boticário e sua atuação como presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira. Além do reconhecimento no mundo da política conferido por dois mandatos de vereador do município da Corte, obteve outro tão ou mais importante, no mundo da ciência médica, ao qual se dedicaria com mais afinco. Em 1835, quando a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro configurou-se como Academia Imperial de Medicina, ele e mais outros boticários integraram a sua Seção de Farmácia. Alguns deles como Estevam Alves de Magalhães⁴¹ e Juvêncio Pereira Ferreira, também haviam compartilhado, através de discussões e encontros realizados em suas boticas, da movimentação política que acometeu o município da Corte naqueles últimos anos.

⁴⁰ A expressão civilizadamente está sendo utilizada aqui lembrando o sentido dado por Norbert Elias (1990) e seguido por Chartier (1993), ao processo civilizador que se instaura a partir de finais da idade média, entre os séculos XVI e XVIII com a produção dos manuais de civilidade, propondo o controle das paixões e a censura das espontaneidades, apresentando regras na maneira geral de se comportar, incluindo o vestir, o falar, o comer, o se relacionar com o outro. Tal processo teria atingido inicialmente as pessoas das cortes da Europa para, mais tarde, se difundir de forma lenta e diferenciada por todo ocidente. A respeito desse tipo de manuais que circularam pelo Brasil Império, ver Schwarcz (1997; 2003).

⁴¹ Magalhães também foi aprendiz do mestre José Caetano de Barros e trabalhou no laboratório do Conde da Barca. Natural da província mineira transferiu-se para a Corte para aprofundar seus estudos, tendo falecido em 1848. Nesta ocasião, Ezequiel Correa dos Santos publicou sua biografia. Ver *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, ano 1, julho de 1848.

A Academia Imperial de Medicina, como o próprio nome sugere, estabeleceria uma relação de dependência com o Governo Imperial, visto que passaria a receber subsídios para a manutenção do seu periódico – a *Revista Médica Fluminense*. A esse respeito, Ferreira (2004) observou que a linha do jornal sofreria mudanças em relação ao que fora editado anteriormente pela então Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro - o *Semanário da Saúde Pública*, dirigido por Joseph-François Xavier Sigaud e mantido pelos sócios titulares, através da promoção de assinaturas. Sob a direção do presidente da Academia, Joaquim Cândido Soares de Meireles, a *Revista Médica Fluminense* adotaria um estilo que fazia questão de afirmar a conotação científica da associação como forma de diferenciá-la daquelas associações políticas, que surgiram no início do período regencial. Havia a intenção de uma neutralidade científica, varrendo daquele território as polêmicas ou quaisquer querelas que pudessem ocorrer. Nada mais político que tal posicionamento! O apoio governamental tinha seu preço, em troca de privilégios corporativos exigia a lealdade de seus membros à elite política imperial. Forjava-se um consenso em troca do apoio do Estado, adotando-se uma postura semelhante àquela dos acadêmicos dos séculos XVII e XVIII.

A aproximação entre farmacêuticos e médicos agora se dava num novo contexto, orientada por uma hierarquia que setorizava, fazendo distinção entre três ocupações ou três áreas do conhecimento médico, obedecendo a seguinte ordem – medicina, cirurgia e farmácia, e seguindo o modelo das três seções, adotado pela academia de medicina de Paris, que nos faz lembrar da classificação do conhecimento proposta pela obra enciclopédica (ver parte II).

Política, arte e ciência na farmácia e na medicina entrelaçavam-se neste emaranhado de idas e vindas de atores, que conviviam nos espaços institucionais que se constituíam numa sociedade de corte tropical.

Através do discurso pronunciado pelo médico higienista Joseph-François Xavier Sigaud em 25 de fevereiro de 1832, quando tomava posse mais uma vez da presidência da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, ficava explícita a defesa dos médicos e farmacêuticos que tinham se envolvido na movimentação política ocorrida nos anos de 1830. Abraçando a causa farmacêutica, ao sugerir

reformas que modificassem o estado da ciência da farmácia, compreendendo sua aplicação teórica e prática, comentava sobre denúncias feitas a “alguns cidadãos... de prestar serviço ativo à Pátria e deixar o trabalho da oficina como objeto secundário”. Observava então, que “quando a Nação padece, os médicos e os farmacêuticos lhe devem acudir, e a história conta com a mesma glória os sacrifícios que eles estão sempre prontos a fazer, tanto à humanidade, como em favor das liberdades da Pátria”⁴².

Já nos discursos pronunciados pelos farmacêuticos, membros da seção de farmácia da Academia, e publicados na *Revista Médica Fluminense*⁴³, percebemos outro tom, encarnando o espírito da nova associação. Desde já, apresentavam suas reivindicações e propostas para a farmácia brasileira, em que se colocava claramente a necessidade do apoio do governo imperial para a sua concretização, referindo-se apenas às questões concernentes à arte e ciência farmacêuticas. O teor dos seus discursos consistia em reivindicações pela fiscalização do exercício da farmácia, que implicava na atuação de uma polícia sanitária; de reformas do ensino nas faculdades de medicina, instituições regidas pelo Ministério do Império, visando melhorias na qualidade da formação do farmacêutico. A tutela do Ministério do Império era solicitada explicitamente no discurso do boticário Manoel Francisco Peixoto⁴⁴, ao mesmo tempo em que sugeria a participação dos farmacêuticos juntamente com os médicos em um conselho de salubridade geral, que ficaria encarregado de emitir pareceres às autoridades sobre os melhoramentos da higiene pública.

Quanto ao boticário Ezequiel, vejamos o que o próprio dizia então na sua nova performance:

⁴² discurso publicado no *Semanário de Saúde Pública* da SMRJ, n.65, 24/03/1832 e reproduzido por José Messias do Carmo (1984, p.338).

⁴³Ver “Cinco discursos que decidiram sobre a evolução da farmácia brasileira e ditaram normas para aperfeiçoamento do ensino e regularam o exercício legal da profissão”. In: Carmo (1984, p.331-375)

⁴⁴ Discurso sobre as causas que impedem o desenvolvimento da Farmácia no Brasil, e meios de as remover, lido na sessão pública anual da Academia Imperial de Medicina em 30 de junho do corrente ano. (quarto discurso, publicado originalmente na *Revista Médica Fluminense*, n.1,v.4, 1838) In: Carmo (1984, p.351-355).

Monarca Brasileiro! Se os reis da antiguidade, Vossos iguais, tanto honraram a Farmácia, manipulando eles mesmos remédios para curar os homens seus semelhantes, Vós, Senhor, Imitai-o, protegendo essa ciência que por mais de uma vez tem restituído aos Brasileiros a Preciosa Vida de V.M. Continuai, Senhor, a proteger a Academia Imperial de Medicina de quem faz parte a seção de Farmácia, e vereis como dentro em pouco ela chegará pressurosa ao Zenith da sua perfeição, e destarte, o Nome Augusto de V.M.I a par do da ciência será levado ao mais recôndito lugar do Mundo conhecido (Carmo, 1984, p.350)⁴⁵.

Era a própria imagem do monarca ilustrado ou a imagem iluminista do monarca que devia apoiar as ciências, de sábio mecenas ou de reis taumaturgos, inspiradas na antiguidade e projetadas na figura do menino Pedro, cuja maioridade não havia ainda sido declarada. Peixoto também citava como exemplo o nome dos reis da Prússia, França e Alemanha, que haviam sancionado leis que estabeleciam a regulamentação da prática farmacêutica.

Ficava explícita, através destes discursos, a solicitação de proteção do Estado imperial àquela associação e a reivindicação de participação de seus membros nas decisões deste mesmo Estado, relacionadas à saúde da população, ou seja, que envolviam diretamente as suas ocupações. Segundo rezavam os estatutos da Academia Imperial de Medicina, aprovados pelo decreto regencial de 8/05/1835, ela própria ou as faculdades de medicina do Império, seriam os órgãos responsáveis pela validação de remédios novos e secretos. Por outro lado, o fato de pertencer à Academia já era uma garantia de recomendação para ocupação de um emprego público ou para integrar comissões relativas ao exercício da medicina (Ferreira, Maio, Azevedo, 1998). Percebe-se então, um tom corporativista, a concessão de privilégios pelo Estado aos seus membros e a intenção destes de administrar a fiscalização concernente às suas práticas médica, cirúrgica e farmacêutica. Formava-se assim, uma elite farmacêutica ao lado de uma elite médica no município da Corte.

⁴⁵ Sobre a história da Farmácia no Brasil (terceiro discurso, publicado originalmente na *Revista Médica Fluminense*, 1837). In: Carmo (1984, p.344-350).

2. ASSOCIAÇÕES FARMACÊUTICAS: BRASIL - PORTUGAL

A conjuntura dos anos de 1850 no Brasil seria propícia à formação de novas associações de diversos matizes classista, científico-literárias⁴⁶ e/ou filantrópicas que colaborariam para a manutenção do equilíbrio de tensões entre os seus representantes e o Estado imperial.

A Sociedade Farmacêutica Brasileira e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro viriam fazer coro junto a estas associações, na composição de um cenário em que se anunciava uma nova configuração dos grupos sociais, políticos e de cientistas que buscavam representação e uma identidade no país. Nesta época, evidenciava-se o projeto de consolidação do Império, que tinha como uma de suas metas incentivar a formação de uma cultura local, com intenções de forjar simbolicamente uma identidade própria para a monarquia brasileira, a única no continente em meio às repúblicas latino-americanas (Guimarães, 1988; Alencastro, 1997; Schwarcz, 2003). Depois do período conturbado das regências (1831-1840), compreendido por diversas revoltas liberais das províncias, é retomado o Conselho de Estado e o exercício do poder moderador, caracterizando uma política centralizadora, que reequilibra as tensões, principalmente no município da Corte, colocando-se em destaque a figura do Imperador Pedro II (Mattos, 1987). Além disso, a epidemia de febre amarela do verão de 1849-1850 inauguraria a forma endêmica desta doença, sendo erradicada somente no início do século XX, durante gestão do médico sanitário Oswaldo Cruz na Diretoria Geral de Saúde Pública. Outras doenças como o cólera, a varíola, a febre tifóide, a tísica pulmonar e a sífilis também acometeram as populações do município da Corte e de várias regiões do Império e do mundo⁴⁷. Neste quadro, aquela elite farmacêutica e médica reunida em

⁴⁶ o termo literário naquela época muitas vezes aparecia associado a homens de letras, letrado, científico, sendo empregado, inclusive, para designar as reuniões da Sociedade Farmacêutica Brasileira, denominadas de sessões literárias, cujos objetos de discussão eram científicos.

⁴⁷ Ver a esse respeito Tesh (1982). A autora observa que dentre as doenças que acometeram a Europa durante o século XIX, a febre amarela e o cólera, como doenças epidêmicas foram as que mais suscitarão ações de uma política sanitária no mundo. Isto embora, a febre amarela tenha atingido mais os continentes da América e África. As populações das cidades da Filadélfia e de Nova York teriam sido as mais atingidas durante epidemias entre os séculos XVIII e XIX, quando morreram milhares de pessoas. Tal fato teria gerado medo da febre amarela por parte da população da Europa, visto que ainda não se sabia ao certo como ela era transmitida.

associações, continuaria sendo requisitada pelo governo imperial a título de consultoria. Algumas destas conseguiriam patrocínios do Imperador mecenas, como o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro que foi inaugurado estrategicamente no dia do aniversário da Princesa Isabel – 29 de julho de 1858.

Do outro lado do Atlântico, em 24 de julho de 1835 era criada a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, dois meses depois da recriação da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa⁴⁸, defendendo propostas semelhantes às associações brasileiras. A sua criação deu-se numa conjuntura marcada pela vitória do liberalismo com a retomada do trono por Pedro IV⁴⁹ em 1834 que faleceu neste mesmo ano, sendo substituído por sua filha rainha D. Maria II. A data de sua fundação foi bastante significativa visto que, completava um ano da vitória dos liberais sobre as tropas miguelistas, representantes de um absolutismo extremado. Nesta época, Portugal depois de uma verdadeira guerra civil, também conseguira uma certa estabilidade política, embora que temporária, tendo havido vários embates entre liberais moderados e os mais radicais e/ou conservadores. Entre 1836 e 1850, a historiografia portuguesa⁵⁰ costuma citar várias facções que se formaram na disputa pela condução política do país: os setembristas, que receberam este nome devido ao movimento ocorrido em setembro de 1836, que era formado pela pequena burguesia e reivindicavam o restabelecimento da Constituição de 1822; os cartistas que faziam oposição aos primeiros apoiando a Carta Constitucional de 1826, remetida por D. Pedro I, do Brasil, era formado pelos grandes proprietários de terras que haviam enriquecido com aquisição dos bens do clero, que depois receberam o nome de cabralistas devido ao apoio prestado aos irmãos Costa Cabral que ocuparam o ministério do Reino em várias ocasiões. No período de 1836 a 1842, o grupo dos setembristas mantiveram-se

⁴⁸ Foi criada inicialmente por 8 médicos, 10 cirurgiões e 3 farmacêuticos no ano de 1822, ficando instalada no Convento de São Francisco mas, devido ao clima de guerra civil que se instaurou a partir de 1823 realizou sua última sessão em 24 de maio deste mesmo ano. Ver a esse respeito Mira (1947).

⁴⁹ D. Pedro IV, que era D. Pedro I no Brasil, onde fora hostilizado devido as suas posições absolutistas, em terras portuguesas posicionou-se a favor dos liberais chefiando as tropas contra o rei D. Miguel, seu irmão absolutista. As diferentes posições assumidas por D. Pedro poderiam ser explicadas pela ameaça da implantação de um regime republicano no Brasil, reclamado pelo grupo dos liberais exaltados, ao qual pertencia o farmacêutico Ezequiel, o que colocaria o país sob influência direta dos EUA, frustrando os planos de reaproximação entre Brasil e Portugal. O ministro de negócios estrangeiros de Portugal, Palmela, tinha intenções, inclusive, de reconstituição do Reino Unido de 1816. Ver Mello (2002), a respeito das tentativas de negociações dos apoios da Inglaterra e do governo do Rio de Janeiro por Palmela para a realização de seu intento, representativo do grupo dos liberais moderados.

⁵⁰ Ver a esse respeito a obra organizada por Mattoso (1996).

no poder, embora tenha havido várias investidas dos cartistas, que tinham apoiado D. Miguel, para destituí-los entre as quais a chamada belenzada, ocorrida em novembro de 1836 em Belém, e a revolta dos marechais no ano seguinte. Em 1842, os cartistas partidários de Costa Cabral voltaram ao poder aproveitando-se das resistências às propostas extremistas dos setembristas, tais como a abolição da escravatura em 1836, tendo sido instaurado o governo dos irmãos Cabral, de cunho autoritário. Em 1846, teve início o movimento que ficou conhecido pelo nome de patulêia (pés descalços), que foi desencadeado pela população rural da região do Minho, que havia empobrecido com as invasões francesas. Defendendo propostas separatistas, teve como um dos chefes populares das juntas que se formaram, os irmãos José da Silva Passos e Passos Manoel, que haviam ocupado cargos no governo imperial depois da vitória dos liberais em 1834. A partir de 1851, inaugurou-se um período que ficou conhecido pelo nome de regeneração, cuja proposta era retomar o equilíbrio político do país a partir da adoção da Carta Constitucional de 1826 e de sua reforma aprovada pelo Ato Adicional de 1852. Neste período, foi criada a pasta de obras públicas, indústria e comércio, ocupada por Fontes Pereira de Melo que promoveu as construções de estradas de ferro ligando os dois principais centros urbanos do país – Lisboa a Porto, a renovação das estradas rodoviárias e dos portos, além de reformas urbanas direcionadas principalmente à capital Lisboa.

Desde a ocupação napoleônica e a transferência da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro em 1808, operaram-se mudanças nas relações luso-brasileiras realçando a posição da Inglaterra em Portugal devido às alianças que se constituíram para vencerem as guerras napoleônicas na península e depois, para o reconhecimento da independência do Brasil, em 1825. A volta e vitória de d. Pedro I /IV resolvera a questão da sucessão em Portugal e agitara o Brasil durante o período regencial, que terminaria com a coroação do jovem imperador Pedro II. Estes episódios significariam a vitória do liberalismo moderado conservador, defensor de uma monarquia constitucional em ambos países que só a partir dos anos de 1850 conseguiriam uma certa estabilidade. Neste período, evidenciaram-se a presença dominante da imigração portuguesa e de sua influência na configuração do então Império do Brasil.

A proximidade entre a história dos dois países ficou patente no histórico das associações farmacêuticas. A Sociedade Farmacêutica de Lisboa, a partir de 1838 denominada Sociedade Farmacêutica Lusitana, seria uma com as quais as congêneres brasileiras manteriam contato mais freqüente. No entanto, o circuito entre os dois países ampliava-se a medida em que os contatos estenderam-se a outros países europeus como a França, principalmente. Nesta situação, a sociedade lusa aparece algumas vezes como intermediadora ao enviar artigos traduzidos de revistas francesas para aquelas associações brasileiras.

Durante o reinado de D. Maria II (1834-1853) foram promovidas várias reformas, cujos farmacêuticos pertencentes à Sociedade Farmacêutica Lusitana tiveram alguma influência, sendo atendidos em algumas de suas reivindicações para a farmácia. Entre estas reformas, destacam-se as realizadas na área da educação e a extinção da Fisicatura, órgão regulamentador e fiscalizador de suas atividades. Nos seus discursos, aqueles farmacêuticos sempre rememoravam as reformas pombalinas considerando-as as primeiras que teriam beneficiado a farmácia, ficando explícito aqui também a retomada do pensamento ilustrado sob o aspecto do papel do Estado, mas precisamente da rainha no apoio que deveria ser dado às ciências naturais, à sua divulgação e transmissão.

Como vimos anteriormente, a referência portuguesa no processo de institucionalização da farmácia no Brasil, mais especificamente na cidade carioca, ficou também em evidência através do percurso do boticário Ezequiel, representativo da formação e atuação de uma elite farmacêutica e médica reunida nas associações. Os históricos dessas associações e da Sociedade Farmacêutica Lusitana, e as trajetórias de alguns de seus integrantes nos fornecem elementos para refletir sobre as relações que se estabeleceram entre um e outro lado do Atlântico.

2.1 SOCIEDADE FARMACÊUTICA BRASILEIRA E INSTITUTO FARMACÊUTICO DO RIO DE JANEIRO

A primeira associação de farmacêuticos na Corte surgiu num contexto de epidemia marcado por disputas, indefinição de espaços de atuação e de venda indiscriminada de remédios diversos, que será detalhada na parte II deste estudo. Mas, a proposta de criação de uma associação não teria partido só do grupo de boticários e médicos ligados a Ezequiel.

Já em 20/11/1849, foi publicado um artigo no *Correio Mercantil*, de autoria do médico Carlos Luiz de Saules, sobre a necessidade da criação de uma Sociedade Médico-Farmacêutica, que teria como fins: estabelecer um montepio médico-farmacêutico; enviar às províncias do Império, médicos hábeis, sobretudo em ocasiões de epidemia; estabelecer nas províncias farmácias dirigidas por farmacêuticos brasileiros; facilitar a entrada para os cursos de medicina e farmácia aos estudantes pobres, que se mostrassem habilitados, e enviar à Europa médicos brasileiros de talento, para o estudo de objetos especiais que lhes fossem indicados. Todas estas propostas seriam incorporadas de certa forma pelo grupo que fundou a Sociedade Farmacêutica Brasileira. No entanto, é curioso que os seus primeiros estatutos datados de 12 de fevereiro de 1851, antecedendo o dia da inauguração oficial da instituição, 30 de março, não tenham sido submetidos à aprovação do governo imperial⁵¹, como havia ocorrido com a Academia Imperial de Medicina, à qual pertenciam alguns dos seus fundadores. O Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro também teria os seus estatutos aprovados pelo governo imperial no mesmo ano de sua criação, pelo decreto nº 2.283 de 20 de outubro de 1858, antes mesmo da Sociedade Farmacêutica Brasileira, que só os teria aprovados pelo decreto nº 2850, de 23/11/1861⁵².

No entanto, o comparecimento de personalidades representativas da comunidade médica e do governo imperial na solenidade de sua inauguração

⁵¹ Foram publicados na *Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º ano, nº4, v.I, out. de 1851, p.68-72.

⁵² Ver Coleção das Leis do Império do Brasil de 1861. Estes estatutos seriam praticamente idênticos aos primeiros com a diferença que apresentava o Regulamento do Montepio da Sociedade no final.

demonstrava um certo reconhecimento, tais como o presidente da Academia Imperial de Medicina e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Martins da Cruz Jobim; os ministros do Império, Visconde de Monte Alegre (José da Costa Carvalho); da Fazenda, Visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres); de Estrangeiros, Visconde de Uruguai (Paulino José Soares de Sousa); os Conselheiros de Estado e Senadores, Visconde de Olinda (Pedro de Araújo Lima) e José Clemente Pereira; o chefe de polícia; magistrados; oficiais gerais, médicos, “e pessoas ilustradas de todas as classes”⁵³. Além destas personalidades, entre os convidados, era mencionada a presença de alguns membros da Sociedade Farmacêutica Lusitana residentes no Brasil⁵⁴. No mesmo ano a notícia de criação da Sociedade Farmacêutica Brasileira aparecia nas páginas do periódico desta associação em Lisboa e no *Jornal de Pharmacia e Sciencias Acessorias de Lisboa*⁵⁵, cujos proprietários e redatores eram farmacêuticos pertencentes à Sociedade Farmacêutica Lusitana.

A sua criação foi comunicada ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, apresentando os seus principais objetivos de “melhorar o estado da farmácia, extirpar os abusos tolerados no seu exercício, divulgar a matéria médica brasileira e concorrer para o melhoramento da saúde pública”⁵⁶, oferecendo os seus serviços àquele órgão do governo imperial. Por parte da Academia, esta concedia ao pedido de Ezequiel para que as reuniões da associação, que deveriam ocorrer duas vezes por mês, fossem realizadas em suas dependências, e aplaudia a iniciativa⁵⁷. Em maio de 1859⁵⁸, a Sociedade comunicava à Academia que a partir de então, as suas sessões passariam a ser realizadas na casa nº 4 da rua do Areal⁵⁹.

⁵³ Ver SESSÃO Pública de Instalação da Sociedade Farmacêutica Brasileira. *Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º ano, nº1, v.I, jul. de 1851.

⁵⁴ Não foram localizados nas fontes consultadas os nomes destes personagens.

⁵⁵ *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, v. II, nº6, 1851, p.195-196; *Jonal de P e S Acessorias de Lisboa*, 1ª série, tomo 4º, 1851, p.231.

⁵⁶ Carta dirigida ao Ilmo Sr. Presidente e Vereadores da Ilma. Câmara Municipal, assinada pelo 1º Secretário José Caetano da Silva Costa, em 22/04/1851 (AGCRJ – Código (191) 39-4-4 – Associações e Sociedades).

⁵⁷ SESSÃO Geral em 10/04/1851. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, nº.9, 7º ano, v. VII.

⁵⁸ *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, n.3, v.13, maio de 1859, p.47.

⁵⁹ Desde 1830, o terreno de 15 braças de frente, no lado direito da rua do Areal, era aforado a Ezequiel Correa dos Santos (pai). Neste terreno ficava a fábrica de produtos químicos farmacêuticos de sua propriedade, que compreendia dois corpos distintos: o dos fundos, onde funcionava a fábrica, e o da frente, no alinhamento da rua e com sobrado residencial (Gonçalves, 2004, p.263).

A Sociedade teria entre os seus primeiros sócios alguns médicos que também pertenciam à Academia Imperial de Medicina e/ou à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tais como, José Pereira Rego, José Ribeiro de Souza Fontes, Luiz da Cunha Feijó e Francisco Lopes de Oliveira Araújo. Eram 10 doutores em medicina⁶⁰, num total de 70 sócios que compunham a Sociedade, sendo 8 estabelecidos na Corte, 1 no Ceará e 1 na Villa Estrela, situada na província fluminense. Alguns deles, inclusive, ocupariam cargos importantes como redatores dos periódicos e membros do corpo administrativo da associação.

Por outro lado, grande parte dos sócios farmacêuticos eram proprietários de boticas no município da Corte, alguns titulados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que desde a reforma de 1832, oferecia um curso farmacêutico⁶¹, outros pela Fisicatura. Havia dois boticários que eram franceses, membros também da Seção de Farmácia da Academia Imperial de Medicina - João Maria Soullié⁶², formado pela Escola de Farmácia de Paris, e João Francisco Alexandre Blanc, formado pela Escola de Farmácia de Montpellier. Ambos eram proprietários de boticas na rua do Ouvidor desde finais dos anos de 1820, rua onde a maioria das lojas comerciais era de propriedade de franceses⁶³. Outros dos seus sócios boticários trabalhavam nos hospitais Militar, da Marinha e da Misericórdia. Quanto à procedência, poucos eram de cidades da província fluminense – Piraí (1), Villa da Estrela (1), Vila de São Sebastião (1), Nova Friburgo (1); outros das cidades de São Paulo (1), Recife (2), Porto Alegre (2), sendo a maioria da capital do Império.

É interessante observar que foi um boticário titulado pela Fisicatura-Mor do Reino, Ezequiel Corrêa dos Santos, que presidiu a associação durante o seu período mais atuante – entre 1851 e 1864, pelo menos do que conseguimos informações. Depois do falecimento de Ezequiel neste último ano, praticamente

⁶⁰ ver relação de sócios *Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º. ano, n.11, v.I, maio 1852, p.183-184.

⁶¹ Pela lei de 3/10/1832, as academias médico-cirúrgicas do Rio e da Bahia passaram a ser chamadas de escolas ou faculdades de medicina, quando então foi proposta a criação de um curso farmacêutico vinculado a estas escolas. O curso de farmácia seria dado em 3 anos incluindo as disciplinas: física médica, botânica médica e princípios elementares de zoologia; química médica e princípios elementares de mineralogia; matéria médica, especialmente a brasileira, e farmácia e arte de formular.

⁶² Soullié (1800-1878) – formou-se em 09/08/1825, retornando no ano seguinte a sua cidade natal, Toulouse, onde se estabeleceu. Em 1829, veio para o Rio de Janeiro, trazendo consigo o seu laboratório farmacêutico de Toulouse. *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, t. XXX, jun.-jul. de 1878, p.29-30.

⁶³ ver a esse respeito Joaquim Manoel de Macedo (1988), cuja 1ª edição data de 1878.

não encontramos mais nenhuma notícia sobre a Sociedade, a não ser informações no *Almanaque Laemmert* até o ano de 1878 sobre a sua diretoria, quando então os cargos de presidente e vice-presidente eram ocupados pelos médicos Antônio Fernandes Pereira Portugal, e Joaquim Marcos de Almeida Rego, respectivamente⁶⁴. Quanto aos periódicos, o último que conseguimos ter acesso foi referente ao ano de 1864, cuja redação estava a cargo do boticário Ignácio José Malta. Ezequiel e os seus dois filhos (Ezequiel C. dos S. Júnior e Ernesto Frederico dos Santos⁶⁵), compreenderiam os personagens mais constantes da associação durante o período, assumindo a redação dos periódicos em momentos difíceis, como o da epidemia da cólera em 1855, quando familiares de alguns sócios foram atingidos pela doença, ocorrendo um esvaziamento geral da agremiação.

Através dos seus primeiros estatutos, não oficializados, percebe-se que o caminho proposto para serem reconhecidos, era o emprego da discussão pública em suas chamadas sessões científicas ou literárias e a publicação de um periódico, onde estas sessões fossem relatadas. As propostas de discussão pública e da distribuição do seu periódico ampliariam a difusão dos seus propósitos e discussões. Esta distribuição era feita entre os membros contribuintes, assinantes e demais pessoas a quem interessasse à Sociedade remetê-los⁶⁶. As sessões literárias, que deveriam ser anunciadas previamente nos jornais de maior circulação, tratariam de assuntos relacionados à farmácia prática e ciências acessórias⁶⁷, que lhe serviriam de base, entre os quais o estudo da matéria médica brasileira. Para isto, previa-se a criação de uma biblioteca que

⁶⁴Ver verbete Sociedade Farmacêutica Brasileira em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

É interessante observar que ambos já haviam ocupado cargos públicos de expressão: Pereira Portugal como Diretor do Serviço Sanitário da Santa Casa da Misericórdia do RJ (1853-1866), e Almeida Rego, irmão de José Pereira Rego (Barão de Lavradio), fora presidente da província do Ceará durante os anos de 1850.

⁶⁵ O primeiro deles era farmacêutico e doutor em medicina titulado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1855, foi nomeado lente substituto da seção de ciências acessórias da mesma Faculdade, passando a lente efetivo da cadeira de farmácia em 1859. O segundo ingressou no curso farmacêutico da Faculdade de Medicina do Rio, completando nos anos de 1850 os seus estudos na França.

⁶⁶ Na Sessão Literária de 17/12/1862, encontramos a proposta do seu vice-presidente o médico Antônio Pereira Leitão, de que se ofertassem os números novos e antigos da revista da associação à Academia Imperial de Medicina, à Biblioteca Pública e a outras sociedades literárias (*A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1863).

⁶⁷ A designação de ciências acessórias nesta época para uma das seções das faculdades de medicina estava prevista na lei de 03/10/1832. A seção compreendia as disciplinas da física; botânica e zoologia; química e mineralogia. A farmácia e a matéria médica pertenciam à seção das ciências médicas. Provavelmente, os farmacêuticos ao utilizarem este termo, estariam orientando-se por esta classificação.

reunisse obras a respeito, além de periódicos de sociedades farmacêuticas estrangeiras⁶⁸. A proposta de montar uma drogaria provida de todos os agentes farmacológicos do país e daqueles fornecidos pelos mais acreditados químicos e droguistas estrangeiros e dos que fossem preparados pelo laboratório da Sociedade, seguindo as melhores fórmulas adotadas, mostravam a preocupação em manter um padrão de qualidade na preparação e venda dos medicamentos. Esta produção e seleção dos medicamentos, a serem organizadas pelo grupo em sociedade, poderiam ser vistas também como uma forma de se proteger contra um mercado informal de drogas e de especialidades farmacêuticas, que crescia dia a dia.

Durante aqueles primeiros anos de existência da Sociedade, embora os farmacêuticos solicitassem o apoio do Imperador Pedro II e de seu governo⁶⁹ à causa farmacêutica como na época que eles ingressaram na Academia, a nova associação apresentava singularidades com relação a esta. O fato de organizarem uma drogaria, que a partir de agosto de 1852 fornecia medicamentos para o novo Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro⁷⁰, lhes garantia uma renda, além das mensalidades dos sócios contribuintes e do pagamento de uma jóia para os que ingressavam nesta categoria⁷¹. Mas, mesmo assim, a sugestão de pedir um auxílio ao governo imperial para a edição de seus

⁶⁸ Na consulta aos seus periódicos (*Revista Pharmaceutica e A Abelha*), constata-se a predominância de artigos da Sociedade Farmacêutica Lusitana (muitos sendo traduções de artigos franceses) e da Sociedade Farmacêutica de Paris.

⁶⁹ As intenções de obterem este apoio podiam ser observadas na escolha de personagens políticas importantes para ingressarem na associação. Em 9/06/1852, a Sociedade através de ofício endereçado ao conselheiro e senador Visconde de Olinda (Pedro de Araújo Lima), comunicava sua eleição para membro honorário da associação (IHGB, Lata 215, doc.25). Entre 1837 e 1840, Olinda fora regente e ocuparia o Ministério do Império várias vezes, como então Marquês de Olinda (1857-1858, 1862-1864, 1865-1866).

⁷⁰ O novo hospital foi arquitetado e construído na gestão do Provedor José Clemente Pereira (1838-1854), sendo inaugurado em 1852, ficando situado à rua de Santa Lúzia, onde se encontra atualmente.

⁷¹ O “Balanço anual da Receita e Despesa da SFB, desde 15/03/1852 até 31/03/1853”, nos dá uma idéia melhor de como ela se mantinha:

Despesa: aluguel de cadeiras para a sessão anual, aluguel de um tapete, impressão de cartas e cartões, dois pares de castiçais, 2 copos, pagamento ao entregador da Revista, pagamento a João Manoel de Mattos Pereira por beneficiar as drogas do depósito; aluguel da casa que serve de depósito de drogas; livros de talão e impressão de 400 diplomas para sócios; impressão da Rev. Pharmaceutica; ordenado do porteiro; pagamento ao cobrador da SFB; portes de jornais, cartas e velas para sessões; contas de drogas.

Receita: dinheiro de jóias; mensalidades; assinatura da Revista; juros do Monte de Socorro e Banco do Brasil; drogas vendidas a diversos sócios, fornecimentos de drogas à Santa Casa nos meses de agosto a dezembro.

Tesoureiro: Balthazar de Andrade Monteiro. RJ, 31/03/1853. Neste ano, contava com 64 membros contribuintes, 11 honorários e 2 correspondentes (*Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, 2º ano, v.II, n.10).

periódicos foi ventilada em uma de suas sessões⁷², sendo motivo de discórdias entre os seus sócios. O seu presidente Ezequiel seria uns dos que não concordavam com este pedido. Já outros sócios, como o médico José Pereira Rego, achavam impossível conseguir tal auxílio, o qual não se realizou. Por outro lado, a proposta da criação de um montepio para viúvas e familiares dos farmacêuticos registrada nos seus primeiros estatutos, são revistas em 1853, concluindo-se que a associação não teria fundos suficientes para tal. É sugerida então por uma comissão que o montepio fosse convertido numa Caixa de Socorro, ou seja, ao invés de garantir pensões, repartiria apenas pequenas quantias por seus contribuintes e familiares em casos de terem que ser socorridos⁷³. Mas, pelos seus estatutos aprovados pelo decreto n° 2.850, de 23/11/1861, é aprovado o regulamento do montepio, que garantia o direito ao sócio contribuinte de formar uma pensão pecuniária para si ou familiares ou estranhos, depois de sua morte. Mais tarde, em 1870, pelo decreto n° 4.454, de 12 de janeiro, o montepio é dissolvido, ficando garantidas as pensões existentes, e a associação torna-se “puramente literária”. Quer dizer, passou a ter conotação científica apenas, deixando de oferecer garantias pecuniárias para os descendentes das novas gerações de farmacêuticos e médicos, que pudessem vir a ingressar na Sociedade. Um dos seus principais objetivos seria anulado, expressando o seu esvaziamento e término?

Mas, antes disso, a história de vida desta associação já teria passado por vários percalços. O período entre os anos de 1857 e 1861, quando foi interrompida a circulação de seu periódico, que registrou suas sessões até fevereiro de 1856, foi entrecortado por vários acontecimentos que quase levaram ao seu fechamento. Entre estes, chama-nos a atenção o caso de envenenamento fatal causado por medicamento que teria sido aviado na botica de seu presidente Ezequiel, em março de 1856⁷⁴. Outra questão curiosa, foi referente à proposta,

⁷² Sessão Literária de 28/10/1853. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, v.3, 1853-1854.

⁷³ PARECER da Comissão da Sociedade Pharmaceutica Brasileira encarregada da execução do Montepio da mesma em 20/06/1853, por Manoel Hilário Pires Ferrão (relator), José Marques de Gouvêa e Dr. Antônio Pereira Leitão. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, v.3, 1853-1854, p.40-44.

⁷⁴ O medicamento vendido em sua botica foi uma mistura de calomelanos com santonina usado no tratamento de verminoses, que causou a morte de um escravo e a intoxicação de alguns clientes. O caso foi noticiado pelos jornais de grande circulação da época, ocupando inclusive as páginas do jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana, tendo sido julgado em sessão especial pela Academia Imperial de Medicina. Para maiores detalhes, ver parte II.

formulada em setembro de 1860 pelo Conselheiro Presidente da Academia Imperial de Medicina, Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, de criação de uma “associação geral de médicos que tratasse dos interesses profissionais da sua classe, e que representasse contra os abusos nomeando pessoas encarregadas de fazer isso em seu nome e de perseguir em juízo os detratores”⁷⁵. Acontece que esta proposta de representar contra as irregularidades cometidas no exercício da farmácia e da medicina, já era uma prática prevista nos estatutos da própria Academia, e também nos primeiros da Sociedade Farmacêutica Brasileira, que ainda não tinham sido submetidos à aprovação do governo. Esta sugestão teria surgido por ocasião da formação de uma comissão na Academia, formada pelos médicos, Nicolau Joaquim Moreira e Garnier, e pelo farmacêutico Eduardo Júlio Janvrot⁷⁶, encarregada de estudar os meios de minimizar os riscos de envenenamento motivados por erros nas vendas de drogas, por indivíduos despreparados, apontados por Janvrot. O argumento utilizado para a criação daquela associação era o de fornecer meios de proteger a sociedade imperial, leia-se a corporação médico-farmacêutica, do chamado charlatanismo. Defendia, assim, a instituição de uma caixa de socorros para a corporação médico-farmacêutica, que se encontrava “desprovida de qualquer garantia na velhice e em caso de doença”⁷⁷. Pretendia-se chegar ao governo imperial, via Academia, que manteria tal associação inicialmente. No entanto, não encontramos informações suficientes para afirmar a existência concreta desta sociedade. O farmacêutico Vicente Godoy (1955) ao fazer um rápido histórico sobre associações farmacêuticas ao longo dos anos, cita em sua relação uma de nome “Sociedade Médico-Pharmaceutica de Beneficência Mútua”, criada em 1867 no Rio de Janeiro, que poderia ser esta.

⁷⁵ Sessão Geral em 17/09/1860. *Annaes Brasilienses de Medicina*, ano XIV, v. XIV, nº7, set. de 1860, p.121.

⁷⁶ Um dos fundadores e presidente do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, que chegou a se filiar à Sociedade Farmacêutica Brasileira, tendo comparecido a algumas de suas sessões, que coincidiram com a época do envenenamento causado por ingestão de medicamento vendido na botica de Ezequiel. Como membro da citada Sociedade, foi escalado para fazer parte da comissão com fins de analisar as substâncias que compunham o medicamento. No parecer, rejeitado pela Sociedade, era afirmado a presença de estricnina na santonina, o que teria causado os envenenamentos. Desligou-se logo em seguida da associação. A Academia Imperial de Medicina, instituição na qual teve participação atuante nos anos de 1860, ao julgar o caso, chegaria à mesma conclusão (ver mais detalhes na Parte II).

⁷⁷ PARECER da comissão nomeada em sessão de 15 de setembro do corrente ano, para formular um projeto de estatutos para uma associação médico-farmacêutica. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, RJ, n.11, 1 nov. 1862, p.131-132; n.13, 1/12/1862; n.14, 15/12/1862, e n.6, 15/03/1863.

É interessante observar a utilização do argumento do charlatanismo, para solicitação de proteção ao poder público. Nesta época, a Sociedade Farmacêutica Brasileira que não foi mencionada na documentação examinada a respeito, restabeleceu o montepio para os seus sócios contribuintes, que podiam ser farmacêuticos ou médicos.

Além destes acontecimentos, o Ministério da Fazenda emitia o decreto nº. 2686, de 10/11/1860⁷⁸, que estipulava um prazo de 60 dias para se regularizarem as sociedades de quaisquer naturezas. Para isso, os seus estatutos deveriam ser submetidos à aprovação e autorização do governo imperial. Nesta época, quando esta questão foi posta em discussão na Sociedade, chegou a ser aventada a possibilidade de seu fechamento⁷⁹. Nos anos de 1870⁸⁰, as discussões a respeito da autorização ou tutela do governo como condição para estabelecimento das sociedades foram novamente travadas na Câmara dos Deputados, quando então era proposta a desativação da lei 1083, de 22/08/1860, sobre a qual se apoiou o decreto acima. Os países da França, da Alemanha, da Espanha e de Portugal, que nesta época eram portadores de uma legislação que condenava a intervenção tutelar do governo nas associações, eram citados como exemplos a serem seguidos. Isto nos revela que aquela associação que dizia ter objetivos científicos e profissionais estava submetida à mesma legislação de outras de objetivos diversos, inclusive, comerciais. A sua afirmação como uma associação puramente literária, expressa no texto do decreto nº 4.454, de 12 de janeiro de 1870, mencionado acima, poderia significar a solicitação de um tratamento diverso do conjunto de associações.

Entretanto, desde 1861 alguns acontecimentos sinalizavam para algumas conquistas obtidas pela Sociedade Farmacêutica. Neste ano, em agosto o ensino da cadeira de farmácia prática da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passou a ser ministrado no laboratório do presidente Ezequiel e filhos, situado à rua do Areal, disciplina que era ministrada pelo médico e farmacêutico Ezequiel

⁷⁸ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860*, t.XXI, parte II. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1860, p.1061-1063.

⁷⁹ SESSÃO Literária de 3/12/1860; Sessão Extraordinária de 10/12 e de 16/12/1860. *A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira* ano I, n.6, dez. de 1862.

⁸⁰ Ver a esse respeito COMPANHIAS ou Sociedade Anônimas. Sessão de 1878. *Annaes da Câmara dos Deputados*, t.I, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878, p.223-225.

Júnior. Neste mesmo ano os seus estatutos eram aprovados pelo governo imperial (decreto nº 2.850, de 23/11/1861) e no ano seguinte, o seu periódico voltava a circular.

Neste cenário, fica evidente aqui mais uma vez, a relação estreita entre o histórico da Sociedade Farmacêutica Brasileira e a trajetória do personagem Ezequiel e de seus dois filhos, Ezequiel C. dos Santos Júnior e Ernesto Frederico dos Santos.

Podemos observar o mesmo com relação ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, isto é, a trajetória de seus dois únicos gestores seria representativa de uma elite farmacêutica, que através de seus prestígios e contatos, trilharam os caminhos da associação. Os seus presidentes farmacêuticos, o francês Eduardo Júlio Janvrot (1831-1892), e o piauiense Eugênio Marques de Holanda (1836-1892), eram ambos diplomados pela Faculdade de Medicina do Rio, proprietários de estabelecimentos que se destacavam na Corte, membros da Academia Imperial de Medicina e farmacêuticos da Casa Imperial, além de pertencerem a várias associações nacionais e estrangeiras. Eduardo Júlio Janvrot, que exerceu o cargo durante 24 anos, tendo vindo ainda criança para o Brasil, sendo provavelmente filho de comerciantes, visto que grande parte dos franceses que vinha para cá nesta época, dedicava-se à atividade comercial (Sousa, 1988). Diplomando-se farmacêutico em 1854, tornou-se neste mesmo ano, proprietário de botica à rua da Lapa. Em 1863 estabeleceu-se à rua da Quitanda, com uma farmácia e drogaria, onde fabricava “especialidades farmacêuticas” e vendia remédios importados. Em dezembro de 1859, ano seguinte à criação do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, foi empossado como titular na Seção de Farmácia da Academia Imperial de Medicina, mediante a apresentação da memória “Algumas palavras sobre o óleo de fígado de bacalhau”⁸¹.

Eugênio Marques de Hollanda, natural do Piauí, era filho de negociante português com uma descendente das famílias abastadas Hollanda e Cavalcanti, do Crato e de Pernambuco. Ocupou a presidência do Instituto de 1882 até seu término, cuja data é incerta, entre 1887 e 1889. Formado em 1860, foi proprietário de botica em Teresina e no Rio de Janeiro, sendo que em 1881 inaugurou o

⁸¹ Publicada nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, n.12, v.13, fev. 1860, p.242-256.

Laboratório da Flora Brasileira, na antiga rua do Conde, atual Visconde do Rio Branco, que contou com a presença do Imperador Pedro II (Santos Filho, 1991; Carvalho, 1942).

O Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro foi considerado, pela historiografia tradicional (Santos Filho, 1991, Carvalho, 1929), como a instituição farmacêutica mais importante do Brasil durante o século XIX, tendo mobilizado a expressiva elite farmacêutica e médica em torno de suas iniciativas, principalmente as voltadas para o ensino farmacêutico. Os seus estatutos aprovados no ano de sua fundação (1858) já demonstravam a prioridade deste propósito, visando preparar jovens para trabalharem como ajudantes de farmácia e/ ou para ingressar no curso oferecido pela Faculdade de Medicina. A implantação da Escola de Humanidades (1874) e da Escola Superior de Farmácia (1884) marcaria a sua história, embora tenham tido duração efêmera⁸².

Quanto a sua composição, percebe-se um número maior de farmacêuticos que se destacavam na Corte, do que a Sociedade Farmacêutica Brasileira no seu início. Além de seus gestores, havia alguns farmacêuticos militares que conseguiram destaque a partir do episódio da Guerra do Paraguai (1865-1870) como o alferes Augusto Cezar Diogo, que desde 1877 ficaria encarregado do Laboratório Químico Farmacêutico, órgão do Corpo de Saúde do Exército, tendo participação ativa tanto nas ações empreendidas pelo Instituto, como nas sessões da Academia Imperial de Medicina, como membro da seção de farmácia. A partir de década de 1870, houve outros que se destacaram também como proprietários de farmácia que incorporaram o ramo de drogaria, como Eugênio Marques de Hollanda, Francisco Maria de Mello e Oliveira, Theodoro Peckolt⁸³ e Gustavo Peckolt. Estes, além de proprietários deste tipo de estabelecimento, realizavam pesquisas sobre plantas e alimentos de uso medicinal. Mello Oliveira nos anos de

⁸² Assunto a ser tratado na Parte III.

⁸³ Theodoro Peckolt (1822-1912) de origem alemã, e contemporâneo de C. F. Von Martius, veio para o Rio de Janeiro na década de 1840 empregando-se na botica de Simão Marcolino Fragoso, sócio da Sociedade Farmacêutica Brasileira. Posteriormente, percorreu a cavalo as províncias do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro realizando vários estudos sobre as plantas dessas regiões. Depois de prestar exame na Faculdade de Medicina do Rio, estabeleceu-se em Cantagalo no ano de 1851, onde se casou e abriu uma botica. Em 1868, transferiu-se novamente para a Corte, agora com estabelecimento próprio, à rua da Quitanda. Ele e seu filho Gustavo Peckolt foram autores das obras “História das Plantas Mediciniais e Úteis do Brasil” e “História das Plantas Alimentares e de Gozo no Brasil” (Santos, 2005). Gustavo Peckolt foi um dos redatores da *Revista Pharmaceutica do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro* (1886-1887), nos seus últimos anos, quando publicou alguns estudos realizados pelo pai.

1880 foi preparador do laboratório de química orgânica e inorgânica da Escola Politécnica.

Nota-se nesta associação, com relação ao ensino farmacêutico, ações mais incisivas do que as da Sociedade Farmacêutica, por tentarem criar escolas independentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Isto talvez pudesse ser explicado pelo maior poder econômico de alguns de seus sócios que abraçaram o ramo da farmácia e drogaria como o próprio Janvrot, que teria sido um dos inauguradores desta prática.

2.2 SOCIEDADE FARMACÊUTICA LUSITANA:

A manutenção da legislação sanitária portuguesa e da própria cultura lusa no além mar espelharia a continuidade da referência portuguesa pelo século XIX adentro. Neste quadro, as relações entre as associações brasileiras e a Sociedade Farmacêutica Lusitana embora elas não fossem únicas, merecem ser destacadas pelos seus pontos de identificação expressos pelos sentimentos comuns de atraso e de estarem à margem dos centros científicos da época, constituídos por outros países europeus. Percebe-se então, que a solução apontada por estes atores para superar o atraso era a reunião em associações científicas que se articulavam entre si através de seus periódicos específicos. A farmácia como ramo das ciências naturais, era vista como fator de progresso, de civilização ou mesmo como elemento importante na construção de uma cultura local. A pesquisa a acervos portugueses me apresentou outros ângulos de visão sobre estas relações, viabilizando um aprofundamento maior da questão. O conhecimento das trajetórias de alguns dos integrantes da associação portuguesa foram elucidativos, servindo como fio condutor para a discussão sobre os intercâmbios que se estabeleceram entre as associações brasileiras e a lusa, buscando os seus sentidos e objetos.

Nos relatos encontrados sobre a história da Sociedade⁸⁴, destaca-se a figura de José Dionysio Corrêa (1808-1884), farmacêutico administrador da botica

⁸⁴Canejo (1988), Valente (1944/1945), Ribeiro (1879, v.8) e Dias (2005).

do Hospital Nacional e Real São José⁸⁵, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Foi um dos seus principais sócios fundadores. Estes, como o boticário brasileiro Ezequiel, tiveram os seus títulos conferidos pela Fisicatura, tendo aprendido o ofício na prática, ou seja, atrás do balcão de alguma botica.

Desde 1834, o nome de Dionysio já aparecia como um dos principais articuladores na criação da Sociedade, ocupando o cargo de secretário da comissão encarregada de organizar o plano de uma reforma farmacêutica, no qual era rechaçada a prática da instituição da fisicatura-mor. Pela Portaria de 23/02/1835, foram suspensas as atribuições dos físicos-mores, incentivando o projeto de criação de uma associação farmacêutica. A idéia partiu de um grupo de farmacêuticos e cirurgiões que se reuniam naquele Hospital Nacional e Real São José, local onde desde 1825 funcionava a Real Escola de Cirurgia que incluía o ensino de matéria médica e farmácia que era ministrado na botica daquele estabelecimento, ficando a parte prática sob a responsabilidade do seu boticário.

Por ocasião da instalação da Sociedade Farmacêutica de Lisboa, Dionysio Corrêa proferiu discurso⁸⁶ no qual chamou a atenção para o atraso da farmácia em Portugal com relação a outros países europeus tais como, França, Alemanha, Inglaterra e mesmo Espanha, onde a farmácia viria apresentando progressos “a passos de gigante”. A Fisicatura-Mor, como órgão fiscalizador e examinador da arte farmacêutica, era apontada como a principal causa deste atraso, sendo vista como representativa do governo despótico, absolutista, cerceador da independência dos farmacêuticos, concedida anteriormente pela carta régia de privilégios de 22/04/1449⁸⁷. A seu ver, a atuação dos físicos-mores era regida pelos seus próprios interesses, ou seja, quanto maior o número dos prestadores de exames, solicitação de licenças e aberturas de boticas, maior a garantia de uma renda vultosa para eles. Corrêa denunciava, assim, a falta de interesse

⁸⁵ Este Hospital substituíra em 1769 o Hospital Real de Todos os Santos, fundado no reinado de D. João II, no ano de 1492 que havia sido destruído pelo terremoto de 1755 (Canelhas, 1943).

⁸⁶ Publicado no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*, tomo. I. Lisboa: Imprensa de Candido Antonio da Silva Carvalho, 1836, p. 14-19.

⁸⁷ Carta expedida por D. Afonso V, na qual se refere à convocação de boticários árabes para o reino português e a concessão de privilégios à categoria: “...pela muita míngua que houve no tempo da peste, das mezinhas, e Boticas em que pereceram muitas gentes, e das que se achavam, estão faltas de mestres fizeram vir de Ceuta ao Mestre Ananias, trazendo muitos à sua custa e com elas alguns Boticários aptos para este Reino, prometendo-lhe da nossa parte certos Privilégios, Liberdades e Isenções” (apud Pita, 2000, p.93).

daqueles agentes fiscalizadores no nível de conhecimento e instrução dos que praticavam este ramo da arte de curar. Quanto aos ramos da arte de curar, medicina, cirurgia e farmácia, entendia que deveria haver uma independência entre estes ao mesmo tempo que uma aliança. Desta forma, esta Sociedade também reuniria farmacêuticos e médicos, como nas brasileiras.

Com o governo liberal de D. Maria II, cognominada de “educadora” e apelidada de “nossa adorada soberana”, sob um novo regime “justo e filantrópico”, os farmacêuticos seriam libertados, podendo “se aproximarem na teoria e processos da Arte aos Farmacêuticos das Nações mais cultas, e pelo tempo, colocar-se no mesmo paralelo” (idem, p.18). A rainha D. Maria II e o seu consorte D. Fernando acabariam sendo eleitos sócios protetores da Sociedade. A reunião dos pares em sociedade era vista como mobilizadora e viabilizadora de planos de melhoramento para a farmácia apresentados aos poderes legislativo e executivo, sendo voltados para os

Farmacêuticos de todo o Reino, em o Jornal da Sociedade, as mais interessantes doutrinas de nossa Profissão; e ao Público úteis avisos, tudo em benefício da Saúde e Indústria do País. Contribuindo desta sorte para o bem da Pátria e progresso das luzes, em recompensa de nossas fadigas seremos abençoados por nossos concidadãos, e o Genio da Civilização gravará nossos nomes no Templo da Glória (idem, p.19).

Durante o reinado de D. Maria II (1834-1853), a farmácia, compreendida como ciência e classe por aqueles atores, passaria por algumas modificações em termos legislativos e de jurisprudência traduzidas pela criação e regulamentação do Conselho de Saúde Pública do Reino pelo decreto de 3/01/1837, que ficava composto por 12 vogais, entre os quais, 3 médicos, 2 cirurgiões e 2 farmacêuticos. Além disso, pelo decreto de 29/12/1836, foram criadas escolas de farmácia anexas às Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e de Porto, somando-se a que ficava vinculada à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (tema trabalhado na parte III).

A formação de José Dionysio Correa não deixava de ser semelhante a de Ezequiel Corrêa dos Santos, mas nos revelou talvez uma proximidade maior com o que se considerava os centros científicos da época.

Tendo iniciado sua prática aos 13 anos de idade em farmácia situada à rua Augusta, no centro da cidade de Lisboa, em seguida frequentou os cursos de física e química na Casa da Moeda, ministrados por Luis da Silva Mousinho de Albuquerque. Mousinho por sua vez, aprimorara os seus estudos de química no período de exílio em Paris, quando foi aluno de Nicolas Louis Vauquelin⁸⁸, tendo sido autor de livro didático composto por 5 volumes, intitulado “Curso elementar de Física e da Química, oferecido aos alunos destas Ciências no Laboratório Químico da Casa da Moeda”, que foi editado pela Tipografia Antonio Rodrigues Galhardo, em 1824. Este curso embora tenha tido curta duração, parece ter sido bastante concorrido⁸⁹. Antonio de Carvalho, outro dos boticários sócios fundadores da Sociedade também frequentara tal curso, ocupando a presidência da mesma durante os anos de 1850.

Com a retomada do liberalismo em 1834, Mousinho tornou-se Ministro do Reino. Naquela época, Dionysio Correa estreitara relações também com João Carlos Saldanha, depois marechal e duque, que também ocupara vários cargos de alto escalão no governo imperial. Em 1851, Saldanha fora uns dos principais personagens que encabeçaram o movimento chamado de regeneração, que tinha por objetivo estabelecer de forma definitiva o liberalismo no país. Neste mesmo ano, atendia a solicitação estratégica de proteção, feita pela Sociedade Farmacêutica Lusitana⁹⁰.

Dionysio foi examinado pela Fisicatura em 10 de novembro de 1829, tendo obtido plena aprovação. Além de operador de um laboratório químico no Concelho de Almada entre os anos de 1828 e 1831, e administrador da botica do Hospital São José de Lisboa, da Santa Casa da Misericórdia, ocuparia vários cargos em instituições do governo imperial, tais como; visitador e examinador de farmácia da Fisicatura-Mor do Reino entre 1833 e 1837 e depois, farmacêutico e membro do júri de exames de farmácia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa até 1839, e em 1854, tornou-se vogal farmacêutico do Conselho de Saúde Pública do Reino. Como administrador da botica do Hospital São José, cargo que ocupou por

⁸⁸ Vauquelin ao lado de Fourcroy, Berthollet, Chaptal e Guyton formavam a equipe de professores que ministravam o ensino da química em Paris, que era repartido entre as instituições de ensino existentes na capital francesa, desde inícios do século XIX entre as quais a Escola Politécnica e a Escola de Minas (Bensaude-Vincent, Stengers, 1992).

⁸⁹ Ver a esse respeito, estudo realizado por Márcia Ferraz (1998).

⁹⁰ *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 2ª série, v.2, n.8, 1851, p.257.

quase 50 anos, foi autor de um plano de reformas apresentado à Santa Casa em 1844 e aprovado em 1851, no qual propôs a ampliação do quadro de funcionários e das suas dependências com a criação de um laboratório químico anexo à botica e melhor aparelhamento desta. Foi membro da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e da Associação Industrial Portuense, e de várias outras associações europeias tais como Sociedade Farmacêutica de Madrid, Academia de Medicina e Cirurgia de Cadiz, Academia Quirúrgica Matritense, Instituto Palentino de Ciências Médicas, Sociedade Médico Botânica de Londres e Sociedade dos Farmacêuticos do Norte da Alemanha. Embora não tenha presidido a Sociedade Farmacêutica Lusitana, colaborou assiduamente como redator do seu jornal, sendo sempre reverenciado como um dos principais fundadores da associação, tendo sido seu membro honorário, benemérito e em 1877, era diplomado seu presidente honorário. Por ocasião de seu falecimento, as homenagens e discursos proferidos ocuparam um volume quase inteiro do jornal da associação⁹¹. Em 1885, quando a Sociedade comemorava o seu quinquagésimo aniversário, foi criado o prêmio José Dionysio Correia, consistindo numa certa importância em dinheiro para o 1º lugar, além do título de membro honorário que seria conferido aos autores de “memórias sobre qualquer questão de farmácia ou sobre assuntos de interesse profissional”⁹².

Aqui se percebe um reconhecimento maior do que o conferido ao boticário Ezequiel Corrêa dos Santos e a outros que estiveram à frente das associações brasileiras.

Outro nome entre os seus sócios fundadores que mereceu destaque foi o de Antonio Feliciano Alves de Azevedo (1768-1857), proprietário de botica instalada no Largo do Rossio desde 1804, que se firmou como uma das mais importantes da cidade de Lisboa durante o século XIX, permanecendo atualmente no mesmo local com o nome de Farmácia Azevedo⁹³. A sua botica também servira de ponto de encontro de políticos liberais, tendo sido intimado na época de D. Miguel a retirar os seus bancos para evitar os conchavos. Por outro lado, ele manteria o sentido científico do estabelecimento da época em que seu

⁹¹ *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 8ª série, t. V, 1884, p.225-262. Nestas páginas, além dos discursos proferidos por membros da associação, foram reproduzidas várias matérias publicadas em outros jornais farmacêuticos, médicos e de grande circulação rememorando sua trajetória.

⁹² *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 9ª série, v.1, 1885, p.166.

⁹³ Ver a respeito da história deste estabelecimento entre os anos de 1775 e 1948 (Silva, 1948).

proprietário era o Frade Aguiar (ver nota nº13, p.17), ao vender livros franceses de medicina e cirurgia traduzidos para o português, conforme anúncio publicado na *Gazeta de Lisboa*, de 1804 (Apud Silva, 1948, p.49-50).

Feliciano diplomou-se farmacêutico pela Junta do Protomedicato em 1794, tendo praticado na mesma botica, quando o seu dono era José Cardoso Rodrigues Crespo, que se tornou o seu sogro. Com o falecimento de Crespo, Feliciano tornou-se proprietário da botica em 1804, que passou a ter seu nome.

Como membro da Sociedade Farmacêutica Lusitana, foi eleito membro efetivo do conselho administrativo do Montepio Farmacêutico em 1838, sendo reeleito em 1843 e 1847. Aqui, como na Sociedade Farmacêutica Brasileira, o montepio teve vida curta, sendo extinto em 1867. Mas, a questão do mutualismo foi ventilada novamente em 1910, quando se discutiu a incompatibilidade entre o caráter científico e o montepio (Rocha, 1944/1945).

Os seus dois filhos Francisco Antônio (1815-1883) e José Joaquim Alves de Azevedo (1816-1896), deram prosseguimento à administração do estabelecimento, ampliando os negócios da casa com o ramo de drogaria. Além de vender produtos para toda a província portuguesa, a Farmácia Azevedo exportava para as colônias. Em 1866, aparecia juntamente com a Farmácia Barral à frente de todas as outras farmácias de Lisboa, sendo as duas que davam maior contribuição ao Estado⁹⁴.

Francisco Antônio e José Joaquim Alves de Azevedo destacaram-se também como membros da Sociedade Farmacêutica. Francisco Antonio além de estar presente no trabalho técnico do dia a dia da farmácia, era estudioso da botânica de Brotero, Garcia da Horta, Guibourt⁹⁵ entre outros, sendo conhecedor da flora portuguesa. Por conta disso, foi convidado algumas vezes a fazer classificações botânicas em hortos de Lisboa. Já José Joaquim era farmacêutico e doutor em medicina e ciências naturais, tendo se doutorado em Bruxelas, e presidido a Sociedade entre os anos de 1876 e 1880. Em 1876, substituiu José

⁹⁴ Segundo Silva (1948), o Estado fixava a quantia que deveria receber como contribuição do conjunto de farmacêuticos e estes por sua vez, reuniam-se e decidiam entre si, a taxa que cabia a cada um.

⁹⁵ Estes seriam autores de obras consagradas na época: GUIBOURT, Nicolas Jean Baptiste Gaston. *Histoire abrégée des drogues simples*. 2 v. Paris: Mequign-Marvis. 1836; BROTERO, Félix Avelar. *Compendio de Botanica*, ou Noções elementares desta sciencia, segundo os melhores escritores modernos, expostos na língua portugueza. 2 v. Paris: Casa de Paulo Martins, 1788, além do clássico “Colóquio dos Simples e das drogas da Índia”, de Garcia da Orta, impresso em Goa em 1563.

Tedeschi na cadeira de farmácia e toxicologia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

José Tedeschi (1814-1904)⁹⁶ foi um dos primeiros a se titular farmacêutico pelo curso regular ministrado por esta Escola, tendo sido nomeado para aquela cadeira em 1845. Desde 1840, quando José Dionysio Correia deixou de acumular a administração da farmácia do Hospital São José e o serviço farmacêutico da Escola, Tedeschi ocupara através de concurso este último serviço.

Com 15 anos de idade iniciara sua prática na “Pharmacia Leitão”, pertencente a José Vicente Leitão, cujo filho também diplomou-se farmacêutico. Entre 1830 e 1840, praticou na farmácia de Lourenço José Peres, na rua Larga de São Roque, casando-se com sua filha e estabelecendo-se com farmácia própria na mesma rua. Aqui também percebemos os laços familiares presentes nestas pequenas empresas artesanais que cresciam durante o século XIX.

Em 1839, prestava exame perante um júri composto pelos doutores em medicina Bernardino Antonio Gomes (filho) e Joaquim de Abranches Bizarro, e o farmacêutico Dionysio Correia. Foi aluno de Bernardino Antonio Gomes, lente da cadeira de matéria médica e farmácia, tendo frequentado as aulas de química inorgânica e botânica na Escola Politécnica, que integravam o curso de farmácia ministrado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Ainda em 1839 ingressava como membro efetivo na Sociedade Farmacêutica Lusitana, tornando-se membro honorário em 1848 e benemérito em 1859, e presidindo-a nos períodos de 1852-1859, 1868-1875 e 1882-1887. Neste último ano, lhe foi conferido o título de presidente honorário. Além destes títulos, em 1858, foi nomeado farmacêutico da Casa Real através de concurso, sendo diplomado cavalheiro da Ordem de São Tiago (1865), da Ordem de São Maurício e São Lázaro (1867), e comendador da Ordem de Nosso Sr. Jesus Cristo (1879).

Paralelamente às suas atividades na Sociedade, foi redator e proprietário juntamente com os farmacêuticos João José de Sousa Telles e Vicente Tedeschi, também filiados à Sociedade, do *Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias de Lisboa* (1848-1888). O periódico tinha como um dos seus objetivos divulgar os saberes produzidos ou transmitidos na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, além

⁹⁶ Dados sobre Tedeschi foram extraídos do ELOGIO biográfico de José Tedeschi. Lido na sessão solene da Sociedade Pharmaceutica Lusitana em 31/12/1888 por Augusto D'Oliveira Abreu. Lisboa: Typ. da Viúva Sousa Neves, 1889.

de reproduzir vários artigos de jornais franceses (*L'Abeille Médicale*, *Journal de Chimie et Pharmacie*, *Journal de Chimie Médicale*) e brasileiros (*Annaes Brasilienses de Medicina*, *Archivo Médico Brasileiro*) tratando de assuntos profissionais e de estudos sobre plantas medicinais e medicamentos no geral. José Tedeschi também ocupou cargos públicos desde de juiz eleito e membro da Junta da Paróquia até vereador da Câmara Municipal de Lisboa nos anos de 1860-1861, 1876-1877 e 1878-1879, quando ficou responsável pelos pelouros⁹⁷ de águas, matadouro, limpeza, cais e praias, jardins e árvores. Ainda inspecionou escolas e participou de várias comissões entre as quais, a encarregada de elaborar a farmacopéia portuguesa de 1876 e a de regimentos de preços dos medicamentos.

Através dos perfis destes farmacêuticos citados acima, percebemos a formação de uma elite farmacêutica portuguesa que integraria a associação de Lisboa.

A história da criação da Sociedade Farmacêutica Lusitana e de sua atuação permite estabelecer algumas comparações com as associações brasileiras em termos de suas relações com as monarquias constitucionais, de cunho liberal, recém instaladas nos dois lados do Atlântico.

O discurso de fundação da Sociedade Farmacêutica Lusitana e as posturas dos farmacêuticos portugueses faz-nos lembrar os farmacêuticos brasileiros reunidos nas associações. Percebe-se de ambas as partes, as expectativas que foram depositadas nos representantes das monarquias constitucionais de cunho liberal que se estabeleceram, e o ideal de civilização a ser alcançado. Diferentemente da Sociedade Farmacêutica Brasileira, a sociedade portuguesa teve os seus estatutos aprovados pelo então Ministro do Reino, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, pela Portaria de 12/01/1836, que foram modificados anos mais tarde, pelo decreto de 7 de maio de 1838, quando passou a se chamar Sociedade Farmacêutica Lusitana. A partir de 1860, as despesas com a impressão do seu jornal passaram a ser custeadas pelo governo em troca dos serviços prestados pela Sociedade. Mas, isto duraria até 1879, quando a Sociedade se viu em dificuldades para manter em dia suas publicações. Durante

⁹⁷ Cada uma das áreas administrativas de uma cidade vinculadas à Câmara Municipal (Houaiss, 2002)

este período, através da leitura dos relatórios anuais da associação publicados em suas páginas, nota-se que esta era solicitada com mais frequência que as congêneres brasileiras, realizando análises químicas das águas de consumo, águas termais, esgotos, vinhos, vinagres ou de corpo delicto (casos de envenenamento). No caso das brasileiras estas solicitações geralmente eram dirigidas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ou à Academia Imperial de Medicina⁹⁸, sendo que nesta última havia uma participação dos farmacêuticos através dos filiados à seção de farmácia, que ocupava uma posição hierárquica inferior no conjunto dos três ramos das artes de curar. Sob este aspecto, as relações hierárquicas entre a farmácia e a medicina mostravam-se mais favoráveis à farmácia em Portugal do que no Brasil. Vale ressaltar também a elaboração da farmacopéia portuguesa de 1876, que contou com a participação de farmacêuticos e médicos membros da Sociedade Farmacêutica Lusitana e da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. No caso das associações brasileiras, embora houvesse a proposta de elaboração nestes termos da farmacopéia oficial que ainda não existia, esta não se concretizou no período analisado.

Mas, seria comum às associações brasileiras e à portuguesa, as representações dirigidas aos respectivos governos, nas quais eram feitas reivindicações de melhoria do ensino que se projetavam na criação de escolas especiais de farmácia, independentes das de medicina; as queixas da falta de uma polícia farmacêutica expressa através da presença significativa de práticas relacionadas à farmácia que não eram regulamentadas. Observa-se, assim, ao longo destes anos, a falta de correspondência por parte das monarquias constitucionais às expectativas daqueles farmacêuticos relacionadas às suas atividades.

Sob o aspecto da produção e difusão do conhecimento relacionado à farmácia, a presença de personagens representativos do mundo da ciência entre os membros honorários da sociedade portuguesa nos seus primeiros anos de funcionamento e nos posteriores, sugere uma articulação de Portugal com os demais países do continente europeu. Encontravam-se entre eles, além dos portugueses Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque, que fora Ministro do Reino, e

⁹⁸ Informações obtidas a partir da leitura das memórias históricas da Faculdade de Medicina do Rio, instituídas a partir da reforma do ensino médico de 1854, além de seus relatórios anuais e dos periódicos da Academia.

o doutor em medicina, Agostinho Albano da Silveira Pinto (autor do código farmacêutico lusitano de 1835, que teve várias reedições, tendo sido declarado como farmacopéia oficial em substituição a de 1794); os franceses Pelletier e Caventou (químicos que isolaram vários princípios ativos de substâncias vegetais), Chevallier (autor do Dicionário de Drogas Medicinais) e Guibourt (autor de História Natural das Drogas); os ingleses Michael Farady (1791-1867) e Jonathan Pereira (1804-1853)⁹⁹.

Em 1933, o jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana parou de circular em função das mudanças políticas que ocorriam no país. Com o Estado Novo e sua nova organização corporativista, houve a exigência de que todas as associações farmacêuticas fossem convertidas em um único sindicato nacional. Os seus membros reagiram argumentando para a manutenção da associação o seu caráter científico. Diferentemente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa que havia sobrevivido, teria apenas o seu nome mantido como subtítulo da nova designação de Ordem de Farmacêuticos¹⁰⁰. No entanto, mesmo assim, poderíamos dizer que ela sobreviveria um tempo maior às crises políticas e às mudanças de regime entre os séculos XIX e XX, do que as brasileiras.

3. DESTERRO & CIÊNCIA: EXÍLIO POLÍTICO E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICO-CULTURAIS

A questão do atraso científico atribuído a Portugal também estendido ao Brasil, vai estar presente tanto no discurso dos próprios farmacêuticos reunidos em associações ao longo do século XIX, como em parte da produção historiográfica sobre o período.

Na historiografia mais tradicional portuguesa, o rebate ao discurso do atraso português aparece em conferência pronunciada pelo historiador da

⁹⁹ Farady desenvolveu pesquisas e experimentos químicos (Reis, 2002, p.141-168); J. Pereira autor do clássico Elementos de Matéria Médica e Terapêutica – 1839 (Boussel et al, 1982), que foi utilizado por médicos portugueses que se dedicaram ao assunto tais como Bernardino Antônio Gomes (filho) e Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão

¹⁰⁰ Ver Dias (2005). Ver tb. : Rocha (2004, p.243 e segs.).

farmácia Alberto Carlos Correia da Silva, na Faculdade de Farmácia em Paris¹⁰¹. Nesta, acena para a existência de uma tradição científica portuguesa, ressaltando a importância que adquiriram alguns estudos portugueses sobre espécies vegetais produzidos no renascimento, a partir da expansão pelo Oriente, passando pelo Brasil, depois África, e estendendo-se até os anos de 1960. Chama a atenção para as várias contribuições de boticários e médicos portugueses para o conhecimento da farmácia e da terapêutica, embora estas nem sempre fossem reconhecidas. São citados, assim, os estudos botânicos realizados durante o século XVI, de autorias de Garcia da Orta (“Os colóquios dos simples e das drogas da Índia”), Tomé Pires (“Suma Oriental”), Amato Lusitano (comentários à Matéria Médica de Dioscórides), José de Anchieta (referência à flora brasileira utilizada pelos índios) entre outros. Ao se referir ao século XIX, menciona o médico português Bernardino Antônio Gomes (1768-1823) e os seus estudos realizados sobre as plantas do Brasil, destacando os sobre a quina, assim como os dos farmacêuticos portugueses Sizenando Marques e Cardoso Júnior sobre a flora medicinal de Angola e Cabo Verde. A necessidade de afirmar alguns pioneirismos da farmácia portuguesa em relação à francesa, como o uso da ipeca e, a observação de que Etiène Geoffrey Saint-Hilaire durante a ocupação napoleônica, havia recebido das mãos de Junot a obra *Flora Fluminensis* do Frei Mariano da Conceição Velloso, evidenciam disputas entre impérios pela propriedade dos conhecimentos.

A questão da tradição científica portuguesa no falar de Correia da Silva, aparece vinculada à existência de um império com suas colônias, desde o renascimento até a época em que é proferido o discurso (anos de 1960). É como se o Império fosse condição para tal. Um conhecimento que foi produzido pelos portugueses a partir do contato com o Novo Mundo, ou com novos mundos de uma forma contínua, progressiva, sem intermediações e conflitos. Chega a ser poético ou até mesmo camoniano, não nos esquecendo que por trás deste belo discurso havia todo um império e a ditadura salazarista. Uma interpretação que se aproximaria do luso-tropicalismo, que pressupunha a existência de um mundo português em diferentes territórios tropicais nos anos de 1940, que incluía o Brasil

¹⁰¹ Contribuição dos portugueses para o conhecimento das plantas medicinais do ultramar. Balanço das actividades actuais dos farmacêuticos neste campo (Conferência realizada em setembro de 1961). In: (Ordem..., 1998, p.38-54)

- nascida do diálogo entre intelectuais portugueses e brasileiros. Nesta época, circulava a idéia de que na América Latina, destacando o Brasil, as relações interétnicas diferenciavam-se das vistas nos EUA, Europa e nas áreas coloniais, por terem superado conflitos seculares. A leitura do sociólogo Gilberto Freyre a respeito do colonialismo português no Brasil reforçaria esta visão ao chamar a atenção para a miscigenação e democracia raciais a partir das relações pessoais, independentes do regime político. Dentre as recepções múltiplas que tiveram suas obras, houve aquela utilizada por alguns representantes do governo português entre os anos de 1950 e 1970 para justificar ou mesmo amenizar o seu projeto colonialista na África¹⁰².

Já em relação à tradição farmacêutica lusitana vista pelo lado da historiografia tradicional da farmácia produzida no Brasil, dá-se o inverso, isto é, ela foi interpretada como herança do atraso no Brasil do século XIX. José Coriolano de Carvalho (1924) observa que “sob o ponto de vista farmacêutico, estava a gente lusitana em manifesta inferioridade universal” (p.68). Para ilustrar a sua afirmação, utiliza o romance português de Camilo Castelo Branco – *Eusébio Macário* (1879), cujo personagem boticário nos anos de 1840, lançava críticas à botânica e medicina modernas, observando que a asma se curava com baratas fritas e torradas. É importante observar que o estudo de Carvalho foi produzido numa época próxima aos eventos comemorativos do centenário da Independência (1922), quando o sentimento nacional estava em evidência, havendo uma tendência a desvalorizar tudo que simbolizava o antigo domínio da metrópole lusa.

O historiador da farmácia João Rui Pita (2000) ao se referir ao século XIX não falou em atraso propriamente mas, ao tentar situar a produção científica de farmacêuticos portugueses frente à conjuntura internacional, acabou por considerá-la menor. Afirmou que durante o século XIX, “Portugal (...) limitou-se a ser um centro receptor de modelos e métodos científicos produzidos nos países melhor equipados e seguramente melhor lançados na concorrência internacional,

¹⁰² Ver a esse respeito Thomaz (2002). O autor chama a atenção para a atuação de Adriano Moreira que, como Ministro do Ultramar, entre 1961 e 1963, fez uso da retórica luso-tropical para promover o fim do indigenato e do regime de trabalho forçado, num período de guerra em Angola. Cita o conjunto de obras de Freyre que trariam elementos do luso-tropicalismo – “Interpretação do Brasil” (1945), “Novo Mundo nos Trópicos” (1959), “Integração portuguesa nos trópicos” (1958), “O luso e o trópico” (1961), “Arte, ciência e trópico” (1962), “Homem, cultura e trópico” (1962).

tanto a nível linguístico como econômico-político” (idem, p.230). Considerou então, que embora o país estivesse a par do que se fazia nos países mais avançados, a sua produção científica inovadora era reduzida.

Durante a década de 1970, alguns estudos que se incluíam na área de historiografia das ciências, enfatizaram a inexistência de uma produção científica no Brasil até finais do século XIX e início do XX. De acordo com o sociólogo Simon Schwartzman (2001), a falta de uma tradição científica própria por parte de Portugal, caracterizado por um colonialismo predatório em contraste com o de outros países europeus que transmitiam alguma forma de ciência, faria com que as atividades científicas desenvolvidas no Brasil até a independência fossem realizadas em grande parte por viajantes estrangeiros, produtores de uma ciência descritiva. E, mesmo depois da independência, a ciência teria apenas fins aplicativos, não mobilizando os setores necessários para a promoção do desenvolvimento científico ou da pesquisa científica. O autor esquece que os estudos realizados pelos viajantes, que caracterizavam uma ciência descritiva da natureza, de cunho etnográfico, foram resultado também do contato com as tradições dos habitantes da região que descreveram, como admitia o próprio Carl Frederik Philippe Von Martius a respeito do uso das plantas com fins curativos pelas populações indígenas¹⁰³. Ultimamente a literatura produzida pelos viajantes vem sendo revista pela historiografia, sendo suas atividades consideradas como realizadoras de pesquisas que abrangiam as ciências naturais, e aspectos históricos, sociais e etnográficos das regiões visitadas¹⁰⁴.

Schwartzman e outros autores¹⁰⁵ consideraram o regime republicano e a pesquisa microbiológica e bacteriológica como os sinalizadores do ingresso do Brasil no mundo científico, traduzido pelo surgimento de instituições como o

¹⁰³“Embora não tenha nenhum conhecimento puramente científico, é no domínio material da farmacognosia, da matéria médica, que o índio possui numerosas experiências, em grande parte restos de uma antiga ciência natural ou tradições de uma época de há muito esquecida. (...) As plantas medicinais têm, no estado fresco em que são empregadas pelo médico selvagem, a mais eficaz virtude medicamentosa, e em muitos casos substitui com o mais feliz êxito as composições químicas da medicina européia” In: *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos índios brasileiros*. (Exertos da tradução portuguesa, inédita, do original editado no ano de 1844, em Munich) pelo Prof. Dr. M. Pirajá da Silva. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1937, p.74, 77).

¹⁰⁴ Ver estudo sobre Von Martius (Guimarães, 2000), e o número especial da revista *História, Ciências, Saúde Manguinhos* Ciências & Viagens, v. VIII. Suplemento, 2001.

¹⁰⁵ Ver Stepan (1976), Carvalho (1978). Ambos os autores basearam-se no modelo difusionista defendido por George Basalla (*The Spread of Western Science*, 1967), pelo qual as nações chamadas de periféricas teriam que passar por vários estágios para alcançar o estágio da ciência moderna ou a fase científica, ditada pelo Ocidente.

Instituto Bacteriológico de São Paulo em 1892, o Instituto Butantan em 1901, e o Instituto Manguinhos no Rio de Janeiro, em 1900. Outros interpretaram assim, os espaços institucionais que surgiram no período anterior e que sobreviveram, como exceções como é o caso da leitura de José Murilo de Carvalho a respeito da Escola de Minas de Ouro Preto. Fechando mais ou menos com estas interpretações, a análise de Burgos (1999) ao tratar das instituições criadas durante o Império, considerou que elas obedeceriam a um padrão de ação institucional pragmática. Isto porque, as ações estariam voltadas para questões econômicas e militares e para a formação de profissionais que eram capacitados apenas para aplicar os conhecimentos vindos do exterior. Embora considerasse a existência de profissionais inovadores no Brasil, observou que esses seriam exceções. Considerou por fim que o padrão de institucionalização da ciência só se concretizaria com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934.

Fica subentendida aí também uma historiografia da ciência que partiu do pressuposto que a Europa era o lugar de origem das ciências de abrangência universal, não admitindo a existência de outras tradições e saberes fora daquele continente¹⁰⁶.

A idéia de falta de uma tradição científica poderia ser vinculada àquela interpretação dos países ibéricos como portadores de um iluminismo tardio que levaria à implantação de uma ciência com fins apenas aplicativos, super dimensionando o papel do Estado e minimizando a importância de iniciativas de diversos atores durante os séculos XVIII e XIX no Brasil.

Estudos recentes na área de história da ciência vêm confirmando as leituras críticas realizadas a partir dos anos de 1980, que apresentaram análises que demonstraram a existência e a importância de atores e espaços institucionais científicos que se constituíram no Brasil entre o século XVIII e XIX¹⁰⁷. Aqui, a

¹⁰⁶ Ver sobre a crítica a esta historiografia (Saldaña, 1996, Figueirôa, 1998).

¹⁰⁷ Ver comentários a esse respeito Figueirôa (1998), Dantes (2001). No que se refere ao Brasil e Portugal, merece destaque: Barreto (2005) no seu estudo sobre instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851), destaca o personagem Manoel Joaquim Henriques de Paiva como elo entre a medicina lusa e a brasileira, considerando que estas ficaram a par do que se passava nos centros científicos da época (França, Inglaterra e Alemanha), havendo reinterpretções e produção de saberes no ambiente médico. Outro estudo recente foi o de Alex Varela Gonçalves (2006) que se reportou ao personagem José Bonifácio de Andrada e Silva como homem de ciência que também circulou entre Brasil e Portugal e os centros científicos da época.

questão do conhecimento aplicado ou mesmo o caráter utilitário da ciência passou a ser visto como propulsor do conhecimento científico, e não como obstáculo, de acordo com as interpretações referidas acima.

Outros estudos na área de história de Portugal permitiram relativizar este atraso ao observarem sobre a importância cultural que os exílios políticos neste período adquiriram em termos dos contatos que foram estabelecidos entre portugueses, franceses, espanhóis, italianos e ingleses, que estiveram sob esta condição durante os governos que assumiram uma posição absolutista ou liberal (Vargues, Torgal, 1993). Entre os anos de 1808 e 1822 e 1828 e 1834, considerados como os períodos do 1º e 2º exílios, respectivamente, a imprensa oposicionista de Portugal era produzida no estrangeiro assim como eram feitos contatos com os saberes emergentes na Europa. Estes autores assinalaram que geralmente foi dada ênfase somente ao nascimento das intervenções literárias como as de Almeida Garret e Alexandre Herculano que surgiram a partir de então, e propuseram uma inovação cultural romântica para a sociedade portuguesa. Observam, portanto, que esta inovação seria acompanhada de outras de interesse científico. Entre os exilados, havia professores universitários, médicos, cirurgiões e boticários. A edição do periódico, *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* em Paris, revelaria a proximidade entre a ciência, a cultura e a literatura, reunindo homens de ciência e homens de letras ou perfis de cientistas, literatos e políticos num mesmo personagem. Este periódico circulou entre 1818-1822 tendo entre seus redatores Francisco Solano Constâncio, Cândido José Xavier, Luiz Mousinho de Albuquerque¹⁰⁸. Nota-se aí, a ocorrência de trânsito de saberes através de trajetórias de personagens dedicados às ciências naturais que se envolveram nos movimentos políticos da época.

Em termos políticos, durante a primeira metade do século XIX, estes atores mobilizavam-se em torno da idéia de uma união política entre os liberais

¹⁰⁸Mousinho de Albuquerque (1792-1847) – cientista, político e poeta. De volta do exílio em Paris, onde foi aluno do químico Vauquelin, ministrou cursos de física e química no Laboratório Químico da Casa da Moeda em Lisboa, que foi freqüentado pelo boticário Dionysio Corrêa. Tornou-se depois, Ministro do Reino (Rocha, 1944/1945). Já Francisco Solano Constâncio (1777-1846) era médico, escritor, jornalista, filólogo, tendo sido autor de dicionários das línguas francesa, inglesa e portuguesa e Cândido José Xavier (1769-1833), militar liberal, tendo ocupado posteriormente os ministérios da marinha, dos estrangeiros e da guerra. O jornal tinha leitores em Portugal e no Brasil, sendo que entre os seus artigos havia uma presença significativa de assuntos relacionados à química, medicina e farmácia (medicamentos, preparações farmacêuticas e fórmulas). Para maiores informações sobre o periódico ver Reis (2006).

européus, manifestada na criação de associações. Em 1821, foi criada a Sociedade dos Irmãos Constitucionais Europeus, em Madri, também conhecida como Sociedade dos Patriotas Europeus ou Regeneradores Europeus, que tinha como propósito defender as instituições liberais ameaçadas em Itália, Espanha e Portugal. Com a derrota do liberalismo, os seus representantes foram exilados e a sociedade mudou o seu nome para Centro Universal de Atividade Patriótica. Entre 1824 e 1826 houve uma defesa da união ibérica por estes exilados portugueses e espanhóis na Inglaterra. Com a outorga da Carta em Portugal no ano de 1826, propuseram D. Pedro para imperador da Ibéria, que reuniria Brasil, Espanha e Portugal (Vargues, Torgal, 1993). Essas dissidências e combates dos liberais exilados, entre os quais havia alguns ligados às ciências naturais, seriam fundamentais para a vitória do liberalismo em Portugal e a reunião e organização dos homens de ciência em espaços institucionais.

Com a retomada do liberalismo em 1834 e a volta dos exilados houve uma dinamização no campo dos saberes em Portugal, percebida a partir da criação de diversas associações científicas e da circulação de jornais¹⁰⁹ – uma mobilização política misturada a uma mobilização científica, ou seja, a ideia de prática política e científica implicando uma ação coletiva que já vinha sendo vivenciada desde a formação das sociedades secretas. Com a vitória do liberalismo, elas deixavam de ser secretas e passavam a adotar um discurso científico, num processo semelhante ao brasileiro, que também em 1835, recriava a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro como Academia Imperial de Medicina. Esta coincidência de datas revelava a manutenção de uma relação estreita entre Brasil e Portugal no desenrolar dos acontecimentos culturais, sociais e políticos que caracterizaram o período considerado pela historiografia brasileira como sendo de processo de consolidação da emancipação política do Brasil de Portugal. Os saberes farmacêuticos e médicos apareciam então, representados principalmente pela Sociedade Farmacêutica Lusitana e a Sociedade de Ciências Médicas e seus respectivos periódicos.

Mas, a instabilidade política motivada pelas disputas entre o absolutismo e o liberalismo durante o século XIX, não ocorreria apenas em Portugal e Brasil,

¹⁰⁹ Ribeiro (1879, v.8) apresentou uma relação das associações e periódicos que foram criados a partir de então.

mas em todo mundo europeu. Charle (1996), em seu estudo comparativo sobre os intelectuais na Europa do século XIX, embora não tenha mencionado Portugal, referiu-se à articulação que se devia fazer entre as dimensões social, cultural e política destacando a transposição de fronteiras por estes atores de alguns países europeus, tais como França, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Itália e Rússia. Utilizando a terminologia da época para designar o período entre 1815 e 1860 como “le temps des prophètes”, observou sobre a questão das fronteiras nacionais impostas pela Santa Aliança que foram seladas durante o Congresso de Viena, realizado entre os anos de 1814 e 1815, no qual foi arquitetada a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves (1816). O objetivo de reorganizar o mapa territorial da Europa restaurando as monarquias depostas pelas conquistas napoleônicas, levaria ao questionamento dos intelectuais liberais a respeito da ordem estabelecida, acarretando exílios freqüentes de seus países. Estes deslocamentos não se destinavam somente aos países europeus, estendendo-se muitas vezes a países da América. Estas migrações não seriam apenas motivadas pela questão política, mas também pela atração que os centros culturais científicos exerciam sobre aqueles grupos de intelectuais.

No Brasil, o deslocamento da corte portuguesa para a cidade do Rio em finais de 1807 devido à ocupação napoleônica de Portugal, propiciava desde então, um circuito mais intenso de saberes com vários países europeus. Com a revolução liberal do Porto em 1820, chamado pela historiografia portuguesa de movimento vintista ou vintismo, as possibilidades de leitura ampliaram-se e diversificaram-se. A presença de médicos e farmacêuticos franceses na Academia Imperial de Medicina, no Rio de Janeiro, demonstrava esta migração de homens de ciência para os trópicos¹¹⁰.

A partir da década de 1850, quando grande parte dos imigrantes no Brasil eram portugueses, foram criadas as duas primeiras associações farmacêuticas no município da Corte brasileira¹¹¹. Parte destes imigrantes portugueses que se

¹¹⁰ Ver a esse respeito Ferreira (1996, 2001).

¹¹¹ ALENCASTRO, L.F., RENAUX, M.L. (1997, .291-335)- em estudo realizado sobre a imigração no Brasil durante o período, estes autores referem-se ao censo de 1872, que apontava os africanos, portugueses e alemães como as três primeiras posições no contingente estrangeiro.

estabeleceram no município da Corte brasileira durante o período, concentraram-se em atividades comerciais voltadas para o ramo de ferragens, quinquilharias e mercearias, além da administração de boticas, lojas de barbeiros e sanguessugas e lojas de drogas¹¹², demonstrando a permanência da cultura lusa no cotidiano carioca através de sua presença nas artes de curar. Percebe-se também, o intercâmbio que se fazia entre as associações brasileiras, a portuguesa e outras associações estrangeiras. Os jornais da Sociedade Farmacêutica Lusitana eram freqüentemente recebidos pela Sociedade Farmacêutica Brasileira, e permutados com os do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro e da Academia Imperial de Medicina. Além disso, nos jornais destas sociedades brasileiras havia a reprodução de artigos franceses, muitas vezes traduzidos anteriormente e publicados nos jornais da sociedade lusitana, ou que eram recebidos diretamente, sem a intermediação de Portugal. Chamou a atenção também a presença de obras de autores brasileiros no catálogo da Biblioteca da Sociedade Farmacêutica Lusitana tais como as de José Pereira Rego, sobre a epidemia de febre amarela de 1849-1850, de Frei Mariano da Conceição Velloso (Flora Fluminense), Manoel Maria de Moraes e Valle (Tratado de Farmacologia, obra didática de 1856).

A divulgação da homeopatia permitiria perceber também o dinamismo deste trânsito nos dois sentidos Lisboa-Rio, Rio-Lisboa – o cirurgião português João Vicente Martins se juntou ao homeopata francês Benoit Jules Mure e fundaram nos anos de 1840 espaços institucionais da homeopatia no Rio de Janeiro – Instituto Homeopático do Brasil e a Escola Homeopática. Em 1851, encontramos no jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana notícias sobre discussões a respeito da homeopatia em Lisboa, trazidas por José Henrique Proença, vindo do Brasil e filiado ao Instituto Homeopático do Brasil.

Outras formas de perceber estes trânsitos seriam através das correspondências entre os membros destas sociedades. Embora tenham sido

¹¹² Mattos (1987, p.78).

De acordo com o Mapa nº 67- “Estatística das Casas de Comércio e outras de que trata o Cap. 1 do Regulamento nº361, de 15/06/1844, do Município da Corte e diversas províncias do Império”, entre os anos de 1855 e 1856, havia 447 boticas instaladas pelo Império, sendo 339 brasileiras, 63 portuguesas e 22 de outras nacionalidades; 116 lojas de barbeiros e sanguessugas, sendo 30 brasileiras, 74 portuguesas e 12 de outras nações; e 14 lojas de drogas, sendo 6 brasileiras, 5 portuguesas e 3 de outras nações. (Brasil. Ministério da Fazenda..., 1856, T-N67)

encontradas informações sobre membros correspondentes brasileiros (farmacêuticos e médicos) e membros portugueses residentes no Brasil pertencentes à Sociedade Farmacêutica Lusitana, e ainda de membros portugueses que faziam parte das associações brasileiras, infelizmente foram localizadas uma ou outra carta que por ventura foram publicadas nos respectivos periódicos. Através dos jornais portugueses, há informações de que alguns sócios brasileiros da Sociedade Farmacêutica Brasileira tornaram-se membros honorários da Sociedade Farmacêutica Lusitana tais como os boticários Manoel Francisco Peixoto e João Francisco Alexandre Branco, francês radicado no Rio de Janeiro, e o médico botânico Francisco Freire Allemão. Estes também eram filiados à Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, sendo que Freire Allemão, cujos estudos botânicos eram reconhecidos internacionalmente, chegara a presidir a mesma Academia e integrara também a Sociedade Velosiana. Houve também outros médicos botânicos brasileiros na categoria de sócios honorários que atuavam na cidade do Rio de Janeiro sendo filiados à Sociedade Velosiana, como Bernardo José de Serpa Brandão, que foi diretor do Jardim Botânico e Luiz Riedel (autor do Manual do Agricultor).

Mas, a categoria de sócio honorário não era alcançada só por méritos científicos simplesmente. Em 1863, o sócio contribuinte da Sociedade Farmacêutica Brasileira, residente no município da Corte, Antônio Fernando da Costa, tornou-se sócio honorário da Sociedade Farmacêutica Lusitana após ter doado quantia significativa (100 mil réis) para o montepio da mesma Sociedade¹¹³. O mesmo Antônio F. da Costa em farmácia de sua propriedade situada à rua da Prainha, n.10, na cidade carioca, vendia pílulas de proto-iodureto de ferro preparado segundo processo de Blancard, pelo farmacêutico português Manuel Vicente de Jesus. Este medicamento foi aprovado por uma comissão da Sociedade Farmacêutica Lusitana, e era anunciado em seu periódico. Neste mesmo ano (1859), na lista de doadores, sobressaía o nome do farmacêutico Eduardo Julio Janvrot, como “correspondente nacional”, por ter enviado uma cópia dos estatutos do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. Além dele, os doutores em medicina, Francisco Portella com exemplar de sua tese defendida

¹¹³ Ata nº 634 da Sessão Literária de 27/05/63. *Jornal da Sociedade. Pharmaceutica Lusitana*, 4ª série, v.4, p.232, 1863.

em 1857 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o cólera morbus que reinou no Brasil, e Francisco da Silva Castro, com *O Diário do Gram Pará* contendo relatório acerca da notícia de remédio eficaz contra a elefantíase dos gregos e alguns conselhos médicos para o tratamento de febres intermitentes.

Outro nome visto foi o do farmacêutico Antônio Alves Ferreira, proprietário de farmácia na rua dos Ourives, na cidade do Rio desde a década de 1850, sendo contemporâneo de Antônio Costa. Em 1864, o seu nome constava da lista de sócios honorários, destacando-se por contribuição para o montepio e pela doação de 23 obras sobre farmácia, química, matéria médica e botânica entre as quais, o “Formulário ou Guia Médica”, de Chernoviz; “Manual de Botânica”, do dr. Bentley, “Pharmacopea do real collegio de médicos de Londres”; “Tratado de therapeutica e de materia medica”, de Trousseau; “Guia prática de águas minerais”, de James. Neste mesmo ano, Antonio Fernando da Costa era promovido a sócio benemérito¹¹⁴.

Por outro lado, na categoria de “correspondentes nacionais”¹¹⁵ que era a que abarcava um número maior de sócios, percebe-se através das listas publicadas anualmente nas páginas do jornal da Sociedade, que havia um número significativo de possíveis imigrantes portugueses residentes no Brasil entre os anos de 1850 e 1870. Citando alguns destes:

Antonio Joaquim Simões (MA), Francisco do Desterro d’Assunção (MA), Henrique José das Neves (MA); Joaquim Teixeira Duarte Sampaio (PE); Joaquim Lopes Lubão (MA); José Joaquim Miranda (MA); José Maria da Silva Diniz (sócio contribuinte da SFB e do Instituto Farmacêutico do RJ); José Rodrigues Vidal Jr. (MA); Luiz Potentuit (MA); Manoel Alvino de Souza Azevedo (CE); Silvestre Marques da Silva Ferreira (MA); José Ferreira Gonçalves Jr. e Claudino Falcão Dias (BA); Matias José Fernandes de Rego (MA); e Domingos Caetano de Figueiredo (MA)¹¹⁶.

A trajetória de Vicente Tedeshi, um dos irmãos de José Tedeschi e co-proprietário do *Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias de Lisboa* era ilustrativa neste sentido. Habilitado em farmácia pela Faculdade de Medicina da

¹¹⁴ *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 4ª série, v.5, p.151, 154-157, 1864.

¹¹⁵ As categorias eram as seguintes: protetores; beneméritos e honorários (nacionais e estrangeiros), e efetivos, correspondentes nacionais e ditos estrangeiros.

¹¹⁶ Lista publicada no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 3ª série, v.5, 1859.

Bahia, diplomou-se depois pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, estabelecendo-se em Belém (PA), onde exerceu a profissão durante 12 anos, e faleceu, criando-se assim um canal de informação entre Belém e Lisboa através do referido jornal.

A existência de correspondentes portugueses residentes nas regiões do norte e nordeste do Brasil parecia bastante viável visto que a partir de 1851, o paquete *Royal Mail Steam Packet Company*, transportava mensalmente as malas do correio entre Southampton e o Rio de Janeiro, com escala em Lisboa, Funchal, Tenerife, São Vicente, Pernambuco e Bahia. Isto favorecia a política de emigração portuguesa para as regiões do norte e nordeste brasileiro, perfazendo um percurso menor do que até a cidade do Rio de Janeiro e imediações. Além do que, o trajeto do paquete a partir do porto do Rio de Janeiro, estendia-se através da troca para um paquete menor, até Montevidéo e Buenos Aires¹¹⁷. Este fato poderia ser acrescentado dos dados estatísticos mencionados na nota de pé de página nº112.

Em todo caso, independente da nacionalidade, percebe-se a relação mais estreita destes farmacêuticos estabelecidos no norte e nordeste com Lisboa, do que com a capital do Império brasileiro nestes anos, visto que nenhum daqueles nomes constavam da relação de sócios das associações brasileiras em questão, situadas na cidade carioca. Isto nos levou a pensar que a referência maior para aquelas regiões brasileiras, seria muitas vezes Portugal. Outra questão interessante, era o fato da Sociedade Farmacêutica Lusitana possuir delegados e subdelegados que num quadro publicado no seu jornal em 1877, eram apresentados de acordo com a região que atuavam da seguinte forma: no continente (distritos e respectivos concelhos¹¹⁸), nas ilhas (Faial, Madeira, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo), nas possessões ultramarinas (Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e no Brasil (Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro), sendo que o delegado do Rio era o já citado Antônio Alves Ferreira¹¹⁹. Tendo em vista que estes cargos tinham várias incumbências destacando as de denunciar as irregularidades cometidas no exercício da farmácia, e a cobrança das cotas dos sócios contribuintes e assinaturas do jornal,

¹¹⁷ Sob este aspecto da emigração portuguesa para o Brasil no período, ver Leite (2000).

¹¹⁸ Concelho – divisão administrativa de distrito (Houaiss, 2002).

¹¹⁹ *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 7ª série, v.3, 1877, p. 27-30.

aquelas regiões brasileiras ainda eram vistas como um prolongamento das atividades referentes à farmácia portuguesa ou mesmo, como áreas de influência nestes assuntos.

Para refletirmos mais sobre as relações entre a farmácia brasileira e portuguesa através de suas associações e membros entre os anos de 1850 e 1880, penso que deveríamos olhar um pouco para a questão sob a perspectiva das relações de Portugal com outras áreas que ainda encontravam-se sob o seu domínio, e o Brasil pós independência.

3.1 PORTUGAL ENTRE BRASIL, ÁFRICA E ÍNDIA: TRÂNSITO DE SABERES?

Tendo o Governo resolvido fazer explorar, por naturalistas, as províncias ultramarinas, e especialmente os territórios continentais situados na África Ocidental; e desejando S. M. a Rainha auxiliar, pelos modos possíveis, os trabalhos na benemérita Sociedade Pharmaceutica Lusitana: assim o manda participar à mesma Sociedade Pharmaceutica a fim de que, se ela desejar que naqueles lugares se façam alguns estudos ou observações, mais intimamente ligados com os objetos de seus estudos, o haja de fazer constar nesta Secretaria de Estado, para que, conforme aos desejos da associação, se possam expedir as instruções e ordens convenientes (Portaria de 02/08/1850 do Ministério da Marinha e Ultramar – Visconde de Castelloens)¹²⁰

Depois da independência do Brasil do Reino de Portugal, a instauração do liberalismo e a concretização da proibição do tráfico de escravos para o Brasil em 1850, os investimentos do governo português voltaram-se para tentativas de modificações estruturais de seus domínios situados na Índia e África. Durante os anos de 1870, no Ministério de Andrade Corvo, foi promovida uma abertura do sistema colonial português a outras nações européias desencadeando a oposição dos setores mercantis locais. Houve assim, um hiato entre a perda do Brasil como colônia e a concretização do chamado 3º império português datado de finais do

¹²⁰ Reproduzida em: Direito Pharmaceutico Portuguez. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 3ª série, v.5, n.1, p.75, jan. 1859.

século XIX, quando foram retomadas as políticas do antigo sistema colonial de 1837, ou seja, a adoção de medidas protecionistas que beneficiavam os setores mercantis de Lisboa ao onerarem a importação dos produtos estrangeiros nas colônias, incentivando os artigos da indústria nacional (Alexandre, 2000).

No campo dos saberes e ofícios farmacêuticos e médicos observa-se a intenção, através da legislação principalmente a partir dos anos de 1840, de definir políticas de saúde para aquelas regiões, e do incentivo ao desenvolvimento de estudos sobre os seus recursos naturais, notadamente plantas medicinais. Pelo decreto-lei de 14/09/1844, ficava prevista a organização dos sistemas de saúde nas províncias ultramarinas da Índia, Moçambique, Angola e Cabo Verde com a presença de cirurgiões de primeira e de segunda, cirurgiões militares e farmacêutico-mor. Já o decreto de 2 de abril de 1845 previa a criação de estabelecimentos de formação médica nas colônias de Angola, Moçambique e Cabo Verde. No entanto, isto não queria dizer que tais leis garantiriam um investimento efetivo por parte do governo naquelas áreas.

Bastos (2004) na sua análise sobre a Escola Médico-Cirúrgica de Goa, situada na Índia portuguesa, chamou a atenção para esta questão, observando que a criação de escolas médicas previstas para as províncias de Moçambique e Cabo Verde não saíam do texto da lei. E a escola de Goa, foi a única que se concretizou devido ao interesse e iniciativas da sociedade local na institucionalização do ensino médico na região. A seu ver, em finais do século XIX Goa acabaria ocupando uma posição intermediária entre Portugal e África, conferida por aquela instituição, que se configurou como formadora de médicos e farmacêuticos para as províncias africanas.

Mas, a Sociedade Farmacêutica Lusitana mal ou bem estava incluída na proposta de explorar os recursos naturais daquelas regiões, principalmente da África ocidental, pelo que podemos observar através do texto da portaria acima. Naquele mesmo ano, a Comissão de História Natural ficou encarregada de apresentar parecer com as instruções para a comissão exploradora. Mas, antes disso, pela portaria de 08/08/1838, foi feita menção de remessa à Sociedade de notícia redigida em 1835 sobre plantas situadas na Vila de Tete em Rios de Senna (Moçambique) que poderiam ter uso medicinal, e também de algumas produções vegetais recebidas em 1838, das ilhas de Cabo Verde. Logo em

seguida, pela Portaria de 13/08/1838, o governo remetia à Sociedade alguns produtos do reino vegetal para análise, recebidos de Quilimane e Rios de Senna. As castanhas de Inhambane (distrito de Moçambique) que produziam azeite foram também enviadas à Sociedade, através de portaria emitida em 8 de julho de 1847, com fins de proceder análise e indicar um método mais eficaz para extrair o azeite do que o utilizado pelos nativos¹²¹. Também da província de Moçambique pela portaria de 25 de maio de 1853 era enviada a salsaparrilha, para verificação do seu uso medicinal.

Com relação à salsaparrilha, foi localizado o parecer a respeito emitido pela Comissão de História Natural da Sociedade em 29 de setembro de 1853, assinado por seu presidente José Tedeschi¹²². Concluía-se que a salsaparrilha era falsa, não possuindo nenhum valor terapêutico embora fosse empregada em Goa e Moçambique. Com intuito de evitar repetidos ensaios terapêuticos ou análise química para pesquisar o seu uso medicinal, Tedeschi dizia que tal asserção teria sido apoiada pelo médico, professor de matéria médica e membro da Sociedade, Bernardino Antonio Gomes (filho- 1806-1877). Este baseou-se nos estudos de Guibourt que afirmavam a falsidade daquelas, chamadas de salsaparrilha da Índia ou de Goa, tendo como base as salsaparrilhas da América. Bernardino concluía assim, que a ciência não aprovava a idéia de concorrência da salsaparrilha de Goa com a americana. Uma conclusão tirada com apoio em obras consagradas, não havendo um movimento no sentido de pesquisar sobre as possibilidades de novas propriedades para a salsaparrilha que não era igual a americana. Ou esta seria uma conclusão que levava em consideração outras questões não “científicas”, referentes à economia e mercado com o Brasil e o Atlântico sul? Se pensarmos que nesta época, o sistema colonial português no que se referia principalmente às suas possessões ultramarinas na África, passava por um processo de reestruturação, pelo qual buscava mercado consumidor para os produtos comercializados por Portugal (Alexandre, 2000), a defesa da salsaparrilha americana ganharia outro sentido. Consultando o Relatório do

¹²¹ Informações encontradas em Ribeiro (1879, v.8, p.381 e segs). Algumas destas portarias foram reproduzidas no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 3ª série, v.5, n.1, p.16-19, jan. 1859.

¹²² *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 2ª série, v.4, n.8, p.340-341, 1853.

Ministério da Fazenda do Império do Brasil referente ao ano de 1857¹²³, a salsaparrilha, espécie nativa no Brasil e alguns países da América do Sul¹²⁴, apareceu como um dos principais produtos nacionais exportados para países estrangeiros. Bem, o que sabemos foi que enquanto se manteve o tráfico de escravos, os produtos vindos do Brasil pelos navios negreiros saíam mais baratos para a África, desfavorecendo os que vinham de Portugal. Mas, mesmo depois de 1850, com a concretização da interdição do tráfico, o que poderia ser visto como uma abertura para a exploração das províncias do ultramar pelo governo português, as relações comerciais entre Portugal e Brasil mantiveram-se mais consistentes ou vantajosas do que as com a África e Índia. Desta forma, não seriam apenas as propriedades da salsaparrilha de Moçambique que estavam sendo avaliadas mas, principalmente o seu custo, transporte e preço. O interesse português em vender a salsaparrilha americana, provavelmente a brasileira, para a África e Índia, ficaria evidente.

Analisando a questão sob outra perspectiva, Roque (2006) observou sobre a reclamação dos administradores dos serviços de saúde (físico-mor e cirurgião-mor) sobre a falta de apoio do Estado aos estudos de botânica médica, em Goa. Neste sentido, o que se passava na Índia Inglesa era contrastante, onde desde o início do século XIX aqueles estudos vinham se desenvolvendo. Como Bastos (2004), assinalou que as iniciativas e interesses partiam dos portugueses e goeses ligados à recém-criada Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa, com intenções de conhecer a matéria médica daquelas regiões e descobrir efeitos curativos para ela mas, raros foram os resultados positivos. Segundo ele, esta seria uma luta que fazia parte da conquista de autoridade profissional por aqueles atores, médicos e farmacêuticos, frente aos curandeiros ou portadores dos

¹²³ Ver “Tabella do preço médio dos principaes productos nacionaes, exportados para paizes estrangeiros, nos três anos financeiros abaixo” (1854-1855; 1855-1856; 1856-1857). Juntamente com a salsaparrilha, encontravam-se a ipecacuanha, erva-mate, chá, café, fumo, mel e melado, goma de peixe, milhos entre outros produtos, dos quais alguns eram comercializados nas boticas da época (Brasil. Ministério da Fazenda..., 1858, T-N-53).

¹²⁴ A salsaparrilha americana, proveniente das raízes de várias espécies do gênero *Smilax*, família das Liliáceas, desde o século XVIII era amplamente divulgada na Europa, compondo inúmeras fórmulas e constando de muitos formulários e de quase todas as farmacopéias (Araújo, 1979, v.1).

saberes locais. Logo, apreender aqueles saberes significaria romper com o monopólio daqueles praticantes de medicina locais¹²⁵.

Seguindo os passos de Roque (2006), alguns destes médicos e farmacêuticos de Goa filiaram-se, inclusive, à Sociedade Farmacêutica Lusitana, como o farmacêutico Antonio Gomes Roberto, redator do *Jornal de Pharmacia e Sciencias Medicas da India Portuguesa* (1862-1863) e depois, do *Archivo de Pharmacia e Sciencias Acessorias da India Portuguesa* (1864-1871), sendo este último editado pela Imprensa Nacional. Além destes, neste período foi publicado o *Jornal de Pharmacia Chimica e Historia Natural Médica* (1872-1873) por outro farmacêutico, João Herculano de Moura. Estes jornais tinham como objetivo divulgar as descobertas que estavam se dando na medicina, cirurgia, química, física e farmácia transmitidas pelos jornais europeus, que nem todos podiam adquirir por serem dispendiosos. Além disso, havia a proposta de esclarecer de acordo com o primeiro número do *Jornal de Pharmacia e Sciencias Medicas*,

acerca dos sintomas e tratamento das doenças especiais do país, a que decerto se prestarão muitos dos hábeis e distintos facultativos que possui a Índia e para o que já alguns generosamente se prontificaram e bem assim, a darem-nos um conhecimento amplo do emprego e virtudes de muitas plantas privativas do país que são empregadas com ótimos resultados no tratamento de muitas doenças e que ainda hoje são desconhecidas da ciência...¹²⁶

Gomes Roberto além de ter sido o único redator daqueles dois periódicos, ocupou vários cargos na Índia, como o de primeiro farmacêutico do Hospital Militar de Nova Goa, depois primeiro farmacêutico do quadro de Saúde Militar do Estado da Índia e professor da escola de Nova Goa. O seu empenho em manter os periódicos superaram as dificuldades durante praticamente dez anos, sendo seguido por João Herculano¹²⁷, que não fora tão persistente. Em 1871, alegando

¹²⁵ Entre as medicina locais, destacava-se a ayurvédica, de tradição milenar, um conhecimento baseado nos antigos livros sagrados hindus – ayurveda (ciência da vida), cujos praticantes eram os *vaidyas*, que também utilizavam plantas nas suas terapêuticas mas, mantinham os seus saberes a respeito em segredo. A sua transmissão dava-se mediante rituais específicos, diferenciando-se da medicina europeia ocidental http://www.suddhadharma.com/naradeva/artigos_ayurveda_erick.htm

¹²⁶ Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa por A.C. Correia da Silva. In: Ordem..., 1998, p. 183.

¹²⁷ Era diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, ocupando o posto de segundo farmacêutico do quadro de Saúde Militar, além de lente da cadeira de química, física e história natural da escola de Nova Goa (idem).

ter de voltar à metrópole por problemas de saúde, Gomes Roberto encerrava o jornal e logo em seguida, passava a presidir a Comissão de História Natural da Sociedade Farmacêutica Lusitana. Algumas iniciativas de Gomes durante sua permanência na Índia sugeriam a expectativa que este tinha em relação à Sociedade como uma via de acesso para divulgação, estudo ou mesmo consumo em Portugal de plantas medicinais da Índia. Em 1864 chegou a enviar uma coleção de produtos medicinais da região para a Sociedade, consultando-a sobre a possibilidade de comercializá-las com Portugal. Entre as substâncias havia a salsaparrilha, a noz vomica, o trigo de Goa, a athea de Goa, mel, carrapato e raspa de ponta de veado. A Comissão encarregada deu parecer negativo, argumentando que era impeditivo para algumas substâncias o preço alto e o transporte que encarecia, para outras o desconhecimento e “quase inutilidade” em Portugal, e para outras ainda, a qualidade¹²⁸. Gomes não satisfeito com esta resposta, em janeiro de 1866 publicou em seu jornal *Archivo de Pharmacia e Sciencias Acessorias* artigo intitulado: “A necessidade de haver em Lisboa, um museu ou gabinete onde se reunam amostras de todos os produtos medicinais das nossas colônias”, onde inclusive, fossem realizados estudos e análises dos produtos¹²⁹, proposta da qual não teria obtido uma resposta concreta.

A idéia de criação deste museu poderia traduzir as transformações na configuração das redes de informação entre os séculos XVIII e XIX em Portugal (Domingues, 2001)¹³⁰. A reivindicação daquele farmacêutico do ultramar corresponderia a um desejo ou necessidade de um museu mais específico, que tratasse de produtos medicinais. É interessante observar que na época de sua reivindicação o antigo Real Gabinete de História Natural do Museu da Ajuda já havia passado por algumas mudanças. Durante a ocupação francesa (1807-1811), parte de seu acervo havia sido perdido, quando o naturalista francês Geoffrey Saint-Hilaire havia levado para o seu país 1583 exemplares zoológicos,

¹²⁸ A relação das substâncias e o parecer da Comissão datado de 27/11/1864 foram publicados no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 5ª série, v.1, p.22-25, 1865.

¹²⁹ Subsídios... In: Ordem, 1998, p. 184.

¹³⁰ A autora considerava além da Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, as instituições do Real Gabinete de História Natural, do Jardim Botânico, dos hospitais militar e de São José como responsáveis pela recepção e gestão das informações levantadas durante o período de renovação cultural e científica empreendida entre meados e finais do século XVIII. Os homens de ciência e funcionários do Estado integrantes destes espaços institucionais configuravam uma rede de informação que permitiram ao Estado português conhecer melhor os seus domínios nos vários continentes.

dez fósseis, 59 minerais e 10 herbários, sendo que estes últimos eram constituídos por acervos de pesquisas portuguesas em Angola, Goa, Peru e Conchichina (Saraiva, 2003). Já de acordo com o botânico brasileiro Arthur Neiva (1988), Junot teria requisitado a pedido de Geoffrey Saint-Hilaire, os originais e desenhos com as descrições feitas dos estudos de Alexandre Rodrigues Ferreira que estariam a espera de publicação, além de exemplares zoológicos recolhidos pelo mesmo. Com a vitória dos liberais houve um movimento de revitalização das instituições científicas, quando pelo decreto de 27 de agosto de 1836 aprovado pela rainha D. Maria II, o Jardim Botânico e o Museu de História Natural da Ajuda foram transferidos para a Academia Real de Ciências de Lisboa. Em 1839, o Jardim Botânico da Ajuda foi incorporado à Escola Politécnica de Lisboa, criada em 1837 como órgão do Ministério da Guerra. Naquele mesmo ano, o Museu da Ajuda reunido ao museu de história natural doado pelo Frei José de Jesus Maria Mayne (1723-1792) do Convento da ordem terceira de São Francisco, transformara-se no Museu da Academia ou Museu de Lisboa, também chamado de Museu Nacional. Estes acervos foram ampliados por material zoológico e mineralógico recolhidos e classificados pela Academia. Mas, o dito Museu tivera curta duração sendo fechado ao público em 1855 por falta de recursos e, em 1858 os acervos do Museu da Ajuda juntamente com as coleções da Academia foram transferidos para a Escola Politécnica, constituindo o seu Museu de História Natural, mais tarde denominado de Museu Bocage.

Através destas trajetórias de acervos que se juntaram e se separaram, percebe-se que houve perdas mas, também um movimento de circulação e acréscimo de informações, características de um rearranjo dos espaços institucionais científicos que se ampliavam na capital portuguesa. Sem dúvida, a idéia de se criar um museu que fosse organizado pela Sociedade Farmacêutica Lusitana que reunisse produtos medicinais recolhidos das províncias ultramarinas, seria uma forma desta se integrar mais eficazmente à rede de informações que se intensificava em Lisboa no decorrer do século XIX, e também uma forma de conferir um valor científico àqueles produtos além do valor de uso, na perspectiva de preservá-los com intenção de realização de estudos.

Mas, pelo que foi dito acima com relação à análise da salsaparrilha e às tentativas frustradas de Gomes Roberto, percebe-se o desconhecimento e até

mesmo a desvalorização com relação as coisas que vinham da África ou da Índia pelos membros da Sociedade daqueles anos. Não foi à toa que Gomes acabou transferindo-se para Lisboa e presidindo a Comissão de História Natural da associação.

No entanto, a proposta da Sociedade Farmacêutica em incentivar novos estudos poderia ser lida no “programa sobre questões científicas” que era apresentado para o ano seguinte por ocasião da sua sessão aniversária em 24 de julho, e publicado no seu periódico entre os anos de 1850 e 1860, no qual era constante a questão que propunha “a descrição e classificação botânica, e a análise química de uma planta indígena, atualmente em uso na medicina popular”¹³¹. Havia, assim, o incentivo à divulgação de saberes informais já sistematizados de acordo com os cânones da ciência. Por outro lado, talvez a proposta da associação em divulgar estudos já realizados, ou seja, com as plantas devidamente catalogadas e classificadas, acompanhadas do seu uso terapêutico, explicasse as negativas às iniciativas particulares do farmacêutico do ultramar, Gomes Roberto. Reforçando este argumento, na mesma época foi localizada a publicação de estudo realizado por outro sócio honorário, o doutor em medicina, Frederico Welwstch a respeito das madeiras e drogas medicinais encontradas na Angola. Neste, havia a identificação de suas famílias e espécies, suas possíveis utilizações na indústria e usos medicinais de algumas madeiras e drogas¹³². O cunho científico da associação como espaço institucional e em se tratando de assuntos coloniais, revelar-se-ia apenas na divulgação de estudos e não na produção destes propriamente. Obras que se utilizavam de uma retórica utilitarista, fazendo-nos lembrar a tônica dos viajantes naturalistas que estiveram no início do século XIX no Brasil ao desenvolverem atividades de pesquisa voltadas para as ciências naturais, assim como para aspectos históricos, sociais e etnográficos das regiões exploradas.

¹³¹ ver Programa para o ano de 1851-1852 e seguintes. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*.

¹³² PHARMACIA. Synopse explicativa das amostras de madeiras e drogas medicinaes e de outros objectos, mormente etnográficos, colhidos na província de Angola, etc. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 4ª série, v.4, p.81-85, p.101-105, p.221-229, 1863. Frederico W. fora nomeado em 1840 para o lugar de conservador dos estabelecimentos botânicos da Escola Politécnica, tendo destaque os seus estudos sobre a flora portuguesa que constituíram herbários que foram integrados na seção botânica do Museu Nacional (Palhinha, 1937).

O fato da Sociedade Farmacêutica Lusitana ser consultada pela Rainha e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, indicaria a sua inclusão no projeto de exploração das províncias do ultramar, o que pôde ser observado através da solicitação de análise de recursos naturais de uso medicinal ou mesmo industrial daquelas regiões, visando o seu aproveitamento no mercado. No entanto, o projeto colonial como iniciativa do governo português não teria obtido êxito, restringindo a ação da Sociedade.

Mas, em finais do século XIX, podemos observar publicações mais consistentes de estudos dos recursos naturais daquelas regiões (África e Índia) incluindo a matéria médica, que foram indicadas no Catálogo da Biblioteca da Sociedade Farmaceutica Lusitana (1946)¹³³. Alguns dos autores destes estudos eram membros da associação e foram, inclusive, citados naquele discurso do farmacêutico Alberto Correia da Silva, como vimos anteriormente. É interessante observar que “conhecer e estudar os efeitos terapêuticos das plantas” era uma das finalidades da primeira associação médico-farmacêutica da Índia portuguesa, criada somente em 1913 (Roque, 2006).

Roque (2006) aponta como motivos para as dificuldades em se conhecer as medicinas e matéria médicas locais de Goa além da falta de apoio do Estado, a manutenção dos saberes das medicinas locais em segredo no âmbito privado das famílias, os quais em algumas situações eram negociados com os representantes da escola de Goa, mediante compra e venda destes. Mas, estas negociações só teriam surtido algum efeito em inícios do século XX, sendo citado pelo autor as pevides de bananeira brava para tratamento da varíola, apresentada como uma descoberta do médico Antonio Joaquim Vás¹³⁴.

¹³³ Entre estas obras, destacavam-se: CARDOSO JR., João. *Subsidios para a matéria médica colonial portuguesa*. Manuscrito (Prêmio José Dionísio Corrêa). 1892; Idem. *Contribuição para o estudo da flora d'África*. Coimbra, 1896; MARQUES, Agostinho Sizenando. *A expedição portuguesa ao Muata-Janvo – o clima e as produções das terras de Malange à Lunda*. Lisboa, 1889.

¹³⁴ Ver a esse respeito outro estudo de Roque (2004), no qual interpretou a utilização das pevides de bananeira brava como medicamento, com base nos conceitos de tradução científica.

3.2 O BRASIL PÓS INDEPENDÊNCIA: PERDA DA “ILUSÃO DE FANTÁSTICA GRANDEZA”?

Pequenos na Europa, infinitamente inferiores em número e território a todos os outros povos, o desejo de conservar as imensas possessões que o nosso gênio descobria, arredava do país todas as forças vivas, conservando nos espíritos a ilusão de fantástica grandeza, que os tempos haviam de destruir completamente. Deixamos a própria casa em abandono para irmos assentar tenda nestas regiões inóspitas...Entretanto agora em casa, e para falarmos do que mais de perto nos importa, é certo que a Farmácia estivera em Portugal muito mais adiantada, e a Classe padecendo menos nos seus interesses profissionais e científicos, se o passado se lhes não tivesse sido tão contrário, se os poderes públicos tivessem olhado com mais benevolência para a nossa desgraçada situação¹³⁵.

Através deste trecho do discurso do presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana, o farmacêutico Antônio de Carvalho, proferido na sessão aniversária de 24 de julho de 1851, ficava evidente a associação que ele fazia entre o atraso da farmácia em Portugal e a perda de seu vasto império. A independência do Brasil representaria aí, a perda da “ilusão de fantástica grandeza”. O “abandono da própria casa” motivado por aquela ilusão já fora acenado no século XVII, através do argumento mítico religioso de um dos conselheiros principais de D. João IV (1640-1656), o Padre Antonio Vieira, que via o Brasil como uma espécie de terra prometida. Depois, no século seguinte, as teses do Padre Vieira foram revistas pelo diplomata do reinado de D. João V (1706-1750), Luís da Cunha, que sugeria a instalação da corte na cidade do Rio de Janeiro e propunha a negociação com a Espanha para troca da região do Algarve pelo Chile e do resto de Portugal pelo Rio da Prata (atual Argentina). Por ocasião da invasão napoleônica, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que considerava que o centro do império português não era mais na Europa, conseguia concretizar o seu intento de deslocamento do príncipe regente D. João e a corte portuguesa para a cidade do Rio¹³⁶.

¹³⁵ *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 2ª série, v.2, n.8, p.272, 275, 1851.

¹³⁶ Ver a esse respeito os estudos de Patrick Wilcken (2005, p.87-104) e de Evaldo Cabral e Mello (2002, p.24-45). Os autores analisaram estas leituras feitas em conjunturas de crise do império português, diferenciadas ao longo dos séculos, que acenaram para a transferência da sede do Império de Portugal para o Brasil. Eram alegadas questões de segurança quanto a localização geográfica da sede do Império na Europa,

As ações dos poderes públicos no passado eram vistas assim por aquele farmacêutico, como motivo do atraso não só da farmácia, como também de todas as ciências em Portugal nos anos de 1850.

Mas, ao que parece, daquelas leituras feitas a respeito do Brasil mencionadas acima e que foram baseadas em depoimentos dos primeiros cronistas que aqui estiveram, algo tinha permanecido no imaginário daqueles farmacêuticos e médicos que compunham a associação farmacêutica na cidade de Lisboa. A riqueza de suas florestas, flora, fauna enfim, de recursos naturais, “em que se plantando tudo dá”, como dizia Pero Vaz de Caminha, continuava despertando interesse naqueles atores sobre as coisas do Brasil. E este interesse ou expectativa com relação ao Brasil não se restringia aos farmacêuticos e médicos mas, à população portuguesa em geral visto que, a partir da segunda metade do século XIX até início do século XX, o movimento migratório português teve como principal destino o Brasil (Leite, 2000).

No ano de 1852, deparamo-nos com um verdadeiro lamento de um sócio honorário da Sociedade Farmacêutica Lusitana, a respeito do pouco conhecimento dos portugueses sobre as drogas e produtos dos reinos naturais do Brasil. Como os médicos e farmacêuticos em Goa, atribuía a isto, à ausência de apoio do governo ao desenvolvimento destes estudos e o atraso em termos de conhecimentos práticos das ciências naturais no país. O doutor em medicina, Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão¹³⁷ observava que deveriam ser os portugueses os primeiros a tomar conhecimento e divulgar pela Europa aqueles produtos devido as relações comerciais entre Brasil e Portugal e “a quase fraternidade que nos devia ligar aos habitantes daquele vasto território”. Desta forma, comentava que a divulgação do uso das cascas de quinas havia se dado na Europa pela Condessa de Chinchon que havia tido uma experiência de cura no Peru em 1638 e, depois pelos padres jesuítas em 1640. Logo, para Beirão, parecia que a atenção dos portugueses deveria se voltar para toda extensão da parte sul do continente da América. Citava em contrapartida como exemplo de uma divulgação feita por um português, o estudo desenvolvido por Bernardino

apoiando-se nas impressões dos primeiros cronistas, que permitiram evocar a vocação autárquica da colônia, devido à sua riqueza e extensão do seu território.

¹³⁷ Pronunciamento feito numa das sessões da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. Publicado em *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 2ª série, t. III, 1852, p.323-326.

Antônio Gomes (1768-1823) sobre a ipecacuanha brasileira, que permitiu distinguir as falsas das verdadeiras.

Silva Beirão dizia se sentir responsável pela realização de estudos daquela matéria devido a posição que ocupava como demonstrador de medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e inspetor de Farmácia no Hospital de São José, sendo pago pelo governo. Chamava a atenção assim, para o uso medicinal da resina ou goma de uma árvore de Pernambuco, o angico ou acácia angico. Relatava que tomou conhecimento a respeito desta planta através do médico pernambucano Dr. Sarmiento¹³⁸, quando este residiu em Lisboa, tendo prescrito a goma de angico a uma paciente acometida de hemorragia intestinal, e esta ficara curada. Beirão observava então, que o uso medicinal da goma de angico que apresentava resultados semelhantes à aplicação da goma arábica, não se encontrava nem na obra de Eugène Soubeiran¹³⁹, nem na História Natural de Guibourt, nem no Dicionário de Matéria Médica de Merat, assim como em outros livros relacionados à terapêutica e consagrados na época. Destacava ainda, o valor da madeira fornecida pelo angico para a marcenaria, sendo o vegetal importante tanto para as artes como para a medicina. Sugeria que a Sociedade através de seus membros correspondentes do Império do Brasil fornecesse uma amostra maior da goma do angico para que viabilizasse estudos mais completos de sua natureza. No entanto, no pé de página da matéria publicada no jornal, encontramos uma observação do farmacêutico João José de Sousa Telles Júnior sobre a existência de um exemplar de goma de angico disponível no Museu de produtos de História Natural que estaria sendo criado na Sociedade Farmacêutica Lusitana, que tinha como propósitos reunir produtos indígenas e uma coleção típica de drogas exóticas. Aqui, apareceu a iniciativa de criação de um museu com propósitos semelhantes aos sugeridos por Gomes Roberto nos anos de 1860, do que se deduz que este não se efetivara.

¹³⁸ Este provavelmente era José Joaquim de Moraes Sarmiento, nascido em Bragança, em 31/01/1804, faleceu em Pernambuco (data desconhecida), tendo sido naturalizado brasileiro. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina de Pernambuco nos anos de 1840, tendo sido membro correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e colaborado nos periódicos médicos brasileiros *Annaes de Medicina Pernambucana* e *Archivo Médico Brasileiro* (Blake, 1893).

¹³⁹ Com certeza, o autor estava referindo-se à obra clássica de Soubeiran - *Nouveau Traité de Pharmacie Théorique et Pratique* formada por dois volumes e que teve várias edições, sendo a sua 2ª edição datada de 1840.

Embora naquela época não houvesse uma legislação que regulasse o estudo de produtos vegetais no Brasil, como havia com relação à África (reproduzida acima), percebe-se aqui no caso, um interesse maior dos atores, pertencentes à sociedade portuguesa, pelos produtos brasileiros. Através da exposição de Beirão, a permanência daquela visão do Brasil como fornecedor de “objetos e matérias às fábricas, e à indústria da Europa”, palavras utilizadas pelo próprio, ficava em evidência. A presença no Brasil de um conhecimento informal sobre o angico, não sistematizado ainda pelo mundo europeu, não impediria o intercâmbio entre Dr. Sarmento, de Recife, e Dr. Beirão, de Lisboa, caracterizando a existência de um canal informal de troca e/ ou incorporação de saberes.

Em 1862, Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão aparecia como autor da obra de 3 volumes, *Compêndio de Matéria Médica e de Terapêutica* editado pela Tipografia da Academia de Ciências de Lisboa, que seria adotado nas escolas portuguesas e brasileiras¹⁴⁰. De acordo com o professor da escola de Lisboa, o farmacêutico e doutor em medicina, José Thomaz de Sousa Martins, Beirão esclareceria na sua obra a respeito da prática médica em Portugal e no Império do Brasil, tentando casar a ação farmacológica do medicamento com a situação histórico-natural da substância medicamentosa. Este seria o próprio fundamento da cadeira que reuniria o ensino da matéria médica ao da terapêutica, e que seria ministrada nos cursos médicos oferecidos pelas escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto, e pela Universidade de Coimbra posteriormente. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a cadeira de matéria médica e terapêutica começou a ser lecionada em 1854 por João José de Carvalho, quando a cadeira de farmácia começou a ser dada separadamente da cadeira de matéria médica. Mas, este lente que ministrou a disciplina até o ano de 1866, seguiria a escola italiana representada por Giacomini¹⁴¹, e os que lhe seguiram acabaram adotando além

¹⁴⁰ Informação encontrada em: ELOGIO Histórico do professor Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão Discurso pronunciado...em 5/10/1872 por José Thomaz de Sousa Martins (1878). Não foi encontrada nenhuma informação a respeito que confirmasse a afirmativa em relação às escolas brasileiras, ou seja, a Faculdade de Medicina do Rio, ou da Bahia ou a Escola de Farmácia de Ouro Preto.

¹⁴¹ A *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* do ano de 1863 reproduziu algumas lições ministradas pelo lente João José de Carvalho na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ver: n.7, 1º de abril, 1863, p.82-83; n.8, 15 de abril, 1863, p.92-93; n.9, 1º de maio, 1863, p.103-104; n.10, 15 de maio, 1863, p.115-116; n.11, 1º de junho, 1863, p.131-132; n.12, 15 de junho, 1863, p.141-142; n.13, 1º de julho, 1863, p.154-156; n.14, 15 de julho,

desta, outras obras francesas tais como o Tratado de Matéria Médica e Terapêutica de Trousseau. Em 1874, temos notícia que o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro criara várias comissões para o desenvolvimento de estudos, entre as quais uma comissão de matéria médica e terapêutica, presidida pelo médico Antônio Félix Martins, lente de patologia geral na Faculdade de Medicina do Rio, entre os anos de 1855 e 1864. Mas, aqui também não foram encontradas informações que confirmassem a afirmação do português José Thomaz de Sousa Martins, sobre a utilização da obra de Beirão nas escolas brasileiras.

Em 1876, os nomes de Beirão ao lado do de José Tedeschi e de outros membros da Sociedade Farmacêutica Lusitana, apareciam como integrantes da comissão que organizou a farmacopéia portuguesa editada no mesmo ano, que substituiria o código de Agostinho Albano da Silveira Pinto, de 1835.

O interesse pelos produtos medicinais brasileiros pôde ser observado também pela notícia de ter sido encaminhada pela Sociedade Farmacêutica Lusitana uma porção da casca de assacú e seus preparados à Comissão Administrativa do Hospital São José, onde teriam sido testadas por José Dionysio Correa para tratamento da morféia em 1848. Na mesma matéria do jornal, consta a informação de que o assacú havia sido preparado pelos farmacêuticos Azevedo¹⁴². No Hospital de São Lázaro, em Coimbra, foi encarregado “oficiosamente” para realizar os ensaios terapêuticos o cirurgião José Maria Alves Branco Júnior. Tais ensaios chegaram à conclusão de que embora o assacú não curasse totalmente a morféia, amenizava-a, estabilizando a doença¹⁴³. É sabido que o assacú, classificado por Carl Frederik Philippe Von Martius como *Hura brasiliensis*, da família das *euphorbiáceas*, já vinha sendo testado em hospitais na província do Pará desde a década de 1840, cujos resultados já tinham sido publicados no Brasil¹⁴⁴.

1863, p.166-167; n.15, 1º de agosto, 1863, p.180-182; n.16, 15 de agosto, 1863, p.190-192; n.17, 1º de setembro, 1863, p.203-205; n.18, 15 de setembro, 1863, p.216-218; n.19, 1º de outubro, 1863, p.224-226.

¹⁴² *Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias de Lisboa*, v.1, 1848, p.165-166.

¹⁴³ Relatório acerca dos ensaios com assacú, no tratamento de 15 doentes do Hospital dos Lázaros, feito pela Comissão nomeada pelo Conselho da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 2ª série, t. II, nº9, 1851, p.288-295. No ano seguinte seria publicado também em jornal brasileiro o relato desta experiência – *Gazeta dos Hospitais do Rio de Janeiro*, Ano II, n.23, 1º fev. 1852.

¹⁴⁴ Ver relato a respeito da experimentação realizada no Lazareto de Tucunduba, no Pará em: MALCHER, José da Gama. História de quatro morféticos que tem tomado o assacú. *Archivo Médico Brasileiro*, RJ, n.4, v.

Aqui percebe-se o interesse daqueles farmacêuticos e médicos portugueses nos produtos medicinais brasileiros advindos principalmente das regiões do norte e nordeste, destacando-se os estados de Pernambuco e do Pará. No *Jornal de Pharmacia e Sciencas Accessorias* de José Tedeschi encontramos vários artigos relacionados ao estado do Pará, a respeito de estudos realizados pelo médico de Belém, Francisco da Silva Castro¹⁴⁵, membro correspondente da Sociedade Farmacêutica Lusitana. Naquele mesmo jornal, o farmacêutico Vicente Tedeschi como correspondente em Belém, enviava informações extraídas da obra de Carl Frederik Philippe Von Martius (*Systema Materiae Medicae Vegetabilis Brasiliensis*, 1843) a respeito da toxidade do leite e da casca da árvore *Hura brasiliensis*, partes que tinham uso medicinal, e dos cuidados tomados pelos sertanejos ao recolhê-los. Mas, alguns daqueles artigos sobre o Pará nos jornais dos Tedeschi eram reproduções de estudos publicados por jornais editados na capital do império brasileiro tais como os *Annaes Brasiliensis de Medicina*, *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, *Archivo Médico Brasileiro* traduzindo o interesse também dos farmacêuticos e médicos da cidade do Rio naquelas regiões para o estudo da matéria médica. Naquele mesmo ano de 1848, temos a notícia que a Academia Imperial de Medicina nomeava o boticário Ezequiel Corrêa dos Santos, então membro da seção de farmácia, para analisar o assacú e que a Sociedade Farmacêutica Lusitana também providenciaria a análise química da substância e que poria à disposição dos clínicos os seus preparados. Através das páginas desses jornais percebe-se então, a presença de diversos atores de ambos os lados do Atlântico neste circuito de saberes sobre a matéria médica brasileira do norte e nordeste do país.

O interesse por aquelas regiões também aparecia expresso no patrocínio do governo imperial brasileiro à que foi considerada a primeira expedição científica brasileira, com destino à província do Ceará, tendo percorrido as do Piauí, de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Já em 1852, nas

7, 1848, p.156-159. Ver tb. : NOBRE, M. A. *Relatório sobre a cura da morfêia através do assacu*, dez. 1848, Santa Maria de Belém, Pará (Seção de Manuscritos da BNRJ).

¹⁴⁵ Castro titulou-se cirurgião pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1837, obtendo no ano seguinte o grau de doutor em medicina pela Universidade de Louvain, na Bélgica. De volta ao Pará, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia do Pará e presidente da Comissão de Higiene Pública da província durante epidemia do cólera de 1855 (Beltrão, 2000).

páginas da *Revista Pharmaceutica*¹⁴⁶, o interesse pelas coisas da província cearense aparecia na correspondência do seu presidente, Joaquim Marcos de Almeida, ao presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira, Ezequiel Corrêa dos Santos. Nesta, comunicava o envio de uma amostra de águas sulfurosas para análise, e a intenção de enviar também plantas medicinais daquela província para serem experimentadas. Em 1855, Ernesto Frederico dos Santos, filho de Ezequiel, enviava de Paris a análise de minerais enviados por Almeida Rego, concluindo por uma das amostras enviadas que o mineral era um silicato, podendo ser um verdadeiro Kaolin (utilizado na fabricação da porcelana). Afirmava que caso existisse em grande quantidade, poderia ser uma fonte de riqueza para a província cearense, exigindo trabalhos de mineração e exploração do metal¹⁴⁷. A possibilidade de existência de minerais valiosos na região seria um dos elementos mobilizadores para a realização daquela expedição científica.

A denominada Comissão Científica de Exploração¹⁴⁸ realizou-se entre os anos de 1859 e 1861 por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. Dela participaram homens de ciência brasileiros reconhecidos na época, sendo todos sócios do IHGB como o médico Francisco Freire Allemão, responsável pela seção da botânica, tendo presidido a expedição; Manoel Ferreira Lagos, do Museu Nacional, pela seção de zoologia; Guilherme Schuch de Capanema, pela seção geológica e mineralógica, pertencente aos quadros do Museu Nacional no mesmo assunto e, o poeta romântico professor do Colégio Pedro II, Gonçalves Dias, responsável pela seção etnográfica e de narrativa de viagens. Este último estenderia a expedição até Manaus, tendo passado por Belém e pelo Maranhão.

Para Margareth Lopes (1996) esta iniciativa juntamente com a criação da Sociedade Velosiana, em 1850, e com as atividades desenvolvidas pelo Museu Nacional desencadeavam um movimento de consolidação das ciências naturais no Brasil. Por outro lado, os seus objetivos de explorar os recursos naturais incluindo minerais, vegetais e animais e de fazer a etnografia da região poderiam ser vistos também como parte das estratégias do projeto de consolidação do

¹⁴⁶ v.2, n. 5, nov./ 1852.

¹⁴⁷ Análises de alguns minerais da província do Ceará dados pelo Exmo. Sr. Dr. Almeida Rego de volta de sua presidência nessa província, por Ernesto Frederico dos Santos. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, v.4, n.10, p.149-154, abr.1855.

¹⁴⁸ Ver a esse respeito Kury (2001) e Lopes (1996).

Estado brasileiro, visando conhecer as regiões mais distantes, pensando na unidade territorial do país e num possível enriquecimento a partir de então. Mais uma vez ficava patente a relação que havia entre as ciências naturais, etnografia, história e a política imperial, só que desta vez o patrocinador da expedição era o governo brasileiro. As viagens pessoais do Imperador Pedro II àquelas regiões nesta mesma época, entre os anos de 1859 e 1860, reforçariam simbolicamente a questão da demarcação de fronteiras do império, visando o fortalecimento e preservação da unidade nacional (Schwarcz, 2003).

Cabe destacar que a expedição fora organizada com apoio em bibliografia européia e, prevendo permutas de material recolhido com associações estrangeiras tais como a Imperial Sociedade de Aclimação Zoológica de Paris, tendo sido introduzida a espécie dromedários no Ceará, que não surtiria efeito. Mas, o seu resultado principal foi formar coleções para o Museu Nacional, onde foi reunido significativo material botânico e zoológico.

Além disso, a expedição teve reconhecimento nacional e internacional ao expor parte do material etnográfico coletado na Exposição Nacional de 1861 na cidade do Rio de Janeiro, e na Exposição Universal de 1862, na cidade capital de Londres. Outra questão que vale à pena ser ressaltada, embora já mencionada por outros estudos, foi a atitude de Freire Allemão frente às solicitações de Von Martius sobre informações a respeito do material botânico coletado, com objetivos de incluí-los em sua obra *Flora Brasiliensis*. Em resposta, Freire Allemão recusava-se a enviar qualquer amostra de plantas antes de ter publicado suas descrições, evitando apropriações indevidas. Evidenciava-se aqui a preocupação de Freire Allemão para com o reconhecimento de sua autoria individual nos estudos da botânica brasileira, na Europa: “Não é pouco vê-los lá na Europa desfazendo o que eu faço e corrigindo, mudando e dando a outrem o que a mim pertence” (Gama¹⁴⁹ apud Lopes, 1996, p.60).

Como observou Kury (2001), havia uma tendência dos membros da expedição em valorizarem o que era próprio do Brasil, acompanhada de uma

¹⁴⁹ GAMA, J. Saldanha da. Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Allemão. *Revista do IHGB*, v.38, p.51-126, 1875. A autora Vera Beltrão Marques (1999, p.139 e segs.) citou a mesma passagem em seu estudo ao lado de uma proposta da Sociedade Botânica da França feita ao governo imperial brasileiro em 1868 de um negócio oficial compartilhado. Em troca do envio de plantas do Brasil com as descrições, usos, experimentos, etc., havia a proposta de publicação simultânea no Brasil e em França, e do fornecimento do “aval científico” às plantas enviadas.

crítica aos viajantes estrangeiros, das suas formas de ver e retratar as regiões visitadas, acrescida das formas de organização do material levantado. Ficava implícito na realização desta expedição o sentimento nacional, a partir do levantamento de materiais e objetos que viabilizariam a construção de uma ciência própria, brasileira, ou seja, a inserção do império brasileiro no mundo das ciências naturais ou no mundo civilizado.

Anos mais tarde, o periódico do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro publicava algumas notas colhidas na província do Ceará pelo Conselheiro Freire Allemão, onde dava notícias sobre plantas medicinais encontradas e sobre as moléstias observadas na cidade do Crato. No mesmo volume, era publicada em partes a obra de Martius, "Imperiae Florali brasiliensis", considerada pelo farmacêutico que a transcreveu, José Marcelino de Souza Marçal, "tradução das riquezas de nossa pátria". Havia assim, uma consideração pelo trabalho do botânico brasileiro, que presidira a Comissão de Botânica e Zoologia do mesmo Instituto em 1874, ao ser colocado ao lado do naturalista estrangeiro que estudara minuciosamente nossa flora¹⁵⁰. Neste mesmo ano de 1884 (p.112), era noticiada a criação de uma associação farmacêutica em Recife, revelando a mobilização de um grupo naquela região do nordeste brasileiro, interessado nos estudos desta matéria aliado à luta pelo reconhecimento profissional.

Através da atuação da Sociedade Farmacêutica Lusitana, percebe-se a manutenção do interesse de seus sócios no Brasil, principalmente entre os anos de 1850 e 1870. Este parecia ser maior que o manifestado pela África e Índia, embora houvesse a preocupação do governo português em definir políticas de saúde para aquelas regiões, compreendendo a instalação de escolas médicas e serviços sanitários. Configurou-se então, um trânsito informal de saberes entre as associações brasileiras e a portuguesa ou mesmo interesses comuns, direcionados para o norte e nordeste brasileiros.

O circuito dos saberes percorria vários continentes e grupos de tendências diversas, sendo alimentado pelos jornais especializados que se multiplicavam e pelos intelectuais ou homens de ciência que se deslocavam pelo mundo afora.

¹⁵⁰ *Revista Pharmaceutica do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro*, RJ, v.1, 1884. A respeito das notas de Freire Allemão, ver p.155-160, e da reprodução dos estudos de Martius, páginas 58-64; 72-78; 93-96; 103-106; 122-124; 139-142; 153-155; 189-191.

Mas, o que ocorria era que muitas das autorias desses saberes era negligenciada por aqueles que se consideravam os seus organizadores e sistematizadores ou mesmo transformadores – homens de ciência, limitando-as também às fronteiras nacionais que representavam e que se tencionava consolidar. Embora os farmacêuticos ao se reunirem em associações defendessem a ciência como uma atividade coletiva, quando tratava-se de atribuir autoria a determinado conhecimento ou mesmo medicamento, havia limites a esta coletividade.

Nas práticas de cura no cotidiano, que envolviam outros atores de grupos sociais, raciais, políticos e culturais diversos que povoavam a capital cosmopolita do Império brasileiro, como é que ficaria a viabilização do projeto de institucionalização da farmácia proposto por aquelas associações? Neste sentido, as associações farmacêuticas poderiam ser vistas como ilhas que não estavam isoladas no oceano, mas que sofriam interferências e misturavam-se aos mares que as cercavam, seja dos praticantes de artes de curar em geral, seja dos que eram assistidos por elas, seja de associações similares de outros países.

PARTE II :

1. FARMÁCIA, OBJETOS, ATORES: TENSÕES E REPRESENTAÇÕES

Os classificadores de coisas, que são aqueles homens de ciência cuja ciência é só classificar, ignoram, em geral, que o classificável é infinito e portanto se não pode classificar. Mas o em que vai o meu pasmo é que ignorem a existência de classificáveis incógnitos, coisas da alma e da consciência que estão nos interstícios do conhecimento.
(Fernando Pessoa, 1932)

Donde vêm as doenças do corpo, mas também as do espírito e do coração, as dores, as mágoas, as privações e as desgraças que atravessam a nossa vida, a ensombram ou a interrompem brutalmente 'antes do tempo'? Para estas perguntas, tão velhas como o homem, cada cultura encontrou as suas respostas, ajustadas aos seus parâmetros (Bottéro, 1997, p.16).

O assombro do poeta Fernando Pessoa diante da insensibilidade dos homens de ciência com relação às coisas da alma, traduziria um questionamento ao sentido racional atribuído à ciência. Já o historiador Bottéro chamou a atenção para uma questão importante, as culturas como fornecedoras de respostas a questões sobre doenças, vida e morte.

O conteúdo destes dizeres nos introduz na reflexão a respeito dos diversos sentidos que foram sendo atribuídos às ciências que lidavam com a saúde, nas quais ficava implícita a possibilidade de cura das doenças. Durante o século XIX, os sentidos mágicos, religiosos e sobrenaturais permaneciam latentes e ressurgiam coletivamente, em conjunturas epidêmicas, ou mesmo individualmente, diante de doenças em que a medicina científica não oferecia respostas que garantissem a cura, ou devido à falta de acesso a esta medicina, geralmente mais rara, onerosa e distante, que outras práticas exercidas por curadores informais ou curandeiros populares¹⁵¹.

¹⁵¹Vários estudos vêm enfocando estas questões: Figueiredo (1997) ao tratar das artes de curar na província mineira; Diniz (2003) tratou da atuação e aceitação do curandeiro africano Pai Manoel durante a epidemia de cólera em Recife, no ano de 1856, e as repercussões que este fato teve na Academia Imperial de Medicina; Xavier (2003) analisou as relações entre curandeiros, médicos e doentes durante a epidemia de varíola na cidade de Campinas, em 1862. Já Sampaio (2003) refletiu sobre as relações entre crença e cura a partir do

A princípio, os portadores ou representantes dos saberes acadêmicos, ou seja, os homens de ciência rejeitariam estes outros sentidos contrastantes com aquela visão de ciência, cuja classificação era orientada pela razão. Esta questão perpassaria o processo de institucionalização da farmácia em curso, que tinha como principais atores os farmacêuticos reunidos nas citadas associações na capital do Império, não ficando restrita ao século XIX. Como assinalou Jean-Claude Dousset (1985), a longa duração na terapêutica ficaria em evidência ao reagrupar aquisições recentes com outras muito antigas, havendo uma permanência de seu sentido mágico-religioso que conviveria com o racional mesmo a partir do período moderno¹⁵², e na atualidade.

Embora no discurso daqueles farmacêuticos e médicos do século XIX dominasse uma concepção utilitária e racional das ciências, que se formalizou entre os séculos XVII e XVIII, das quais almejavam serem seus representantes, os sentidos mágicos, religiosos, sobrenaturais permaneciam sendo depositados na sua prática por aqueles que eram assistidos ou até mesmo por eles próprios, que praticavam.

No exercício da prática terapêutica sempre esteve implícita a possibilidade de impedir a interrupção da vida, ou seja, a morte. Isto já por si só, geraria expectativas tanto por parte dos praticantes como dos que eram assistidos por estes. Expectativas que se traduziam pelo desejo de prolongamento do tempo de vida, de crenças em soluções mágicas ou no sobrenatural, dependendo da gravidade da doença a ser tratada. Sob este aspecto, os medicamentos, objeto principal da farmácia, desempenhariam papel fundamental como veículo para as curas, aos quais eram atribuídas muitas vezes propriedades mágicas. Mas, a terapêutica que fazia uso dos medicamentos nem sempre corresponderia àquelas expectativas, gerando o que se chamou de ceticismo terapêutico. No século XIX,

caso da prisão do curandeiro negro Juca Rosa na capital do Império em 1870. Este fazia uso de remédios e rituais de feitiçaria, atendendo às populações pobres e à elite branca. Ver tb., Pimenta (2004b) a respeito das propostas da medicina acadêmica e dos homeopatas durante epidemia do cólera de 1855-1856, na cidade do Rio.

¹⁵² Ver a esse respeito Bloch (1993). Estudo publicado originalmente no ano de 1924, em França, no qual ao tratar dos reis taumaturgos, foi destacada a dimensão do sagrado na prática de cura como reforço do poder dos reis, que teve início no século XII perdurando até o XVIII, quando se pretendia alcançar uma racionalidade no conhecimento em geral. Atribuía-se aos reis o poder de cura através do toque, sobre os portadores de escrófulas (espécie de tuberculose).

este ceticismo adquiriu características próprias em função das transformações nos estudos sobre as doenças a partir da anatomia patológica, quando se buscou localizar as doenças no corpo humano, levando à uma medicina voltada para o diagnóstico. Isto acompanhado do desconhecimento dos efeitos de novas substâncias predominantemente vegetais além de minerais introduzidas pelos estudos iatroquímicos, que vinham sendo incorporadas ao arsenal da matéria médica desde o século anterior. Houve então, uma descrença por parte dos próprios médicos nos seus recursos, ou seja, naquela matéria médica (Ackerknecht, 1986 ; Peset, 1993). Nesta época, surgiram várias alternativas ao que se convencionou chamar de terapia heróica, devido à agressividade e toxicidade elevada dos medicamentos utilizados, que exigiam dos pacientes atitudes heróicas para suportá-los. A homeopatia apresentava-se como umas dessas alternativas, além da hidroterapia, balneoterapia ou a medicina expectante, que não utilizava medicamento algum, revalidando o princípio hipocrático da força medicatriz da natureza ou das forças vitais inerentes ao seres vivos (Panacéia e Higéia)¹⁵³. Neste sentido, eram recomendados a higiene, a prevenção, a vacinação e o tratamento moral. Entre os que utilizavam medicamentos, passava-se a olhar com desconfiança para as fórmulas compostas, optando pela simplificação dos medicamentos.

Cabe aqui particularizar estas questões com relação ao grupo de farmacêuticos reunidos nas associações do século XIX. Na busca da afirmação de um sentido científico para as suas práticas, eles se defrontariam com tensões entre o sentido comercial e o sentido mágico dos medicamentos relacionados a diversos atores que praticavam atividades ligadas à arte farmacêutica.

Com a vulgarização da imprensa durante o século XIX, a utilização do sentido oculto, secreto dos medicamentos se ampliava e se modificava através da propaganda de remédios secretos, os que não divulgavam suas fórmulas, informando apenas sobre os poderes curativos para diversas moléstias. Estes

¹⁵³ Segundo a mitologia grega, Panacéia e Higéia eram os nomes das duas filhas de Asclépio (filho mortal do deus Apolo, sendo conhecedor da arte de remediar e aliviar dores e doenças), sendo que Panacéia simbolizava o poder curativo das ervas, em sua multiplicidade e diversidade, ao passo que Higéia, a força vital e a saúde presente em todos os seres vivos, fazendo parte da natureza. Estas divindades refletiam as múltiplas faces da medicina na cultura grega (Sayd, 1995).

remédios inicialmente podiam ser feitos por qualquer pessoa, não sendo exigida para isso, habilitação em farmácia ou medicina. Isto afetaria diretamente os farmacêuticos habilitados pelas vias oficiais da época, que se encontravam reunidos nas citadas associações, dificultando a concretização de seus objetivos de restringir as suas práticas a um grupo determinado, ou mesmo na organização de um código farmacêutico brasileiro. Por lei, os boticários no Brasil, só podiam preparar as receitas que fossem assinadas por facultativos matriculados na Junta Central de Higiene Pública (fórmulas magistrais) e, para a composição dos remédios oficiais deveriam consultar a farmacopéia francesa, enquanto não houvesse a brasileira. Em 1852, pelo Aviso do Ministério do Império de 7 de outubro, foi permitida a utilização de outras farmacopéias e formulários estrangeiros¹⁵⁴. Os médicos por sua vez, não poderiam preparar, nem vender remédios ou drogas exceto em lugares onde não houvesse botica aberta, sendo proibida qualquer tipo de sociedade ou contrato com boticários ou droguistas¹⁵⁵.

Neste quadro, situava-se o combate ao exercício ilegal da farmácia que durante o século XIX foi uma característica comum a vários países, até àqueles que eram considerados mais adiantados, símbolos da civilização moderna. Interessa aqui refletir sobre a argumentação utilizada pelos atores farmacêuticos, ressaltando a importância da dimensão simbólica deste processo. Tomando como ponto de partida a concepção de farmácia formalizada pela Enciclopédia no século XVIII, busco perceber como ela foi apropriada no Brasil do século XIX, pelos farmacêuticos.

¹⁵⁴ *Pharmacopée Universelle* de Jacques Louis Jourdan, 1840; *Nouveau formulaire magistrale* (1840), de Apollinaire Bouchardat; *Pharmacopea Geral para o Reino e Dominios de Portugal* (1794, 1824); *Traité de Matière Medicale et de Therapeutique* de François Foy (1843); *Código farmacêutico e farmacografia* (1835), de Agostinho Albano da Silveira Pinto (Piragibe, 1880).

¹⁵⁵ Ver artigos 39, 42 e 45 do decreto nº828, de 29/09/1851, que mandava executar o Regulamento da Junta Central de Higiene Pública.

1.1 A FARMÁCIA E SUAS DEFINIÇÕES: ARTE & CIÊNCIA

Pharmácia é a Arte, que ensina a conhecer, escolher, preparar e unir ou combinar os remédios. O Conhecimento das Drogas simples é a parte da História Natural, a que se dá o nome de Matéria Médica: ensina esta a conhecer todas as Drogas simples, que tem préstimo na Medicina.

Chamam-se Medicamentos, ou Remédios, todas aquelas cousas, que, aplicando-se externa, ou internamente, tem a propriedade de causar alterações salutíferas nos nossos humores.

Dividem-se os remédios em simples e compostos (...).

Os farmacêuticos dividem a matéria médica em 3 Reinos, bem como fazem os Naturalistas, a saber: o Reino Vegetal, o Reino Animal, e o Reino Mineral¹⁵⁶.

*La pharmacie est la science ou l'art de recueillir, conserver, préparer et mêler certaines matières pour en former des médicaments efficaces et agréables*¹⁵⁷.

A partir das definições acima dadas à farmácia percebemos sentidos semelhantes, que dizem respeito à arte e ciência. Na definição da *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* de Denis Diderot e Jean d'Alembert (1751), versão iluminista do Enciclopedismo, a farmácia era considerada como uma ciência ou uma arte. O objetivo desta publicação seria o de apresentar uma classificação do conhecimento como um todo, sendo dirigida a um público mais amplo, divergindo sensivelmente das metas da obra do boticário português Antônio José de Souza Pinto (1777-1853)¹⁵⁸. Esta, sendo destinada a principiantes, era dirigida a um público mais restrito, a quem deveria ter intenções de aprender o ofício de boticário, estando implícita a idéia do conhecimento que se adquiria através da arte, ou seja, da prática do ofício – um conhecimento empírico. Percebe-se, assim, que em ambas definições havia uma valorização

¹⁵⁶ PINTO, Antonio José de Sousa. Elementos de Pharmacia, Chymica, e Botanica. Nova Edição por Luiz Maria da Silva Pinto. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1837.

¹⁵⁷ *Encyclopédie...* d'Alembert e Diderot, v.12,1751, p.491

¹⁵⁸ Souza Pinto era proprietário de botica em Lisboa, ocupando os postos a partir de 1833 de farmacêutico da Casa Real e, de Vogal do Conselho de Saúde do Reino de Portugal, órgão criado em 1837. Além desta obra, cuja 1ª edição em Portugal foi de 1805, foram reeditadas outras de sua autoria em Ouro Preto (MG): “Matéria Médica” (1837), 1ª ed., Portugal, 1813 e “Pharmacopéa Chymica Botânica e Cirúrgica” (1834, 1837), 1ª ed., Portugal, 1805 (Costa, 1961). O historiador da farmácia João Rui Pita (2000) cita suas obras entre as que mereceriam destaque dentro da produção científica da época em Portugal.

deste sentido da arte farmacêutica, da prática como forma de se obter conhecimento.

A data da reedição da obra portuguesa num dos principais centros urbanos do Império do Brasil, nos chamou a atenção para a permanência do referencial português na área de farmácia, mesmo depois da Independência. Evidente que a obra não seria única nesta época, visto que por aqui já circulavam e eram utilizadas a farmacopéia francesa e a Farmacopéia Geral para o Reino de Portugal e seus domínios de 1794, revisada, além de diversos formulários, que relacionavam vários medicamentos com indicação de uso. Enfim, a obra de Souza Pinto e a obra enciclopédica expressariam o circuito global do ideário iluminista e as particularidades de sua difusão.

Estas obras já revelavam a relação entre a farmácia e a química. No texto do verbete sobre farmácia, da *Encyclopédie*, havia um questionamento sobre a divisão entre farmácia galênica e farmácia química, argumentando que ambas efetuariam operações de decocção, infusão, cozimento de emplastos, desagregações, mistura simples, destilação de espíritos. Isto queria dizer que a química também realizava operações mecânicas como a farmácia. A valorização do trabalho manual seria uma constante naquela obra.

No verbete sobre arte, de autoria de Diderot (ARTE e Ciência..., 2003) sobressaíam dois pontos: a crítica que fazia à distinção entre as artes mecânicas e liberais, e a vinculação entre as ciências e as artes. A divisão das artes em mecânicas e liberais, orientada pelos trabalhos que exigiam mais das mãos e os que exigiam mais do espírito, respectivamente, justificava a superioridade das últimas sobre as primeiras. De acordo com Diderot, isto produziria um efeito negativo incentivando a ociosidade ao se considerar as atividades manuais dedicadas a objetos sensíveis e materiais como redutoras da “dignidade do espírito humano”. A *epistème* iluminista do século XVIII como descendente do empirismo inglês, representado pelo filósofo Francis Bacon, entendia a arte e ciência como complementares e distintas a um só tempo. A relação entre arte, ciência e ofício destacava-se aqui como a pedra angular do fundamento da obra enciclopédica, como sugeria o seu próprio título.

As ciências e as artes eram vistas por Diderot como duas formas de conhecimento inseparáveis:

A origem das ciências e das artes é a indústria do homem aplicada às produções da natureza segundo as necessidades do próprio homem, segundo o seu luxo, o seu divertimento ou a sua curiosidade. E justamente os pontos de encontro das diferentes reflexões sobre a natureza foram denominados ciências e artes (ibid., p.45).

Já no verbete ciência, esta era definida como o “conhecimento claro e certo de alguma coisa, fundado ou em princípios evidentes por si mesmos ou demonstráveis”; e a arte aqui aparecia como um dos seus quatro ramos junto com a inteligência, a sabedoria e a prudência. A arte, através de “regras seguras e infalíveis”, possibilitaria o “raciocinar bem” (ibid., p.47). A falta de delimitação entre os campos disciplinares presentes na obra, na qual o conhecimento era apresentado como um todo orgânico ou uma unidade, composta por várias partes, explicaria também esta junção entre arte e ciência.

Fica evidente aqui, a relação entre arte, ciência, a natureza e o homem. A arte e a ciência seriam frutos da ação do homem a seu favor, na utilização da natureza.

Por outro lado, o espírito múltiplo do ser humano, a um só tempo “pensante e contemplante”, no dizer de Diderot, explicaria a divergência entre arte e ciência como disciplinas fechadas. A distinção seria percebida na atitude em relação ao objeto – “a arte é um ponto de vista pragmático, a ciência um ponto de vista contemplativo” (Carmagnola, 2003, p.60).

Para Carmagnola, a vinculação entre ciência e arte expressaria a ambigüidade e a incerteza da *epistème* iluminista. Por um lado, a arte conferiria um caráter inventivo e qualitativo à ciência, através de um dos seus componentes - a inteligência como capacidade intuitiva – o saber fazer. Embora o conhecimento do mundo físico utilizando a matemática e a geometria como instrumentos, já houvesse sido preconizado por Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1642-1727), permanecia uma visão qualitativa da ciência da natureza ou mesmo da física que explorava a “capacidade fenomenológica de olhar a natureza com o olhar da maravilha” (ibid., p.60). Em contrapartida, a própria concepção de ciência

útil remeteria para a necessidade de eficácia do conhecimento e não para a sua pureza, ou seja, para uma ciência desinteressada. Logo, o núcleo artístico da ciência estaria limitado ao ponto de vista pelo qual o objeto é executado (sentido operativo), e não para ser conhecido. Deste modo, o autor acaba associando este aspecto qualitativo da ciência a um “olhar tecnológico”, observando que: “a arte na ciência, poder-se-ia dizer, é a sua vocação pragmática e tecnocrática implícita, além de seu resíduo qualitativo que o Iluminismo ainda vê e que o Positivismo esquecerá” (p.63). A previsibilidade científica, característica do conhecimento positivo proposto por Auguste Comte (1798-1857) levaria à investigação do certo, do indubitável, do precisamente determinado e do útil (Comte..., 1978).

A ciência era apresentada no verbete da *Encyclopédie* (1751) como o conjunto de conhecimentos humanos capazes de revelar a natureza, de “libertarem nossa alma das trevas”, de promoverem o progresso e a civilização. Inaugurava-se, assim, um tempo de luzes, em contraposição a uma era das trevas, representativa da sociedade medieval. Assim pensavam os autores da obra enciclopédica.

Poderíamos supor que o boticário português Antonio José de Souza Pinto teria lido o verbete sobre farmácia da *Encyclopédie* para compor o seu manual ou que aquela obra que se propunha a inventariar o conhecimento, teria traduzido para as suas páginas uma concepção de arte e ciência que já circulava entre alguns grupos de *philosophes* do século XVIII. Estes, segundo a definição da mesma obra, seriam os que teriam um compromisso social e político de incentivar o “espírito filosófico” que produziria o progresso nas artes e nas ciências.

A proliferação das obras de referência nesta época como enciclopédias, dicionários, bibliografias e até mesmo manuais práticos traduziam a diversidade e a especialização cada vez maior do conhecimento em geral e a necessidade de organizá-lo, promovendo sua catalogação, sistematização e difusão (Burke, 2003). A singularidade da *Encyclopédie*, que teve edições sucessivas, seria sua proposta de uma nova ordem do conhecimento, diferente das obras anteriores do mesmo porte. A teologia na obra de Diderot e d’Alembert deixou de ocupar o tronco central da árvore do conhecimento, sendo substituída pela filosofia ligada à faculdade da razão.

Quanto ao lugar ocupado pelos saberes referentes à saúde, também sofreria mudanças na representação enciclopédica do conhecimento. D'Alembert observou que com o progresso dos estudos da natureza, as disciplinas da medicina e da agricultura voltadas para as primeiras necessidades do homem, fonte de todos os outros conhecimentos, passaram a ser uns dos ramos da ciência da natureza (Discurso..., 1989). A preocupação com a conservação da saúde garantiria a manutenção de um lugar de destaque reservado à medicina. À ciência da natureza, compreendida como estudo das propriedades dos corpos, era atribuído um lado intelectual, relacionado às especulações do espírito, e outro, material e sensível, possibilitando medi-las. O lado intelectual corresponderia à ciência da física geral, enquanto o lado material à ciência matemática. Essas duas ciências remeteriam à ciência da física particular que teria como objeto de estudo os indivíduos. Dentre os corpos a serem estudados, era priorizado o corpo humano e os conhecimentos necessários para sua conservação. Neste quadro, localizavam-se as disciplinas da anatomia, da agricultura e da medicina e seus ramos. A farmácia, a cirurgia e a dieta apareciam como subdivisões da terapia, um dos ramos da medicina. Ao passo que a botânica aparecia como ramo direto da física particular, subdividindo-se em agricultura e jardinagem. Já a química, ao lado da física geral e particular, aparecia como uma das divisões da física (filosofia natural), tendo como ramos a química propriamente dita (pirotécnica, tinturaria, etc.), metalurgia, alquimia e magia natural.

Esta classificação do conhecimento seria arbitrária, como os seus próprios autores o admitiram na época (Darnton, 1986). Mas, ela servia para nos dar uma idéia do lugar ocupado pela farmácia nesta epistemologia das luzes, quando ainda não havia uma separação entre os territórios das ciências da natureza e das ciências humanas, o que só vai acontecer no século XX.

Baseado em Carmagnola (2003), poderíamos aventar que a concepção iluminista de ciência ficaria entre sua praticidade/ racionalidade e o deslumbramento pelo maravilhoso, o mágico. Se pensarmos na proximidade entre a farmácia e a química e o lugar ocupado por estas duas áreas do conhecimento na classificação da *Encyclopédie*, percebe-se a convivência entre a face prática, útil, racional com a face mágica.

Considerando que ambas as obras, a *Encyclopédie* (1751), e o manual de Souza Pinto, além de outras do mesmo gênero, relacionadas à arte farmacêutica¹⁵⁹ - teriam circulado no município da Corte e na capital da província mineira, Ouro Preto, provavelmente desde o século XVIII no caso da *Encyclopédie*¹⁶⁰, estas visões ainda estariam bem em voga em meados do século XIX, quando foram criadas as primeiras associações farmacêuticas na Corte. Ezequiel Corrêa dos Santos, em seu discurso de 28 de março de 1852, comemorativo do primeiro aniversário da Sociedade Farmacêutica Brasileira, dizia:

E vós, nobres varões, (...) lembrai-vos que, enquanto no país uma indústria, uma profissão, uma ciência for esquecida de vossa proteção, a pátria não tocará o apogeu de sua glória; lembrai-vos que a farmácia é um dos ramos dos conhecimentos humanos que não só cura da vida do cidadão como joga com todas as ciências físicas e naturais que tanto convém desenvolver na terra virgem de nossa habitação.¹⁶¹

Fazia-se uma vinculação entre a farmácia, a medicina, a botânica e a química além de enfatizar a utilidade da farmácia na cura do cidadão. O papel dos “nobres varões” de proteger a farmácia era novamente ressaltado, como já foi mencionado na primeira parte deste estudo. O Imperador Pedro II, por sua vez, ao afirmar “a ciência sou eu” personificaria a própria ciência compartilhando com o pensamento dos enciclopedistas, que disseram: “A Ciência e as Belas-Artes concorrem admiravelmente para ilustrar, com suas produções, o reinado de um Soberano que as favorece” (Discurso..., 1989, p.95) . A afirmação do imperador confirmava a projeção feita a respeito do monarca brasileiro pelo boticário

¹⁵⁹Entre estas, *Formulaire Magistral et Memorial Pharmaceutique*. Paris, s.e., 1833, de Gassicourt; - FORMULÁRIO ou Guia Médica do Brazil pelo Dr. Chernoviz. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1841. Além destes formulários que às vezes se antecipavam às farmacopéias ou eram versões sintéticas destas, havia as farmacopéias britânicas, portuguesas e francesas que por aqui circularam. Ver a respeito Santos Filho (1991); Magalhães (2003); Marques (1999).

¹⁶⁰ Na relação dos livros da biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva, residente em Ouro Preto, um dos implicados na Conjuração Mineira (1789), encontravam-se dois volumes da *Encyclopédie*, d’Alembert e Diderot (Frieiro,1981). Com relação à Corte, as duas obras atualmente fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional, criada em 1808, sendo os volumes do exemplar da *Encyclopédie* da 1ª edição (1751), o que não quer dizer que elas nesta época já estivessem disponíveis ao público. Mas, se não estivesse, provavelmente teriam outras formas de acesso a quem interessasse.

¹⁶¹ *Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º ano, n.9, v.1, p.142, mar. 1852. (Grifo de minha autoria)

Ezequiel em 1837, quando este atuava na seção de farmácia da Academia Imperial de Medicina (ver p.20).

Esta retomada do pensamento ilustrado em meados do século XIX deu-se numa conjuntura bastante diferenciada da sociedade colonial brasileira, quando foram criadas as sociedades literárias ou científicas, em finais do XVIII, conforme foi assinalado anteriormente. Vários estudos que se detiveram sobre o Império, assinalaram a visibilidade dada pelo governo de D. Pedro II às ciências naturais¹⁶², merecendo ser destacadas as reformas do ensino médico, a renovação e remodelação do Jardim Botânico e do Museu Nacional. Paralelamente a estas medidas, eram criadas várias associações representativas de atividades e de ramos das ciências naturais, tais como as associações farmacêuticas, a Sociedade Velosiana e a Sociedade de Física e Química¹⁶³.

Analisando a questão em termos das relações entre Brasil e Portugal, as associações científicas foram criadas numa conjuntura em que apontava agora para um processo de consolidação do império brasileiro e não mais um império português que buscava o enriquecimento, através da exploração dos recursos naturais de sua colônia, ou que pretendia instalar a sua sede aqui nos trópicos. Mas, os homens de ciência reunidos nestas associações teriam também os seus objetivos e interesses próprios que procuravam conciliar ou mesmo negociar com o grupo e com os propósitos dos respectivos impérios. Isto valeria dizer tanto para as sociedades científicas do século XVIII, quanto para as associações farmacêuticas brasileiras e a lusitana, no XIX. As transformações na política, na configuração das redes de informações científicas e nos grupos que compunham as associações do oitocentos de cunho científico-profissional, traduziam a passagem do século XVIII para o XIX.

¹⁶²Ver Lopes (1997), Figueirôa (1997), Dantes (2001), Schwarcz (2003).

¹⁶³ Criada nas salas do Museu Nacional por doutores em medicina recém formados e, estudantes de farmácia e medicina com a proposta de estudarem essas ciências em suas relações com a medicina. O periódico da Sociedade Farmacêutica Brasileira oferecia suas páginas para a nova associação, enquanto esta não tivesse sua revista (Notícia científica. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, v.4, n.8, p.91, fev.1855).

1.2 METÁFORAS DA ABELHA: FARMACÊUTICOS E CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA MODERNA

Algumas metáforas utilizadas pelos farmacêuticos, que criaram e integraram as duas associações no município da Corte em meados do século XIX, traduzia o sentido moderno iluminista de ciência. O nome de *A Abelha*, dado ao periódico da Sociedade Farmacêutica Brasileira em 1862¹⁶⁴, e a comparação que era feita entre o trabalho dos boticários e o das abelhas, poderiam ser entrevistados como um diálogo com a filosofia baconiana.

O filósofo Francis Bacon (1561-1626), escritor e conselheiro da corte da Inglaterra, fonte de inspiração para os autores da obra enciclopédica, costuma ser apontado como um dos principais representantes do pensamento moderno que formulou a reforma da filosofia natural, idealizando a configuração de uma nova ciência¹⁶⁵. Ao explicar como deveria ser esta nova ciência, ele também utilizou a simbologia da abelha. Suas idéias iriam inspirar não só a *Royal Society*, em Londres, como as outras associações científicas que se constituíram nesta época em vários países europeus e, posteriormente pelo mundo afora, inclusive no Brasil. O destaque dado aqui ao pensamento baconiano tem o intuito de não nos fazer perder nos mares dos saberes e pensares que se entrecruzaram, expressando-se na renovação intelectual do século XVII, a chamada revolução científica. Isto não quer dizer que estamos considerando a sua concepção de ciência moderna como única e independente de todo o resto, até porque o seu pensamento consistia na tradução e conjunção de muitos outros.

A epígrafe do jornal dos farmacêuticos dizia:

Voando de flor em flor/ Recolhe o mel e a cera/ Da natureza e valor/ Nada
lhes muda ou altera/ Em seu afã e labor/ Só na verdade se esmera/ Porém
mostra ao Universo, unido o que era disperso.

¹⁶⁴ O periódico da Sociedade, que circulou entre 1851 e 1857 denominava-se *Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*. Entre 1857 e 1861, a publicação foi interrompida, sendo retomada com o nome de *A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, que circulou entre 1862 e 1864, tendo sido redigido neste período pelo farmacêutico Ignácio José Malta.

¹⁶⁵ Ver a esse respeito Oliveira (2002); Shapin (1999); Rossi (2001).

Os versos impressos no periódico farmacêutico e a definição de farmácia dada pela *Encyclopédie* (1751), expressariam o quanto era artesanal o trabalho dos farmacêuticos além de sua relação com a natureza nas atividades de recolher, conservar, preparar e misturar as substâncias para formar os remédios. As boticas, como seus espaços de trabalho, onde manipulavam e vendiam medicamentos, descritas pelos naturalistas viajantes¹⁶⁶, vêm reforçar o aspecto artesanal de suas atividades: a parte da oficina ou laboratório localizadas detrás do balcão de atendimento aos clientes, assemelhavam-se a verdadeiros ateliês com diversas substâncias dispostas nas prateleiras em potes, frascos e boiões de louça, muitas vezes de porcelana ornamentados e pintados; com sua bancada de mármore onde eram feitas as manipulações, ato que não ficava à mostra dos clientes. Através da legislação que aprovou a relação de instrumentos e vasilhames que deveriam conter uma botica¹⁶⁷, ficava explícito um arsenal de instrumentos que sugeriam um trabalho artesanal intenso com suas caçarolas, bacias, almofarizes, grais, peneiras, espátulas, alambiques, etc... Por outro lado, a botica retratada pelo viajante Jean Baptiste Debret (1825) revelaria o quanto estava impregnado este trabalho artesanal de uma aura de mistério, além de seu aspecto religioso. A figura de São Miguel posta sobre o balcão, que fazia lembrar um altar, a balaustrada que separava o cliente do atendente, além da presença de um oratório no alto entre as prateleiras, conferia-lhe um ar religioso. Conforme a tradição portuguesa, São Miguel era o santo protetor das corporações de ofícios de livreiros, confeitários, caixeiros e boticários (Gomes, 1946)¹⁶⁸. As boticas expressavam assim, um comércio que se misturava a segredos e crenças.

No primeiro número da revista *A Abelha*, eram expostos os objetivos daquele periódico de empregar:

¹⁶⁶ entre estes, que passaram pela capital do Império no período do século XVIII para o XIX, geralmente é citado o viajante inglês John Luccock (Notas sobre o Rio de Janeiro). Ver Santos Filho (1991); Votta (1965).

¹⁶⁷ Ver Aviso do Ministério do Império de 07/10/1852- aprova a tabela dos medicamentos, vasilhames, instrumentos, utensílios e livros organizada em virtude do art. 57 do Regulamento da Junta Central de Higiene Pública de 29/09/1851 para as boticas do Império (Piragibe, 1880). Esta mesma tabela foi publicada na *Revista Pharmaceutica: revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, n. 5, p.71-72, nov. 1852; n.6, p.85-88, dez. 1852; n.7, p.102-103, jan. 1853, n.8, p.121-124, fev.1853; n.9, p.133-137, mar.1853.

¹⁶⁸ De acordo com a autora, até 1771 os boticários faziam parte da bandeira de São Miguel, que consistia na reunião desses vários ofícios representados por um estandarte exibido nas procissões oficiais da cidade de Lisboa. Isto, embora a partir de 1619, numa nova fase corporativa dos boticários portugueses, eles prestassem culto a São Cosme e São Damião juntamente com os médicos, cirurgiões e sangradores.

todos os esforços a fim de despertar em todos os obreiros da colméia o amor da ciência, o gosto pelo trabalho, a confraternização dos membros da classe, o espírito de associação; e de, pela convergência de todos os auxílios elevar a Sociedade à altura que deve aspirar¹⁶⁹.

Através desses dizeres, percebe-se mais uma vez o desejo de congregar, reunir, criar uma identidade de grupo que se distinguia pelo amor à ciência e pelo trabalho. Por outro lado, a identificação com o trabalho da abelha, mais precisamente como “obreiros da colméia”, lembraria a categoria de abelha operária, que se aproximaria da versão da história natural apresentada no verbete sobre abelha, pela obra enciclopédica¹⁷⁰.

Portanto, a metáfora das abelhas estaria sendo utilizada aqui para valorizar e ilustrar as atividades produtivas dos boticários, o que poderia ser traduzido como uma valorização do seu trabalho manual ou mesmo artesanal. Seguindo a lógica do discurso naturalista sobre as abelhas, os zangões que “viviam à custa do saboroso mel elaborado pelas industriosas abelhas” seriam identificados com os charlatões ou “enxame de especuladores”, ou seja, lhes era atribuído um sentido pejorativo de impostor ou oportunista. A analogia entre zangões e charlatões em contraposição às abelhas operárias produtivas, demonstraria a preocupação desse grupo de farmacêuticos em delimitar o seu campo de atuação ou em marcar uma distinção entre eles e os que comercializavam com a saúde, os que eram simples especuladores. Percebe-se o argumento da ciência como marca distintiva, sendo utilizado aqui para neutralizar o aspecto mercantilista da prática farmacêutica.

¹⁶⁹ *A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, Ano1, n.1, p.3, jul. 1862.

¹⁷⁰ De autoria do naturalista Louis Jean Marie d'Daubenton (1716-1799), doutor em medicina, membro da Academie Royale des Sciences, Conservador e Demonstrador do Gabinete de História Natural. Este verbete foi elogiado no Discurso Preliminar dos Editores (1989), tendo sido publicado no *Mercure*, de março de 1751. O verbete considerava que havia três tipos de abelhas numa colméia: a abelha comum ou operária, que era a responsável pela sobrevivência da colméia, sendo encarregadas da coleta e produção do mel e da cera; e as que tinham funções de reprodução da espécie representadas pela abelha fêmea ou a abelha rainha, e a abelha macho ou *faux bordon* (falsos besouros), que chamamos de zangões (*Encyclopédie...*, 1751, v.1, p.18-23).

1.3 A ABELHA DE FRANCIS BACON

Francis Bacon em sua obra – *Novo Organon* (1620) citou o trabalho das abelhas para exemplificar como deveria ser o trabalho na nova filosofia, isto é, as abelhas recolhiam a matéria-prima das flores e com seus próprios recursos transformavam-nas e digeriam-nas como na ciência nova,

que não se serve unicamente das forças da mente nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservado intacto na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto¹⁷¹.

Bacon teorizou, assim, sobre a questão da prática como forma de conhecimento. As artes mecânicas, o trabalho manual do artesão, o fazer, passaram a ser visto como propiciadores do avanço do conhecimento, desde que se imprimisse um método, uma sistematização e uma uniformidade a este fazer, ou seja, às técnicas diversas empregadas. Eliminava-se, então, a distinção entre conhecer e fazer ou entre ciência e arte. Portanto, na sua concepção não bastava fazer, era preciso saber explicar como fazer. Para ele “a investigação não deve se limitar à geração e às transformações dos corpos, mas deve estender-se ao que produz e regula o movimento, pois não se dominará a natureza sem tê-la compreendido” (Oliveira, 2002, p.103). As verdades teóricas e práticas deveriam ser compreendidas como uma coisa só, criticando a cisão entre teoria e prática na tradição filosófica.

Critica, então, a falta de um método sistemático de investigação por parte dos empíricos, comparando-os às formigas que se satisfaziam com os resultados sem se preocuparem em compreenderem as causas ou cadeia de causas que estariam por trás das operações técnicas. Da mesma forma, criticava o caminho da tradição filosófica representada pela escolástica, comparada às aranhas que armavam a teia em torno de si mesmas não admitindo novas experiências. O conhecimento para Bacon embora compreendido como sendo unitário, dependia

¹⁷¹ *Novo Organon*, 1620. Aforismo XCV. In: Os Pensadores– Bacon, p.63.

de um trabalho coletivo, identificado com o trabalho das abelhas, que tanto coletavam como transformavam e digeriam o material retirado da natureza, produzindo o mel e a cera. Ou seja, percebe-se a partir daí a aproximação entre trabalho manual e trabalho intelectual ou mesmo entre prática e teoria, arte e ciência (Oliveira, 2002; Burke, 2003). A arte equivaleria ao fazer e pensar e a ciência à sistematização deste fazer e pensar.

Mas, na prática cotidiana, quem fazia e pensava e sistematizava?

Conforme assinalou Paolo Rossi (2001), rompeu-se a nível epistemológico, com uma tradição aristotélica ou mesmo platônica que associava as artes liberais aos cidadãos livres e as artes mecânicas aos escravos, aos homens não livres, não cidadãos. Esta tradição fundamentaria uma oposição entre ciência e técnica que perdurou no senso comum até o período moderno. Logo, o trabalho manual realizado pelos artesãos mecânicos continuava, de certa forma, desvalorizado, enquanto a atividade intelectual praticada nas universidades era valorizada. Vários autores que se debruçaram sobre a análise do exercício da medicina referiram-se a esta questão, dando destaque a Inglaterra. A posição superior do físico até os séculos XVIII e XIX em relação ao cirurgião e boticário era conferida pela sua formação universitária extremamente teórica, elitizada e aristocrática enquanto aos outros dois era reservada a parte manual da atividade de cura, identificadas como artes mecânicas, uma arte menor (Coelho, 1999).

No entanto, foram nos espaços das universidades da Alemanha, Itália e Escócia que se difundiram os estudos de alquimia de Paracelso (1493-1541), de anatomia de Andréas Vesalio (1514-1564) e sobre a circulação sanguínea de William Harvey (1578-1657). Estudos que questionaram alguns preceitos de Galeno, propiciando avanços no conhecimento médico (Butterfield, 1982; Debus, 1978). Mas, estes não foram reconhecidos na época de Bacon, embora os seguidores de Paracelso fossem seus contemporâneos e Harvey, inclusive, o seu médico (Oliveira, 2002).

Embora no tempo de Bacon não tenha havido um reconhecimento desses questionamentos, ele como integrante da *Royal Society*, valorizava as artes médicas no que dizia respeito à relação do conhecimento com a atuação sobre a natureza para fins humanos – “a ciência deve produzir os seus frutos” (Moulin, 1997, p.276). Neste ponto identificava como finalidade da nova ciência os

objetivos das artes médicas, ou seja, o desenvolvimento do conhecimento que melhorasse as condições de vida do homem, através do alívio dos sofrimentos, ou da superação de debilidades ou como prolongamento da vida. Isto é, uma ciência que tinha suas aplicações. Portanto, as suas críticas às artes médicas eram direcionadas à formação acadêmica baseada na tradição filosófica, considerada livresca, à aceitação dos pressupostos de Hipócrates e Galeno, e a pouca atenção dada à investigação, no seu exercício, como na paródia da aranha. Em contrapartida, considerava os práticos, que não tinham uma formação universitária na época, como os farmacêuticos, cirurgiões e barbeiros, propiciadores de avanços significativos. Mas, por outro lado, estes mesmos práticos seriam acusados por ele de se preocuparem apenas com o caráter emergencial da cura das doenças, como as formigas, traduzindo um pragmatismo científico imediatista, descuidando-se do prolongamento da vida, que seria o fim nobre das artes médicas (Oliveira, 2002).

Percebe-se então, que mesmo que houvesse uma tendência à valorização dos artesãos, do seu trabalho manual, manifesto tanto por Bacon como pela obra enciclopédica, os farmacêuticos, que aprendiam o seu ofício com um mestre, mantendo a tradição das corporações de ofício, não possuindo uma formação universitária, ficariam muitas vezes fora daquelas academias científicas que se configuraram entre os séculos XVI e XVIII, cujos critérios de ingresso eram altamente elitistas (Rossi, 2001). Isto não quer dizer, contudo, que naquela época não tenha havido alguns farmacêuticos que furaram o cerco ou que investiram na ampliação dos horizontes dos conhecimentos relativos ao seu ofício. Poderíamos citar como exemplos boticários que eram também médicos como Nicolas Lemery (1645-1715), que em 1699 fora nomeado membro da Academia Real de Ciências, na França¹⁷². Como vimos anteriormente, houve também boticários e médicos que se interessaram por estudos na área de matéria médica e farmácia nas terras

¹⁷²Lemery foi considerado como um dos mais importantes representantes da química moderna antes de Lavoisier, tendo sido autor de vários estudos que teriam utilização na farmácia: *Cours de chimie* (1675); *Nouveau recueil de secrets et curiositez* (1709); *Dictionnaire universel de drogues simples* (1727); *Pharmacopée universel, contenant toutes les compositions de Pharmacie qui sont en usage dans la Médecine, tant en France que par toute l'Europe* (1763). Ver Bensaude-Vincent (1996). Ver tb. Hoppe (1996) - descreve sobre atividades de diversos farmacêuticos como colecionadores de objetos naturais, que eram usados como remédios e especiarias e, como bibliófilos, que reuniram escritos farmacêuticos, médicos, botânicos, químicos e herméticos, que articulavam a terapêutica à astrologia. Isto no período entre os séculos XVI e XVIII na Europa Ocidental, principalmente na região da Alemanha.

brasílicas em finais do século XVIII, pertencentes à Academia Científica do Rio de Janeiro.

É interessante observar o destaque dado por Bacon às artes médicas e, que os farmacêuticos brasileiros não seriam os únicos a se apropriarem da simbologia da abelha para valorizarem suas atividades. Na França, também em meados do século XIX, era editado um periódico de nome *L'Abeille Médicale*, que tinha como redatores professores da faculdade de medicina de Paris. Alguns de seus artigos inclusive, seriam comentados pelo jornal farmacêutico português dos Tedeschi (*Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias*). A identificação feita pelos farmacêuticos entre suas atividades e o pensamento baconniano atravessaria o século XIX. Em 1948, a *Gazeta de Farmácia*, editada no Rio de Janeiro, trazia no alto da página como epígrafe, os seguintes dizeres: “Não se aprende bem senão pela experiência (Bacon)”.

1.4 HIERARQUIA NAS ARTES DE CURAR

A divisão das artes de curar, pelos ofícios de médico, cirurgião e boticário, permaneceria fundamentada, de certa forma, na distinção entre arte liberal e arte mecânica, sendo os médicos representantes da primeira, superior e nobre, enquanto os boticários seriam os “cozinheiros dos médicos” como sugeriu Bluteau no século XVIII, ficando responsáveis pelo trabalho manual de preparação dos remédios (Apud Marques, 1999). Na sociedade imperial brasileira do século XIX, o fundamento desta relação hierárquica entre os ofícios da farmácia e da medicina mantivera-se. A arte farmacêutica e a cirurgia continuavam sendo consideradas artes menores que a medicina como demonstra a ordem das três seções que compunham a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro a partir de 1835, seguindo o modelo da sua congênere em Paris: medicina, cirurgia e farmácia.

Mas, a arte farmacêutica como arte que praticava o trabalho manual de preparação e conservação dos remédios, guardava uma distinção em relação a outras artes de cura existentes na Corte, que também exerciam atividades manuais. O fato de ser reservada uma seção de farmácia na Academia Imperial

de Medicina, considerada como espaço da ciência, conferia um *status* ao farmacêutico que não tinham as categorias de sangrador, curandeiro, parteira, exercidas geralmente por escravos, africanos livres ou forros do século XIX. Na sociedade imperial brasileira, percebe-se claramente a questão da desvalorização do trabalho manual, associada à questão racial e à escravidão. No entanto, aquelas mesmas ocupações poderiam ser vistas também como possibilidades que se abriam aos escravos para comprarem sua alforria e de garantirem sua sobrevivência¹⁷³. Aquelas categorias, mesmo que desautorizadas, continuavam atuando e sendo aceitas pela população que era assistida por elas, que nem sempre era constituída só por pessoas pobres e negras, como nos sugere alguns estudos¹⁷⁴.

Além daquela hierarquia dos saberes, importava a posição social ocupada pelo sujeito que os praticava. A ocupação de farmacêutico por si só não garantiria um lugar ao sol, dependia muitas vezes dos contatos ou apadrinhamentos a começar pela titulação pelos meios oficiais e depois, colocação. Isto ficou claro na rede de relações construída pelos dirigentes das associações farmacêuticas para alcançarem os seus objetivos e serem reconhecidos. Vale citar aqui como ilustração o caso individual de José do Patrocínio, que se titulara farmacêutico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1874. Natural da cidade de Campos, negro e filho de padre, veio para a capital do Império sem recurso algum, conseguindo ingressar como aprendiz na farmácia do Hospital da Santa Casa da Misericórdia e depois no curso farmacêutico. Isto conseguiu graças à intervenção de seu conterrâneo o Conselheiro Albino Rodrigues de Alvarenga. Mas, ao diplomar-se não tendo recursos financeiros para montar uma farmácia, acabou enveredando pelo jornalismo. Outros não teriam a mesma sorte, sendo obrigados muitas vezes para sobreviver, a alugarem suas cartas de farmácia para leigos, que com este documento obtinham autorização para abrir boticas.

Ilmar Rohloff de Mattos (1987, p.113) ao tratar das hierarquias na sociedade imperial de meados do século XIX, apontou mais de um depoimento de época que questionava a “combinação particular de condições sociais e matrizes

¹⁷³ Karasch (2000, p.114) observa que isto valeria principalmente até o fim do tráfico de escravos, em 1850, pois a partir de então e do aumento da imigração européia, principalmente portuguesa, as profissões médias, que lidavam com atividades manuais, eram motivo de disputa muitas vezes entre os imigrantes portugueses e escravos ou pessoas livres de cor. Ver Karasch (2000, p.114).

¹⁷⁴ Pimenta (2003), Sampaio (2003), Diniz (2003).

raciais”, identificadas como preconceito, como as que reservavam aos brancos as “ciências e os cargos”, ao passo que os homens de cor não deveriam passar de simples artistas. Como observou o próprio Mattos, em meados do século XIX, o escravo começava a deixar de ser visto somente como as “mãos e os pés do senhor”. Isto, mesmo que outros inúmeros depoimentos de época fizessem uso daquela combinação para distinguir três segmentos – o dos brancos e dos que constituíam o que se chamava de boa sociedade; o do povo mais ou menos miúdo, e o dos escravos. Mattos assinalou que a hierarquização estaria presente em todos os elementos constitutivos da sociedade imperial da Corte, seja no mundo do governo da casa, do governo do Estado, no mundo do trabalho. Uma hierarquização que era alimentada por um sentimento aristocrático, expressivo da manutenção do caráter colonial e escravista.

A hierarquia implícita no mundo das artes de curar era orientada por uma concepção de ciência que ainda fazia distinções entre arte liberal e arte mecânica numa sociedade de corte. O fato da escravidão ter perdurado no Brasil até finais do século XIX, fortaleceria esta distinção. Em meio a estas hierarquias, a apropriação da simbologia da abelha por aqueles farmacêuticos poderia ser interpretada como um desejo de reunir esforços para alçar vôos mais altos:

Praza ao céu que a Abelha possa despertar bons desejos na classe farmacêutica. Se este prazer lhe cabe, uma nova era despontará para a Farmácia Brasileira, porque a vida entrará nos seus domínios, e a indiferença, a incúria, o desalento, e a desunião, serão substituídos, na colméia farmacêutica, pela solicitude e desenvolvimento de que são aptas abelhas progressistas que tudo empenharão para que seja o seu mel sem igual no aperfeiçoamento¹⁷⁵.

Nota-se também, que a edição do jornal *A Abelha* significava uma retomada das atividades da associação que quase fechara naqueles últimos anos. Mas, já em 1854, nos deparamos com a idéia de que a farmácia seria mais do que uma arte mecânica, observação feita no discurso do presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana, José Tedeshi, que teve sua publicação reproduzida na revista da associação brasileira. Neste, considerava como irmãs todas as ciências relativas ao “vasto campo da natureza”, entre as quais a farmácia, a medicina e a cirurgia, observando que:

¹⁷⁵ Ano1, n.1, p.5, jul. 1862.

A farmácia já não é uma arte mecânica, mas sim um conhecimento certo e evidente dos fenômenos naturais, funda-se na demonstração e no exercício manual dos seus processos; obedece as regras constantes e invariáveis; e se por acaso o prático delas se afasta, é notório não alcançará o fim, a que se propôs, e terá inteiramente mudada a natureza do produto, que tenta manipular¹⁷⁶.

O seu aspecto manual não deixava de ser ressaltado, sendo vista como ciência que deveria se articular com outras ciências ou regras que poderiam ser representadas pela química, pelos fenômenos gerais da física, pela higiene pública e pela medicina legal.

Esta forma de pensar geraria conflitos entre farmacêuticos e médicos em determinadas situações. Em Lisboa, a reforma dos estatutos da Sociedade das Ciências Médicas de 1868 ao não incluir os farmacêuticos na votação de assuntos concernentes à medicina legal, considerados de interesse profissional exclusivo da classe médica, causou discórdias no meio farmacêutico. José Tedeschi, presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, foi o farmacêutico que se manifestou a respeito através de artigo de jornal, observando que os sócios farmacêuticos daquela associação médica teriam sido desconsiderados pelos novos estatutos. Já Dionysio Correia considerou o artigo de Tedeschi como representante da opinião de apenas um indivíduo e não da classe farmacêutica. O farmacêutico e médico José Sousa Martins, também filiado à Sociedade Farmacêutica, mostrou-se surpreso diante da posição de Tedeschi, observando que os farmacêuticos poderiam votar em todas as questões menos naquelas. Percebe-se então, nas posturas de Dionysio e de José Sousa Martins, a intenção de não provocar conflitos, forjando um consenso tanto na classe médica como na classe farmacêutica em relação à médica¹⁷⁷.

Mas, os surtos de epidemia que acometeram o século XIX apresentam-se como conjunturas mais propícias para se analisar a atuação daqueles

¹⁷⁶ Discurso lido na sessão solene aniversária da Sociedade Farmacêutica Lusitana, em 24/07/1854 pelo seu presidente José Tedeschi. *Revista Pharmaceutica*, RJ, v.IV, n.7, p.110, jan. 1855.

¹⁷⁷ Projeto de Estatutos da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, t. XXXII, ano 33, p.12-20, 1868; Ata da sessão de 16/07/1870. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, t. XXXIV, ano 35, p.279-281, 1870.

farmacêuticos e médicos reunidos em associações e as tensões que surgiram a partir de então, entre as duas categorias, acrescidas de outras, como veremos a seguir.

2. EM TEMPOS DE EPIDEMIAS: ATUAÇÃO DA ELITE FARMACÊUTICA E MÉDICA

A historiografia médica existente sobre a história das doenças, embora muitas vezes priorize a sua dimensão biológica, costuma também, ressaltar o impacto que as doenças tiveram, nas suas formas endêmicas e epidêmicas, sobre as sociedades durante o século XIX. A conjuntura que provocaria este surto de doenças (cólera, febre amarela, tifo, varíola, sífilis, tuberculose entre outras) geralmente foi identificada com uma industrialização progressiva, principalmente a partir de meados do século, que teria incrementado os meios de transporte por terra (rodovias e ferrovias) e por mar (navios a vapor), encurtando as distâncias entre os principais centros urbanos e favorecendo os movimentos migratórios que atravessavam países e oceanos, atingindo os vários continentes do planeta (Rosen, 1994; MacNeill, 1976).

Pensando de uma forma mais particularizada, cabe aqui refletir sobre as relações que se estabeleceram entre a história das associações farmacêuticas brasileiras e a Sociedade Farmacêutica Lusitana, que se formaram durante este século, e os diversos surtos de doenças que acometeram as populações em geral. É interessante observar que estas associações nasceram num momento característico de um estado de reequilíbrio político, e que elas se fortaleciam ou mesmo se formavam em seguida a epidemias que acometiam as cidades, onde estavam localizadas. Criava-se assim, condições propícias para que seus atores fossem mais requisitados pelos governos na sugestão ou execução de medidas sanitárias para combatê-las. Cabe aqui destacar a dimensão social das doenças, pois ao afetarem a sociedade como um todo, elas influenciariam na configuração daqueles grupos ligados às artes de curar que buscavam representação e

reconhecimento científico e profissional na sociedade imperial. Como já foi dito anteriormente, as doenças e as ações que elas implicaram poderiam ser vistas também, indiretamente, como contribuidoras para a construção de uma cultura científica local. Embora, geralmente, as reações das populações frente aos surtos epidêmicos fossem mais ou menos padronizadas entre as diversas sociedades, como assinalaram os estudos de Charles Rosenberg (1995), havia as experiências próprias a cada uma delas e aos diferentes grupos que a formavam.

No que diz respeito à ciência médica em geral, entre os anos de 1850 e 1880, a relação homem, doença e clima era priorizada na busca da compreensão da transmissão das doenças e nas formas de combatê-las. O meio ambiente e os indivíduos doentes aí, adquiriam importância fundamental. Isto implicava em medidas voltadas tanto para a higiene pública que ia de encontro com a teoria dos anticontagionistas ou infeccionistas, que defendiam a idéia da contaminação das pessoas pelo ar, limitada pelas exalações mórbidas; quanto para as voltadas para a higiene privada, que atendia aos defensores do contágio pelo contato direto ou indireto entre os indivíduos. As primeiras medidas direcionavam-se assim, para a purificação do meio ambiente a partir de desinfecções, fumegações e de intervenções no espaço urbano compreendidas principalmente por obras de saneamento (tratamento de esgoto, limpeza das ruas e praias, secagens de pântanos entre outras). Já as segundas, propunham o isolamento do doente, as quarentenas dos navios, o uso de latrinas e tratamento dos lixos nas residências, o estabelecimento de condições mínimas de higiene para as habitações populares, os chamados cortiços. Ao lado destas medidas, havia os estudos de anatomia patológica, que buscavam os indícios da doença nos corpos humanos afetados.

A partir da década de 1880, com o advento da bacteriologia e da microbiologia, começaram a surgir investigações por parte de médicos a respeito do micróbio causador da febre amarela. Nesta década a difusão dos estudos do químico francês Louis Pasteur (1822-1895) que haviam comprovado a teoria microbiana das doenças, incentivaria o isolamento de diversos agentes patogênicos de doenças por vários pesquisadores. Entre estes, o médico alemão Robert Koch (1843-1910) isolara os germes da tuberculose (1882) e do cólera

(1883)¹⁷⁸. D. Pedro II tentaria importar, inclusive, durante a década de 1870, o químico Louis Pasteur para dar cabo da febre amarela no Brasil, mais precisamente na capital de seu império, não obtendo êxito (Benchimol, 1999).

Na capital do império, destacavam-se os estudos dos doutores em medicina, Domingos José Freire Júnior, lente de química orgânica da Faculdade de Medicina do Rio e João Baptista Lacerda, pesquisador do laboratório de fisiologia do Museu Nacional (Benchimol, 1999). Mas, foi somente na gestão de Oswaldo Cruz na Diretoria Geral de Saúde Pública (1902-1906) que se conseguiu erradicar a febre amarela na cidade carioca. O médico cubano Carlos Finlay desde a década de 1880 já vinha acenando para determinado mosquito como possível agente da febre amarela. No entanto, os seus estudos custaram a ser reconhecidos. Quando Oswaldo Cruz adotou a política de combate ao mosquito para debelar a febre amarela na capital da república, já havia sido comprovada a tese de Finlay. Mas, mesmo assim, Oswaldo Cruz sofreria várias resistências à sua política sanitária manifestadas na imprensa da época e por membros da comunidade médica.

Nesta análise, contudo, o enfoque dado dirige-se aos farmacêuticos que se encontravam reunidos com alguns médicos, nas referidas associações. Logo, a história destas associações cruza com a história das doenças a partir do momento em que as doenças tornam-se objetos de ação e discussão entre atores de grupos sociais diversos, que ultrapassavam aquele grupo composto por uma elite de farmacêuticos e médicos na sociedade de corte. Embora houvesse a falta de consenso no interior da comunidade médica e a dificuldade de impor as suas medidas junto aos órgãos do governo imperial entre os anos de 1850 e 1880, em tempos de epidemia aquela elite farmacêutica e médica, reunida em associações, beneficiava-se de alguma forma.

Cabe destacar aqui a epidemia de febre amarela que atingira a capital do Império do Brasil, durante o verão de 1849-1850, inaugurando a forma endêmica daquela doença que atravessaria o século XIX. Não foi à toa que exatamente nesta época formou-se a primeira associação farmacêutica no Brasil. Ao se sentirem ameaçados pela ação de outros curadores informais, aqueles atores,

¹⁷⁸ Ver Rosen (1994).

farmacêuticos e médicos, mobilizaram-se para defesa de seus interesses particulares através da criação de uma associação própria. Traçando um paralelo entre os eventos relacionados às epidemias de febre amarela e cólera, ocorridas em Portugal e no Brasil, observam-se a relação entre os movimentos migratórios entre os dois países, a trajetória das doenças e os intercâmbios sobre o tema, que se estabeleceram entre as comunidades farmacêuticas e médicas dos dois lados do Atlântico.

As conferências sanitárias internacionais que tiveram início no ano de 1851¹⁷⁹ colocavam as doenças como assunto mundial. Embora o Brasil não tivesse sido representado neste evento, a sua legislação referente à inspeção dos portos orientava-se até certo ponto pelo que se tentara definir internacionalmente, a partir de então. Isto é o que pode ser observado na substituição do decreto nº.268, de 29/01/1843, pelo de nº.2409, de 27/04/1859, onde ficava clara a intenção de atualizar a legislação que tratava das medidas preventivas de novas epidemias, que pudessem entrar pelos portos do país. Na época deste último decreto o país, mais precisamente a capital do império, já havia sido acometida por epidemias de febre amarela nos verões de 1849-1850, 1852, 1857 e da cólera nos anos de 1855 e 1856. No entanto, embora já se reconhecesse que o Brasil não estava imune às epidemias que atingiam outras partes do planeta, defendia-se ainda a implementação de medidas menos rigorosas, com base na argumentação de que o país não estaria tão exposto à “invasão de moléstias pestilenciais” (febre amarela, cólera e peste). Havia assim, uma tentativa de conciliar o interesse sanitário com os do comércio, e com a comodidade dos viajantes por parte dos órgãos do governo¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Tendo sido iniciativa do governo francês, realizou-se na cidade de Paris em agosto de 1851, contando com a presença dos seguintes países: França, Portugal, Áustria-Hungria, as duas Sicílias, Espanha, os Estados Papais, Grã-Bretanha, Grécia, Rússia, Sardenha, Toscana e Turquia. Cada país era representado por dois delegados, um diplomata e um médico. Nesta, foram tratadas questões sanitárias relacionadas à quarentena e à notificação do cólera, peste e da febre amarela, mas que envolviam interesses comerciais dando uma conotação também política a estas reuniões. Esta conferência seria seguida no séc. XIX pelas de Paris (1859), Constantinopla (1866) e Viena (1874). Ver a esse respeito Rosen (1994, p.212-214).

¹⁸⁰ Ver a esse respeito Relatório do Ministro do Império de 1858 (1859, p.21).

2.1 FEBRE AMARELA NA CIDADE CARIOCA

A mortalidade era tanta na cidade e os cemitérios estavam tão cheios que já não se podia enterrar os mortos; nada mais de festas, nada de barulho, nada de alegria, por toda a parte o luto.

Os teatros estavam fechados, grandes procissões percorriam a cidade todos os dias para pedir a Deus o fim do flagelo (Toussaint-Samson, 2003, p.93).

A descrição feita pela parisiense Adèle Toussaint-Samson¹⁸¹ nos dá a idéia do impacto que tivera a epidemia da febre amarela sobre a cidade do Rio, naquele verão de 1849-1850. Embora pudesse haver manipulação nas estatísticas produzidas na época a respeito da doença¹⁸², era estimado pelo ministro do Império em seu relatório referente ao ano de 1849, mais de cem mil pessoas atingidas na capital, que possuía na época cerca de 266 mil habitantes. Destes, era dito que apenas 3% teriam falecido, num total de 3315 pessoas. A imagem de um país tropical salubre, em meio às epidemias de cólera e febre amarela que acometiam várias partes do planeta, parecia ter sido quebrada. No entanto, o doutor em medicina que exercia a clínica, Francisco Lopes de Oliveira Araújo, redator da *Revista Pharmaceutica*, em sua “Topografia Físico-Médica da cidade do Rio de Janeiro”, baseado nas estatísticas do censo de 1849 de Haddock Lobo, e comparando-a com a de outros países europeus, concluía que o Brasil mesmo com o aumento da taxa de mortalidade causada pela epidemia de febre amarela de 1849-1850, apresentava uma taxa de salubridade que não diferia “do que se observa[va] no país clássico das ciências médicas (a França)”¹⁸³. A opinião de que o Brasil encontrava-se dentro dos padrões internacionais (europeus) de salubridade era compartilhada pelo doutor em medicina, José Pereira Rego (1851) que confirmava as afirmações feitas anos antes por Sigaud (1844), a este respeito.

¹⁸¹ Adèle foi autora do livro “Uma parisiense no Brasil”, que tratou dos doze anos que viveu no Brasil entre as décadas de 1850 e 1860, tendo sido editado no Brasil e França no ano de 1883, depois de publicado em forma de folhetim no *Jornal do Commercio* no mesmo ano. Recentemente, foi reeditado.

¹⁸² Chalhoub (1996) chamou a atenção a esse respeito, observando sobre a prática de esconder o número das vítimas em situações epidêmicas graves, comum nos Estados Unidos e Europa.

¹⁸³ *Revista Pharmaceutica*, RJ, ano2, v. 2, n.5 e 6, nov.-dez.1852, p.94.

Além da cidade carioca, a epidemia atingira a capital e freguesias da província fluminense, e de outras cidades litorâneas das províncias de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Pará, Sergipe e Alagoas. Através do acontecimento, notamos tentativas feitas pelos farmacêuticos e médicos junto ao Estado, no município da Corte, de tomar as rédeas da situação. No Relatório do Ministro do Império José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre) referente ao ano de 1849, foram elogiadas as atuações da Comissão Central de Saúde Pública constituída por médicos da Academia; e da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro no auxílio prestado ao governo no combate à epidemia. Foram distribuídas equipes de três a quatro médicos por freguesia, as chamadas Comissões Paroquiais, que tinham por incumbência visitar gratuitamente todos os doentes pobres pertencentes à freguesia para qual havia sido destinado, além de fiscalizar as “leis, ordens e providências relativas à saúde pública” (Relatório...1849, 1850, p.11).

Com relação à farmácia, ficava estabelecido por um dos documentos que foi emitido na época, que algumas boticas ofereceriam medicamentos gratuitamente aos pobres. As receitas a serem aviadas deveriam ser assinadas por médicos legalmente habilitados, constando da declaração no alto – “Epidemia Reinante”, o nome da rua e número da casa do paciente¹⁸⁴. Uma das boticas designadas para o fornecimento de medicamentos, seria a de Ezequiel:

O provedor da Santa Casa de Misericórdia, tendo sido autorizado, por aviso da secretaria de Estado dos Negócios do Império, datado de 26 do corrente, para dar as necessárias providências, a fim de que se forneçam gratuitamente à pobreza enferma da epidemia reinante, os remédios de que necessitar para seu tratamento, faz público que na botica do Sr. Ezequiel Corrêa dos Santos, rua da Carioca, n. 113, serão aviadas com prontidão e gratuitamente as receitas que ali se apresentarem (...) E como na botica do Hospital da Santa Casa, por uso muito antigo, se fornecem aos pobres remédios gratuitos em todas as enfermidades, o mesmo provedor faz saber que na epidemia reinante se tem prestado, e continuarão a prestar gratuitamente remédios aos pobres que os solicitarem, devendo as receitas virem legalizadas pela forma sobredita. Santa Casa de Misericórdia, 27/02/1850 – José Clemente Pereira¹⁸⁵.

Em 1851, na relação dos boticários apresentada pelo *Almanak Laemmert*, ao lado do estabelecimento de Ezequiel Corrêa dos Santos, seguia a informação

¹⁸⁴ Artigos 6 e 7 em (Regulamento..., 1850).

¹⁸⁵ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano XXV, 28/02/1850, p.3.

“Boticário da Casa Imperial”¹⁸⁶, o que conferia o seu prestígio, como membro da Academia e proprietário de botica. Nesta época, ele já constituía família, e dois de seus filhos tornar-se-iam os seus sócios neste estabelecimento, o farmacêutico e doutor em medicina Ezequiel Júnior e Ernesto Frederico dos Santos.

As medidas estabelecidas para combater a epidemia, demonstravam a intenção de regularizar o exercício da medicina e da farmácia, definindo papéis distintos a seus representantes, o que já havia sido previsto por leis desde a época da Fiscatura Mor do Reino de Portugal¹⁸⁷ mas, que parecia estar em desuso na prática cotidiana. Embora tivesse sido criado o curso farmacêutico pela reforma das escolas de medicina de 1832, as formas de titulação dos que exerciam a farmácia, apontavam para uma continuidade da legislação proposta por aquele órgão de origem portuguesa. Quer dizer, ainda era permitida a titulação a partir da comprovação da prática nas oficinas (boticas) e prestação de exames perante uma banca, formada agora pelos lentes das faculdades de medicina, devendo os diplomas serem registrados na Câmara Municipal. Mas, a ilegalidade predominava no exercício da farmácia, o qual muitas vezes era preenchido por indivíduos sem quaisquer habilitações, ou seja, nem as obtidas sob a forma antiga da Fiscatura, nem as conseguidas mediante a frequência do curso farmacêutico oferecido pelas faculdades de medicina do Império, acompanhada dos respectivos exames. Os farmacêuticos, reunidos na seção de farmácia da Academia Imperial de Medicina¹⁸⁸, reclamavam da confusão legislativa ou da falta de definição com relação ao exercício das artes de curar, depois da extinção da Fiscatura Mor do Reino como órgão fiscalizador em 1828, quando suas atribuições foram passadas para a Câmara Municipal. Isto poderia ser interpretado como um reflexo de toda instabilidade política que se vivia naqueles anos de 1830-1840, expressa nos conflitos provinciais, e os que se

¹⁸⁶Embora não tenha encontrado nenhuma informação que dissesse claramente, este título poderia significar que ele receberia um ressarcimento do governo imperial, pelo fornecimento gratuito de remédios. Já na epidemia de febre amarela que acometeu a cidade paulista de Campinas durante o ano de 1889, encontramos a informação de que as oito boticas que ficaram encarregadas por este tipo de fornecimento gratuito, seriam ressarcidas pela Câmara Municipal. Ver a esse respeito (Santos Filho, Novaes, 1996).

¹⁸⁷ De acordo com o Alvará de 22 de janeiro de 1810 – Dá regimento aos delegados do Físico-Mor e estabelece providências sobre a saúde pública e dá regimento ao Provedor-Mor da Saúde. (*Collecção das Leis do Brazil de 1810*).

¹⁸⁸ Ver Discurso sobre as causas que impedem o desenvolvimento da Farmácia no Brasil, e meios de remove-las, lido na sessão pública anual da Academia Imperial de Medicina em 30 de junho do corrente ano pelo Sr. Manoel Francisco Peixoto. Publicado originalmente na *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 1838. Reproduzido por José Messias do Carmo (1984, p.351-355).

deram entre o poder legislativo e o poder executivo¹⁸⁹, no que se refere à legislação sanitária.

Assim, o contexto de epidemia do verão de 1849-1850, apresentava-se para estes farmacêuticos e médicos acadêmicos como um momento propício para negociarem com o Estado não só as suas participações na organização sanitária que deveria ser dada na assistência à população atingida, como também estas outras questões referentes às suas atividades, que eram praticadas muitas vezes por quem eles consideravam como charlatões.

No entanto, o Estado imperial e estes representantes da farmácia e da medicina estavam longe de conseguir impor suas normas e formas de tratamento terapêutico à sociedade imperial, como já foi observado por vários estudos sobre este período. Além do que, nem sempre aquele Estado centralizador, clientelista por excelência, permitiria uma participação efetiva destes farmacêuticos e médicos¹⁹⁰. Mas, mesmo que não possamos falar propriamente de uma medicalização da sociedade nesta época no sentido dado por Machado (1978), desde já havia uma percepção das doenças epidêmicas como um problema coletivo e nacional por parte de “profissionais vinculados à saúde pública, reformadores políticos e observadores da vida cotidiana”, como assinalou Hochman (1998, p.51)¹⁹¹.

A ciência médica e farmacêutica e aqueles que se julgavam seus representantes, nem sempre conseguiriam obter bons resultados no tratamento da doença epidêmica. Isto favorecia a atuação de outras práticas de cura, representadas pelos barbeiros, sangradores e curandeiros que permaneciam desautorizados desde a extinção da Fisicatura, em 1828, mas que continuavam assistindo a população (Pimenta, 2004). É interessante observar a publicação de

¹⁸⁹ Coelho (1999) chama a atenção para a ampliação das atribuições das Câmaras Municipais pela lei de 1/10/1828, deixando-as sobrecarregadas, dificultando suas ações. Com relação especificamente, ao município da Corte, lembramos aqui do rearranjo político-administrativo que se deu a partir do seu desmembramento da província fluminense, em 1843, quando ela passa a ter uma administração própria, independente do presidente da província (Mattos, 1987). Ver tb. Pimenta (2004a).

¹⁹⁰ Ver a esse respeito Chalhoub (1996), Benchimol (1999), Edler (1992), Sampaio (2001), Coelho (1999). Com relação àqueles autores que interpretaram este período como sendo de medicalização da sociedade, compreendendo a atuação do Estado juntamente com os médicos que compunham a Academia Imperial de Medicina, ver Machado *et al* (1978).

¹⁹¹ O autor faz esta observação no seu estudo *Era do Saneamento* sobre a implementação de políticas de saúde pública pelo estado, no período da primeira república (1889-1930), considerando então que no século XIX esta percepção se daria numa dimensão mais reduzida devido ao número menor de profissionais de saúde em comparação com o século seguinte, e o fato de não terem muita entrada na estrutura sanitária centralizada do Império.

uma relação bastante extensa de barbeiros e sangradores, que faziam aplicação de ventosas e sanguessugas no *Almanak Laemmert* naqueles anos, quando chegaram alcançar o número de 30 de estabelecidos no município da Corte no ano referente a 1850 (p.382-383), e 50 no ano de 1852 (p.480-481). A sangria e a aplicação de sanguessugas foram umas das terapêuticas indicadas no tratamento da febre amarela pelos órgãos representativos do governo imperial, como veremos a seguir. Este talvez tenha sido o motivo para se instituir o exame de sangrador nas faculdades de medicina do Império, que se resumia no conhecimento das veias dos braços e das pernas, teoria e prática da sangria e aplicação de ventosas e principais acidentes da flebotomia, com os meios de socorro indicados¹⁹². Viabilizava-se assim, a legalização daquelas práticas. Os números de barbeiros e sangradores não seriam tão inferiores aos 73 boticários listados no mesmo periódico em 1850 (p.298-301), sugerindo que poderia haver uma interação ou conflitos entre suas atividades. Além do que, no meio da listagem dos boticários apareciam vários estabelecimentos que se diziam homeopáticos. A atuação daqueles farmacêuticos e médicos da Academia conflitaria principalmente com a dos homeopatas, além de uma infinidade dos chamados curiosos, leigos, curandeiros e fazedores de remédios.

No mês seguinte à designação da botica de Ezequiel para fornecimento gratuito de medicamentos à população pobre atingida pela epidemia, o *Jornal do Commercio*¹⁹³ noticiava sobre a criação de uma enfermaria homeopática na Sociedade de Beneficência Portuguesa pelo seu sócio benemérito o cirurgião português homeopata, João Vicente Martins, “sob a invocação e patrocínio do caritativo S. Vicente de Paulo”. Na enfermaria, seriam atendidos todos os portugueses pobres atingidos pela epidemia que dessem preferência ao sistema homeopático, e que se apresentassem com título passado pelo consulado português à rua São José, nº 59, endereço da Botica e do Instituto homeopáticos. Depois de examinados e medicados, em caso urgente, eram conduzidos à enfermaria. Tendo em vista que entre os imigrantes europeus, os portugueses de poucos recursos eram apontados como uma das populações mais atingidas pela

¹⁹² Ver art.83 do decreto nº 1.764, de 14/05/1856, que aprovou o regulamento complementar dos estatutos das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (Coleção de Leis do Império do Brasil de 1856).

¹⁹³ Rio de Janeiro, 05/03/1850, p.5.

epidemia¹⁹⁴, percebe-se que os homeopatas também marcavam sua presença no combate à epidemia reinante. Em contrapartida, no dia 19/02/1850 era publicada no *Jornal do Comércio* a negativa do Conselheiro do Estado e Provedor da Santa Casa da Misericórdia, José Clemente Pereira, ao pedido de instalação de um lazareto feito pela Academia Médico-Homeopática do Brasil¹⁹⁵, onde os doentes acometidos de febre amarela fossem tratados com medicamentos homeopáticos. Clemente Pereira alegava que as “febres reinantes têm sido vencidas pelos meios empregados pelo sistema médico ordinário, até mesmo nos casos mais graves da moléstia”.

Entretanto, o depoimento da parisiense Adèle Toussaint-Samson (2003) recém chegada na cidade carioca nesta época, no verão de 1849-1850, sem médico a que recorrer, nos revela outra situação. Uma caixa de homeopatia doada pelo próprio Christian Friderich Hahnemann (1755-1843), o Manual de Jarr e uma dieta de caldo gordo com azeda (erva utilizada no tratamento de escorbuto), acompanhado de cozido e arroz, lhe curaram, a ela e a seu marido. De acordo com seu relato, ela usou simultaneamente os medicamentos *veratrum* e a ipecacuanha. Esta última trazida da França, que era uma das plantas naturais das terras brasileiras de uso medicinal indígena, que foi estudada por Bernardino Antonio Gomes (1768-1823) em finais do século XVIII¹⁹⁶. Dos 28 passageiros que atravessaram o Atlântico com ela, seu marido e seu filho de dezoito meses, 17 haviam morrido no terceiro mês da chegada ao Rio, quando ela e seu marido contraíram a doença.

O homeopata português João Vicente Martins ao referir-se ao tratamento homeopático dispensado na Enfermaria S. Vicente de Paulo, citava os medicamentos utilizados. No período de invasão, ou seja, no início da doença

¹⁹⁴ Ver a esse respeito Chalhoub (1996). No *Jornal do Commercio e Diário do Rio de Janeiro*, de janeiro a agosto de 1850, também encontramos vários anúncios de consultórios homeopáticos pela cidade carioca, inclusive dessa enfermaria homeopática, patrocinada pela irmandade de S. Vicente de Paulo, que chega a ocupar uma página inteira no *Jornal do Commercio*, além de boticas portáteis, manuais e estabelecimentos homeopáticos. Outras enfermarias homeopáticas temporárias foram instaladas na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro durante períodos de epidemia – a de Nossa Senhora da Conceição (1855) p/ tratamento do cólera; a do Santíssimo Sacramento (1873) p/ tratamento de febre amarela. Ver a esse respeito Ângela Porto (1988). Neste estudo, a autora chama a atenção para a penetração que a homeopatia teve no interior da província fluminense e também na Corte, no tratamento dispensado à população escrava.

¹⁹⁵ esta outra instituição homeopática foi criada na Corte, em 1847, divergindo do Instituto Homeopático do Brasil por defender a titulação em medicina para exercer a homeopatia. Ver a esse respeito, verbete <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

¹⁹⁶ *Memória sobre a ipecacuanha fusca do Brasil, ou cipó de nossas boticas*. Lisboa: Typ. Arco do Cego, 1801.

eram administrados o aconitum, a belladonna, a pulsatilla, a bryonia e a nux-vomica, respeitando as características individuais dos doentes. Nos que tinham a pele muito seca, era aplicado o aconitum; nos que suavam bastante, a belladonna; nos aclimatados, a pulsatilla; e nos que predominavam os sintomas gástricos, a nux-vomica. Observava que todas as pessoas que se trataram com aqueles medicamentos homeopáticos no início da doença tinham ficado curadas. Vicente Martins citava ainda o arsenicum-album, o argentum nitricum e o veratrum-album, utilizados nos doentes em que a doença encontrava-se em estágio mais avançado¹⁹⁷.

Nesta conjuntura de epidemia, o espaço de atuação de todos agentes de cura existentes na cidade carioca se ampliou, desde os reconhecidos oficialmente até os curandeiros populares ou “terapeutas populares”¹⁹⁸, expressando a multiplicidade de saberes associados a crenças¹⁹⁹, que circulavam pela Corte naquela época. Logo, todos meios terapêuticos propostos e seus respectivos defensores apresentavam-se às populações urbanas atingidas, como possíveis soluções para a cura frente a uma doença que ainda não havia um consenso a respeito de seus modos de transmissão e tratamento²⁰⁰.

¹⁹⁷ Ver a esse respeito Galhardo (1928, p. 617-618).

¹⁹⁸ expressão utilizada por Tânia Salgado Pimenta (2004a) para designar os múltiplos agentes de cura que assistiam a população e que nem sempre se enquadravam na classificação construída pela Fisicatura. Com a extinção deste órgão em 1828, muitas categorias antes reconhecidas, ficaram desautorizadas, como foi o caso dos sangradores e barbeiros que, a partir de 1856 podiam novamente regularizar suas atividades perante a lei.

¹⁹⁹ Entre as causas atribuídas ao aparecimento da febre amarela, houve a explicação religiosa que acreditava que a epidemia era um castigo de Deus aos vícios e pecados praticados pela população do Rio. As irmandades, então, organizavam procissões de penitência a São Sebastião e a São Roque, santos protetores contra pestes, que percorriam algumas ruas da cidade, além da realização de rezas (Chalhoub, 1996).

²⁰⁰ As discussões a respeito do contágio ou não contágio foram assunto de várias sessões da Academia Imperial de Medicina, sendo publicadas no seu periódico *Annaes Brasilienses de Medicina*. O médico José Pereira Rego (1851) no capítulo IV de sua obra a respeito da febre amarela vai também se ocupar delas, admirando-se das divergências entre os portadores de opiniões sobre o anti-contagionismo ou infeccionistas que diziam que a doença ficava restrita a uma região, não havendo contágio mediato ou imediato, defendendo a idéia de envenenamento miasmático; e sobre o contagionismo, que diziam que a doença seria comunicada de indivíduo para indivíduo por um “vírus fixo ou volátil, suscetível de ser disseminado no ar ambiente” (p.53). Rego admitia a possibilidade das duas situações, defendendo tanto as medidas de quarentena e isolamento dos doentes, como as de promoção de obras de saneamento, incluindo a drenagem dos pântanos, tratamentos dos esgotos e lixos, como formas de combater os miasmas. A respeito da falta de consenso das teorias médicas e medidas sanitárias referentes à doença, ver Chalhoub (1996). Este autor considerou que as questões relacionadas à transformação das relações de trabalho entre a epidemia de 1849-1850 e a de 1873 na corte, teriam influenciado as medidas sanitárias empregadas no período. Já Tesh (1982) identificou a existência de quatro hipóteses a respeito das causas das doenças epidêmicas durante o século XIX, que estariam associadas a crenças políticas e econômicas: teoria do contágio, a teoria do comportamento pessoal, a teoria do sobrenatural e a teoria do meio ambiente. As medidas tomadas para a prevenção de doenças variavam de acordo com tais teorias.

Percebe-se então, que houve uma certa convivência por parte das autoridades representativas do governo imperial com o que era considerado ilegal no exercício das artes de curar em épocas de epidemia. Estas autoridades eram representadas ora pelo Ministro do Império, ora pela Câmara Municipal, ora pelos médicos da Academia que compunham a Comissão Central de Saúde Pública, ora pela Santa Casa da Misericórdia. É importante ressaltar que a partir desta epidemia foi criado um órgão ligado ao Ministério do Império, a Junta de Higiene Pública²⁰¹, com funções de orientar o governo na implementação das medidas necessárias para se obter a salubridade pública, além de ficar responsável pelo exercício da polícia médica nas visitas às boticas, lojas de drogas, mercados entre outros estabelecimentos. Paralelamente à criação deste órgão governamental, uma elite farmacêutica conseguia reunir-se com alguns médicos, criando uma primeira associação própria. Em 1852, o redator da *Revista Pharmaceutica*, Francisco de Oliveira Araújo, lembrava da epidemia de 1849-1850:

(...) a população da cidade do Rio de Janeiro acabava de ser vitimada por horrível epidemia, que ainda aterrava seus ânimos; as oficinas farmacêuticas em grande número mais simulavam casas de negócio, que verdadeiros laboratórios, sendo tidas e dirigidas mesmo por homens sem prática e sem ciência quando alguns farmacêuticos desta capital, guiados pelo espírito de humanidade, dedicação ao país e amor à ciência e à sua arte, reunidos em corpo coletivo, tentando reformar a farmácia, fundaram e instalaram a Sociedade Farmacêutica Brasileira no dia 30/03 de 1851²⁰².

Já em 1858, quando foi criado o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, a febre amarela reaparecia nas capitais das províncias de Pernambuco e da Bahia, além de atingir algumas localidades das províncias do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Mas, de acordo com o Relatório do Ministro do Império daquele ano, esta não teria causado grandes danos, ficando mais restrita aos portos. No entanto, é importante assinalar, que foi também numa

²⁰¹criada pelo decreto nº 598, de 14/09/1850 (*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1850*), que concedeu ao Ministério do Império uma verba para melhoria do estado sanitário da capital e de outras povoações do Império. Pelo seu regulamento, aprovado no ano seguinte (decreto nº 828, de 29/09/ 1851) ficava estabelecido que a Junta, então denominada de Junta Central de Higiene Pública, exerceria a sua autoridade diretamente na Corte e seu município, onde ficaria sediada, e na província do Rio de Janeiro. Nas outras províncias, sua autoridade seria intermediada pelas Comissões de Higiene Pública ou pelos Provedores de Saúde Pública (arts. 1º e 2º).

²⁰²Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira, RJ, ano2, n.1, p.3, jul. 1852.

conjuntura de epidemia de febre amarela, durante o ano de 1874, que o mesmo Instituto conseguiria criar uma escola e fazer circular o primeiro número de seu periódico – a *Tribuna Pharmaceutica*.

A história das associações farmacêuticas seria também entrecortada pelas epidemias da cólera que acometeram a população carioca entre os anos de 1855 e 1856, atingindo em 1867 os campos da guerra do Paraguai²⁰³ e retornando à Corte, no ano seguinte. Estes acontecimentos afetariam suas atuações, ora favorecendo, ora dificultando.

Em janeiro de 1884, o editorial do periódico do Instituto Farmacêutico²⁰⁴ noticiava a respeito da idéia de criação de uma escola superior de farmácia, comentando a respeito da contribuição do governo para esta iniciativa particular. Em dezembro do ano anterior o governo liberara uma verba para auxílio das atividades da Escola de Humanidades do Instituto, além de cessão de prédio para sede da associação, na igreja de São Joaquim, onde seria edificada a escola superior de farmácia. Nas mesmas páginas daquele editorial, na parte de baixo, era publicada matéria denominada “Microbiadas”, na qual se ironizava a respeito do aparecimento novamente da febre amarela naquele verão:

Cada hora Deus melhora, - dizia o antigo rifão, e entretanto, nem por isso vemos melhorar as coisas; pelo contrário o calor ameaça tomar proporções gigantescas e uma cremação espontânea ameaça a produzir o seu efeito.

O que nos vale é o nosso adorável Gary que apaga às vezes a poeira que esvoaça pela atmosfera.

E a febre amarela, complemento necessário desta estação ingrata, espantinho da Junta de Higiene, mostra o seu rosto risonho, desatando de quando em vez estridentes gargalhadas pelo que se tem feito para evitar o seu aparecimento.

Estamos em plena época microbiana. A atmosfera cálida coberta de espessas nuvens de microfítos e microzoários, envolve a pobre cidade do Rio de Janeiro (op.cit, p.97).

Através deste texto, percebe-se que a repetição da febre amarela durante vários verões, motivara transformações na cidade carioca e, também, o desenvolvimento de pesquisas científicas de acordo com os novos cânones da ciência, dando início a uma caça aos micróbios.

²⁰³ A cólera foi uma das doenças que teria vitimado mais recrutas, do que o próprio campo de batalha. Ver a esse respeito Sousa (2004).

²⁰⁴ *Revista Pharmaceutica do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro*, v.1, p.97-101, 1884.

“Gary” era o sobrenome do proprietário da “Empresa da Limpeza da Cidade (Corte)”, o químico Aleixo Gary & Cia., que vinha atuando em caráter provisório desde 1876-1877, na limpeza e irrigação da cidade, quando a realização destes serviços foi aberta à concorrência pública. Ficava previsto que o governo imperial arcaria com estas despesas, devido a insuficiência do orçamento municipal, enquanto houvesse motivos para recear o desenvolvimento da febre amarela. O nome do empresário daria origem inclusive, à designação de gari para quem trabalhava com o lixo, o que se manteve até os dias de hoje. A contratação da empresa inglesa *Rio de Janeiro City Improvements Company Limited* em 1857, de propriedade de Joaquim Pereira Viana de Lima Jr. e João Frederico Russel para tratamento dos esgotos, também havia sido outra medida higiênica tomada para prevenir as epidemias. Mas, embora essas e outras medidas tivessem modificado de certa forma, a fisionomia de parte da cidade do Rio, as epidemias continuavam junto com a preocupação de debelá-las.

Na comunidade médica, os estudos de Domingos José Freire Junior ganhavam projeção internacional naquela década de 1880, sendo polemizados por João Baptista Lacerda. O primeiro atribuía ao micróbio nomeado criptococo xantogênico, o causador da febre amarela, desenvolvendo uma vacina para combatê-lo. João Baptista Lacerda, também alcançara notoriedade internacional com a descoberta de um antídoto (permanganato de potássio) para o envenenamento causado por mordedura de cobras. Acreditando que a febre amarela seria causada por envenenamento miasmático, apresentando características semelhantes àquele envenenamento, o permanganato chegou a ser testado em amareletos internados no Hospital Marítimo de Santa Isabel, não surtindo efeito. Lacerda negando que a febre amarela fosse produzida por micróbios, afirmou mais tarde que ela seria causada por um organismo vegetal microscópico, pertencente à classe dos cogumelos. Freire obteria mais sucesso em suas pesquisas conseguindo instalar um laboratório bacteriológico em 1892, onde produziria e aplicaria sua vacina²⁰⁵. Em 1884, quando as suas pesquisas já tinham um reconhecimento considerável, tendo inclusive ocupado o cargo de presidente da Junta Central de Higiene Pública naqueles anos, emitiria parecer

²⁰⁵ Ver Benchimol (1999) sobre as polêmicas que se deram entre Lacerda e Freire durante a década de 1880, a respeito das causas da febre amarela.

positivo a respeito da instalação da escola superior de farmácia pelo Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro.

2.2 A TERAPÊUTICA OFICIAL: “MELHOR PREVENIR QUE REMEDIAR”?

Por ocasião daquela primeira epidemia de febre amarela e as seguintes que acometeram a capital do império, aonde se situavam os farmacêuticos e suas aspirações com relação às recomendações feitas pelos órgãos oficiais?

De acordo com a medicina oficial como podemos observar nos relatórios e publicações da época²⁰⁶, por se desconhecer a natureza da doença, o tratamento aplicado era orientado pela observação dos sintomas e pelas diferenças individuais, que variavam de acordo com o estágio em que se encontrava o doente e de suas reações. Numa fase inicial, fazia-se uso de pedilúvios (escalda pés) e de bebidas diaforéticas (infusão de flores de borragens, de sabugueiro ou de cascas de limas com algumas gotas de acetato de amônia) com fins de provocar suores e resolver os sintomas febris. Caso não desse resultado, aplicavam-se purgantes brandos e, no caso de vômito preto, outros purgantes, como a magnésia calcinada ou os calomelanos (protocloreto de mercúrio). A aplicação de sanguessugas e de ventosas também era feita quando as bebidas diaforéticas não modificavam o estado febril. A sangria só era recomendada em indivíduos de constituição forte, embora houvesse discordâncias de alguns médicos, que achavam que esta deveria ser proscrita. Eram utilizados também febrífugos tais como, sulfato de quinina, tintura de acônito, água da Inglaterra, o cozimento antifebril de Lewis, e o pau pereira (banhos feitos com o cozimento das cascas ou o seu extrato de uso interno, a pereirina). Este último com certeza era um dos remédios aviados na botica de Ezequiel para fornecimento à população pobre, visto que foi atribuído a ele o isolamento de seu princípio ativo, a pereirina, nos anos de 1830²⁰⁷.

²⁰⁶ Ver a esse respeito (RELATÓRIO..., 1851, p.35-40); (DESCRICHÃO..., 1850, p.14-21); (Rego, 1851).

²⁰⁷ Em 1848, o seu filho homônimo titulouse médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com monografia a respeito, fazendo referência à descoberta do pai. Posteriormente, a monografia seria publicada no periódico da Sociedade Farmacêutica Brasileira. Ver Valle (1978). De acordo com Joaquim Monteiro

Segundo o médico José Pereira Rego (1851), o tratamento aconselhado por João Ferreira da Rosa para a doença (“Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco”, 1694), permanecia praticamente o mesmo. Mudara somente, segundo ele, os conhecimentos sobre a ação dos meios empregados, devido ao aperfeiçoamento da química e da farmacologia modernas.

Entretanto, observa-se nesta época de epidemia, o incremento geral na comercialização dos medicamentos, muitos deles secretos, de fórmulas desconhecidas, sendo anunciados nos jornais e vendidos indiscriminadamente sem a licença que deveria ser expedida pela Faculdade de Medicina ou pela Academia Imperial de Medicina, conforme era previsto pelo estatuto desta última (1835). Muitos destes medicamentos que enchiam as páginas dos jornais diários, eram especialidades farmacêuticas e panacéias importadas, que prometiam curas milagrosas e sugeriam a automedicação ou o curar-se a si mesmo, como nos manuais de homeopatia anunciados. Como observou Pimenta (2004), durante as epidemias havia um afrouxamento na fiscalização desses remédios.

Evidente que as incertezas e polêmicas, durante aqueles anos e posteriores, a respeito das causas da febre amarela e das doenças em geral, vão orientar ou desorientar as medidas que deveriam ser tomadas no combate à sua forma epidêmica. Mas, como outros autores já assinalaram em seus estudos, não seria apenas o conhecimento médico científico que orientaria a implementação de medidas sanitárias (Hochman, 1998; Chalhoub, 1996), incluindo aí a terapêutica que era aconselhada pelos órgãos oficiais.

A entrada e consumo de medicamentos e outras mercadorias estrangeiras, a partir de 1850 ficava favorecida pela interdição do tráfico negreiro intercontinental naquele ano, quando os ganhos obtidos nas vendas de produtos de exportação brasileiros, tais como açúcar, café, tabaco, deixavam de ser reservados à compra de escravos. Houve assim, um crescimento das importações de mercadorias, entre as quais drogas, remédios, vinhos, cosméticos, pianos, tecidos, manteiga (Mattos, 1987; Alencastro, 1997). O porto da cidade do Rio de Janeiro tornava-se um grande atrativo para os “negociantes importadores” (Mattos, 1987) no Brasil, com seus navios carregados de novidades

Caminhoá em seu livro *Elementos de Botânica* (1877), o pau pereira entrava na composição da Água Inglesa (Carvalho, 1950b).

vindas de fora, principalmente da Inglaterra e de França. A entrada de produtos ingleses em geral, permanecera ainda mais favorecida, fato que vinha ocorrendo desde os acordos comerciais que se estabeleceram com Portugal na época das invasões napoleônicas, depois com este e o Brasil por ocasião da independência e os que trataram da proibição do tráfico de escravos²⁰⁸.

A imprensa compreendida pelos jornais de maior circulação da época (*Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro*), desempenharia papel fundamental na divulgação desses remédios. Além destes jornais, o *Almanak Laemmert*, de tiragem anual informava sobre os medicamentos e os estabelecimentos que os vendiam na cidade. Naquelas páginas, eram anunciados com riqueza de detalhes sobre suas possíveis curas: os anti-sifilíticos e antibleorrágicos “Le Roy”, o Vinho de fígado de bacalhau do Dr. Vivieu; o Vinho do Hotel-Dieu, a Água de Vichy, o Emplastro de pez de Borgonha, as Pílulas vegetais do Dr. Brandecht, a Poção do Dr. Lavacher, Peitoral de Cereja Ayer, Pílulas do Dr. Allan, entre muitos outros.

É interessante observar, que dentre os remédios utilizados pela medicina oficial no combate à epidemia reinante, vistos acima, havia remédios importados, principalmente ingleses e franceses. Não era à toa que alguns anos depois, a Comissão Sanitária do Porto presidida pelo doutor em medicina, Francisco Paula Cândido, era constituída por dois capitães do porto, três negociantes e realizava suas sessões na Casa do Consulado Inglês, cujo cônsul britânico, J.J. Collings Westwood, era mais um dos seus integrantes que foram nomeados pelo Corpo do Comércio, de acordo com o decreto de 3/01/1853. Paula Cândido, como presidente da Junta Central de Higiene Pública, dizia em seu relatório que esta comissão era formada por elementos interessados na salubridade, nos interesses comerciais e nos socorros à classe marítima²⁰⁹.

Logo, as atividades daqueles farmacêuticos e médicos, reunidos em associações, dependiam também de outras questões relacionadas à política externa e comércio. Entre os negociantes importadores e os farmacêuticos legalmente estabelecidos ou não, muitas vezes interpunham-se os personagens intitulados de droguistas, que vendiam substâncias para a manipulação de

²⁰⁸ Vários historiadores trabalharam estas questões: Mattos (1987), Benchimol (1992), Mello (2002), Alexandre (2000).

²⁰⁹ Informações encontradas no (RELATÓRIO acerca do cólera-morbus..., 1855).

medicamentos ou os remédios já prontos, que podiam ser especialidades farmacêuticas ou remédios de fórmulas secretas.

Por outro lado, observa-se através da leitura de alguns documentos redigidos anualmente pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública, editados a partir de 1851, que mesmo as terapêuticas e as medidas sanitárias propostas que se diziam baseadas no conhecimento médico, nem sempre contemplavam os farmacêuticos. A prioridade que se dava às medidas higiênicas, que seriam tentativas de se prevenir as epidemias ou de impedir o seu alastramento, minimizando os seus efeitos, tinha toda uma argumentação científica, de transformar as condições que propiciavam os surtos. Entendia-se que tais condições configuravam-se quando havia mudanças na qualidade do ar, com uma incidência maior de umidade, redução na produção de ozona, elevação da temperatura, materiais orgânicos em decomposição, o que provocava a emanção de miasmas. As cidades serranas, por suas temperaturas mais baixas, apresentavam-se assim, como locais isentos daquelas epidemias. Dentre as medidas higiênicas propostas baseadas “nos conhecimentos da medicina, dos quais não devem prescindir as nações cultas”, havia as desinfecções, a instalação de um sistema conveniente de despejos, das águas servidas e de remoção do lixo; de moradas adequadas ao clima; conservação, replantio e expansão da alta vegetação no interior e arredores da cidade capital como forma de melhorar, aumentar e regularizar as águas potáveis; secagem dos pântanos, instalação de passeios e jardins públicos e de instituições ginásticas. A maior parte destas medidas voltavam-se para melhorias urbanas levando a mudanças na fisionomia da cidade carioca, principalmente a partir da década de 1870, como já vem sendo observado por diversos estudos²¹⁰.

Por ocasião da que foi considerada a primeira epidemia de cólera que se abateu sobre a cidade do Rio (1855), Francisco Paula Cândido, presidente da Junta entre 1850 e 1864, escrevia em seu relatório que as desinfecções das igrejas aonde se enterravam os mortos, eram mais válidas que “elixires, panacéias, chapas, tisanas e outras drogas que caro lhe vende por humanidade o filantrópico devoto”²¹¹.

²¹⁰ Abreu (1988); Benchimol (1992).

²¹¹ RELATÓRIO acerca da saúde pública...1855-1856, 1856, S-2-22.

Quanto à terapêutica baseada na matéria médica, que implicava a atuação dos farmacêuticos aqui em estudo, era sugerida sua simplificação na administração de Paula Cândido. Este, em seu relatório referente ao ano de 1862, propunha a utilização de um número reduzido de medicamentos ou drogas, cuja aplicação e aquisição estivesse ao alcance de todos, visando um custo menor com o tratamento e atingir um número maior de enfermos²¹². Desta forma, os meios terapêuticos externos mais usuais no tratamento do cólera, febre amarela, peste e tifo que eram sinapismos (cataplasmas de mostarda), vesicatórios, banhos, ventosas, fricções, entre outros de caráter revulsivo, deveriam ser substituídos. Paula Cândido era pragmático neste sentido, chegando a sugerir que o atendimento domiciliar prestado por enfermeiros nas povoações do interior seria vantajoso pois, dispensava o transporte do enfermo, e o aviamento de receitas. Entendia assim, que no interior, o atendimento domiciliar além de ser mais simples, podendo ser prestado por enfermeiros sob a supervisão de um facultativo, era mais eficaz e econômico que instalações de hospitais e enfermarias, como vinha sendo feito. Já nas cidades maiores, como a capital do império, devido à concentração populacional e a má qualidade das habitações das populações desfavorecidas, defendia a instalação de hospitais provisórios afastados e de postos médicos nos diferentes distritos. Também neste caso, chamava a atenção apenas para a atuação de facultativos e de enfermeiros, na utilização daquela terapêutica simplificada. Mas, no quadro de funcionários do Lazareto na Ilha de Maricá²¹³, construído em 1854, como complemento do Hospital Marítimo de Santa Isabel, em Jurujuba (Niterói), havia a previsão de 1 farmacêutico, 2 médicos, 5 enfermeiros e 2 ajudantes de enfermeiro para a formação do corpo de funcionários. Entretanto, o ordenado dos enfermeiros era superior ao do farmacêutico²¹⁴. No Relatório do Hospital Marítimo Santa Isabel (1857), o seu diretor Dr. Bento Maria da Costa observava sobre a existência de um único farmacêutico no Hospital, que durante a epidemia do cólera de 1856, chegava a ter que fazer de 170 a 180 preparações por dia, quando o número de doentes freqüentemente subia de 100 para 170. Além desta sobrecarga de

²¹² Ver a esse respeito (RELATÓRIO apresentado...1862, 1863, A-K-1-20)

²¹³ A apreensão de que um surto de cólera invadissem a cidade, motivara a construção daquele hospital como precaução (RELATÓRIO acerca do colera morbus..., 1855, A1-4).

²¹⁴ Ver quadro A1- N7 em RELATÓRIO acerca do colera morbus..., 1855.

trabalho, tinha que encaminhar ao arquivo do escritório, diariamente, através dos livros de receituário, a relação de todos os gêneros de farmácia utilizados, prestando conta da parte escriturária. Diante deste quadro, Dr. Bento solicitava à Comissão Sanitária do Porto, a contratação de um ajudante de farmácia, argumentando que assim ficava dificultada a ocorrência de engano nas preparações.

As propostas de Paula Cândido poderiam atingir diretamente os farmacêuticos das associações, ao chegar a sugerir a suspensão do aviamento de receitas, o que viabilizaria a venda dos símplices ou de especialidades a um número maior de pessoas, aumentando a competição, além de não incluí-los no atendimento aos enfermos. As medidas propostas por Paula Cândido, cuja formação se dera em Paris, poderia ser explicada pelas transformações por que vinham passando os saberes terapêuticos em França, quando houve uma descrença geral na matéria médica e passou a se dar destaque à higiene, entendida como um dos ramos da terapêutica²¹⁵. Pelo lado dos farmacêuticos, as suas reivindicações justificavam-se no sentido de ampliar suas atividades para além de aviar receitas, ou seja, de manipular e comercializar medicamentos. Eles também queriam ter participação nas medidas higiênicas, que geralmente eram destinadas aos médicos da Academia ou da Junta que as propunham, e aos engenheiros, que a partir de 1850 passaram a ser designados para a execução das obras públicas urbanas.

O atendimento à população atingida pelo surto de cólera de 1855-1856, por alunos aprovados nos dois primeiros anos da Faculdade de Medicina por solicitação do governo, era criticada no discurso do vice-presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira, o médico Antonio Pereira Leitão. Considerava tal medida improcedente por estar substituindo profissionais competentes por “mancebos”. Leitão comentava também sobre a atuação do curandeiro africano, “pseudo Dr. Manoel” em Recife, que obteve aplausos populares e permissão para curar “uma moléstia de tal gravidade como o cólera”²¹⁶. Desta forma, a epidemia do cólera era apresentada como motivo para a marcha lenta dos trabalhos da Sociedade, quando estava sendo priorizada a prestação de socorros à humanidade

²¹⁵ Ver a esse respeito Ackerknecht (1986).

²¹⁶ Discurso da abertura da sessão aniversária em 30/03/1856. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, v.4, n.3, p.34-35, set.1857.

sofredora, no dizer de Leitão. Em 1876, o farmacêutico Antônio Joaquim Teixeira de Azevedo em sessão do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, referia-se à exclusão dos farmacêuticos das atividades relacionadas à epidemia de febre amarela em contraste com outros países, onde tinham participação no corpo sanitário “como peritos químicos, na resolução das questões múltiplas de higiene que afetavam sua especialidade”²¹⁷. Nota-se então, que estes acontecimentos e algumas medidas relacionadas às epidemias afetavam tanto os farmacêuticos, como os médicos.

A reivindicação dos farmacêuticos de serem representados na Junta Central de Higiene Pública tinha por fins garantir uma participação ativa tanto no exercício da fiscalização de suas atividades, como na implementação de medidas higiênicas. Em 1852, o presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira, Ezequiel Corrêa dos Santos, era convidado a colaborar com aquele órgão na elaboração de uma lista de medicamentos e de materiais que deveriam conter nas boticas. Mas, isto ao mesmo tempo que poderia ser visto como uma possibilidade de realização de diálogos, geraria também conflitos entre os integrantes destas instituições, como veremos adiante.

2.3 FEBRE AMARELA EM PORTUGAL

“Um sentimento de susto e de terror se apossou dos habitantes de Lisboa”. Com estas palavras um médico, lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, referia-se à epidemia de febre amarela ocorrida em setembro de 1857 que teria levado a um movimento de emigração do país comparável a uma guerra, e mobilizado alunos e professores daquela instituição no seu combate. Este deu-se através do atendimento aos pobres e da prestação de informações às autoridades sobre as medidas de higiene pública e polícia médica²¹⁸.

O fato da febre amarela nesta época já ter se manifestado de forma epidêmica várias vezes em países do continente americano e africano

²¹⁷ Discurso do Sr. Farmacêutico Teixeira do Azevedo como orador do Instituto na ocasião da sessão de 19/03/1876 sob a assistência de S.M. o Imperador. *Tribuna Pharmaceutica*, Rio de Janeiro, série 2ª, n.7-8, 1876, p.172-177.

²¹⁸ DISCURSO recitado na abertura da Escola Médico-Cirúrgica em 9 de janeiro de 1858 por José Eduardo Magalhães Coutinho. Lisboa: Imp. Nacional, 1858.

principalmente, e, recentemente no Brasil, onde inauguraria sua forma endêmica, provocava receios não só na população em geral mas, também aos praticantes das artes de curar de Portugal. Dentre as epidemias de febre amarela ocorridas nos anos de 1851, 1856 e 1857, as duas últimas teriam causado um número maior de mortos. De acordo com Mira (1948), as duas primeiras atingiram principalmente a cidade de Porto e a última atingira mais a cidade de Lisboa. As epidemias do cólera teriam sido mais freqüentes, atingindo a população durante os anos de 1833, 1853-1856, 1857 e 1865. É interessante observar que a primeira epidemia de cólera que acometeu a cidade carioca em 1855, teria entrado no Brasil através da emigração portuguesa para a província do Pará²¹⁹.

Em 1866, quando estava caracterizado um quadro de pandemia da cólera, era realizada a terceira conferência sanitária internacional na Europa, desta vez com sede em Constantinopla com propósito de definir ações de interesse da saúde internacional. Portugal foi representado no evento pelo médico sócio honorário da Sociedade Farmacêutica Lusitana, Bernardino Antônio Gomes (filho)²²⁰.

Durante o ano de 1851, encontramos algumas notícias sobre a chegada da febre amarela na cidade de Porto, que teria sido importada do Brasil através dos navios portugueses “A Tentadora” e “Duarte 4º”, tendo havido casos de morte de pessoas a bordo e de outras que tiveram contato com estas. A matéria culpa, assim, as autoridades competentes por não terem evitado a entrada destes navios na cidade²²¹. Nesta mesma época, o *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* comentava a respeito da epidemia na cidade do Rio de Janeiro, citando, inclusive, a obra do médico José Pereira Rego editada naquele mesmo ano, na qual relatava os fatos e tecia comentários sobre a doença.

No parecer da Comissão da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa a respeito da febre amarela em Porto durante o mês de outubro de 1851²²², houve uma exposição mais detalhada sobre o ocorrido. O primeiro caso havia se

²¹⁹ Ver a esse respeito, o estudo de Jane Felipe Beltrão (2000).

²²⁰ RELATÓRIO sobre os trabalhos da Conferência Sanitária Internacional reunida em Constantinopla em 1866 pelo Conselheiro e 1º Médico da Real Câmara Bernardino Antonio Gomes, delegado da mesma Conferência. Lisboa: Imp. Nacional, 1867.

²²¹ *Jornal de Pharmacia e Sciencias Acessorias de Lisboa*, 1ª série, tomo 4º, 1851, p.193.

²²² Publicado no *Jornal de Pharmacia e Sciencias Acessorias de Lisboa*, out. 1856, p.203-208. Documento datado de 11/10/1851 e assinado pelos Dr. José Pereira Mendes e Dr. Antonio Maria de Oliveira Soares.

manifestado na “Tentadora”, que saíra do porto do Rio de Janeiro no mês de junho onde existia a febre de forma esporádica, considerando-se então, a sua procedência suspeita e sua carta de saúde suja. Do Rio dirigiu-se a Pernambuco, saindo com carta de saúde limpa no mesmo mês tendo passado pelo porto de Vigo (Espanha). Neste último percurso, de Pernambuco a Vigo, houve casos de febre amarela a bordo e, chegando ao destino, o navio não se sujeitou à quarentena de observação, solicitada pela junta de saúde espanhola, seguindo para Porto, onde ficou em observação apenas durante oito dias. Este documento fazia referência a outras epidemias de febre amarela que teriam acometido as terras de Portugal, entre os anos de 1692 e 1698, que grassou em Pernambuco, sobre a qual João Ferreira da Rosa produziu sua obra; a que apareceu em Lisboa em 1723, e a que foi importada da Ilha da Boa Vista, em Cabo Verde, no ano de 1845 pelo vapor inglês *Eclair*. Chamava a atenção para o fato da epidemia de 1723 ter sido a primeira que se manifestou na Europa, citando a publicação: “Observações Apollineas sobre as doenças, que houve na cidade de Lisboa Ocidental e Oriental no outono de 1723”, impresso no ano de 1726. Observava então, sobre a semelhança dos sintomas descritos na época, 1723, com os observados em Porto naquele ano de 1851.

Considerando a questão do contágio como certa, não se sabendo ao certo se este era mediato ou imediato, a Comissão propunha como meios preventivos, medidas de higiene pública e privadas e isolamento dos atingidos pela epidemia. A importância que era dada à higiene pública podia ser observada em discurso proferido pelo médico e lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Cândido Maria Ferreira Beirão na abertura do ano letivo de 1856, no qual falava da necessidade de se implantar um curso especial de higiene pública na escola, separado da cadeira de clínica médica. A higiene pública aí era vista como uma “afugentadora” das grandes epidemias. Em 1863, eram criadas nas escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto, uma cadeira de medicina legal e higiene pública, disciplinas dadas desde 1836 na Faculdade de Medicina de Coimbra.

Quanto aos meios terapêuticos e curativos a mesma Comissão de 1851, comentava sobre sua diversidade, observando que as sangrias foram quase

abandonadas²²³. Daí, via a necessidade de se fazer uma estatística dos diversos tratamentos efetuados nas Índias Ocidentais e na Europa e dos resultados obtidos de acordo com os graus diferentes da doença e aos períodos dela. A Comissão reconhecia a dificuldade de se chegar a resultados positivos devido a irregularidade da marcha da epidemia e ao fato de ser muito insidiosa.

Diferentemente do Brasil, durante esta epidemia de 1851 em Portugal, já havia se formado uma associação própria de farmacêuticos em Lisboa. É interessante observar, inclusive, que a Sociedade Farmacêutica Lusitana foi criada num momento posterior a uma epidemia de cólera. Portanto, as epidemias em Portugal também, não deixaram de suscitar medidas que se voltaram para a regularização do exercício farmacêutico e médico tendo sido a epidemia do cólera de 1833-1834 a que desencadeou as primeiras medidas combativas, coincidindo com a vitória dos liberais sobre os absolutistas. Nesta década, foi aprovado o regulamento de saúde pública, sendo criado o Conselho de Saúde Pública do Reino (decreto de 3/01/1837), com funções semelhantes à Junta de Higiene Pública, criada no Brasil em 1850. Percebe-se então, uma participação mais efetiva de alguns farmacêuticos em órgãos do governo, tendo poder de decisão maior sobre suas ocupações e atividades a ela relacionadas, do que na cidade carioca, na época das epidemias.

Pela lei, entre 1837 e 1844, os farmacêuticos portugueses, como os cirurgiões, tinham direito a dois cargos de vogais no Conselho de Saúde, enquanto os médicos tinham três. Com a reforma aprovada pela lei de 18/09/1844, a composição daquele mesmo Conselho passou a ser mais restrita e de nomeação centralizada. A partir de então, eles seriam representados por um único farmacêutico, mas, que teria a incumbência de dirigir e executar as análises químicas e outros trabalhos próprios de sua profissão. Pela lei de 26/11/1845, o Conselho de Saúde deixava de ser presidido por um médico, ficando a cargo do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino (Viegas, 2006).

José Dionysio Correia, como vogal farmacêutico do Conselho de Saúde Pública do Reino, era consultado a respeito de medicamentos ingleses para o tratamento do cólera que eram encaminhados ao Ministério do Reino, tendo

²²³ Isto talvez explicasse o fato de que grande parte dos proprietários de lojas de barbeiros e de sanguessugas no Brasil na década de 1850, serem portugueses (ver nota de pé de página nº.112, p.59).

emitido pareceres a respeito, além de opinar a respeito das visitas de fiscalização às boticas, condenando os anúncios e vendas de medicamentos secretos. Isto embora nestes assuntos, muitas vezes os processos dirigidos às boticas e boticários envolvidos acabassem dando resultados que contrariavam a legislação defendida por aqueles farmacêuticos, beneficiando os que eles consideravam infratores²²⁴. Durante as epidemias, além de superintender o serviço interno da farmácia do Hospital São José, Dionysio promovia a inspeção diária dos medicamentos fornecidos pelas boticas particulares aos hospitais do Bairro Alto, Santa Apolónia e rua Formosa. Por sua atuação no Conselho, foi diplomado cavaleiro das ordens da Conceição de Villa Viçosa. Já pelos serviços prestados durante epidemia de febre amarela nos anos de 1856 e 1857, foi diplomado cavaleiro da Torre e Espada pelo rei D. Luís e condecorado com medalha de honra pela câmara municipal de Lisboa. José Joaquim Alves de Azevedo, como membro da Comissão de socorros da freguesia de Santa Justa, recebera o mesmo título e medalha, assim como José Tedeschi que fora agraciado pela Câmara Municipal de Lisboa pelos serviços prestados durante aquelas epidemias do cólera e de febre amarela.

Além da atuação destes farmacêuticos portugueses, percebe-se que os surtos epidêmicos também motivariam o interesse por medicamentos sugeridos por brasileiros ou mesmo pela utilização da matéria médica brasileira da região do norte e nordeste brasileiro, como foi mencionado anteriormente. Demonstrativo disso foi o fato dos estudos do médico paraense Francisco de Castro que davam uma conotação científica ao uso de medicamentos populares utilizados na epidemia do cólera do Pará, terem sido publicados no jornal dos Tedeschi²²⁵. Neste mesmo sentido, o interesse do médico português Silva Beirão pela goma de angico talvez pudesse ser explicado por sua aplicação semelhante à goma arábica, utilizada no tratamento da cólera.

²²⁴ Questões observadas a partir de consulta à documentação no Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa: MR, Maço 4552- Caixa n.1- 1865 - Acerca das providências preventivas contra a cólera morbus no Distrito de Lisboa; MR; Maço 4548 - Processos acerca de boticas e boticários (1857).

²²⁵ MEDICINA. Cholera Morbus curada pelo sumo de limão. *Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias de Lisboa*, 3ª série, ano 9, p.26-32, 1856. Reprodução de correspondência do dr. Francisco da Silva Castro (Presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará) ao Presidente da Província (Sebastião de Rego Barros) datada de 27/11/1855, na qual comunicava ter encontrado um agente medicinal para o tratamento do cólera e solicitava o apoio do presidente de província para que fossem realizados ensaios nos hospitais, o que já vinha fazendo em sua clínica particular. Ver Beltrão (2000).

3. REMÉDIOS, SAÚDE E COMÉRCIO

As relações entre remédios, saúde e comércio estariam sempre presentes nos debates sobre a prática terapêutica, que dizia respeito aos farmacêuticos e médicos reunidos nas associações. Esta tônica independia da existência de surtos epidêmicos, embora durante o século XIX eles fossem bastante freqüentes. Logo, a apreensão e o medo de novos surtos eram sentimentos que influenciariam a população consumidora de remédios e as autoridades sanitárias.

A proposta de simplificação da terapêutica, defendida por alguns médicos acadêmicos, esbarraria nestas questões. Isto foi o que pôde ser observado nos dizeres de Paula Cândido, como presidente da Junta Central de Higiene Pública, ou nos artigos do doutor em medicina, Joaquim dos Remédios Monteiro a respeito. Este último embora considerasse positiva a simplificação dos medicamentos, alertava para a importância da terapêutica:

A vida do homem, quer ela seja curta, quer se prolongue até os últimos limites do possível, se escoa quase sempre debaixo da influência alternada de saúde e moléstia; e se a higiene, se esta parte da medicina, que tem por objeto a conservação da saúde, deve ser um dos principais objetos de estudo de todo o homem, que se destina à arte de curar, a terapêutica, que se ocupa do tratamento das moléstias, e nos dá os preceitos relativos à administração dos meios curativos, destinados a combatê-las, não é menos digna de atenção²²⁶.

A terapêutica para Monteiro não seria apenas “um simples catálogo de fórmulas e drogas”, ela requeria muitos estudos. Assinalava assim para a incerteza que cercava o tratamento de moléstias na época, quando medicamentos contrários ou fórmulas diversas de um mesmo medicamento eram indicados para uma mesma doença numa obra. Atribuía a isto a falta de conhecimentos sobre o modo de ação dos medicamentos sobre o organismo e a influência da moda no emprego de outros. Os diversos sistemas em medicina

²²⁶ VARIÉDADES. Influência da moda sobre o emprego dos agentes terapêuticos. *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, v.11, n.7, p.258-259, set.1857 (grifos de minha autoria).

(estudos de Broussais²²⁷, homeopatia, hidroterapia) acarretaram modificações na terapêutica ao longo dos anos, motivados ora pelo desenvolvimento dos conhecimentos químicos, ora pela “pecúnia” (dinheiro). Logo, para ele havia os medicamentos que conferiam imortalidade a seus autores (sulfato de quinina, subnitrito de bismuto, iodo, bromo) e os que eram aprovados pelas autoridades francesas ou protegidos pelos médicos mais preocupados com a bolsa do que com honrar e dar crédito à classe médica. Denunciava assim, a riqueza adquirida de forma desleal, ou seja, à custa da saúde e credulidade da população.

A simplificação da terapêutica para ele deveria ser feita de forma cuidadosa, não proscrevendo todos os medicamentos compostos e aprovando só os medicamentos simples. Identificava nestas atitudes, ou a “superfluidade galênica” ou a unidade e simplicidade da homeopatia de Hanhneemann. Criticava a reforma radical da farmácia galênica ou da polifarmácia, aquela que misturava várias drogas de todas as espécies, sugerindo que esta devia ser esclarecida antes de ser totalmente eliminada. Para reforçar o seu argumento, observava que o novo codex francês havia conservado várias fórmulas complexas que pertenciam “a todas as idades da medicina”²²⁸. Entendia o radicalismo de alguns em negarem a associação de medicamentos por estas muitas vezes serem “preparações complexas nascidas do charlatanismo e do empirismo”. Por outro lado, afirmava que a ciência médica não sabia explicar porque determinados medicamentos curavam determinadas doenças, ficando restrita a verificar os resultados, fazendo-nos lembrar a paródia das formigas, utilizada por Francis Bacon.

A referência francesa no pensamento de Remédios Monteiro era notada tanto nas questões relacionadas aos especuladores de remédios, como no código farmacêutico, representativo do conhecimento oficial. Os farmacêuticos reunidos na Sociedade Farmacêutica Brasileira e na Sociedade Farmacêutica Lusitana,

²²⁷ François Joseph Victor Broussais (1772-1838) – pertencente à escola de Paris, que entendia a doença como uma lesão orgânica mais precisamente, como irritações dos órgãos causadas por estímulos internos e externos. A doença era entendida como intra-orgânica mas, se relacionava com o meio (clima, hábitos ou alimentação). Ele relacionou a patologia à fisiologia, organizando um sistema médico fisiológico, que serviria para todas as doenças, não fazendo distinção entre elas, sendo grande parte manifestação da inflamação do aparelho digestivo. A base de sua terapêutica eram os anti-flogísticos como a sangria e as sanguessugas (Canguilhem, 1981).

²²⁸ THERAPEUTICA. É útil associar os medicamentos? *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, v.12, n.12, p.329-331, fev.1859.

também estavam atentos às mensagens vindas daquelas paragens, consideradas como um dos símbolos da civilização moderna. Em 4 de novembro de 1852 o secretário geral da Sociedade de Farmácia de Paris, Eugène Soubeiran²²⁹, proferia discurso sobre os remédios secretos na França. No ano seguinte os farmacêuticos portugueses em seu periódico recomendavam a leitura do discurso que havia sido publicado em dezembro de 1852 no *Journal de Pharmacie et Chimie*²³⁰. Na cidade do Rio de Janeiro, o discurso havia sido reproduzido em português, nas páginas do jornal da associação brasileira²³¹.

Soubeiran, no seu discurso, denunciava o charlatanismo relacionado à utilização de remédios secretos pelos médicos que os receitavam, pela população e pelos seus autores. Fez um histórico da utilização destes em França desde a legislação da época de Napoleão, que pelo decreto de 18/08/1810 havia declarado nulas todas as autorizações até então concedidas para seus usos. Em contrapartida, o decreto propunha que todos os remédios novos e úteis, depois de examinados, fossem comprados pelo governo, tornando-se públicos, com fins de frear o charlatanismo e evitar acidentes. O orador lamentava, portanto, que tal lei não tivesse sido executada ao longo dos anos, e observava que muitos remédios que podiam ser nocivos tinham sido aprovados por autoridades consideradas respeitáveis. O fato de estes remédios autorizados poderem ser vendidos sem divulgarem suas fórmulas, era visto por Soubeiran como uma permissão à invasão do charlatanismo. Ao expor sua opinião, ele tentava desmistificar o caráter oculto daqueles medicamentos, observando que uma descoberta que fosse útil à humanidade deveria se tornar pública. Mas, acabava concluindo que uma lei que se restringisse a proibir a venda dos remédios secretos não seria aceita no seu tempo, além do que eliminaria a possibilidade de descoberta médica. Admitia assim, que o remédio poderia ser uma invenção desde que consistisse em algo desconhecido para a medicina, fornecendo à humanidade um meio de minimizar os sofrimentos causados pelas doenças. Cita como exemplos

²²⁹ Soubeiran (1797-1859) era também lente da Escola de Farmácia e da Faculdade de Medicina de Paris, tendo sido autor de livro didático (*Nouveau Traité de Pharmacie Théorique et Pratique*, 1840) que era utilizado nas escolas médicas do Rio de Janeiro e de Lisboa. Foi também diretor da Farmácia Central e farmacêutico chefe dos hospitais, e membro da Academia de Medicina de Paris (Boussel, 1982).

²³⁰ Revista dos Jornais. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 2ª série, v.4, n.3, p.55, 1853.

²³¹ Discurso sobre os remédios secretos autorizados pelo Governo, por M. Soubeiran, Secretário Geral da Sociedade de Farmácia de Paris. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*; RJ, v.3, .p.103-118; 145-160, ago.-out.1853.

a introdução da quina, do mercúrio e do iodo na medicina. Nestes casos, achava que os seus autores deveriam ser indenizados pelo governo e os remédios terem sua composição revelada publicamente, para que todos fossem beneficiados. Ressaltava, no entanto, que nem todas as invenções apresentadas teriam este caráter de utilidade pública e que entre os seus autores haviam os “amigos da ciência” e os “interesseiros”. Ficava difícil então definir quais as descobertas que mereciam ser recompensadas.

Para isso, propunha a formação de um tribunal formado por poucos “homens respeitáveis designados por suas funções” que seriam o Deão da Faculdade de Medicina, o diretor da Escola de Farmácia, os professores de química, de farmácia e de história natural das duas escolas, e o professor de terapêutica; o presidente e secretário da Academia de Medicina, e um médico e farmacêutico práticos. Além destes, o parecer da Sociedade Farmacêutica de Paris sugeria a participação do diretor da Farmácia Central dos Hospitais. Para evitar o caos que estava sendo vivenciado, propunha também que fossem adotadas algumas normas: publicação das receitas dos medicamentos autorizados; permissão de venda só aos farmacêuticos sob a prescrição do médico; autorização pessoal concedida por tempo limitado; fixação de um preço máximo pelo qual o medicamento poderia ser vendido; proibição de anúncio divulgando propriedades medicinais, e novo exame para todos os remédios até então autorizados.

Através de citações de médicos reconhecidos no passado, denunciava os médicos que receitavam estes remédios, sem conhecer sua composição. Por outro lado, através de citação colhida na Sociedade Real de Medicina de 1790, reconhecia que o mistério, o oculto incentivava a credulidade pública. As propagandas com a divulgação das propriedades desses remédios eram vistas também como incentivadoras do consumo desapropriado pela população que ficava auto-sugestionada pelos seus textos. O seu discurso assumia um tom de denúncia ao discriminar alguns dos medicamentos secretos autorizados para venda na França de 1852. Traçando os seus históricos, chegando a completarem quase um século em alguns casos, como o do Rob anti-sifilítico de Lafacteur, através de várias avaliações, provava a insignificância destes como novidade ou

até mesmo a nocividade, como os biscoitos de Olivier, que tinham sublimado corrosivo (mercúrio) em sua composição, sendo uma imitação dos bolinhos tônicos mercuriais de Bru, cirurgião-mor da marinha, publicados em Paris de 1788, por ordem do governo. O Rob anti-sifilítico por sua vez, teria sido autorizado inicialmente pela Sociedade de Medicina em 1780 como sendo apropriado para curar varíola. Esta autorização não era definitiva e em 1850, o procurador da República declarara que havia apenas tolerância no seu uso. Além disso, Soubeiran afirmava que o Rob era o mesmo xarope de salsaparrilha composto do Codex de 1818 e, que chegou a ter em sua composição mercúrio, embora fosse anunciado como um medicamento vegetal. Observava ainda que, muitos desses remédios eram exportados, constituindo umas das fontes da riqueza nacional.

A cidade do Rio de Janeiro e de Lisboa eram um dos mercados para estes produtos, como podemos observar pelo anúncio abaixo (“Anúncios de Paris”. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, 1870, p.696-697):

ROB DE LAFFECTEUR

UNICO AUTORISADO PELO GOVERNO

APPROVADO PELA ACADEMIA

Rua Richer, 12, Paris.

Depois de longa experiencia, sempre coroada de bom exito, é util chamar á attenção publica sobre o **Rob de Laffecteur**, uma das mais felizes descobertas de que se póde honrar a medicina. Appellamos para essa multidão de doentes, curados radicalmente, para os homens da arte, a quem muitas curas admiraveis, operadas por este remedio ante seus olhos, aconselhárão um modo de tratamento mais certo e menos perigoso. Taes suffragios não podem ser suspeitos; fallão por si mesmos com eloquencia, e hão de por certo abafar os esforços da malevolencia, e conservar a este remedio a confiança e aceitação de que elle goza em todas as partes do mundo.

Preparado com o maior cuidado, o **Rob de Laffecteur** é muito superior a todos os xaropes depurativos, ditos de Larrey, de Cuisinier, de salsaparrilha, saponaria, etc. Suppre o oleo do figado de bacalhão, o xarope antiscorbutico, as essencias de salsaparrilha, bem como todas as preparações que têm por base o iodo, o ouro, etc. De facil digestão, agradável ao paladar e ao olfacto, este Rob é receitado pelos medicos de todos os paizes para a cura das

Empigens,
Tumores,

Ulceras,
Sarnas degeneradas,

Escrofulas,
Escorbuto.

Como todas essas affecções são provenientes de uma causa interna, nenhuma razão ha em julgar que ellas podem ser combatidas por medicamentos externos.

Tambem se costuma prescrever o Rob de Laffecteur para o tratamento das affecções dos systemas nervoso e fibroso, taes como

A Gota,

Rheumatismo,

Hypocondria.

Ao passo que purifica os humores, o Rob regenera o sangue e harmonisa

as funcções vitaes. Por isso pôde ser experimentado o empregado, e muitas vezes com bom exito, em muitas outras molestias, para as quaes elle não está indicado especialmente, como :

Catarrhos da bexiga,	Hydropisia,
Chloroso (pallidas côres),	Aréas na bexiga,
Tumores brancos,	Colicás periodicas,
Asthma nervosa,	Gastro-enterite.

Para obter a cura das molestias chronicas, que já têm resistido a muitos outros tratamentos, será mister submeter-se ao uso do Rob na primavera e no outono por tres ou quatro annos consecutivos. Recomendamos particularmente ás senhoras que entrão na idade critica empreguem o Rob por espaço de quinze a dezoito mezes, consecutivamente, e em pequenas doses, afim de prevenirem os accidentes que tão frequentemente atacaõ esta perigosa época da vida.

O Rob de Laffecteur é sobretudo da maior utilidade para curar radicalmente, e em pouco tempo, as flôres brancas acrimoniosas, os corrimentos contagiosos, recentes ou antigos, que tão violentamente contrarião os jovens, e contra os quaes empregão sem reflexão a copaiba, as cubebas e as mais energicas injecções.

O Rob de Laffecteur foi approvado pela antiga Sociedade Real de Medicina, por um Decreto do anno 13°, e introduzido na Marinha Franceza em 1778 e 1793; em 1850 foi approvado na Belgica pelo Ministro da Guerra, e adoptado no serviço sanitario do exercito belga, e ultimamente foi autorisado em toda a Russia.

Como anti-syphilitico, foi este Rob admittido nos Hospitales da Marinha Franceza desde 1788.

Este Rob cura sobretudo as affecções syphiliticas, quer sejam primitivas, secundarias, ou terciarias. Algumas vezes esta ultima especie sobrevem vinte annos depois dos primeiros symptomas que se julgavão curados.

Mandar-se-ha *gratis*, ás pessoas que o pedirem, o prospecto do tratamento.

DEPOSITOS

Nomes dos principaes pharmaceuticos que vendem
o verdadeiro Rob de Laffecteur:

Em Lisboa: Os Srs. Antonio Feliciano Alves de Azevedo, Barral, V. Barreto, L. J. de Souza Pereira.

No Porto: Os Srs. Narciso Pereira Duarte, Antonio Joaquim de Aruajo, Manoel José de Souza.

Macão: Thomaz José de Freitas.

Em Madrid: Calderon, Simon e Borel.

Na Bahia: Lima Irmãos & C.

Em Pernambuco: Maurer & C.

No Rio de Janeiro: Em casa do Sr. Custodio de Souza Pinto, droguista, r. de S. Pedro, 24, agente geral para todo o Imperio do Brasil.

No final do seu discurso, Soubeiran informava sobre o encaminhamento das propostas de aprimorar a avaliação dos ditos remédios secretos, à Escola de Farmácia ao Ministro e à Comissão de Higiene. No entanto, não se mostrava confiante no atendimento àquelas reivindicações pelo governo. O charlatanismo era visto então, como um mal invencível pelos interesses da moralidade e da saúde pública.

A desesperança de Soubeiran era também sentida pelo redator da revista brasileira, o farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina do Rio, Manoel Hilário Pires Ferrão. Observava que a situação aqui não era melhor, ressaltando que o autor aqui “teria de mais carregar no pincel e escurecer as tintas para fielmente retratar o miserando e perigoso estado dessas mesmas coisas no Brasil”. Já o farmacêutico da revista portuguesa considerava que em matéria de charlatanismo embora fosse mal, a nação portuguesa não era das piores.

Em meados da década de 1850 os tempos eram outros para aqueles farmacêuticos que haviam criado sua primeira associação na capital do Império brasileiro. Depois de terem depositado suas esperanças na Junta de Higiene Pública, órgão criado pelo governo imperial em 1850, tinham se decepcionado. Para termos noção da dimensão desta decepção convém voltarmos ao ano de 1852, quando o presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira discursara na sua primeira sessão aniversária²³².

O boticário da Fisicatura Ezequiel considerava no seu discurso que a farmácia antes da criação da associação, “era uma ciência praticada sem método, sem sistema e sem ordem”. A organização do conhecimento, através do estabelecimento de regras a seu exercício, à sua arte, seria orientado pelo regulamento da Junta de Higiene Pública, aprovado pelo decreto nº828, de 29 de setembro de 1851. Entendido como “tribunal novo, puro de corrupção e virgem ainda de abusos”, este órgão do governo imperial teria por fim concretizar parte dos objetivos da Sociedade Farmacêutica Brasileira, ou seja, o de promover a reforma da farmácia e combater os abusos praticados no seu exercício,

²³² *Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano1, n.9, v.1, p.137-142, mar. 1852.

considerados como práticas de charlatões. Na realidade, como o próprio Ezequiel admitia em seu discurso, nada ainda havia sido feito neste sentido a não ser a publicação de seu regulamento, o qual estabelecia as regras e normas a serem executadas, fiscalizadas e obedecidas. Mas, aquela associação vinha acompanhando as iniciativas do governo imperial, nas quais depositavam suas esperanças e expectativas para alcançar os seus objetivos, confiando nos médicos diretores da Junta, que estariam voltados para o “bem público” e que não seriam influenciados pelo patronato, identificado com os “protetores dos maravilhosos específicos secretos” e com os que “mercadejam com a saúde e vida do cidadão”. Naquele ano de 1852, inclusive, Ezequiel, como presidente da Sociedade havia sido convocado pela Junta a participar da elaboração da tabela de medicamentos e da definição do conjunto de vasilhames, instrumentos, utensílios e livros, que deveriam ter numa botica, como condição para a sua abertura e funcionamento²³³. Esta convocação do presidente da associação para tal tarefa, era vista como prova de que “a classe médica e farmacêutica, separadas pela forma de seu exercício, são irmãs gêmeas, filhas da ciência da vida” (p.139).

A proximidade entre farmacêuticos e médicos aqui ultrapassava a composição das associações, estando presente também nas articulações que se faziam entre elas e órgãos do governo imperial. Ezequiel agora, era chamado a participar das decisões de autoridades sanitárias, como presidente de uma associação própria dos farmacêuticos. Havia uma diferença, com relação aos tempos da epidemia da febre amarela de 1849-1850, quando a botica de sua propriedade foi designada para fornecimento gratuito de medicamentos. Para aqueles farmacêuticos, portanto, algumas das finalidades da Sociedade Farmacêutica, transcritas nos seus estatutos, tais como: a regularização das fórmulas dos medicamentos mais usados por meio de uma farmacopéia ou código farmacêutico nacional, e as medidas relativas às leis de polícia médica, compreendendo o exercício da farmácia e da medicina, seriam alcançadas a partir do cumprimento do regulamento da Junta Central de Higiene Pública de 1851, que contava para isso com a participação do presidente da Sociedade. Este

²³³ Estas medidas estavam previstas no art. 57 do Regulamento da Junta Central de Higiene Pública, aprovado pelo decreto nº 828, de 29/09/1851 (*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1851*).

regulamento estabelecia condições para que os remédios de fórmulas desconhecidas pudessem ser vendidos e anunciados por meio de jornais ou cartazes, devendo ser submetidos para isso à autorização da própria Junta Central de Higiene Pública e do Governo²³⁴.

No entanto, o método, sistema e ordem inscritos em forma de lei rapidamente mostrar-se-iam inviáveis, decepcionando aqueles farmacêuticos que diriam alguns anos mais tarde: “Lei! Palavra vã no vocabulário brasileiro...”²³⁵. O patronato, “essa mola poderosa que no Brasil tanta influência tem tido contra tudo que tem por fim o bem público”, como definira Ezequiel em seu discurso, parecia ter vencido. Essas e muitas outras posturas de representantes dos órgãos governamentais os decepcionariam, gerando tensões entre eles e as autoridades sanitárias, entre eles próprios, entre eles e os médicos, com relação a melhor forma de procedimento frente aos que ameaçavam as suas intenções de se institucionalizarem ou de garantirem o monopólio de suas artes e ciências na prática cotidiana.

²³⁴Ver principalmente artigos n.71 a 76 (Decreto n°828, de 29/09/1851 In: *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1851*).

²³⁵Esta declaração fazia referência à denúncia da concessão de um título de farmacêutico à pessoa não habilitada na província do Paraná pelo ministro do Império, embora houvesse duas boticas dirigidas por farmacêuticos devidamente habilitados na cidade (*A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, n.2, p.32, ago.1862)

3.1 JUNTA CENTRAL DE HIGIENE PÚBLICA e ASSOCIAÇÕES: DIÁLOGOS E TENSÕES

Se há exames nas lojas e armazéns dos gêneros alimentícios ou medicamentosos, sendo punidos aqueles que os possuem ou vendem deteriorados, como é que senão condenam àqueles, cujo corpo de delito está patente e confesso em seu próprio anúncio. Como se consente a venda de um medicamento podre e vendido por um mercador de ferros velhos?²³⁶

Assim comentava o redator da revista, Ernesto Frederico dos Santos, um dos filhos do presidente Ezequiel, a respeito de anúncio publicado no *Correio Mercantil* de um belchior estabelecido à Praça da Constituição e que vendia “salsaparrilha com pequeno pique, porém conservando suas qualidades...” Ernesto referia-se à infinidade de anúncios de remédios maravilhosos nos diários da Corte, denunciando as infrações cometidas com base no regulamento de 1851 da Junta Central de Higiene Pública. Entre estes, o de um médico clínico que anunciava no *Diário do Rio de Janeiro* “marmelada sífilítica”, cuja receita herdara de seu finado avô. O fato do clínico manipular a marmelada e vendê-la em seu consultório, estaria infringindo o art.39 do referido regulamento. Sugeria então, que ele publicasse a fórmula do medicamento ou a apresentasse à Academia Imperial de Medicina ou à Junta Central de Higiene Pública. Comentava se fosse um farmacêutico anunciando consultas em sua oficina ou mesmo se as desse sem anunciar, era severamente punido. Da mesma forma, achava que os médicos também o deveriam ser. Perguntava então se os facultativos passassem a preparar medicamentos, “homeopatizando por esse lado a alopatia e os anunciassem à venda mais ou menos claramente, o que restaria ao farmacêutico?”²³⁷ Neste caso, comentava, nem se agarrassem ao seu padroeiro S. Miguel, teria jeito... Criticava também a importação de remédios como o “óleo de minhocas de Lisboa”:

será crível que haja em Lisboa quem se ocupe em frigar minhocas com óleo de azeitonas para mandar para o Brasil em troco de nossos metais

²³⁶ *Revista Pharmaceutica*, RJ, ano5, n.3, p.56, set. 1855.

²³⁷ *Revista Pharmaceutica*, RJ, ano 5, n.3, p.84, set. 1855.

preciosos a boa fé inexaurível? Pobre país, pobre terra, onde nem se quer as minhocas prestam entretanto que se paga o óleo das do Reino a 2\$000 o frasquinho²³⁸.

Como redator, assinalava o compromisso de tornar pública as falsificações de produtos químicos, farmacêuticos e alimentícios, informando como reconhecê-los e evitá-los, e apontando à Junta estes tipos de delitos.

A falta de fiscalização ao exercício da farmácia era uma constante reclamação das associações farmacêuticas, gerando tensões com os órgãos representativos do governo imperial como a Junta Central de Higiene Pública que em algumas situações tomariam a forma de diálogos, não deixando de haver questionamentos a várias medidas tomadas por esta instituição.

A Junta Central de Higiene Pública, entre os anos de 1850 e 1880, teve duas gestões, a dos doutores em medicina, Francisco Paula Cândido (1850-1864) e a de José Pereira Rego (1864-1881). Ambos acumularam os cargos de presidente da Junta e da Academia Imperial de Medicina, mas houve distinções entre uma gestão e outra, e entre os seus perfis. Paula Cândido (1805-1864) diplomou-se doutor em medicina pela Faculdade de Medicina de Paris em 1832, com a tese “Algumas considerações sobre a atmosfera”. Lecionou física médica na Faculdade de Medicina do Rio entre 1833 e 1863; deputado em várias legislaturas, foi Conselheiro do Imperador, além de ter ganhado os títulos de comendador da Ordem da Rosa e cavaleiro de Cristo. O seu nome constava como membro honorário da Sociedade Farmacêutica Brasileira.

Já José Pereira Rego (1816-1892), diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1838 com a tese “Dissertação sobre os fenômenos obtidos por diversos métodos de exploração do coração e aplicação dos mesmos fenômenos ao diagnóstico de algumas afecções do mesmo órgão, mais freqüentes”. Desde a década de 1850, destacou-se como autor de estudos sobre a epidemia de febre amarela e depois da cólera²³⁹. Posteriormente, além da presidência da Academia e da Junta, ocupou outros cargos chaves na área

²³⁸ *Revista Pharmaceutica*, RJ, ano 5, n.3, p.82, set. 1855.

²³⁹ Ver obras de sua autoria: Rego, 1851, 1872, 1873.

sanitária. De acordo com legislação de 1857²⁴⁰, a partir de 1865 passou a acumular a presidência da Junta com o posto de Inspetor de Saúde do Porto do Rio de Janeiro; em 1873, foi inspetor do Instituto Vacínico do Império; entre 1883 e 1884, ocupou o posto de diretor do serviço sanitário do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia, onde trabalhou também dando consultas. Além destes cargos, exerceu a medicina em casas de saúde particulares na cidade carioca. Pertenceu a várias associações, entre as quais a Sociedade Farmacêutica Brasileira, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade Amante da Instrução. Em 23 de setembro de 1874, recebeu o título de Barão de Lavradio.

Paula Cândido em sua gestão, defendia como objetivos prioritários da instituição o desenvolvimento de estudos sobre as causas da insalubridade pública e a apresentação de medidas higiênicas convenientes no intuito de garantir “a saúde e vigor do corpo, e a conseqüente elevação da moral”. Considerava que estas tarefas por si só exigiam “ciência, dedicação e insano trabalho”. As incumbências de inspeção, ou seja, de polícia médica, eram vistas como uma sobrecarga para a Junta, prejudicando a concretização daqueles objetivos principais. Entendia que as ações relacionadas à polícia médica deveriam ser atribuições da justiça territorial, que cobria todo o Império. Considerava impossível que as comissões de higiene nas capitais providenciassem acerca de uma infinidade de ocorrências de polícia médica que se apresentavam pelo interior do Império. A polícia médica acabava ficando restrita às capitais, onde os recursos eram mais abundantes no que se referia à farmácia, às drogarias e ao pessoal habilitado para o exercício da medicina.

A administração de José Pereira Rego além de dar atenção às medidas higiênicas mencionadas anteriormente neste estudo, daria uma atenção especial à fiscalização do exercício da farmácia e suas implicações, incluindo o comércio de drogas. Rego durante sua gestão reconhecia a necessidade de reformar o regulamento de 1851 da Junta, para que esta pudesse alcançar os seus objetivos que ficavam dificultados pela impotência dos meios que lhes eram concedidos, e pela dependência de outras autoridades para a execução daquele regulamento.

²⁴⁰ Art.8º do decreto 2052, de 12/12/1857.

Além do que, aquelas autoridades muitas vezes também não dispunham dos meios necessários para transformar em ato os reclamos da Junta. Em 1863, estando Paula Cândido na Europa, Rego assumia interinamente a presidência da Junta, e voltava a consultar as associações farmacêuticas a respeito da atualização da tabela de medicamentos, aprovada pelo Aviso do Ministério do Império de 07/10/1852. Mas, vejamos como se passou o caso da participação daqueles farmacêuticos na elaboração da tabela de medicamentos nas duas gestões.

No ano de 1853 encontramos registros das discordâncias e descontentamentos com o resultado final da tabela de medicamentos, para a qual o presidente da Sociedade havia sido convidado a colaborar. O presidente Ezequiel Corrêa dos Santos comentava sobre as incoerências da referida tabela emitida pela Junta Central e aprovada pelo Ministério do Império com relação à dispensa ou não de alguns medicamentos²⁴¹:

A Sociedade Farmacêutica Brasileira, como corpo científico, não devia deixar passar despercebido semelhante escândalo para a ciência em geral, e para a classe farmacêutica brasileira em particular, para que se alguma vez chegasse essa tabela à mão de algum estrangeiro, ele por ela não avaliasse o adiantamento da farmácia no Brasil, porque então o seu juízo seria todo em desvantagem nossa²⁴².

Ezequiel e outros sócios reclamavam que a tabela sugerida pela Sociedade não teria sido a publicada pela Junta. Já outros como José Pereira Rego, sócio contribuinte da mesma associação, que nesta época já se destacava como membro atuante da Academia Imperial de Medicina e da Junta, defendeu a forma de apresentação na tabela: tinturas, extratos e princípios imediatos de certos vegetais e dispensa do vegetal mesmo. Para Ezequiel, a tabela teria dois fins principais, de acordo com o secretário que registrou as discussões realizadas durante sessão literária:

²⁴¹ Ver em anexo a tabela de medicamentos, que foi publicada na *Revista Pharmaceutica: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p.71-72, nov.1852; n.6, p.85-88, dez.1852; n.7, p.102-103, jan.1853; n.8, p.121-124, fev.1853.

²⁴² *Revista Pharmaceutica*, RJ, v.2, n.8, p.112-113, fev. 1853.

1° Obrigar aos farmacêuticos a não ter só frascos vazios em suas oficinas, como se nota em certas botiquinhas;

2° - que o público seja servido prontamente, e procurou mostrar que a tabela não preenche nenhum desses fins, e que a ciência sofre com sua publicação e aprovação legal, porque então com a facilidade de com poucos fundos se poder estabelecer uma botica continuar-se-ão a observar os mesmos abusos que até aqui se notavam nesse gênero²⁴³.

Estabeleceu-se assim, uma polêmica entre Ezequiel e Pereira Rego. Para o primeiro, não se deveria proceder a dispensa de algumas substâncias vegetais da tabela “porque era ainda ponto controverso na ciência se esses preparados devem ser feitos com as substâncias secas ou à fresco”(p.115). Pereira Rego respondendo a Ezequiel, dizia que o fato de assumir a defesa da Tabela não o colocava em falsa posição, negando que houvesse incoerências no seu conteúdo:

É hoje incontestável na ciência e que diferentes autores são concordes em que os preparados de substâncias vegetais devem em muitos casos ser feitos com as substâncias sempre secas, e que em outros com as substâncias sempre à fresco, e que conforme esse princípio, e a ser a substância indígena ou exótica, é que tinha feito a Junta em muitos casos dispensar a substância e exigir seus preparados (p.115).

Ezequiel propôs que Pereira Rego como membro da Sociedade pedisse a modificação da tabela ou que a Sociedade oficiasse à Junta. Foi encaminhado então Ofício do Presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira convidando o Presidente da Junta Central de Higiene Pública, Francisco de Paula Cândido, e os seus membros, a assistirem a discussão da tabela de medicamentos, a ser realizada na sala de sessões da Academia Imperial de Medicina.

O Presidente da Junta Central de Higiene Pública em resposta ao ofício que lhe dirigiu a Sociedade Farmacêutica Brasileira, expôs os motivos por ter dispensado várias substâncias da tabela de medicamentos:

1° - Dispensando na tabela dos medicamentos, organizada por esta Sociedade, muitas substâncias que nela se achavam incluídas, a Junta entendeu não dever exigir senão aquelas, cuja falta em qualquer botica poderia em circunstâncias urgentes comprometer a vida dos doentes, pela morosidade dos socorros; ou aquelas que, embora de muito menor importância terapêutica, são cotidianamente procuradas, ou por seu baixo preço, ou pelo seu constante

²⁴³ Idem, p.115.

emprego nas enfermidades e incômodos passageiros que não demandam os cuidados de um médico, ou finalmente pelo antigo e inveterado costume que os tem tornado de uso popular.

2º Não exigindo a Junta como indispensáveis algumas substâncias de alto preço no comércio, e de não urgente necessidade na prática vulgar da medicina, quis ela facilitar à mocidade saída das escolas o estabelecimento das oficinas farmacêuticas, e prevenir desta arte uma espécie de monopólio que seria feito pelos indivíduos mais favorecidos da fortuna, e dispondo de mais avultados fundos; o que redundaria em detrimento da profissão de farmácia e do mesmo público, que deve ganhar com a multiplicação das boticas.

(...) porém que esta dispensa não tolha aos farmacêuticos o sortirem suas boticas o mais completamente que se possa desejar, e o prepararem em suas oficinas os medicamentos dispensados na tabela, e dos quais muitos até agora nos tem sido fornecidos pelos países estrangeiros; não devia a Junta exigir que todas as boticas tivessem tais medicamentos pela simples razão de poderem eles ser preparados pelos farmacêuticos nacionais. Por estas razões, pois, entende a Junta não dever por ora reformar a tabela que foi publicada²⁴⁴.

Percebe-se aqui que o que vai prevalecer no discurso de Paula Cândido como representante de um órgão do governo imperial, é a lógica do mercado que importa – da importação da maioria das mercadorias, inclusive, de medicamentos. A proposta dos farmacêuticos de conquistarem o monopólio profissional passava por essas questões comerciais, estando interessados em substituir essas importações por preparados de fabricação nacional, garantindo um mercado interno, local de medicamentos. Nas páginas da *Revista Pharmaceutica*, o seu redator, o médico Francisco de Oliveira Araújo publicava em partes, uma versão “Da dissertação inaugural sobre os medicamentos brasileiros que podem substituir os exóticos na prática da medicina no Brasil, pelo Dr. Domingos Ribeiro de Guimarães Peixoto”²⁴⁵. Não lhes interessava a multiplicação de boticas. A crítica que faziam à comercialização da saúde poderia ser vista aqui mais como retórica, pois na prática o que eles estavam pleiteando seria a obtenção do monopólio do comércio de medicamentos por este grupo, tirando do mercado os medicamentos estrangeiros. A argumentação era fundamentada nas leis do comércio mas, os fins eram científicos? Ou podemos entrever aí ideais românticos de nação, de constituição de uma farmácia brasileira?

²⁴⁴ Idem, p.151-152.

²⁴⁵ Guimarães Peixoto baseava-se nos estudos dos viajantes naturalistas Auguste Saint-Hilaire, Von Martius, Humboldt entre outros, acenando para as muitas espécies medicinais locais que poderiam ser comercializadas internamente e exportadas para a Europa, como as quinas verdadeiras, a sinaruba versicolor, a orelha de onça, que foram identificadas por Saint-Hilaire na província mineira e de Goiás. Chamava a atenção também para a conveniência de aclimatar aqui no Brasil algumas plantas medicinais originárias de outros lugares. *Revista Pharmaceutica*, RJ, n.3, p.41-44, set.1852; n.1, p.9-12, jul.1852.

Sob o ponto de vista do órgão do governo imperial, um dos critérios que prevaleceu para selecionar a tabela de medicamentos que deveria conter uma botica seria o do consumo popular ou crença popular em determinados remédios, mesmo que aqueles tivessem pouca “importância terapêutica”. O emprego deste tipo de remédios era aconselhado quando não havia necessidade de cuidados médicos. Ficava sugerida assim, a auto medicação, o que contrariava as aspirações daquela elite de farmacêuticos e médicos. É interessante observar que entre os medicamentos obrigatórios, encontrava-se o Rob de Laffecteur, criticado por Soubeiran em seu discurso (ver tabela em anexo).

Essas discussões em torno da tabela de medicamentos viriam à tona novamente, quando Pereira Rego assumiu o posto de presidente interino da Junta. Nesta ocasião, em 01/08/1863 consultou a Sociedade e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro²⁴⁶ a respeito da atualização da tabela por considerá-la defasada no que dizia respeito aos conhecimentos farmacológicos e aos sistemas terapêuticos. O regulamento da Junta de 1851, a seu ver, não estaria mais de acordo com o “estado atual da ciência e do comércio”. Além da questão da tabela, Rego consultava as associações a respeito dos droguistas, vistos como uma profissão que era praticada desordenadamente na Corte. Citava o art. 67 do regulamento citado, o qual os proibia de venderem medicamentos compostos chamados officinais.

A dubiedade do texto jurídico aqui se revelava. O texto do referido artigo estava inserido no capítulo VII do regulamento (“Da venda dos medicamentos e de quaisquer substâncias medicinais”) e dizia:

Os medicamentos compostos, ou de qualquer denominação que sejam, ou qualquer outros ativos, não poderão ser vendidos senão por pessoa legalmente autorizada. Os droguistas não poderão vender drogas ou medicamentos por peso medicinal, nem poderão vender os medicamentos compostos chamados officinais²⁴⁷

²⁴⁶ *A Abelha: revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, n.16, out.1863. Embora tenha havido a proposta do presidente Ezequiel de apresentar uma resposta conjunta da Sociedade com o Instituto Farmacêutico, isto parece não ter se concretizado, pois no final dos ofícios encaminhados à Junta, só havia as assinaturas dos dirigentes da Sociedade: Ezequiel C. dos Santos (pres.), Antônio José Teixeira Dantas (1º secretário) e Ernesto Frederico dos Santos (2º sec.). Não foi localizada nenhuma outra publicação que contivesse a resposta do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. Nestes anos, quando a associação ainda não possuía um periódico próprio, o seu presidente Janvrot tinha uma presença significativa no periódico da Academia Imperial de Medicina – *Annaes Brasilienses de Medicina*, mas aqui também nada foi encontrado.

²⁴⁷ Decreto n.828, de 29 de setembro de 1851. (In: *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1851*).

O ofício de Pereira Rego dirigido à Sociedade referia-se à dificuldade de se estabelecer a divisão entre drogas e preparações officinais. Considerava que seria inconveniente para o comércio e para o interesse das próprias boticas (interesses visto apenas como comerciais) que fosse absolutamente vedado aos droguistas vender certas preparações officinais que ficavam por um preço mais baixo e chegavam mais bem preparadas, sendo importadas do estrangeiro. Afirmava que para se resolver estas questões era preciso esclarecer o que seria um droguista, quais os conhecimentos que deveria possuir, e as condições para tal título,

afim de não se ver hoje ferragistas, negociantes de fazendas, etc.. com patente de droguista; quando em tempos em que a ciência se achava muito menos adiantada entre nós, mas nas quais se respeitava mais as leis da polícia médica, se não viam tais abusos²⁴⁸.

Além disso, considerou necessário definir quais as substâncias compostas – officinais que os droguistas não deveriam vender, levando-se tudo ao conhecimento do governo imperial.

Com relação à tabela, a Sociedade respondeu à Junta, dizendo não ser possível organizar uma tabela que abrangesse todas as substâncias usadas na terapêutica e todos os sistemas terapêuticos adotados, e que amanhã talvez precisasse ser reformulada. Reconheceu, entretanto, que alguma coisa era preciso ser feita, principalmente nos lugares distantes dos centros comerciais. Propunha, então, a organizar uma tabela de medicamentos indispensáveis que deveria ter uma botica e por cuja falta o infrator deveria ser punido. Enfatizou, assim, que as boticas deveriam ter os medicamentos de primeira necessidade, que são diariamente solicitados pelo povo, garantindo o interesse comercial do farmacêutico. Foi apresentada então, uma tabela mais simplificada do que a anterior, no sentido de ser menos extensa, sendo acrescentados outros medicamentos como a santonina (princípio ativo da artemísia judaica) e retirados outros como os franceses Rob de Laffecteur, as pastas peitorais de Regnaud e de Naffé da Arábia (ver tabelas em anexo).

²⁴⁸ *A Abelha: revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, n.16, p.241, out.1863

No mesmo ano da aprovação daquela primeira tabela de medicamentos (1852) Francisco de Oliveira de Araújo, publicava artigo lançando suas críticas aos peitorais de Naffé de Arábia, remédio feito pelo francês Dr. Delangrenier de Paris com fruto originário da Síria. Embora as preparações de Naffé fossem reconhecidas em toda Europa por notáveis como os professores Broussais e Pinel, sendo utilizadas nas afecções flogísticas do peito e do estômago, Oliveira de Araújo observava que nenhuma vantagem tinha sido colhida na prática médica no Brasil. Informava que aqui haveria medicamentos que teriam o mesmo efeito como o xarope de goma, por um preço mais reduzido²⁴⁹.

Em 1863 a Sociedade Farmacêutica aproveitava a solicitação da Junta, para sugerir que se propusesse ao governo imperial a nomeação de um farmacêutico para os quadros da Junta com fins de intervir em questões puramente farmacêuticas, como exame e visitas a boticas, como foi reconhecido no passado por aquele mesmo órgão. Mas, pelo que podemos observar, esta última reivindicação atravessaria o século XIX. Em 1882, o novo presidente do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, Eugênio Marques de Hollanda, em sessão de sua posse, lamentava o estado de depreciação que se achava a instituição farmacêutica brasileira. Citava a reforma da Junta aprovada pelo decreto nº8387, de 19/01/1882, na gestão de Antonio Corrêa de Souza Costa, que havia criado os cargos de farmacêuticos auxiliares preenchidos por Francisco Maria de Mello e Oliveira, vice-presidente do mesmo Instituto e José Pereira Lopes, delegado do Instituto, no Piauí. No entanto, estes não teriam o direito de participar das discussões sobre o exercício da medicina e da farmácia e de assuntos higiênicos²⁵⁰.

Com relação às questões sobre os droguistas e venda de medicamentos, a Sociedade em 1863 discordava da Junta no que dizia respeito aos medicamentos compostos importados serem mais bem preparados do que os daqui, observando:

a preferência sempre dada aos gêneros estrangeiros, mesmo em igualdades de circunstâncias, tirando a força moral dos produtos nacionais, enfraquecendo-lhes o brio e o patriotismo e roubando-lhes a emulação faz com

²⁴⁹ *Revista Pharmaceutica*, RJ, n.1, p.8, jul.1852.

²⁵⁰ Discurso inaugural da atual diretoria do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, lido pelo seu presidente, farmacêutico Eugênio Marques de Hollanda, na sessão de posse em 17 de agosto de 1882. *Tribuna Pharmaceutica*, Rio de Janeiro, série 5ª, n.5, nov.1882, p.66-69.

que o desânimo se apodere deles e feneça ou não se desenvolva a indústria no país²⁵¹.

O assunto da produção local de medicamentos voltava à tona, mantendo-se as discordâncias entre a Sociedade e aquele órgão do governo imperial – a Junta Central de Higiene Pública.

Para a Sociedade, os droguistas poderiam vender os medicamentos officinais (os que constavam das farmacopéias), mas não prepará-los. Afirmava que para preparar os medicamentos era preciso ter conhecimento teórico que os nossos droguistas não tinham. Acrescentava ainda, que esses medicamentos officinais que poderiam ser vendidos pelos droguistas deveriam ter como garantia de propagação o nome de um farmacêutico legal, reconhecido pelas escolas do país. Definiram droguistas, basendo-se na obra do francês Cadet de Gassicourt²⁵² pela qual era tido como o que vendia drogas por atacado referentes aos 3 reinos da natureza (mineral, vegetal, animal). Os droguistas deveriam contentar-se, assim, em vender as matérias-primas sem envolver-se no domínio dos farmacêuticos. Por outro lado, considerava-se que o droguista não deveria ser um “simples mercador”, mas que era preciso que lhe fossem familiares a matéria médica e história natural. Leia-se, os farmacêuticos podiam entrar no domínio dos droguistas.

A Sociedade era ainda da opinião de que fosse absolutamente proibida a venda de drogas e medicamentos de qualquer natureza pelos ferragistas, livreiros, vendedores ou negociantes de fazendas e nos lugares onde houvesse farmacêuticos e droguistas estabelecidos e legalmente habilitados.

A partir destas questões, nota-se que as propostas desses farmacêuticos voltavam-se para a delimitação dos seus campos de atuação que englobava agora os droguistas, sugerindo a eliminação de outros elementos relacionados acima, do comércio de medicamentos. Isto tornava-se compreensível, pois muitos deles mesmos, farmacêuticos, abarcariam o ramo das drogas reunindo a farmácia e drogaria no mesmo estabelecimento. Os anúncios publicados na *Revista de Notabilidades Profissionais, Comerciaes e Industriaes do Rio de Janeiro do Almanak Laemmert* são ilustrativos neste sentido. Os farmacêuticos Eduardo Julio

²⁵¹ Idem, p.250.

²⁵² *Formulaire et Memorial Pharmaceutique*. Paris, 1833.

Janvrot (1864), Theodoro Peckolt (1873) nos anúncios de seus estabelecimentos informavam que preparavam produtos químico-farmacêuticos, sendo alguns feitos com plantas brasileiras, além de venderem drogas importadas. Em 1870, Ernesto Frederico dos Santos que herdara a farmácia do pai Ezequiel, anunciava o estabelecimento que também fabricava produtos químicos farmacêuticos e era alugado pela Faculdade de Medicina para ministrar aulas de farmácia prática. Já os droguistas Vieira Lima (1882) davam a autoria dos farmacêuticos a alguns dos preparados que vendiam, como os preparados de Eugênio Marques de Holanda que destacava-se com seu Laboratório da Flora Brasileira (1882). Francisco Maria de Mello Oliveira em sociedade com Salvador de Almeida (1882) também anunciavam-se como farmacêuticos fabricantes de produtos químico farmacêuticos. Todos estes farmacêuticos pertenciam ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (ver páginas a seguir).



RUA DA QUITANDA N. 41 RUA DA QUITANDA N. 41

DROGARIA

E

IMPERIAL LABORATORIO DE PRODUCTOS CHIMICOS E PHARMACEUTICOS

Eduardo Julio Janvrot, phamaceutico pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, cavalleiro da Ordem de Christo, pharmaceutico honorario da Imperial Casa, membro titular da Imperial Academia de Medicina, fundador e membro benemerito do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, membro correspondente de diversas associações nacionaes e estrangeiras etc.; fundou no dia 20 de Abril de 1863 á rua da Quitanda n. 41, uma vasta drogaria junta a um bem montado laboratorio de productos chimicos e pharmaceuticos.

O proprietario deste novo estabelecimento, além dos productos chimico-pharmaceuticos, que diariamente prepara, recebe mensalmente de seus correspondentes da Europa novas drogas e productos applicados á medicina, ás artes e ás indústrias.

Neste estabelecimento encontrão-se ventosas de vidro e de crystal, vidros para boticas, algalias, anneis magneticos, irrigadores, panno crivado, limas para calos, boticas portateis, um variado sortimento de fundas e suspensorios elasticos, estojos cirurgicos, lancetas, machinas electricas, apparatus para aguas gazozas, perfumarias, aguas naturaes e artificiaes de Vichy, Seltz, sulphurosas e magnesianas etc., etc.

As encommendas feitas ao proprietario deste estabelecimento, serão com escrupulo, pontualidade e modicidade de preços enviadas ao seu destino, sem o mais pequeno incommodo das pessoas que o honrarem com sua confiança.

Incumbe-se de mandar vir da Europa qualquer encommenda por conta de particulares.

RUA DA QUITANDA N. 41
RIO DE JANEIRO.

DROGARIA E LABORATORIO DE PRODUCTOS QUIMICOS

DE

T. PECKOLT & C.**193 RUA DA QUITANDA 193**

DEFRENTE DO BECCO DE BRAGAÇA.

Têm sempre um completo sortimento de drogas, productos chimicos e pharmaceuticos que vendem a preços razoaveis tanto por atacado, como a varejo, tudo importado directamente da Europa e dos Estados-Unidos, para o que têm correspondencia directa com as principaes casas de Londres, Berlim, Hamburgo, Vienna, Paris, Lisboa, Genova, e Nova-York, encarregão-se de fornecer ás pessoas que quizerem honra-los com as suas encomendas pelos preços mais moderados possiveis.

Tudo o que sahir de sua casa é garantido de boa qualidade e só nella se encontra o unico deposito das preparações do Dr. Peckolt, que são conhecidas por Vermifugo brasileiro, sem tomarem Oleo de Ricino.

Pós de Deliarina, preparação de leite da gamelleira e verdadeiro especifico contra opilação.

Rob vegetal brasileiro, um dos melhores depurativos, preparado com as nossas plantas.

Xarope anti-rheumatico e anti-anthritico curando promptamente o rheumatismo.

Oleo electrico contra as affecções rheumaticas.

Kamalina, especifico contra a solitaria.

Peitoral de cuscuta, contra todas as affecções catarrhaes.

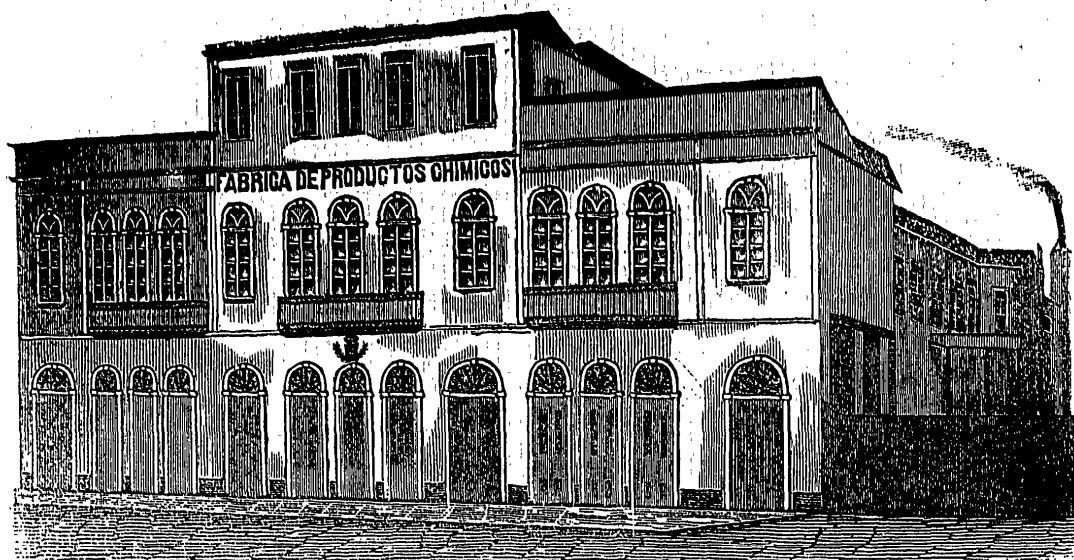
Olfatorio anti-catarrhal dando immediatamente allivio no defluxo, coqueluche e asthma.

Painkiller brasileiro, menos milagroso do que o Painkiller americano, porém mais excellente contra as dôres rheumaticas.

Purgante anti-hemorrhoidal, que é preferivel á limonada de citrato de magnesia e ainda melhor para tomar; e outras especialidades como: Pilulas brasileiras contra as impigens, Pilulas anti-morpheticas, Unguento anti-herpetico, sabão anti-morphetico, sabão cosmetico, Unguento anti-vulnerario contra as feridas as mais rebeldes, Hydrocotyle fluida, Ageniagina fluida, Extracto fluido de caroba, idem de salsaparrilha, idem de japecanga, etc.

Unico Deposito, Rua da Quitanda, 193

RIO DE JANEIRO.



PHARMACIA EZEQUIEL

O abaixo assignado participa a seus freguezes e amigos que transferio seu estabelecimento de productos chimicos e pharmaceuticos da rua do Ouvidor n. 51 para sua pharmacia e fabrica de productos chimicos da rua do Areal n. C, ficando assim debaixo de sua immediata administração o *unico estabelecimento* que actualmente possui.

O abaixo assignado participa-lhes mais que tem adoptado o titulo de — PHARMACIA EZEQUIEL — para o seu estabelecimento da rua do Areal n. C, porque muitos de seus amigos, conhecendo o estabelecimento desde o tempo de seu fallecido pai o pharmaceutico Ezequiel Corrêa dos Santos, desejão honrar com sua confiança a seu filho e unico successor.

A *Pharmacia Ezequiel*, de propriedade do abaixo assignado, está montada a capricho, á maneira dos melhores estabelecimentos deste genero na Europa; trabalha a vapor, e possui os melhores aparelhos para a preparação de pós impalpaveis de qualquer qualidade, extractos a vapor evaporados no vacuo, aguas mineraes gazosas, distillações de espiritos e preparações de todos os productos chimicos para medicina e artes e productos pharmaceuticos garantidos puros; além de tudo isto, desde 1861, serve o estabelecimento de escola pratica de pharmacia aos alumnos desse curso da de medicina da côrte.

Administrada exclusivamente por seu proprietario, que está sempre á testa dos trabalhos, promete tornar-se cedo o primeiro estabelecimento deste genero no Imperio, se continuar a merecer a confiança de seus freguezes, do publico e particularmente da classe medica, para o que elle não se poupa a fadigas, esforços e zelo.

ESPECIALIDADES PHARMACEUTICAS

DA PHARMACIA EZEQUIEL

O licor de lactato de ferro e magnesia, de sabor agradável, aspecto de licor de mesa, é uma das mais felizes preparações ferruginosas; convem muito sempre que se trata de compleição delicadas, como de senhoras e crianças.

As essencias depurativas, no dominio dos clinicos desde 1856, têm sido empregadas com os mais felizes resultados em todas as affecções de fundo syphilitico e com superioridade a quantas preparações identicas são importadas do estrangeiro, e preço muito mais razoavel.

O xarope de quina e ferro—superior ao de Guimault, reputado falso,—tem dado os melhores resultados na pratica medica de nossos clinicos.

As pilulas contra as sezões cortão os accessos e curão as febres intermittentes, por mais rebeldes, e que têm resistido ao uso do sulfacto de quinina e aos arsenicaes.

DR. ERNESTO FREDERICO DOS SANTOS

PHARMACEUTICO PROPRIETARIO DA PHARMACIA EZEQUIEL

— 2374 —

NOTABILIDADES do BRAZIL.—PHARMACIAS.

NOTÍCIAS E INDICAÇÕES RESUMIDAS

DOS IMPERIAES

PRODUCTOS MEDICINAES DA FLORA BRAZILEIRA

NO LABORATORIO PHARMACEUTICO

14, Rua do Visconde do Rio-Branco, 14

E DAS

Molestias para as quaes são indicações como especificos

ESTUDADOS, PRESCRIPTOS E PREPARADOS PELO PHARMACEUTICO E FORNECEDOR
DA CASA IMPERIAL

EUGENIO MARQUES DE HOLLANDA

Experimentados e attestados por notabilidades medicas deste paiz e da Europa

DEPURATIVO

Para o tratamento *radical* da syphilis constitucional, impureza do sangue, irregularidade e falta de menstruação, ulcera do collo do utero e da garganta; molestias de pelle e dartrosas, escrofulas, boubas e rheumatismos chronicos, por mais rebeldes que tenham sido—se emprega a

Tintura de Salsa, Caroba e Manacá

ELIXIR DEPURATIVO DO SANGUE

PURGATIVO DEPURATIVO

Nas constipações rebeldes do ventre, enxaquecas, hemorrhoidas, irregularidades menstruaes, em todos os casos em que é reclamado um purgativo brando e efficaz e como o adjuvante da salsa caroba e manacá, nas molestias precedentes, são indispensaveis e não produzem colicas, as

PILULAS PURGATIVAS DEPURATIVAS DE VELAMINA

TONICO RECONSTITUENTE

A anemia, chlorose, chloro-anemia, pobreza do sangue, amenorrhéa, dysmenorrhéa, leucorrhéa, flôres brancas, hypoemia intertropical, anazarca, beriberi, infiltração do rosto, mãos ou pés se combate radicalmente com o

Vinho de Ananaz Ferruginoso Quinado

CARMINATIVO TONICO

Na dyspepsia—gastrite, gastro-enterite, fraqueza digestiva, gastro-intestinal, flatulencia, inappetencia ou fastio, atonia intestinal ou constipação do ventre, colica nervosa, hepatite, splenite, inflamação do figado ou baço, é efficacissima a

IMBIRIBINA

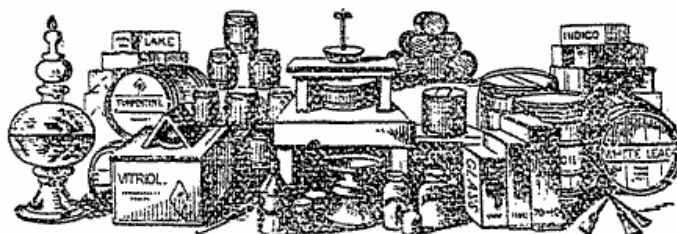
— 2383 —

PHARMACIAS.

PRODUCTOS QUIMICOS E PHARMACEUTICOS

VIEIRA LIMA & C.

DROGUISTAS



85 E 87, RUA DE THEOPHILO OTTONI, 85 E 87

(ESQUINA DA DOS QUIRVES)

Com armazem de drogas e productos chimicos, e preparações
inglezas, italianas, francezas, americanas e nacionaes, etc.

Completo sortimento de utensilios para pharmacia,
como seião: vidros de todos os tamanhos, potes de
porcellana, ditos de louça, rotulos, fundas, lancetas,
sarjadeiras, ventosas de gomma e de vidro, mamadeiras,
seringas de gomma, de vidro e de metal, irrigado-
res, etc.

UNICOS AGENTES NESTA CORTE

da Tintura de Salsa e Caroba e Manacá, e dos mais prepa-
rados do pharmaceutico Eugenio Marques de Hollanda,
dos depurativos do Dr. Bandeira, preparados por Castro
Ramalho; salsa depurativa simples, salsa depurativa
iodada, xarope depurativo com iodureto de ferro, xarope
vegetal americano, pilulas contra o veneno da cobra.

Encarregão-se de qualquer encommenda, por preços
commodos, com zelo e promptidão.

85 e 87, Rua de Theophilo Ottoni, 85 e 87

— 2382 —

NOTABILIDADES do BRAZIL.—PHARMACIAS.

SALVADOR D'ALMEIDA & MELLO OLIVEIRA

Pharmaceuticos fabricantes de productos chimico-pharmaceuticos, proprietarios, inventores e preparadores do Xarope de Leonctina, especifico na asthma, tuberculose, catarrhaes, defluxos, toses, etc., e da agua desobstruente (alcoolato de verbena), medicamento energico e poderoso nas molestias do figado.

DEPOSITO CENTRAL NA CORTE**18, RUA DO EVARISTO DA VEIGA, 18**

PHARMACIA E FABRICA DE PRODUCTOS PHARMACEUTICOS

RIO DE JANEIRO

REMESSAS DIRECTAS PARA O INTERIOR DE QUALQUER
ENCOMENDA**ANALYSE CHIMICA****PROCEDIDA PELO PHARMACEUTICO MELLO OLIVEIRA**

Chimico analytico, ex-preparador no laboratorio de chimica analytica da Escola Polytechnica, e actual de chimica organica e inorganica da mesma Escola. Analyses de substancias alimenticias, de plantas, vinhos, aguas, leite, conservas, etc.; de terras auriferas, pedra, etc.; e especialmente de productos pathologicos, taes como: urinas, pus, calculos biliare e vesicaes, etc., etc.

Pedidos por escripto com assignatura dos committentes, e responsabilidade do pagamento no acto da entrega do resultado da analyse.

18, Rua do Evaristo da Veiga, 18

Pharmacia e Fabrica de Productos Chimicos e Pharmaceuticos

Vende-se a legitima papayotina (cascina do Dr. Moncorvo), preparada pelo pharmaceutico Mello Oliveira; e o oleo de figado de bacalháo iodoferro com quina e cascas de laranjas amargas, excellente nas escrophulas, rachitismo, anemias, cloroses, etc.

PREÇOS RAZOAVEIS

A partir de meados do século XIX, o comércio relacionado às atividades farmacêuticas na cidade carioca se repartia entre estes tipos de estabelecimentos, e as lojas de drogas, lojas de ferragens, boticas, depósitos de drogas e laboratórios farmacêuticos, anunciados freqüentemente no *Almanak Laemmert*. Algumas estatísticas do Ministério da Fazenda das Casas Comerciais no país mostravam além destas, as lojas de barbeiros, indicando a presença significativa de portugueses nestes ramos durante os anos de 1850 (estatística citada na parte I, p.68, nota nº112).

As propostas de Paula Cândido com relação à tabela de medicamentos reforçavam o emprego de medicamentos que eram acreditados pela população. Ou seja, neste caso o comércio de medicamentos orientava-se pelo consumo da população, e não pelos valores sanitários ou científicos que deveriam ser atribuídos pelos farmacêuticos ou médicos?

A associação farmacêutica ao dar sua resposta à Junta, em 1863, reafirmava o que Paula Araújo havia dito anos atrás para justificar a não aceitação da tabela sugerida pela Sociedade – ficava explícito aqui de ambas as partes, da Junta e da Sociedade – o interesse comercial do farmacêutico que a princípio era ocultado ou mesmo rejeitado por aqueles membros da Sociedade Farmacêutica Brasileira, ao ser identificado como prática de *zangões*.

A coluna “Crônica Médica” da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*²⁵³, naquele mesmo ano, elogiava a atuação de José Pereira Rego como presidente interino da Junta, quando o Delegado de Polícia foi convocado a cobrar multa daqueles que anunciavam nos jornais remédios secretos e os vendiam sem terem autorização. Esta medida acabaria por atingir vários farmacêuticos já acostumados à infração, tolerada por tantos anos. Entre eles havia os formados pela Faculdade de Medicina do Rio que, segundo o autor da crônica, mereceriam tratamento diferente, devendo ser avisados antes da cobrança. O mesmo autor embora apoiasse Pereira Rego, achava que ele deveria ser mais cuidadoso, pois poderia atingir os seus próprios colegas.

Pereira Rego em seu relatório encaminhado ao Ministro do Império naquele ano de 1863, informava sobre sua medida que multou os anunciantes infratores

²⁵³Autor anônimo. Rio de Janeiro, n.15, 01/08/1863, p.346-347.

de remédios heróicos para quase todas as moléstias, verdadeiras panacéias, que ocupavam páginas inteiras dos jornais diários nos meses de junho e julho, somando mais de 30 anúncios. Citava entre os mais procurados e que davam mais lucro os de salsaparrilhas com diferentes denominações de Sands, Bristol, Kemp e, comentava sobre o protesto dos que foram atingidos por sua medida, que alegavam terem pago os respectivos direitos de importação ficando com seus capitais empatados. Rego defendia-se dizendo que estava apenas fazendo cumprir o regulamento da Junta de 1851, considerando que sua medida fizera calar as “trombetas do charlatanismo e da especulação”. A salsaparrilha que nos anos de 1850 constava como um dos produtos brasileiros mais exportados, era comercializada por uma das principais casas importadoras norte americana na cidade do Rio de Janeiro – a Nathaniel Sands, à rua da Alfândega, n. 20: (ver anúncio na página seguinte- *Jornal do Commercio*, RJ, 27/01/1850).

As salsaparrilhas de Sands e Bristol pareciam ser bastante populares, sendo citadas em um dos folhetins semanais de José de Alencar (17/09/1854), que referia-se aos seus anúncios que começavam “a reproduzir-se com um *crescendo* animador” na entrada da primavera do ano de 1854, vista como tempos de amores e moléstias²⁵⁴. O norte-americano Nathaniel Sands podia ser visto realmente como um especulador ou empreendedor pois, além de comercializar salsaparrilha, ganhava concessão em 1853 de privilégio exclusivo por 5 anos para o fabrico e venda de chapas de ferro de sua invenção para serem aplicadas aos moinhos de despolar o café e descascar arroz²⁵⁵. Mas, a medida de Pereira Rego não afetaria apenas estes especuladores, atingindo também os que a haviam adquirido.

²⁵⁴ Alencar (2004, p.14-20). Estes folhetins intitulados “Ao correr da pena” foram publicados originalmente no Correio Mercantil entre 3 de setembro de 1854 e 8 de julho de 1855, e em 1874 reunidos em livro, tendo sido reeditados em 2004. A relação entre amores, primavera e moléstias tinha a ver com a sífilis, uma das inúmeras doenças que se acreditava ser curada pelas salsaparrilhas.

²⁵⁵ Concessão aprovada pelo Decreto nº1201, de 28/06/1853. Arquivo Nacional, Coleção de Privilégios Industriais, Caixa7, maço 13 A. Além disso, Sands comercializava tecido, máquinas debulhadoras de milho e produtos industriais fabricados pelo sul escravista dos EUA tais como fogões de ferro. A entrada de produtos norte-americanos no Brasil ficara favorecida a partir da década de 1850 com a febre do ouro na Califórnia (San Francisco), visto que os navios americanos faziam escala no Rio e na Bahia (Alencastro, 1997).

SALSAPARRILHA DE SANDS.

ESTE EXCELLENTE REMEDIO CURA TODAS AS ENFERMIDADES QUE SÃO ORIGINADAS PELA IMPUREZA DO SANGUE OU DO SYSTEMA; A SABER:

Escrofulas, reumatismo, erupções cutaneas, brebuthas na cara, hemorrhoidas, doenças chronicas, bretuthas, brotoeja, tinha, inchações, dores nos ossos e juntas, ulceras, doenças venereas, sciatica, enfermidades que atacam pelo grande uso do mercurio, hidropesia, expostos a uma vida extravagante. Assim como chronicas, desordens da constituição, serão curadas por esta tão util e approvada medicina.

O Illm. Sr. Dr. Paula Candido tendo usado amplamente durante as suas observações da Salsaparrilha de Sands, foi servido enviar-nos a seguinte carta, sendo a segunda que nos cabe a honra ter recebido desta tão distincta personagem, e a qual fornece ao publico brasileiro uma evidencia concludente de quanto é util e valiosa esta medicina.

Illms. Srs. Sands: — Tenho empregado a preparação pharmaceutica e conhecida por—Salsaparrilha de Sands—em differentes affecções, para as quaes attendendo aos ingredientes que a compõe, se podia razoavelmente esperar algum proveito: e é com grande prazer que lhes posso afirmar incontestaveis e beneficos efeitos que della tenho observado.

- 1.º Nas affecções rheumaticas genuinas.
- 2.º Nas dores articulares, astéocopicas e nas leucorrhéas syphiliticas: assim como nas syphillides.
- 3.º Nos poucos casos de scrophulas e morphéa (elephantiasis dos Gregos) no 1.º gráo, aos quaes a tenho applicada.

Bem entendem VV. SS. que a todas estas applicações acompanharão muitas vezes providencias accidentaes, reclamadas pelo estado especial do enfermo, assim algumas vezes o uso da *Salsaparrilha* foi precedido de emolientes, de brandos catharticos, de amissões sanguineas, etc.

Permíttao-me ponderar-lhe o que de mais a observação me tem mostrado que:

1.º Neste paiz tropical, de abundante transpiração, onde por consequencia mui activa é nas vias gastricas a absorpção dos liquidos ingeridos para reparar a perda pela transpiração, não se deve *começar* o uso da *Salsaparrilha* por mais de uma colher (cochleare), que só gradualmente se poderá elevar a tres por dia: sem esta precaução é forçoso muitas vezes suspender-se o tratamento pela excitação que se manifesta no apparelho digestivo ou no circulatorio.

2.º Sendo o augmento de transpiração um dos efeitos que quando apparece indica a conveniencia do medicamento, cumpre aconselhar aos que usarem da *Salsaparrilha* que coadjuvem por todos os meios hygienicos a transpiração.

3.º O uso de fructas, verdumes, leite e bebidas acidas diminuem o effeito salutar da *Salsaparrilha*.

São estas as reflexões que a pratica me permite fazer, offerecendo-as com ingenuidade a VV. SS. para delias disporem como lhes aprouver.

Sou de VV. SS. attento venerador e criado. — DR. PAULA CANDIDO.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1849.—Rua da Lapa n. 101.

Vende-se por Nathaniel Sands, proprietario no imperio do Brazil, Rua da Alfandega n. 20

O med
nan
selh
las
dev
Roy
dra
dôr
dar
C
res
e q
rest
das
aco
sua
par
póc
cia
a j
ren
for
des
vac
gu
qu
de
ma
qu
qu
ros
Bo
—
pr
n.

Ri

in

de

se

ti

ar

ri

sa

e

s

ll

7

d

c

r

s

Naquela época percebe-se então, que o limite entre o que se considerava práticas charlatânicas e práticas formais, científicas seriam bastante tênues em algumas situações. O sentimento de impotência demonstrado por José Pereira Rego frente ao cumprimento da agenda de uma instituição como a Junta Central de Higiene Pública justificava-se²⁵⁶. Além de ter que dar conta das medidas higiênicas, era preciso fazer agir a polícia sanitária relacionada ao exercício da farmácia e da medicina e ao comércio de drogas e medicamentos. Como legalizar as práticas farmacêuticas sem contrariar interesses vários? Por outro lado, como regulamentar o comércio de medicamentos num país onde ainda não havia um código farmacêutico próprio?

O reconhecimento do sentido comercial na prática farmacêutica pelos representantes da Sociedade Farmacêutica Brasileira e da Junta Central de Higiene Pública nas negociações a respeito da tabela de medicamentos, permaneceria conflituoso ao longo dos anos. Esta temática ressurgia numa discussão que envolveu as competências da Câmara Municipal e da Junta com relação ao exercício da farmácia. Em 20 de agosto de 1878, o vice-presidente do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, Augusto César Diogo, endereçava carta ao presidente da Junta, Barão de Lavradio, pela qual encaminhava uma Representação contra o ato da Câmara Municipal que teria feito reviver disposições que já havia sido derogadas pelo decreto nº828, de 29/09/1851. Os farmacêuticos reclamavam da intimação que tinham recebido da Câmara da Corte, através de seus agentes paroquiais, de apresentarem licença num “prazo fatal” para poderem manter abertos os seus estabelecimentos, tendo para isso que pagar certa quantia para os cofres da municipalidade. César Diogo utilizando o argumento da lei considerava indevida a cobrança da Câmara feita aos farmacêuticos. Afirmava que o regulamento de 1851 e o decreto nº1959, de 22/08/1857 desobrigavam os farmacêuticos a obterem licença da Câmara, ficando subordinados somente à Junta, onde registrariam os seus títulos de habilitação e solicitariam as licenças, o que importava em contribuições que teriam que pagar ao tesouro nacional, conforme o estipulado pelo decreto de 1857. Em contrapartida, observava que só caberia às Câmaras exigir das farmácias a aferição de seus pesos e medidas, o que considerava “um direito contestável pois

²⁵⁶ RELATÓRIO...do ano de 1864, 1865, A-G-0 a A-G-17.

que os pesos, balanças e medidas das farmácias não estão nos casos daqueles empregados no simples comércio”. Os farmacêuticos achavam que tinha que se fazerem distinções entre o comércio praticado pelos seus estabelecimentos e as casas de negócios, no geral. Por isso, solicitavam uma solução ao seu presidente²⁵⁷.

Durante a década de 1870, principalmente nos seus últimos anos era destacada pela Junta como causas da insalubridade pública o desasseio das habitações populares, os chamados cortiços, vistos como principal foco das epidemias de febre amarela e varíola, e de outras moléstias que acometiam a população da cidade carioca²⁵⁸. Mesmo assim, pela leitura dos relatórios da Junta, Pereira Rego mostrava-se empenhado em solucionar os problemas relacionados ao exercício da farmácia na Corte e nas províncias. As Comissões Sanitárias Paroquiais, divididas pelas 12 freguesias da cidade carioca, eram subdivididas em distritos sanitários e reuniam um número significativo de médicos efetivos em 1879. Entre suas funções, havia a realização de visitas de inspeção a diversos estabelecimentos, incluindo além dos cortiços e estalagens, as farmácias e drogarias, devendo ser participada as infrações cometidas com referência ao regulamento de 1851 (cap. 5º e 7º) no exercício da farmácia e da medicina, ao presidente da Junta. Levando-se em consideração que havia uma média de 10 a 15 médicos por freguesia, as visitas sanitárias na capital do Império pareciam ter se ampliado²⁵⁹. Mas, pelo que parece nem sempre as atitudes daqueles médicos das comissões agradariam os farmacêuticos.

O periódico do Instituto Farmacêutico nestes anos dirigia constantemente reclamações à Junta Central de Higiene Pública e ao governo imperial a respeito das “invasões do charlatanismo” compreendidas pelas inúmeras licenças para abrir farmácias concedidas a leigos pela Junta, interpretadas como “licenças para anarquizar a ciência, para levar ao ridículo, instituições e instituidores, finalmente

²⁵⁷ Ver documentação: *Pharmacias – 1878. Médicos, Cirurgiões, Dentistas, Práticos, Parteiras, Pharmaceuticos, Pharmacias, etc.*, 1850-1913. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - cod. 46-2-44.

²⁵⁸ Ver a esse respeito Chalhoub (1996).

²⁵⁹ Ver “Comissões Sanitárias Paroquiais” e “Artigos das instruções pelas quais se devem regular as comissões sanitárias paroquiais no exercício de suas funções”. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, 1879, p.100-104.

para sacrificar a espécie humana”; e pela venda de medicamentos nas tavernas e lojas de ferragens²⁶⁰, que continuavam acontecendo.

Estas problemáticas ultrapassariam a gestão de Pereira Rego, ou seja, houve outras vezes que ações fiscalizadoras praticadas por membros da Junta, desagradaram os farmacêuticos das associações. Em 1882, na gestão de Antônio Corrêa de Souza Costa, lemos: “Por acaso um Laboratório Farmacêutico será um cortiço?” Através desta pergunta, os farmacêuticos em artigo da revista do Instituto Farmacêutico, mostravam a sua indignação frente à postura da comissão sanitária da Junta, considerando-a expressiva do mesmo despotismo aplicado à inspeção dos cortiços, quando em visita ao estabelecimento farmacêutico de um dos seus sócios, Antônio Alves Ferreira,²⁶¹ considerado um profissional respeitável²⁶². Diziam ignorar a lei sobre a qual a tal comissão havia se apoiado, para recolher alguns produtos julgados suspeitos do laboratório, e cobrar multa de seu proprietário. Consideravam que o fato de alguns doentes procurarem o profissional pelos seus recursos práticos não constituiria um exercício ilegal da medicina, visto que não fazia isto com ostentação, nem prescrevia receitas. Além disso, uma outra velha questão voltava à tona, perguntavam-se para que existia a comissão farmacêutica da Junta, que havia sido criada naquele ano, se na fiscalização de um estabelecimento farmacêutico era enviada uma comissão “composta de crianças imprudentes e apaixonadas, e médicos sem clínica”. Em contrapartida, questionavam a permissão da prática ilegal da farmácia pelas irmãs de caridade no Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia da Corte e da gestão de muitas das farmácias homeopáticas por médicos, que exerciam ostensivamente as duas profissões. A ilegalidade parecia estar por toda parte !

²⁶⁰ Editorial. *Tribuna Pharmaceutica*, Rio de Janeiro, série 4ª, n.5, p.97-100, dez.1877.

²⁶¹ Ver a respeito de sua atuação como sócio da Sociedade Farmacêutica Lusitana, p.61-62. Sem dúvida, nesta época Alves Ferreira era um dos farmacêuticos bem sucedidos da capital, pois em 1884 ele foi um dos que colaboraram com uma quantia razoável para a instalação da Escola de Farmácia do Instituto.

²⁶² Atentado contra o estabelecimento farmacêutico do Dr. Antonio Alves Ferreira. *Revista Pharmaceutica do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro*, RJ, v.1, p.101-103, 113-114, 1884.

3.1.1 ENTRE *DULCAMARAS* E *ZANGÕES*: REPRESENTAÇÕES DO CHARLATANISMO

(O doutor Dulcamara, de pé em sua carruagem dourada, tem em mãos papéis e garrafas. Por detrás dele, um servo toca a trombeta. Todos os camponeses o rodeiam)

Dulcamara:

Sou benfeitor dos homens, curador dos males,
em poucos dias evacuo e limpo os hospitais
e vou vendendo a saúde por todo mundo,
Compre, compre, que as vendo barato
Este odontológico e admirável licor, de insetos e ratões poderoso destruidor,
cujo certificado autêntico, engarrafado a todos deixo tocá-lo, mirá-lo e lê-lo.
Move o paralítico, cura o apoplético, ao asmático, ao asfixiado, ao histérico,
ao diabético, restabelece o tímpano, robustece o raquítico...

(Elixir de Amor, 1832)

Através de uma linguagem simbólica os farmacêuticos e médicos das associações tentavam fixar limites entre o formal e o informal, entre o oficial e o não oficial, ou entre o científico e não científico nas suas práticas cotidianas, declarando guerra ao charlatanismo. Buscando diferenciarem-se dos chamados charlatães, o significado atribuído por eles ao charlatanismo era bastante elástico. Variava de acordo com a conjuntura que se vivia como ficou evidente no caso das denúncias dirigidas à homeopatia. Por ocasião da epidemia de febre amarela no verão de 1849-1850 a prática homeopática parecia ter sido a que mais incomodou os farmacêuticos e médicos acadêmicos de plantão. Antes disso, contudo, ela já havia ensaiado os seus primeiros passos na capital do Império com a criação de alguns espaços institucionais. Paralelamente a estes acontecimentos, a repercussão mundial que tivera a ópera italiana “Elixir de Amor”, popularizara a figura do personagem do falso doutor nomeado *Dulcamara*, que era reapropriada pelos farmacêuticos e médicos para mostrarem suas diferenças.

Em 1832, estreava em Milão a ópera romântica *L’Elisir d’Amore*, composição de Gaetano Donizetti (1797-1848), cujo libreto de autoria de Felice Romani (1788-1865), contava uma história de amor passada numa área rural da Itália, formada por quatro personagens principais: a proprietária de terras Adina,

por quem o camponês Nemorino se apaixonara; Belcore, o sargento que cortejava Adina, e *Dulcamara*, o vendedor de um “estupendo e balsâmico elixir”.

Nemorino, para conquistar o amor de Adina acreditou no elixir vendido por *Dulcamara*, que na realidade conforme ficava esclarecido aos espectadores, era vinho *Bordeaux*. No desenlace da história, Nemorino conquistaria Adina devido à herança que ele recebera, vencendo a racionalidade e o amor natural de Adina sobre a credulidade ingênua de Nemorino no elixir vendido pelo charlatão. Mas, por outro lado o personagem *Dulcamara* continuaria sendo acreditado pelo povoado, que era persuadido por ele de que o elixir teria mais uma propriedade, ou seja, a de enriquecer a seus consumidores. A apresentação do personagem *Dulcamara* na ópera e a sua fala demonstra o impacto e sedução que sua chegada exerceria sobre o povoado ao mesmo tempo em que um tom irônico se fazia sentir nas suas promessas mirabolantes de cura.

Embora a ópera “Elixir de Amor” tenha estreado em maio de 1844 na Corte brasileira no Teatro São Pedro de Alcântara²⁶³, foi na reapresentação durante julho de 1846 que ela obteve maior sucesso no Brasil, conforme relato de uma das colunas do *Jornal do Commercio*²⁶⁴. Exatamente nesta época, entre os meses de junho e agosto, circulou um pequeno jornal na cidade carioca chamado *O Anti-Charlatão*²⁶⁵, cujos redatores que se mantinham no anonimato através de pseudônimos, eram farmacêuticos e médicos pertencentes à Academia Imperial de Medicina. Nestes anos, ainda não tinham sido criadas as associações próprias dos farmacêuticos. Mas alguns deles, como o boticário Ezequiel Corrêa dos Santos, já sobressaía no cenário médico como defensor da classe farmacêutica. Provavelmente, ele seria um dos redatores do jornal que assinava como “O Galenista”, visto que o seu nome era um dos que apareciam nas polêmicas que se travavam entre os membros da Academia e os homeopatas nas páginas do *Jornal do Commercio* durante os anos de 1840²⁶⁶. Naquela época a homeopatia além de aparecer naquele jornal de maior circulação já era representada por alguns espaços institucionais no município da Corte como o Instituto Homeopático do Brasil (1843), que tinha a proposta de difundir a homeopatia pelo país

²⁶³ Localizado na Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes, onde hoje fica o Teatro João Caetano.

²⁶⁴ “O Novo Elixir de Amor”. Comunicados. *Jornal do Commercio*, RJ, 03/07/1846, p.3.

²⁶⁵ Distribuído gratuitamente, era publicado nas terças e sábados. Para recebê-lo, bastava deixar o endereço na Typographia Brasil de J.J. da Rocha, à rua dos Ciganos, nº.65.

²⁶⁶ Ver a esse respeito Galhardo (1928).

prestando atendimento aos pobres e fornecendo remédios na sua Botica Central Homeopática, na rua São José e, em 1845, o mesmo Instituto criava a Escola Homeopática do Brasil.

De acordo com a historiografia sobre homeopatia, entre os anos de 1840 e 1850, considerado como o período de sua implantação no Brasil, a imprensa teve papel fundamental na ênfase que deu à propaganda homeopática²⁶⁷. A criação do *Anti-Charlatão* por farmacêuticos e médicos acadêmicos, apresentava a proposta de esclarecer o público, mostrando “tudo quanto tem inventado e adulterado a homeopatia no Rio de Janeiro”²⁶⁸. Direcionado exclusivamente aos homeopatas, figurava então como um contra-ataque ou mesmo um reforço visto que, nesta época nas páginas do periódico da Academia Imperial de Medicina já podiam ser lidos vários artigos que denunciavam a homeopatia como prática de charlatões.

3.1.2 OS DOIS DULCAMARAS: UMA LEITURA DO ANTI-CHARLATÃO

O discurso de tom racional daquele jornal condenava as crenças no sobrenatural, nos sortilégios, no poder de cura dos reis de França e Inglaterra (os reis taumaturgos), que perdurara até o século XVIII, associando-as aos tempos obscuros da idade média. Um discurso que se assemelhava ao espírito da ópera, mas que produziria uma leitura própria a respeito daquela história romântica, relacionada aos homeopatas no Brasil. Em artigo intitulado “Os dois dulcamaras”²⁶⁹, eram feitas comparações entre o “dulcamara do tablado”, de autoria de Felice Romani e o “dulcamara do consultório”, que representaria os homeopatas na capital do Império. O autor observava que embora pudessem ser irmãos por apresentarem-se como “doutores enciclopédicos” e “benfeitores da humanidade”, os seus pais seriam diferentes. O *dulcamara* de Felice Romani iludiria o povoado de uma aldeia, ignorante e crédulo, ao vender seu poderoso elixir e fazer fortuna, ao passo que o segundo, dirigia-se ao povo de uma capital e do Império inteiro. Os discípulos do último *dulcamara* era a “gente da classe laboriosa” compreendida por “carpinteiros, sapateiros e hortelões” que

²⁶⁷ Ver Galhardo (1928) e Luz (1996).

²⁶⁸ Rio de Janeiro, n.6, p.1, 27/06/1846.

²⁶⁹ RJ, n.8, p.3-5, 28/07/1846.

freqüentavam a escola homeopática. Esta, por sua vez, excluía os alunos das faculdades de medicina que poderiam questionar as “asneiras e parvoíces” que se ensinava.

O autor deixava clara a ameaça que a homeopatia e seus atores representavam para aquela elite farmacêutica e médica, ao pretenderem “reformular e homeopatizar todas as ciências”, o que considerava uma ousadia atribuída ao “dulcamara do consultório”. O fato de adotarem uma terapêutica que condenava alguns procedimentos utilizados, como a sangria, e que divergia das dosagens e da própria concepção de medicamentos defendidos por aquela elite, motivava as polêmicas que se estabeleciam. Em contrapartida, utilizavam dosagens infinitesimais prescrevendo e manipulando o medicamento, não fazendo distinção entre a prática farmacêutica e a prática médica clínica além de não serem diplomados pelas faculdades de medicina do Império, contrariando a lei de 3/10/1832. Seguindo os preceitos do médico Christian Friderich Hahnemann (1755-1843)²⁷⁰, a quem foi atribuída a autoria do pensamento que fundamentou a homeopatia, opunham-se ao princípio galênico *contraria contrariis curantur* - contrário cura contrário (alopatia), sendo defensores do princípio *simila similibus curantur* -semelhante cura semelhante (homeopatia). Daí, a adoção do pseudônimo “O Galenista” pelo boticário Ezequiel para marcar posição, o que não queria dizer que toda a terapêutica empregada na época pela farmácia e medicina acadêmicas fosse galênica. A polifarmácia, composta por várias substâncias geralmente de origem vegetal e indicada para várias doenças, convivia com os novos medicamentos que surgiram a partir da descoberta dos alcalóides, obtidos do isolamento dos princípios ativos de substâncias do reino vegetal, além de outros medicamentos do reino mineral que eram empregados amplamente tais como os calomelanos (protocloreto de mercúrio) e o arsênico. Havia ainda as prescrições profiláticas e naturistas como a hidroterapia, dietas e a pura expectativa dos niilistas, que desacreditavam toda matéria médica classificada até então e sua terapêutica (Peset, 1993). Alguns historiadores da medicina como

²⁷⁰ Os seus preceitos encontravam-se resumidos na obra “Organon da arte de curar”, Dresden, 1810. Segundo o princípio homeopático, os medicamentos a serem empregados deveriam ser capazes de provocar no indivíduo são a sintomatologia apresentada pelo indivíduo doente. Desta forma, eles costumavam experimentar os remédios homeopáticos em si mesmos, não utilizando animais como os alopatas.

Ackerknecht (1973) chegou a considerar este período de meados do século XIX, como sendo do auge do caos terapêutico.

Em meio a todas estas terapêuticas que fizeram presença também na sociedade de corte carioca, a homeopatia foi a que mobilizara “O Galenista” referindo-se principalmente aos abusos cometidos por ela “contra a indústria e interesses dos farmacêuticos que as leis protegem...”²⁷¹. O combate travado pelo periódico fundamentava-se basicamente, nesta questão da legalidade das práticas homeopáticas, sugerindo inclusive que o francês Benoit Jules Mure, um dos introdutores da homeopatia no Brasil e presidente do Instituto Homeopático, fazia uso de pito de pango²⁷². Por outro lado, o fato da Escola Homeopática do Brasil ser autorizada pelo Império apenas para a realização de estudos homeopáticos e não para o exercício da homeopatia, possibilitava a acusação de exercício ilegal aos formados por ela.

3.1.3 ASSOCIAÇÕES FARMACÊUTICAS & ALUVIÃO DE DULCAMARAS

A partir dos anos de 1850, o combate ao charlatanismo ganharia novas proporções reunindo farmacêuticos e médicos agora em associações próprias dos farmacêuticos, além da Academia Imperial de Medicina. Entre 1858 e 1874, as ações, do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro como as da Sociedade Farmacêutica Brasileira, voltaram-se principalmente para a elaboração de representações encaminhadas à Junta Central de Higiene Pública ou Ministério do Império, denunciando as irregularidades cometidas no exercício da farmácia na Corte.

Por outro lado, os homeopatas tinham conquistado uma boa receptividade durante a epidemia. Nas suas boticas além de medicamentos homeopáticos, eram vendidos boticas portáteis e livros de medicina popular tais como “Conselhos de um médico homeopata, ou método de cada um tratar-se a si

²⁷¹ RJ, n.4, p.2, 07/07/1846.

²⁷² nome dado à cigarros de *canabis sativa*, cuja venda e uso havia sido proibidos pelo Código de Posturas de 1838 (Título II) assim como a sua conservação em casas públicas (boticas), incidindo uma multa aos vendedores e 8 dias de cadeia aos escravos e demais pessoas que a consumissem (CÓDIGO..., 1870).

mesmo” (*Almanak Laemmert*, 1850)²⁷³. Naqueles anos conseguiram algumas adesões de médicos acadêmicos, surgindo um grupo defensor da titulação de médico pelas faculdades de medicina para o exercício da homeopatia, sendo criada a Academia Médico-Homeopática. Em 1851, esta associação dividiu-se em função da atividade farmacêutica ser exercida pelos médicos que preparavam e distribuíam medicamentos homeopáticos. A nova Academia Homeopática do Rio de Janeiro propunha a separação da atividade farmacêutica da médica, o que foi ratificado pelo regulamento da Junta Central de Higiene Pública (decreto n° 828, de 29/09/1851) que previa a eliminação do médico como proprietário ou sócio de farmácia. Estas atitudes que dividiram os homeopatas, ao atenderem interesses corporativos dos farmacêuticos e médicos, amenizariam aqueles embates iniciais (Luz, 1996).

Em 1862, o Dr. Cirilo Sylvestre comentava sobre a adesão de alguns doutores em medicina, formados pela faculdade do Rio, à homeopatia, e sobre a expulsão dos “zangões da saúde pública” da Corte:

Os novos adeptos da ciência globular e dinamizadora, como era de se esperar, não quiseram reconhecer como colegas os doutores forjados *ad hoc*, e por amor das doutrinas que professavam e de seus próprios interesses, os repeliram com tal violência, que os obrigaram a uma fuga repentina. Retiraram-se todos desta corte em busca de novos ares e novos climas unidos, já se sabe, da competente caixinha de 12 vidros, preciosa relíquia que eles não abandonavam, porque dela deviam provir tesouros inexauríveis. Alopática ou homeopática a medicina só foi exercida de certa data para cá por homens formados, à exceção de alguns abusos que ainda hoje existem, porém que não são tão numerosos como eram antigamente, e que não aparecem revestidos de certo caráter de legalidade²⁷⁴.

Nesta mesma época, o homeopata Maximiano Marques de Carvalho acusava através das páginas do *Jornal do Commercio*, o presidente interino da Junta, José Pereira Rego, cujo nome constava como um dos sócios fundadores do Instituto Homeopático do Brasil, de perseguir os homeopatas na capital do Império. Alegando infração do regulamento de 1851, havia multado o próprio

²⁷³ Na relação de boticários deste ano apareciam os nomes de três estabelecimentos homeopáticos: Antonio Joaquim Moreira de Souza; Eleutério Gomes de Arieira, que dizia preparar também receitas homeopáticas; Leonídio José Nogueira, e a Botica Central Homeopática do Instituto. Nesta, os medicamentos eram preparados pelo médico homeopata francês Benoit Jules Mure (1809-1858), e pelo cirurgião português que se tornara homeopata, João Vicente Martins. Ver Galhardo (op.cit.) e verbetes sobre instituições homeopáticas em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

²⁷⁴ Crônica Médica. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, n.13, 1º de dez. 1862, p.150.

Carvalho e mais dois homeopatas, por prepararem eles próprios os medicamentos que indicavam aos seus doentes. Carvalho comparava a atitude de Rego a de Paula Cândido, afirmando que este último jamais havia cobrado este tipo de infração, e assinalava que os alopatas como o próprio Pereira Rego, também já a havia cometido²⁷⁵.

Também no ano de 1862, o boticário titulado pela Fisicatura, José Ignácio Malta, cuja entrada na Sociedade Farmacêutica Brasileira havia sido sugerida pelo médico Antônio Pereira Leitão em 1855, era indicado para redator da *A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*. Filiado a várias associações homeopáticas tais como o Instituto Homeopático do Brasil e Sociedade Homeopática de Paris, vendia medicamentos homeopáticos e alopáticos em sua botica, conforme anúncios divulgados no *Almanak Laemmert* (1856 e 1857). Nos anos de 1840, foi um dos que polemizou a respeito da homeopatia, com seu contemporâneo, o agora presidente Ezequiel²⁷⁶. O farmacêutico José Maria de Souza, que era diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio e filiado à Sociedade Farmacêutica Brasileira, também nesta mesma época anunciava nas páginas do *Almanak Laemmert*, a sua farmácia homeopática (ver texto do anúncio na página seguinte). Alguns farmacêuticos ao comercializarem medicamentos homeopáticos, tornavam-se propagadores da homeopatia, como observou Madel Luz (1996).

²⁷⁵ Ver a esse respeito Galhardo (1928).

²⁷⁶ As polêmicas deram-se através das páginas do *Jornal do Commercio*. Ver a esse respeito Galhardo (1928).

PHARMACIA HOMŒOPATHICA DE JOSÉ MARIA DE SOUZA

Pharmaceutico approvado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, membro das Sociedades Pharmaceutica Brasileira e Portugueza de Beneficencia, etc.

61, RUA DA QUITANDA, 61,

O annunciante acaba de melhorar o seu estabelecimento, já bêm conhecido ha 11 annos, tornando-o pelo cuidado que emprega em suas manipulações, e pelo asseio com que as faz, um laboratorio completo em que os amigos da homœopathia e os senhores medicos podem encontrar um sortimento de todos os remedios homœopathicos, europeos e indigenas, em globulos e tinturas de todas as dynamisações: assim como remedios em tintura para applicações externas, emplastro de arnica, anneis electro-galvânicos, globulos de assucar de leite, tubos para globulos, vidros para tinturas e doses, de diferentes capacidades, etc. Tem igualmente uma grande variedade de boticas portateis, para globulos ou tinturas, seguindo a vontade dos senhores compradores, cujos preços são os seguintes:

EM 5^{as} DYNAMISAÇÕES.

12 medicamentos em globulos.	8\$000	36 medicam. em glob. e tint.	24\$000
12 ditos em tinturas. . . .	10\$000	48 ditos em globulos e tinturas.	28\$000
24 ditos em globulos	14\$000	60 ditos em globulos	30\$000
24 ditos em tinturas. . . .	20\$000	60 ditos em globulos e tinturas.	34\$000
30 ditos em globulos	20\$000	60 ditos em tinturas	50\$000
Botica de 428 medicamentos em globulos e tinturas		65\$000	

Uma botica completa, com todos os medicamentos em tinturas e globulos, tinturas para applicações externas, emplastro de arnica; muito propria para um medico ou fazendeiro, custa 200\$000.

Todas estas boticas levão um vidro de tintura (mã) de arnica, que se dá gratuitamente; e um impresso aconselhando a dieta que exigem os doentes que se tratão pela medicina homœopathica.

Vende o seu estabelecimento todas as obras homœopathicas em portuguez, os *Conselhos de um medico homœopatha*, em 2^a edição, bêm como unicamente

O NOVO MANUAL DE HOMŒOPATHIA DOMESTICA, COMPOSTO EM INGLEZ PELO DR. CHEPMELL

TRADUZIDO EM PORTUGUEZ POR UM HOMŒOPATHA,

obra que tem tidô a maior aceitação na França e nos Estados-Unidos, sendo muito util para as pessoas alheias a estudos medicos, e que vivem longe dos recursos. É precedida de um importante artigo sobre a *dieta* em geral, trata das molestias mais importantes, dos medicamentos homœopathicos, seus antidotos, diluições e administração, das molestias das crianças e das mulheres, entre outras da *escarlatina*, *beçigas*, *febre amarella*, *cholera-morbus*, das doenças accidentaes, como *queimaduras*, *picadas de cobra*, *mordeduras de cão damnado*, *envenenamentos*, conselhos sobre os *banhos*, e regras sobre os remedios e applicações externas, etc., etc.

Cada artigo de molestia traz o seu tratamento, o modo de dar o remedio, os intervallos das doses e a dieta que exige cada caso especial; conselhos estes muito importantes, e que se não encontrão em outras obras até aqui publicadas.

Custa o volume, de mais de 300 paginas, bêm impresso e encadernado, 8\$000; havendo um abatimento razoavel para quem comprar botica na mesma casa.

Nota-se, portanto, que durante os anos de 1860, o ataque aos chamados charlatões pelas associações farmacêuticas ampliara-se e se diversificara. Através de representações encaminhadas às autoridades competentes, pelas quais se faziam denúncias a respeito das irregularidades cometidas no exercício da farmácia na Corte, a extensão da designação de dulcamara a outros praticantes de atividades relacionadas à farmácia ficava em evidência; agora o que incomodava era um “aluvião de Dulcamaras”²⁷⁷ formado por vendedores de medicamentos secretos não licenciados, especuladores que vendiam arsênico como se fosse carbonato de potassa nas lojas de ferragens, leigos que alugavam diplomas de farmacêuticos para poderem abrir suas boticas, droguistas que vendiam medicamentos compostos, boticas que se mantinham pela sociedade entre médicos e farmacêuticos. Todas estas práticas eram interditas pelo regulamento de 1851 da Junta Central de Higiene Pública, a quem estas associações se dirigiam cobrando o seu cumprimento.

Paula Cândido, no final de sua gestão na Junta, ao responder a representação encaminhada pela Sociedade Farmacêutica²⁷⁸, em 1862, justificava-se dizendo que em outros países, onde a polícia médica e as leis eram muito mais severas, eram cometidas muito mais infrações. Reconhecia assim, as irregularidades cometidas no exercício da farmácia e da medicina no Império. Considerava-as inevitáveis e até aceitáveis em certas situações, como a do farmacêutico descapitalizado que alugava seu diploma, vendo nesta atitude uma forma de conseguir se firmar no mercado de trabalho. Observava que tal tipo de associação sempre houve em outras artes e profissões, citando as que se davam no comércio e eram encaradas com naturalidade. Quanto às irregularidades observadas nos anúncios de remédios secretos, dizia:

²⁷⁷ termo utilizado no Parecer da Comissão Especial, da qual Eduardo Júlio Janvrot (presidente do Instituto Farmacêutico do RJ) foi um dos autores, anexo à Representação encaminhada pela Academia Imperial de Medicina à Junta Central de Higiene Pública (1860). Este teria o mesmo sentido de “enxame de especuladores”, que foi utilizado pela Representação encaminhada pela Sociedade Farmacêutica Brasileira à Junta Central de Higiene Pública (1862). Ver *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, ano XIV, v. XIV, n.7, set. de 1860, p. 125-130; e *A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano I, n.2, agosto de 1862, p.26-32.

²⁷⁸ Reposta dada pela Junta Central de Higiene Pública à representação que lhe foi dirigida pela Sociedade Farmacêutica Brasileira acerca dos abusos praticados contra o legal exercício da farmácia. *A Abelha*, RJ, n.9, p. 124-128, mar.1863.

São tantas as composições desconhecidas ainda mesmo as mais insignificantes, cujos donos tem autorização especial para vendê-las, apesar de não terem parecer da Junta, que seria preciso a esta pôr de parte todos os trabalhos que lhe são incumbidos por seus regulamentos para só se ocupar em esmerilhar, quais as composições desconhecidas que estão, ou não autorizadas²⁷⁹

A própria Sociedade Farmacêutica, assumiria um posicionamento ambíguo com relação a essa questão na mesma Representação de sua autoria. Condenando as infrações, reconhecia, no entanto, a importância de alguns remédios secretos anunciados pelos jornais da Corte, sugerindo a sistematização e reunião desse conhecimento informal, não regularizado que poderia compor um formulário médico ou um guia médico para tratamento de enfermidades diversas:

A Sociedade Farmacêutica sabe, como todo mundo, que a medicina e a farmácia, bem como todos os conhecimentos humanos, vieram das mãos do povo às dos professores atuais graduados pelas escolas, por já não ser possível, sem longos estudos e dedicação, guardar os tesouros da ciência, enriquecidos pelos progressos da observação e do tempo, e não deseja egoisticamente ver perseguido este instinto natural que leva o homem e mesmo os brutos, a cuidarem da sua saúde, porém sim ver se estanca a tão imoral e danosa fonte de especulação que corre à luz do dia por tão numerosos condutos em prejuízo desse mesmo instinto, da saúde pública e da fé²⁸⁰.

3.1.4 O REMÉDIO *DULCAMARA*: A TRADIÇÃO MÁGICA E OUTRAS LEITURAS

Curiosamente, a palavra *dulcamara*, doce-amarga em latim, era também o nome de uma planta medicinal de origem européia que constava nos formulários e farmacopéias da época como *solanum dulcamara*, da família das solanáceas, de acordo com a classificação botânica dada por Carl Lineu (1707-1778) que atribuiu a ela propriedades vomitivas. Em 1852, ela também constava daquela tabela de medicamentos obrigatórios estipulada pela Junta Central de Higiene Pública como condição para abertura e funcionamento de boticas no Império brasileiro. Estudos recentes que se debruçaram sobre os processos inquisitoriais

²⁷⁹ Idem, p.125.

²⁸⁰ *A Abelha*, Rio de Janeiro, n.2, p.31-32, ago.1862.

chamaram a atenção para a associação que se fazia entre as plantas solanáceas e as práticas de feitiçaria nos tempos medievais, por serem componentes tradicionais de filtros amorosos e unguentos de bruxa²⁸¹.

O fato de Felice Romani ter designado o falso doutor pelo nome desse remédio, nos remete à temática da utilização dos medicamentos relacionada aos sentidos dados ao charlatanismo. O falso doutor e a conotação mágica do remédio se confundem no mesmo personagem. Fazia-se a vinculação entre charlatanismo e magia ou bruxaria e idade média. Através da personagem Adina, Romani satirizava a lenda medieval de Tristão e Isolda que teriam se apaixonado depois de tomarem um filtro amoroso. *O Anti-Charlatão* compartilharia daquela mesma visão ao afirmar que a filosofia racional acabara com aquela “moda sagrada”, desenganando os alquimistas como preparadores de filtros. Mas, o dr. *Dulcamara* continuaria acreditado pelo povoado no desfecho da história da ópera revelando que a tradição mágica dos elixires e filtros se manteria no imaginário.

É interessante observar que aquela mesma elite que rejeitava a tradição mágica associada ao passado medieval, conviveria no dia a dia da sociedade de corte carioca com benzedeiros, curandeiros ou mesmo feiticeiros que faziam uso de amuletos e rezas para proteção contra doenças, além do emprego de remédios secretos, que por não revelarem suas fórmulas, conservavam um quê de mistério²⁸², que alimentava a credulidade pública como observou Soubeiran em seu discurso, comentado acima. Observa-se então, que embora o uso da planta *dulcamara* tivesse deixado de ser componente do unguento de bruxa passando a ser empregado no tratamento de doenças venéreas como nos revela o *Formulário de Chernoviz* (1841), o sentido mágico/ sagrado de práticas terapêuticas persistia no universo de cura.

A interpretação dada à ópera nas páginas do jornal *O Anti-Charlatão* e as contidas nas representações das associações farmacêuticas, ao condenarem a conduta dos doutores *dulcamaras*, identificados com diversas categorias relacionadas às práticas de cura na cidade carioca, saíam em defesa da farmácia e medicina científicas. Mas, acontece que na prática cotidiana, suas atividades dependiam muitas vezes dos chamados *dulcamaras*, que em algumas situações

²⁸¹ Ver Carneiro (2002), Ginzburg (1991).

²⁸² Ver Marques (2003), Sampaio (2003).

desempenhavam o papel de atravessadores no mercado de drogas, de produtos químicos e de substâncias naturais importados para as farmácias. Logo, as chamadas práticas charlatânicas se misturavam com as práticas tidas como científicas, assim como as práticas farmacêuticas se misturavam com as práticas médicas no dia a dia da cidade carioca.

3.1.5 ATRAVESSANDO O ATLÂNTICO...

O ataque à homeopatia fez-se também do outro lado do Atlântico. Em 1851, o periódico da Sociedade Farmacêutica Lusitana comentava sobre a notícia da chegada em Lisboa do homeopata José Henrique Proença, filiado ao Instituto Homeopático do Brasil. Proença foi denominado de “novo dulcamara” ao declarar suas intenções de instalar uma sociedade homeopática e consultórios homeopáticos para atendimento gratuito aos pobres, causando polêmicas pelos jornais de Portugal. A homeopatia no Brasil na época era vista como “uma cruzada de charlatães formada de toda a casta de indivíduos da ralé, que apenas sabem ler e escrever...” Os farmacêuticos portugueses reproduziam em seu jornal notícias a respeito da reprovação da homeopatia em outros países por instituições médicas como o Colégio de Edimburgo, os jornais *Gazeta Médica de Madrid e Boletim do Instituto Medico Valenciano*²⁸³. Estas foram no entanto, posturas diversas daquelas dos membros da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa que aprovaram em 1839, o ingresso de Hahnemann como membro honorário da mesma. Nesta ocasião, a homeopatia entrava em Portugal via Paris, através do médico Antonio José Lima Leitão, que presidia a Sociedade de Ciências Médicas lisboeta e se titulava pela Faculdade de Medicina da Universidade de Paris. Em Portugal, como no Brasil, França, Inglaterra e Espanha, a homeopatia teria entre os que a apoiaram, personagens pertencentes à elite dirigente dos governos imperiais, quando não os próprios soberanos como as rainhas Vitória, na Inglaterra, e Isabel, na Espanha²⁸⁴.

²⁸³ Revista dos Jornais. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, v.2, n.8, p.243, 1851; v.2, n.9, p.301-303, 1851; v.2, n.11, p.363, 1851.

²⁸⁴ Ver a respeito da homeopatia em Portugal: Pita, Pereira, Araújo (2005).

O marechal Saldanha (1790-1876), pertencente à elite política portuguesa, foi um daqueles que apoiou a homeopatia publicando livro dirigido à S.M., o Rei D. Pedro V sobre o “Estado da Medicina em 1858”. Neste chamava a atenção para as práticas da homeopatia e do magnetismo animal que tinham curado muitas pessoas e haviam sido consideradas pelos médicos, como “puro charlatanismo”. Afirmava em sua publicação que a homeopatia já havia sido difundida pelas cidades de Porto, Maфра, Sintra e alcançado os paços reais. Mas, a sua defesa da homeopatia não ficaria sem resposta.

No ano seguinte, o médico Bernardino Antônio Gomes (1806-1877), filiado à Sociedade Farmacêutica Lusitana e à Sociedade de Ciências Médicas além de pertencer a outras associações médicas estrangeiras, publicava uma resposta a Saldanha, dirigindo-se também à S.M., o Rei D. Pedro V ²⁸⁵. De acordo com Bernardino, a acusação de Saldanha atingiria a toda classe médica. Assinalava que a medicina era considerada como uma segunda religião e os médicos os seus sacerdotes, temendo que o pronunciamento de Saldanha pudesse abalar a crença do público nos médicos. Para ele, Saldanha repetia Hahnemann ao identificar a alopatia com a medicina das escolas e com a prática comum. A denúncia aos métodos utilizados pela medicina tais como sangria e uso de remédios heróicos, era um modo dos homeopáticos e empíricos de todas as ordens “indispor o público contra a medicina ordinária” (p.12).

Defendia a medicina ordinária, argumentando que muitas vezes os homeopatas como Jarr, utilizavam-se dos recursos daquela medicina, atribuindo-lhes qualidade homeopática. Em sua obra, na qual propunha a reforma da homeopatia, Jarr²⁸⁶ criticava a diluição excessiva dos remédios, propondo doses aceitáveis pela medicina ordinária e escolas. Gomes considerava falsas as estatísticas apresentadas pelos homeopatas, por não admitirem doenças incuráveis, havendo um predomínio de doentes nervosos, daí a taxa de mortalidade ser menor. Contestava a afirmação de Saldanha que dizia ter se curado de várias doenças pela homeopatia. Discriminava assim, três métodos terapêuticos distintos que teriam sido utilizados por Saldanha, que nada tinham a ver com a homeopatia: a medicina expectante, a hidropatia e os métodos de

²⁸⁵ *O Marechal Duque de Saldanha e os médicos. Breves considerações acerca da memória sobre o estado da Medicina em 1858* por Bernardino Antonio Gomes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

²⁸⁶ *Principes et règles qui doivent guider dans la pratique de l'homeopathie* (1857).

Raspail. Traçando um histórico da homeopatia pela Europa e sua difusão pelas Américas, procurava demonstrar os seus conhecimentos a respeito. Acabava por concluir que assim como a experiência da hidropatia havia sido aproveitada pelas escolas, a homeopatia também deixaria o seu legado útil.

Gomes não deixava de reconhecer a permanência de crenças na “varinha do condão” e de tradições populares, identificadas como heranças da idade média, quando eram cultuadas com o nome de ciências ocultas (magia, bruxaria, astrologia, adivinhação, quiromancia). Citava alguns sistemas médicos propostos nos séculos XVIII e XIX tais como o mesmerismo e as doutrinas odílicas, nos quais acreditava-se numa força especial que supunham vir da natureza. A intuição dos remédios era dada pela lucidez mesmérica, como o exemplo dado por Saldanha, de Mademoiselle Julie que tinha a intuição das doenças e dos remédios através do contato manual de uma porção dos cabelos da pessoa doente, sendo o remédio escolhido na matéria médica homeopática. Ao estado de insensibilidade mesmérica que possibilitava a prática da cirurgia sem dor citado por Saldanha, Bernardino contrapunha-se ressaltando a descoberta da ação anestésica do éter e do clorofórmio que teria desbancado tais métodos, que eram bastante praticados na Índia.

Lamentava que na medicina ainda não tivesse aparecido um Kepler ou um Newton para que a sistematizasse, considerando que o ideal seria que a medicina tivesse um só sistema. Traçava então, um panorama dos sistemas médicos empregados na época, apresentando um número maior do que os apontados por Saldanha. Definia assim, a medicina ensinada nas escolas como ortodoxa e racional.

Entre os sistemas relacionados, destacava ainda o da “medicina higéia”, que havia sido ignorado por Saldanha. Os seus praticantes, diferentemente da homeopatia ou do mesmerismo, não teriam uma educação científica. Medicina que era anunciada como o emprego da medicina vegetal e universal nas propagandas de maravilhosos que tudo curavam e que chegava em todos os países, inclusive Portugal, via os ingleses. Estes anúncios eram vistos como poderosa fonte de recursos para a imprensa, citando os exemplos das pílulas Morrison e de Holoway.

Finalizava a sua publicação convidando o Marechal Saldanha, como ministro do Reino, a colaborar para a melhoria das condições de ensino e exercício médico em Portugal, criticando-o por ter omitido as escolas de medicina em suas memórias.

Percebe-se aqui também a associação entre métodos terapêuticos utilizados, idade média e charlatanismo mas, ao mesmo tempo, Gomes sugeria que as escolas de medicina não estariam totalmente fechadas a todos os sistemas médicos que surgiam, tais como a homeopatia e a hidropatia.

3.2 UM CASO DE ENVENENAMENTO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Penso que a discussão sobre os sentidos atribuídos ao chamado charlatanismo pela elite médico-farmacêutica do século XIX estava estreitamente vinculada ao ceticismo terapêutico e, conseqüentemente ao desprestígio das práticas terapêuticas em geral, vivenciados na época. O nome de um remédio dado à figura do charlatão na ópera italiana e sua repercussão mundial, traduzia a descrença geral nos remédios.

A classificação enciclopédica que considerava a farmácia, a cirurgia e a dieta como subdivisões da terapia, que por sua vez seria um dos ramos da medicina, vinha modificando-se assim como a definição de terapêutica que deixava de ser vista relacionada somente à matéria médica. A análise de Ackerknecht (1986) dada ao ceticismo terapêutico vivenciado pela Escola de Paris a partir de finais do século XVIII, quando se deu o nascimento da clínica (Foucault, 1994), pode ser esclarecedora para algumas questões aqui tratadas. Entre finais do século XVIII e meados do XIX, a medicina francesa daria atenção maior à doença do que ao doente. A melhoria dos hospitais concentraria um número maior de pacientes nos seus aposentos favorecendo a administração de remédios específicos e o emprego de métodos sistematizados, fazendo com que a terapêutica individualizada perdesse terreno. As experimentações que surgiram a partir da descrença na matéria médica por vários médicos pesquisadores fariam

com que a terapêutica fosse redefinida de diversas maneiras, não ficando mais restrita aos medicamentos. A matéria médica, que desde finais do século XVIII, ganhara novos instrumentais através das classificações realizadas por Antoine-Laurent Lavoisier (1743-1794) na química e por Carl Lineu (1707-1778) na botânica, que auxiliariam na sua organização e sistematização em farmacopéias e formulários, também passaria por questionamentos, incluindo a sua divisão pelos três reinos da natureza (vegetal, mineral e animal).

François Xavier Bichat, clínico e cirurgião do *Hotél-Dieu*, ao ressaltar a necessidade de se conhecer o efeito do medicamento para poder classificá-lo, distinguia os que agiam sobre os fluidos dos que agiam sobre os sólidos, estudando os efeitos gerais e os efeitos locais. No *Hotél-Dieu*, deu início ao estudo de produtos isolados e de algumas medicações tais como a ipecacuanha e o laudanum. Os fenômenos físicos e químicos passaram a ser explorados no estudo da matéria médica, o que a reaproximaria da terapêutica. Schwilgué, aluno de Phillipe Pinel (1745-1826), este último defensor de uma medicina expectante, proporia uma classificação dos medicamentos baseada nas suas propriedades químicas. Para este, a terapêutica deveria ter como ramos a matéria médica e higiene. Outros, como J. B. Barbier d'Amiens (1776-1855), ela deveria ter como ramos a matéria médica, a higiene, e métodos físicos, ou para Gaspard Laurent Bayle (1774-1816), higiene, matéria médica, métodos físicos e cirurgia. Houve uma tendência a se considerar a higiene como um dos ramos da terapêutica.

Os preceitos do higienismo associados à anamoclínica predominavam na Academia Imperial de Medicina (Edler, 2001) e estava implícito nas medidas propostas pela Junta Central de Higiene Pública. Por outro lado, permanecia o sentido iluminista atribuído aos medicamentos que deveriam ser úteis e agradáveis, não nocivos como podemos perceber nas exposições de Soubeiran, Paula Cândido e Remédios Monteiro. Ao mesmo tempo, Soubeiran e Remédios Monteiro aprovavam o emprego de remédios isolados como a quina, o iodo, o bromo, o subnitrato de bismuto, o mercúrio, todos estes remédios químicos, grande parte extraída do reino mineral. Daí o isolamento do princípio ativo de diversas substâncias e, mais tarde a síntese dos mesmos, inclusive em forma artificial.

Havia uma tendência a rejeitar os remédios de origem vegetal, misturados numa mesma composição, de acordo com a tradição galênica. Mas, aquelas substâncias minerais elogiadas pela elite médica, tinham uma toxicidade que também assustava e suscitava polêmicas. Já os anúncios de remédios secretos, maravilhosos que diziam ter poder de cura sobre milhares de moléstias, faziam questão de afirmar a sua origem puramente vegetal, como prova de sua eficácia não ofensiva. Estas controvérsias geravam incertezas na terapêutica, afetando farmacêuticos e médicos clínicos nos seus exercícios.

A ópera italiana não seria a única a satirizar a figura do charlatão. Na capital do império do Brasil, aquela descrença podia ser lida em alguns jornais de curta duração que circularam em meados do século XIX ou na comédia de Martins Pena, “Os três médicos” na década de 1840, na qual retratava um doente diante de três terapêuticas e seus representantes, o homeopata, o hidropata e o alopata. Naqueles jornais havia não só a sátira aos medicamentos, como também às instituições sanitárias responsáveis por sua regulamentação, como ficava explícito no anúncio abaixo:

NÃO HÁ MAIS LOMBRIGAS!

Com os pós intitulados ‘Anti-lombrigueiros’, preparados por Mr. Quelque Chose e aprovados pela Junta de Higiene Particular exterminam-se estes vermes. Estes pós são inofensivos – aplicam-se no lugar onde existem as lombrigas, chega-lhes um fósforo aceso e..., zás... estão todas mortas. À venda em todos os botequins²⁸⁷.

Esta sátira caberia muito bem na boca de farmacêuticos ou médicos filiados naqueles anos ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, quando criticavam muitas das ações da Junta e a venda indiscriminada de remédios maravilhosos.

Em meio ao “aluvião de *Dulcamaras*” ou “enxame de especuladores”, os farmacêuticos procuravam traçar o seu perfil de homem de ciência. Em 1855, o redator e presidente Ezequiel Corrêa dos Santos já se mostrava preocupado com

²⁸⁷ *O Badalo: órgão dedicado às pessoas que sofrem de hipocondria*, RJ, p.4, 1881. Além deste jornal, houve outros como *Hospital dos Loucos* (1862) e *O Boticário: periódico crítico, joco-sério e correctivo* (1852).

a questão ao publicar artigo intitulado “O verdadeiro e falso farmacêutico”, onde tentava fazer distinções entre um e outro:

O indivíduo que se dedica seriamente ao exercício da farmácia (...) faz da farmácia um sacerdócio, da ciência uma divindade, e a humanidade sofredora torna-se para ele o paraíso de suas esperanças, a principal recompensa de suas verdadeiras fadigas.

O falso farmacêutico só cuida de lucros, sem cuidar da ciência; compra drogas deterioradas por serem mais baratas e produzem mais lucro, vendendo-as como de boa qualidade; sofistica suas preparações para ganhar mais sem ser prejudicado, fingindo vender mais barato do que os farmacêuticos dignos de tal nome...²⁸⁸

O autor considerava que tais atitudes tomadas pelos “falsos farmacêuticos” levavam ao descrédito da profissão, fazendo com que a população confundisse os bons farmacêuticos com os falsos, além de desacreditarem os médicos e estes passavam a duvidar da medicina pela falha dos efeitos da medicação que indicavam, e que havia sido orientada pelas “regras da ciência”. O fim desta reação em cadeia terminaria nos enfermos, que fazendo uso destes medicamentos de má qualidade ficavam prejudicados. Observa-se que a ganância e a especulação dos “falsos farmacêuticos” sem conhecimentos, eram apontadas como causadoras do ceticismo terapêutico. A seu ver, o verdadeiro farmacêutico, seria dotado de consciência e escrúpulos não mentindo com promessas de cura infalível e inventando específicos para todos os achaques, como faziam os falsos. A ambigüidade revelava-se nos dizeres do boticário Ezequiel que condenava o sentido sagrado nas práticas de cura que não condiziam com a concepção moderna de ciência, mas, não deixava de sacralizar a ciência farmacêutica, vista como uma divindade. Estaria implícita aqui uma sublimação do interesse comercial do farmacêutico?

Um caso de envenenamento causado por ingestão de medicamento vendido na botica de Ezequiel em 1856, apresenta-se como um fato rico para reavaliarmos estas questões na prática cotidiana daqueles atores, farmacêuticos e médicos. Percebe-se a partir deste acontecimento e de seus desdobramentos, a fragilidade ou mesmo incerteza que cercavam a terapia medicamentosa defendida por aquele grupo de farmacêuticos e médicos que se colocavam como

²⁸⁸ *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, 4ºano, n.8, v.IV, p.116-117, fev.1855.

os representantes da farmácia científica moderna no Império do Brasil, almejando a regularização de suas atividades.

Nas páginas do jornal da Sociedade Farmacêutica Brasileira (*A Abelha*) foram localizadas algumas informações esparsas meio que perdidas sobre o tal caso de envenenamento fatal após a ingestão de um medicamento composto pela mistura de calomelanos²⁸⁹ com santonina²⁹⁰. Esta fórmula costumava ser indicada para tratamento de verminoses²⁹¹, tendo sido manipulada na botica de Ezequiel Corrêa dos Santos, então presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira. Seguindo as trilhas do acontecimento registradas nas sessões literárias da associação, garimpei notícias nas páginas dos jornais de maior circulação – *Jornal do Comércio e Correio Mercantil*, onde foram localizadas duas matérias a respeito. E, finalmente no periódico da Academia Imperial de Medicina (*Annaes Brasilienses de Medicina*), foi encontrado um julgamento meio que dúbio sobre o ocorrido. Além dos periódicos brasileiros, foi localizada na Biblioteca da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa, notícia a respeito no jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana.

²⁸⁹ O medicamento calomelanos sózinho (protoclorureto de mercúrio), de ação purgativa, costumava ser usado no tratamento da febre amarela, no período inicial da doença na dosagem de 18 a 20 grãos (ver Memória Histórica da FMRJ de 1858 por Antônio Félix Martins – parte referente ao mapa estatístico do movimento da clínica cirúrgica da FMRJ). Ver também Rego (1851).

²⁹⁰ Santonina – princípio ativo extraído das flores de *artemisia marítima*, considerado excelente vermífugo (ver *Formulário ou guia médica* por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Paris: Liv. de R. Roger e F. Chernoviz, 19ª ed., 1920). Na 1ª edição do mesmo Formulário, em 1841, na relação de medicamentos vermífugos encontra-se apenas a artemisia judaica, não constando ainda desta relação o seu princípio ativo – a santonina. Na 4ª edição de 1856, na qual utilizou o código farmacêutico francês conforme estabelecia o dec. n° 828, de 29/09/1851, para a composição dos medicamentos officinais (xaropes, vinhos, tinturas, etc., que devem ter numa botica, conservando-se por mais tempo), já há referência à santonina. Contém uma descrição detalhada da sua preparação e de seu uso em forma de pastilhas de autoria do francês Calloud. No final faz uma observação que no Rio de Janeiro estas pastilhas eram conhecidas com a denominação de pastilhas vegetais contra as lombrigas, não fazendo menção às pastilhas do farmacêutico francês Blanc, filiado à Sociedade Farmacêutica Brasileira (ver a seguir).

²⁹¹ Era consenso entre os médicos acadêmicos que as verminoses acometiam principalmente as crianças, destacando as escravas, tendo sido objeto de discussão em sessão de 11/07/1853 da Academia Imperial de Medicina. *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, n.9, p.197-199 jun.1854. Nesta, discutiu-se a influência da umidade das cidades marítimas, que provocaria uma incidência maior de verminoses de acordo com Paula Cândido que propunha medidas higiênicas voltadas para o saneamento e melhoria das moradias como forma de combatê-las. Já Pereira Rego baseado nos fatos fornecidos pela observação, discordava de Paula Cândido, e chamava a atenção para a incidência maior das verminoses na roça ou no interior. Referindo-se às afecções dos órgãos gástricos e anemia que geralmente acompanhavam as verminoses, comentava então sobre o uso de anti-helmínticos irritantes, que muitas vezes acentuava a irritação gastrintestinal sem eliminação dos vermes, tais como o chamado água de cadeia, que era um cozimento de angelim e cevada. Observava ainda que, os vermes muitas vezes eram tidos como causas de doenças, que nada teriam a ver com sua incidência. Atribuía então como uma possível causa das verminoses, o tipo de alimentação baseada em substâncias feculentas e de difícil digestão.

Juntando todas essas informações, poderíamos dizer que o episódio teve início entre fevereiro e março de 1856 na capital do Império. A mistura teria ocasionado a morte de um “moleque” (escravo de 13 anos) e de uma criança, sendo que a receita dirigida ao escravo havia sido prescrita pelo conceituado médico José Pereira Rego. Este, além de clinicar, naquele período entre 1855 e 1857, assumira a presidência da Academia Imperial de Medicina.

A dificuldade para localizar essas informações, que são bastante sucintas e nem sempre claras, talvez possa ser explicada em parte pela vontade de se abafar o caso na época. Essa vontade aparecia manifestada claramente por parte do próprio José Pereira Rego, o que vai ter voz mais ativa no julgamento do ocorrido na sessão de 4 de maio de 1857 da Academia. Até esta data, manteve-se o silêncio em relação ao seu envolvimento no caso. Já o boticário Ezequiel Corrêa dos Santos foi o personagem que ficou mais em evidência nos documentos examinados, nos sugerindo que a responsabilidade pelo envenenamento recairia sobre ele e o que ele representava.

Inicialmente, o ocorrido foi discutido apenas nas sessões da Sociedade Farmacêutica Brasileira, que seriam publicadas somente em 1862, ano em que foi retomada a circulação de seu periódico com a denominação de *A Abelha*, depois de uma interrupção de cinco anos. O jornal então sob nova redação do boticário José Ignácio Malta, publicou as atas das sessões literárias, recuperando as informações sobre as discussões anteriores da associação. Na *Revista Pharmaceutica*, as sessões literárias foram registradas até fevereiro de 1856²⁹² não se fazendo nenhuma referência ao caso. Mas, é sugestivo o fato da interrupção desses registros ter se dado exatamente na mesma época em que se deu o envenenamento e, a suspensão da publicação do jornal em 1857. Mas, levando-se em consideração que em janeiro de 1856 o redator Ernesto Frederico dos Santos reclamava do esvaziamento da associação e da falta de recursos para manutenção da revista, o fato do envenenamento somava-se a outros que teriam causado aquela interrupção do periódico.

O caso tornou-se público somente alguns meses depois de ter acontecido, através da publicação de artigos em jornais de maior circulação. Posteriormente,

²⁹² O volume correspondente foi publicado em 1857.

a questão foi reavaliada e discutida em sessão da Academia Imperial de Medicina.

Na sessão literária de 4 de março de 1856²⁹³ da Sociedade Farmacêutica Brasileira foi posto em discussão se a mistura de calomelanos e santonina poderia ser prejudicial à saúde e à vida. Nesta ocasião, as opiniões se dividiram, quando Ezequiel discordou do boticário José Domingues Vieira que argumentava que a mistura formaria um outro corpo prejudicial à saúde – o deuto clorureto de mercúrio. Ezequiel em contrapartida, afirmava que ele mesmo já havia ministrado para sua filha a mistura em igual porção, o que só teria provocado ligeiros incômodos, próprios do emprego da santonina. Na sessão seguinte, do dia 15/03 Ezequiel não compareceu alegando problemas de família, tendo de se retirar da cidade. Na sessão de 4 de junho, Ezequiel declarava-se vítima moral do emprego da mistura. Visto que os casos de envenenamento fatal teriam partido de sua botica, decidiu-se formar uma comissão para ser examinada a santonina daquela botica, além de tornar público o acontecido. A comissão constituída pelos farmacêuticos Eduardo Julio Janvrot, João Domingos Vieira e Antônio José Teixeira Dantas teve como resultado o parecer apresentado por Janvrot que constatou a presença de estricnina na santonina. Na sessão de 12 de novembro o parecer foi questionado por alguns, inclusive, pelo sócio honorário, o professor da cadeira de farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Moraes e Valle. Através de votação, o parecer foi rejeitado e foi proposta que a questão fosse levada à Academia Imperial de Medicina. Nesta ocasião, Janvrot²⁹⁴ comunicou sua saída da Sociedade, não expondo os motivos, nos levando a pensar que teria relação com a rejeição do seu parecer e com o fato da Sociedade ainda não ter os seus estatutos aprovados pelo governo imperial²⁹⁵.

²⁹³ No *Jornal do Commercio*, 03/03/1856, p.2 foi publicado anúncio desta reunião da Sociedade, referindo-se aos assuntos a serem tratados: “ORDEM DO DIA: 1ª parte: leitura de ata e expediente; 2ª parte: organização do código farmacêutico nacional; 3ª parte: **a mistura de calomelanos com santonina poderá dar em resultado um terceiro corpo prejudicial à vida ou à saúde?**” (grifo de minha autoria). A referida sessão foi publicada na *A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, ano 1, n.1, jul. 1862.

²⁹⁴ Janvrot havia sido indicado pelo próprio Ezequiel para sócio contribuinte da Sociedade na mesma época do início das discussões sobre o emprego da tal mistura, em março de 1856. Mais tarde, em 1858, Janvrot, farmacêutico diplomado pela FMRJ e proprietário de uma farmácia no bairro da Lapa, foi um dos fundadores de outra associação na Corte, o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro.

²⁹⁵ *A Abelha* n.1, jul./1862; n.2, ago./1862.

Em maio de 1856, a notícia chegava às páginas do jornal *Correio Mercantil*. Numa matéria curta e anônima, intitulada “Para a ciência e em benefício da Humanidade”, o seu autor, provavelmente um farmacêutico, comentava sobre a morte de um “moleque” causada por ingestão da tal mistura. Posicionava-se contra o parecer que afirmou que havia presença de estriçnina na santonina, e discordava de que houvesse sido cometido engano por parte do boticário ou de seus caixeiros, ao trocarem uma substância por outra. Mas, baseado neste caso de morte e da notícia de outros anteriores e posteriores, além dos de “graves incômodos” que teriam afetado outros clientes, conclui que estes fatos demonstrariam que:

A santonina em certa dose, associada aos calomelanos, aplicada aos indivíduos em certas circunstâncias e debaixo de influências que o povo não sabe conhecer, e que a medicina e a ciência ainda não perscrutaram; julgamos um dever sagrado e humanitário despertar sobre objeto de tanta ponderação a atenção dos médicos e a vigilância dos pais de família que tiverem de sujeitar seus filhos a semelhante tratamento. Também chamamos a atenção dos farmacêuticos sobre este ponto, suas reputações podem ser abaladas como foi a daquele seu colega. Um pai de família que fala com a experiência²⁹⁶.

Tendo em vista que a filha do próprio Ezequiel foi uma das vítimas dos “graves incômodos”, o artigo poderia ter sido escrito do seu próprio punho.

Meses mais tarde, em outro artigo publicado no *Jornal do Commercio*, o médico prussiano Theodoro Reichert²⁹⁷, que clinicava na cidade de São Paulo, discordava também da versão de que a santonina ministrada teria sido trocada pela estriçnina, o que deporia contra “um dos melhores boticários do Brasil, o Sr. Ezequiel Corrêa dos Santos”²⁹⁸. Chamava a atenção para os calomelanos que não teria sido mencionado na matéria do jornal *Correio Mercantil*. Considerava, então, a santonina um remédio inocente mas, que misturada aos calomelanos produziria uma substância tóxica – “um sublimado corrosivo” – se ministrado

²⁹⁶ *Correio Mercantil*, 31/05/1856, p.2.

²⁹⁷ Reichert clinicava na cidade de S. Paulo, tendo apresentado memória à Academia sobre as moléstias daquela cidade, sobre a qual o relatório de Cruz Jobim lido na sessão de 1/06/1857, não considerou esta suficiente para que obtivesse o título de membro titular da associação (*Annaes B. de Medicina*, v.XI, n.10, dez./1857, p.282-285). Participou das reuniões iniciais de fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>), e escreveu “Formulário terapêutico de medicamentos antigos e novos com a descrição das moléstias em que são aplicados”, RJ, 1888 (Blake, 1893).

²⁹⁸ “Os envenenamentos produzidos na Corte pela santonina com calomelanos”. *Jornal do Commercio*, 10/07/1856, p.2.

numa circunstância em que a produção de ácidos pelo suco gástrico estivesse aumentada. Afirmava que negar esta questão significaria negar as leis fisiológicas e químicas – “a base da medicina racional”. Acabava concluindo que, nestes casos, quando a substância era empregada em pequenas doses, o envenenamento raramente provocava convulsões, mas em altas doses os sintomas das inflamações passavam rapidamente, e as convulsões apareciam na terminação da vida. Para confirmar suas afirmações, declarava ter presenciado a morte de animais por convulsões envenenados propositalmente pelo fisiólogo alemão, Johanan Muller, a título de experiência.

Nota-se que ambos artigos tomaram a defesa de Ezequiel utilizando como argumentos a dosagem dos medicamentos utilizados na mistura e a interação da mistura medicamentosa com o organismo animal. No primeiro artigo foi dito claramente sobre a falta de conhecimento que havia a respeito da ação do medicamento sobre o organismo por parte da ciência médica. A argumentação da incerteza nos conhecimentos terapêuticos por parte da ciência médica era utilizada por um farmacêutico para inocentar outro farmacêutico ou o próprio, caso o autor fosse Ezequiel.

A questão foi reavaliada na sessão geral de 04 de maio de 1857 da Academia Imperial de Medicina²⁹⁹, tendo sido presidida pelo médico Antonio da Costa³⁰⁰ e contando com a participação dos médicos José Pereira Rego, José Martins da Cruz Jobim³⁰¹, Emílio Joaquim da Silva Maia³⁰², e do farmacêutico francês João Francisco Alexandre Blanc, sócio também da Sociedade Farmacêutica Brasileira.

Através da fala de Antônio da Costa, percebe-se a sua preocupação com os efeitos que a divulgação deste acontecimento poderia ocasionar na opinião

²⁹⁹ *Annaes Brasilienses de Medicina*, v.XI, 1º ano, n.7, set./1857, p.165-173

³⁰⁰ A. da Costa tinha chegado recentemente da França, onde se dedicara a estudos sobre procedimentos cirúrgicos variados e naquele ano de 1857 ocupara a presidência da Academia Imperial de Medicina, em substituição a José Pereira Rego.

³⁰¹ Cruz Jobim (1802-1878) era diretor da Faculdade de Medicina do RJ, titulou-se doutor em medicina pela Faculdade de Medicina de Paris em 1828, tendo sido um dos sócios fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), médico da família imperial, e senador do Império.

³⁰² Silva Maia (1808-1859) formara-se pela Universidade de Paris, tendo sido membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; membro honorário da Academia Imperial de Medicina, lente do Imperial Colégio Pedro II, diretor do Museu Nacional (1846-1847). Foi autor de vários estudos na área de História do Brasil.

pública em geral e na comunidade médica, podendo gerar medo e desconfiança em relação ao remédio. Isto, principalmente, devido à notoriedade do principal envolvido no caso, o boticário Ezequiel que declarara publicamente a respeito da possibilidade de envenenamento pela tal mistura, e assim recorrera à Academia para esclarecer a situação.

O depoimento de José Pereira Rego contrastava com os demais pela sua certeza e contradições ao mesmo tempo. Ao revelar ter sido ele próprio quem prescreveu a mistura constituída por 2 grãos de santonina mais 4 grãos de calomelanos ao menino escravo que falecera, justificava o seu silêncio a respeito, por não querer que se tornasse público fatos particulares, a respeito dos quais ele e alguns colegas já tinham opinião formada. Diante da situação, via-se obrigado a expor sua opinião, afirmando com segurança que já havia prescrito muitas vezes a tal mistura e nada de fatal tinha ocorrido. Atribuía assim, o envenenamento do menino à presença de estricnina na santonina. Mas, ao comentar sobre o relato da dona do escravo, que comparou as suas manifestações ao morrer logo depois da ingestão da segunda dose do medicamento, aos cachorros de rua depois de ingerirem bolos envenenados por ordem da polícia, nos fez lembrar o comentário de Theodoro Reichert a respeito das experiências de Muller com os calomelanos. Pereira Rego citou ainda mais dois casos que teriam acontecido após ingestão do medicamento aviado na mesma botica, sendo que um deles não teria sido fatal por ter sido acudido a tempo. Conclui que a mistura de estricnina se dera antes do aviamento da receita, ou seja, da preparação do medicamento em questão, tendo sido o acontecido “filho de algum acaso” ! O engano não teria sido do caixeiro nem do farmacêutico porque logo depois do primeiro caso, o de seu paciente, foi até a botica e perguntou ao caixeiro de que vidros tirara os medicamentos para aviamento da receita e este lhes apontou dois vidros contendo a identificação por escrito da Santonina e dos Calomelanos, onde se encontravam as substâncias com as características próprias de cada uma.

Contraditoriamente, lembrava que a presença da estricnina havia ficado comprovada a partir do exame da santonina³⁰³ (parecer de Janvrot) e observava

³⁰³ É interessante observar que na *Revista Pharmaceutica* de ago-out./1853, tomo III foi publicado um artigo divulgado anteriormente na *Gazeta Médica de Paris* chamando a atenção para alguns medicamentos empregados no tratamento da taenia (vulgo solitária), verminose endêmica no Brasil, entre os quais a

que este fato não foi divulgado nos jornais como a hipótese da qualidade venéfica da mistura de calomelanos e santonina. Considerava assim, as argumentações utilizadas nos dois artigos comentados acima, sem fundamentos.

Já o farmacêutico João Francisco Alexandre Blanc analisou a questão, sob o ponto de vista químico, não descartando totalmente a possibilidade da mistura calomelanos-santonina formar um composto químico-farmacêutico capaz de envenenar. Expõe, então, as condições necessárias para que os calomelanos se transformassem em sublimado corrosivo, acabando por relativizar a questão.

Cruz Jobim chamou atenção para o fato que tanto a santonina como os calomelanos, sob determinadas condições, podiam causar envenenamento, mas as suas manifestações seriam diferentes. No caso do envenenamento por santonina e calomelanos, este provocaria fenômenos irritativos, ao passo que no caso dos envenenamentos causados por estricnina levaria à contrações musculares. Concluía que não se devia proibir ou dispensar inteiramente o uso dos calomelanos com a santonina, seguindo contudo, as recomendações descritas em relação à dosagem no caso da santonina e da alimentação por caldos de vegetais após a ingestão de calomelanos, evitando misturá-lo com outros sais ou ácidos o que poderia transformá-lo em veneno.

Emílio Joaquim da Silva Maia concordava com José Pereira Rego afirmando ter havido um engano sem autor. Assim, não considerava prejudicial e de nenhum inconveniente o uso da mistura de santonina com calomelanos.

Pereira Rego fechava a discussão dizendo que os casos fatais teriam sido efeitos da ação da estricnina. E, concluía:

O que se deve examinar, averiguar e discutir, é, se todas estas histórias, que deram lugar a semelhante questão, tiveram uma base sólida, ou se não foram senão um rumor público, levantado para se desculpar um erro ou um engano, ou um acaso. Todo o exame e discussão neste caso ficam inúteis, uma vez que se verifique, que, nos casos fatais ocorridos, não foi a mistura da santonina com calomelanos a que foi realmente administrada, mas sim outra substância (p.173).

Reduzia assim, o acontecido a uma questão sem importância, a um erro sem culpados. As incertezas e dúvidas com relação à ação de medicamentos

associação de estricnina à santonina, sugerida pelo francês Cerri, o que exerceria uma ação violenta sobre o canal digestivo.

recentes e a discussão em torno dessas incertezas não deveriam ter espaço aqui, na esfera pública.

É interessante observar o que diziam o livro do farmacêutico francês Eugène Soubeiran³⁰⁴, que tornou-se um clássico no ensino da farmácia e que seguiu nas suas diversas edições as atualizações do código farmacêutico francês, como o formulário do médico polonês Chernoviz. Estes consideravam que teria três tipos de calomelanos (mercúrio doce ordinário, mercúrio doce preparado a vapor, e o precipitado branco ou protoclorureto de mercúrio obtido por precipitação). Embora aqueles três tipos tivessem a mesma composição, diferiam na forma de preparação e nas suas influências sobre a atividade médica. Observavam que o mercúrio doce preparado a vapor seria o único que se empregava por ser o mais ativo dos três, ressaltando que este só deveria ser indicado sob uma prescrição especial. Chamavam a atenção ainda, para os mesmos pontos observados por Cruz Jobim, ou seja, para o perigo de sua associação com o sal amoníaco ou com os cloruretos alcalinos, e com matérias orgânicas podendo nestes casos ser transformado em sublimado corrosivo. Essas mesmas questões também foram levantadas por Blanc. Em relação à dose a ser empregada, Soubeiran citava a fórmula de pastilhas vermífugas para crianças compostas por mercúrio doce a vapor, açúcar, goma e água, adotada pelo codex francês, de autoria de M. Henry e Guibourt. Cada uma destas pastilhas tinha 1 grão de mercúrio doce.

Já, consultando outra publicação da época, de autoria de Déchambre³⁰⁵ a respeito da santonina, este considerava que a presença de estricnina na santonina geralmente era fruto de um acidente pois a adulteração não se justificava pelo preço da estricnina, que seria mais elevado que o da santonina. Segundo ele, o argumento da má qualidade do medicamento não procederia para explicar casos de envenenamento. Citava vários casos de envenenamento por santonina causados por dose elevada entre 1851 e 1870 ocorridos na França, sendo que nenhum deles teria sido fatal por terem sido acudidos a tempo.

³⁰⁴ *Nouveau Traité de Pharmacie Théorique et Pratique*. Tomo II, 2ªed. Paris: Crochard et Cie., Libraires, 1840, p.504-510.

³⁰⁵ DECHAMBRE, A. (dir.). *Dictionnaire Encyclopedique des sciences médicales*, 3ª série. Paris: G. Masson, Asselin et Cie., 1877.

Embora estivesse falando da França, se pensarmos que o Brasil, era um dos consumidores dos preparados químico farmacêuticos franceses, esta observação poderia ser aplicada aqui, do outro lado do Atlântico. Realmente, estas afirmações, nas quais se baseavam nossos atores no julgamento de suas atividades, podiam deixar margem a muitas dúvidas.

A notícia e as discussões a respeito do acontecimento chegaram a Lisboa, alguns anos depois. No jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana, foi publicada matéria de autoria do médico brasileiro Francisco Portella³⁰⁶, criticando a atitude da Sociedade Farmacêutica Brasileira por ter rejeitado o parecer da comissão formada por Janvrot e Domingues Vieira, que atestou a presença de estricnina na santonina. Publicou então o tal parecer datado de 5 de agosto de 1856, que até então não havia sido divulgado em jornais no Brasil, no qual eram relatadas as experiências realizadas com cães na ingestão da santonina e calomelanos vendidos pela botica de propriedade de Ezequiel e Antônio Teixeira Dantas³⁰⁷. Portella insinuava a respeito de Teixeira Dantas, como um dos proprietários da botica, ter feito parte inicialmente da tal comissão como relator. Observou sobre a ausência de comprovação para a hipótese que teve maior divulgação, a de que a mistura de santonina com calomelanos formava um novo composto capaz de causar envenenamentos, visto que não foi realizada nenhuma demonstração química. No final, comentava a respeito do protesto de Teixeira Dantas com relação ao parecer de Janvrot, e do estranhamento do presidente Ezequiel com relação à presença de outros médicos como espectadores na sessão pública. Declarava no final que não assistiria mais a nenhuma sessão daquela Sociedade, justificando a omissão da publicação de seus trabalhos. Mas, a crítica publicada do Dr. Francisco Portella pareceu não ter surtido muito efeito em terras portuguesas, pois na sessão literária da Sociedade Farmacêutica Brasileira, de 16 de maio de 1859, o seu então, 2º secretário Antônio Teixeira Dantas, participava

³⁰⁶ Toxicologia – Envenenamento produzido pela mistura de santonina e calomelanos. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, n.1, t.5, p.3-9, jan. 1859. Portella era do Piauí, tendo obtido o título de doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e clinicado na cidade de Campos, onde presidiu a Sociedade Médico-Farmacêutica Beneficente e o Instituto Médico (1861). Em 1857, foi redator da *Revista da Sociedade Phsyco-Chimica*.

³⁰⁷ O farmacêutico Teixeira Dantas havia ingressado como sócio contribuinte da Sociedade Farmacêutica Brasileira na mesma época em que ocorrera o caso de envenenamento, em março de 1856. Neste mesmo mês assumiu o cargo de bibliotecário-arquivista da associação. Não sabemos ao certo se ele tornou sócio de Ezequiel na botica, antes ou depois de ingressar na Sociedade.

que havia sido agraciado pela Sociedade Farmacêutica Lusitana como seu membro honorário³⁰⁸.

Embora os farmacêuticos estivessem lado a lado com alguns médicos na Sociedade Farmacêutica Brasileira ou mesmo na Academia Imperial de Medicina buscando ter uma participação maior junto ao governo imperial nos assuntos relacionados à saúde da população e às suas ocupações, a relação hierárquica entre eles se manteve. Os médicos como membros da Academia Imperial de Medicina foram os que acabaram por dar a palavra final. Mas, isto não impediu que outros médicos tomassem a defesa do boticário Ezequiel, seja através do artigo do médico clínico Theodoro Reichert ou da rejeição ao parecer do farmacêutico Janvrot que foi colocado em votação na Sociedade Farmacêutica Brasileira. Isto, mesmo que os seus argumentos e do próprio Ezequiel pudessem indiretamente incriminar os médicos que teriam prescrito as receitas ou colocar em cheque a opinião pública - o que vem demonstrar o prestígio de Ezequiel junto à comunidade acadêmica da época. E, até mesmo o parecer final da Academia acabaria por isentar médicos e farmacêuticos de culpa no acontecido.

Tendo em vista que estes farmacêuticos reunidos na Sociedade Farmacêutica Brasileira, lutavam contra o exercício ilegal da farmácia, alertando através de vários artigos publicados em seu periódico desde 1851, sobre o perigo de substâncias adulteradas que eram vendidas por droguistas e o cuidado que deveriam ter os seus pares no emprego destas³⁰⁹, poderíamos dizer que *o feitiço virou contra o feiticeiro*? Por que essa questão da procedência dos medicamentos que compunham a mistura não foi mencionada na documentação examinada sobre o caso do envenenamento? Será que a santonina do Ezequiel vinha da farmácia de Blanc, era importada da França ou era preparada na sua própria botica? Este acontecimento ilustra a relação destes farmacêuticos com outros

³⁰⁸ *A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, out. 1862.

³⁰⁹ Entre os produtos falsificados e comercializados pelos droguistas era citado o emplastro mercurial que era substituído pelo antimônio cru. O farmacêutico José Caetano da Silva Costa observava: “A avidez dos grandes lucros empregando um pequeno capital tem poderosamente contribuído para que cada dia mais se aumentem essas escandalosas e perniciosíssimas sofisticações de substâncias medicamentosas, e que à vista da impunidade que os seus autores tem encontrado, eles continuam a iludir a credulidade pública, locupletando-se contra todos os ditames de uma reta consciência. Denunciando semelhantes fatos, e apontando os meios adequados de os reconhecer, prestaremos algum serviço à saúde pública e à classe a que pertencemos” (*Revista Pharmaceutica: Jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano1, n.4, p.60, out.1851).

serviços, dos quais dependiam suas atividades tais como o fornecimento de drogas e/ou substâncias utilizadas no aviamento de receitas ou mesmo os executados pelos caixeiros ou auxiliares nas boticas.

3.2.1 AS PASTILHAS DE BLANC

Tout remède est un poison, aucun n'en est exempt. Tout est question de dosage
(Paracelso *Apud* Dousset, 1985, p.320)³¹⁰

A asserção do alquimista Paracelso (1493-1541) poderia ser retomada aqui. A proximidade entre remédio e veneno ficava patente naquela época, quando ocorriam freqüentemente polêmicas entre os diversos agentes de cura ou mesmo dentro do corpo médico, a respeito do uso de substâncias tóxicas como medicamento, sendo muitas vezes atribuídas como causas de mortes. Essas polêmicas ocupavam muitas vezes as páginas dos jornais de maior circulação. E o desfecho destas polêmicas ou mesmo o julgamento das acusações sobre possíveis casos de envenenamento por medicação cabiam à Academia Imperial de Medicina, publicadas posteriormente em seu periódico - *Annaes Brasilienses de Medicina*³¹¹.

Durante os anos de 1850, a Academia ainda teria papel importante como consultora do governo imperial em assuntos relacionados à saúde pública, função que passara a dividir por um tempo com a Junta Central de Higiene Pública, o que

³¹⁰ Traduzindo: “Todo remédio é um veneno, não há exceção. Tudo é uma questão de dosagem” In: DOUSSET, J.C. *Histoire des médicaments: des origines a nos jours*. Paris: Payot, 1985.

³¹¹ Ver a esse respeito Relatório ou Parecer dos Snrs. Drs. José Pereira Rego, Antonio da Costa, sobre umas questões apresentadas a Academia Imperial de Medicina pelo Sr. Dr. Luiz Bompani, seu membro titular, lido e aprovado pela mesma Academia na sessão de 17/07/1854. *Annaes Brasilienses de Medicina*, RJ, n.7, v.9, p.158-169, 1854. O parecer defendia o Dr. Bompani de outro médico, José Rodrigues de Mattos, que o acusava de ter envenenado o seu paciente com altas doses de substâncias tóxicas tais como goma gutta, estricnina, água corobada de louro cereja. A comissão da Academia considerava que o envenenamento só teria ocorrido na imaginação do seu acusador, definindo veneno como “os mais heróicos remédios de que se utiliza a terapêutica”(p.162) e enumerando uma série deles (acônito, beladona, meimandro, veratrina, ópio, digitalis, arsênico e os seus compostos etc.) observando que estes podiam ser empregados sem receio de seus efeitos tóxicos. Para isso, era preciso aplicá-los oportunamente, em doses apropriadas com base na observação clínica que variavam de acordo com a intensidade de sua ação físico-química ou dinâmica.

poderia ser lido na acumulação dos cargos de presidentes das duas instituições por um mesmo personagem. Com relação a medicamentos, observamos a presença de diversos relatórios publicados no seu periódico de autoria de seus membros titulares, principalmente médicos, emitindo pareceres em respostas às solicitações de consulta que eram feitas por farmacêuticos a respeito de suas preparações. Como observou Edmundo Campos Coelho (1999), a Academia além de querer regular a prática da medicina buscava interferir no comércio de medicamentos e de drogas, que dizia respeito à prática farmacêutica.

Mas, essas solicitações não eram feitas somente por farmacêuticos, permitindo às pessoas não habilitadas regularizarem suas atividades, através da autorização para os seus remédios, de composição desconhecida (Pimenta, 2004). Com o crescimento urbano e com a febre amarela endêmica a partir dos anos de 1850 e da epidemia da cólera em 1855, as atenções da Junta Central de Higiene Pública voltavam-se para as questões emergenciais relacionadas ao combate das epidemias, havendo um afrouxamento maior na fiscalização dos medicamentos, numa situação que todas as terapêuticas passavam a ser vistas como possibilidades de cura (Pimenta, 2004; Ferreira, 2003). Portanto, como já vimos nos jornais, havia anúncios de medicamentos secretos autorizados e não autorizados. Os farmacêuticos reunidos na Sociedade Farmacêutica Brasileira opunham-se à permissão de que pessoas não habilitadas pudessem fazer e vender remédios, utilizando em seus discursos aquele argumento de que interesses meramente especulativos levariam à comercialização da saúde, o que seria prejudicial à humanidade.

O farmacêutico francês João Alexandre Blanc, membro da Seção de Farmácia da Academia e um dos sócios fundadores da Sociedade Farmacêutica Brasileira, em sessão da Academia de 13 de dezembro de 1852³¹², dirigindo-se a Francisco Paula Cândido, que acumulava os cargos de presidente da Junta e da Academia, reclamava da falta de respostas às consultas que havia feito à Junta a respeito de suas preparações. Observava, assim, que outros que não eram profissionais, tinham sido mais atendidos em suas solicitações do que ele. Além desta reclamação, Blanc assim como grande parte dos sócios da Sociedade

³¹² *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ano 9, n.4, jan.1854.

Farmacêutica Brasileira, questionavam os procedimentos da Junta em relação às autorizações emitidas para comercialização de algumas preparações farmacêuticas ou dos chamados medicamentos secretos, muitos dos quais vindos de fora, como a autorização dada à salsaparrilha de Bristol. De acordo com o regulamento de 1851, a concessão de privilégio exclusivo de venda a um medicamento secreto, ou seja, de composição desconhecida, era dada pela Junta, mediante o exame e aprovação da receita apresentada pelo seu autor, contendo a indicação das moléstias que poderiam ser tratadas com aquele medicamento. Caso aprovado, o privilégio era concedido por determinado tempo, findo o qual, a receita era aberta e publicada³¹³.

Logo, as propostas da Sociedade Farmacêutica Brasileira de elaboração de um código farmacêutico brasileiro, onde deveria haver a relação dos remédios com suas respectivas fórmulas padronizadas, ficava dificultada. Isto se pensamos em relação a medicamentos novos a serem incorporados.

No mesmo ano que ocorrera o envenenamento citado acima, eram anunciadas as pastilhas de Blanc no *Correio Mercantil*, no qual se fazia uma ressalva de que não eram imitações das pastilhas do farmacêutico Calloud:

Pastilhas de Blanc – contra lombrigas, ascáris vermiculares e tenia; só e únicas analisadas e aprovadas pela Academia Imperial de Medicina e com autorização da Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro. Esta composição farmacêutica inteiramente vegetal, sem gosto nem cheiro, de uma solubilidade instantânea, convém perfeitamente às crianças sujeitas às verminoses; assim como convulsões, perturbação de digestão, e moléstias que trazem consigo muitas vezes acidentes pulmonares, dos quais quase sempre elas sucumbem. A forma e aspecto atrativo destas pastilhas, cujo efeito é afiançado, fazem com que não se possam confundir com tabletes, que se vendem debaixo do nome de pastilhas, que são uma imitação das de Calloud, farmacêutico de Euncey (Saboia). Estes tabletes muito duros e por conseqüência muito custosa de dissolver-se são de efeito duvidoso. As pessoas adultas não estando isentas de diversas moléstias ocasionadas por estas parasitas, devem também usar delas. A instrução prescreve a dose para todas as idades³¹⁴.

Provavelmente, em 1852, uma das preparações que Blanc reclamava uma resposta da Junta, eram as suas pastilhas vermífugas de santonina que desde a

³¹³ Ver artigos 71 a 75 do decreto nº 828, de 29/09/1851, que mandou executar o regulamento da Junta de Higiene Pública.

³¹⁴ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 01/06/1856, p.3.

sessão de 05/09/1850 da Academia tinham recebido um parecer favorável do médico José Pereira Rego. Este chamava a atenção para o fato da santonina ser preparada na botica de Blanc, o que evitaria “as sofisticções que são comuns no comércio assim como em muitas outras substâncias que nos vem do estrangeiro”³¹⁵. Percebe-se aqui a postura diversa de José Pereira Rego como médico da Academia, considerando a santonina preparada localmente como mais segura que a importada. O cargo de presidente da Junta o fez encarar estas questões de outra forma, ou a qualidade do remédio merecia crédito dependendo de quem o preparava? A partir dos anos de 1860, nas páginas do jornal da Academia encontramos algumas observações a este respeito, pronunciadas por Pereira Rego, quando então costumava dar preferência aos medicamentos, cujos autores fossem farmacêuticos reconhecidos.

Ao apresentar a sua preparação à Academia, Blanc reconhecia que ela não era uma descoberta nova, visto que a santonina já era considerado um poderoso anti-helmíntico, mas argumentava que:

(...) a diferença de ação dos princípios ativos de qualquer substância medicamentosa varia muito segundo a maneira de as preparar, bem como do seu grau de solubilidade³¹⁶.

Logo, a sua inovação era referente à forma de preparação da santonina, que tinha como resultado as pastilhas³¹⁷.

Blanc, que havia se formado pela escola de Montpellier, na França, desde 1828 era proprietário de botica situada à rua do Ouvidor, no coração da cidade carioca, quando anunciava nas páginas do *Jornal do Commercio* o seu estabelecimento, onde fazia preparações baseado no formulário de François Magendie (1783-1855)- “*Formulaire pour la préparation et l’utilisation de divers médicaments nouveaux*” (1821), que teve várias edições (Santos Filho, 1990).

³¹⁵ *Annaes Brasilienses de Medicina*, 7ºano, n.11, ago./1852, p.274.

³¹⁶ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 01/06/1856, p.3.

³¹⁷ Na obra didática de Eugène Soubeiran (1840, t.1) encontramos informações sobre os primeiros químicos que teriam reconhecido a santonina – Kahler, Alms e Heinrich Emanuel Merck (1794-1855). A artemísia judaica, de onde era extraída, também era conhecida pelo nome de semem-contra. A sua análise química foi feita por Justus von Leibig (1803-1873) sendo composta por carbono, hidrogênio e oxigênio. Utilizada numa dose de 6 a 8 grãos (3 a 4dg) teria propriedades vermífugas bem pronunciadas. Entre as formas farmacêuticas utilizadas eram mencionados o pó, o óleo a poção e o xarope. Não era mencionada a pastilha. Já no Formulário de Chernoviz, na 4ª ed. de 1856 encontramos referência às pastilhas.

Embora Blanc considerasse que a santonina não era uma novidade, a descoberta dos princípios ativos de vegetais era recente e o conhecimento a respeito de sua ação sobre o organismo animal, através das diversas formas farmacêuticas, era bastante discutível e complexa, como assinalou o doutor em medicina, Joaquim dos Remédios Monteiro.

Os estudos desenvolvidos pelo médico francês François Magendie sobre fármacos como a estricnina e a morfina, reunindo a farmacologia e a fisiologia, foram considerados pela historiografia médica como um dos fundadores da farmacologia experimental (Ackerknecht, 1986, Entralgo, 1984). O campo da toxicologia também passou a ser explorado nesta época, surgindo como um dos seus expoentes o espanhol Mateo José Buenaventura Orfila (1787-1853), que estudou em Paris, sendo discípulo de Magendie. A obra de sua autoria *Traité de toxicologie générale* tornou-se um clássico no ensino médico e farmacêutico, tendo sido adotado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição freqüentada por aquela elite farmacêutica e médica.

No ano do falecimento de Orfila, encontramos uma necrologia sobre ele publicada no periódico da Sociedade Farmacêutica Brasileira³¹⁸, demonstrando que estes conhecimentos e saberes referentes à terapêutica circulavam através dos livros didáticos, dos formulários, das farmacopéias ou dos jornais especializados em farmácia e medicina. Nossos personagens estavam a par de todas essas novidades científicas do mundo europeu, principalmente francês.

³¹⁸ *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, ano 2, v.2, n.11, p.176-178, maio1853.

3.2.2 SENTIDO COMERCIAL DA PRÁTICA FARMACÊUTICA

Em 1874, por ocasião de outro caso de envenenamento que se tornou público, a questão da procedência das substâncias químicas utilizadas pelos farmacêuticos veio à tona. O periódico do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro³¹⁹ comentava a respeito de notícia veiculada pelo *Jornal do Commercio* que tratava de um caso de envenenamento fatal. A imprensa expôs então o ponto de vista médico, que interpretou o envenenamento como “um acidente de intoxicação pela estricnina, sob a forma de cloridrato”. Este caso teria desfecho diferente, sendo incriminado o farmacêutico. A associação de farmacêuticos questionava em artigo o silêncio do farmacêutico anônimo, que aceitou a incriminação. Tomando a sua defesa, questionava os critérios utilizados para o julgamento do ocorrido, que teria sido analisado apenas sob o ponto de vista dos médicos. Reclamava então, da ausência de um documento formal que provasse a culpa do farmacêutico emissor do remédio, fundamentando ao mesmo tempo a responsabilidade legal do autor prático da preparação farmacêutica. Lamentava que no Brasil os farmacêuticos não pudessem dedicar-se a “investigações farmaco-legais particularmente pelo lado químico” devido à concorrência dos “ilegais” no comércio de medicamentos. Ou seja, as pesquisas químicas não garantiriam sua sobrevivência, que ficava restrita ao comércio. Por outro lado, a obrigatoriedade da produção de agentes químico-terapêuticos em seus laboratórios era vista como um encargo muito pesado devido ao fato da importação dos produtos químicos já prontos saírem por um preço muito mais reduzido. Aqui apareceria novamente a questão que havia sido discutida entre a Sociedade Farmacêutica Brasileira e a Junta Central de Higiene Pública em 1853 e 1863 a respeito da tabela de medicamentos. A posição dos farmacêuticos reunidos no Instituto, representada aqui pelos redatores de seu periódico³²⁰,

³¹⁹ *Tribuna Pharmaceutica*, Rio de Janeiro, ano1, n.3 e 4, p.33-37, out.-nov.1874.

³²⁰ Na época do artigo eram os farmacêuticos Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo e Augusto César Diogo. Teixeira de Azevedo era professor do ensino médio e se dedicara como redator do periódico do Instituto até o seu falecimento. Já Augusto César Diogo, alferes farmacêutico, em 1865, fora incumbido pelo governo imperial de participar de uma comissão especial à Europa com fins de traçar um plano de modernização das instalações do Laboratório Farmacêutico do Hospital Militar da Corte, do qual em 1877 tornou-se

mudara com relação à produção local dos medicamentos ou de preparados farmacêuticos. Reconheciam que a maioria dos farmacêuticos ficavam incapacitados de fazer frente à concorrência dos produtos importados, como havia sugerido o presidente da Junta, Pereira Rego, em 1863.

Diante desta situação “confusa” vivida pelos farmacêuticos no exercício de suas atividades, a matéria considerava injusto responsabilizar os farmacêuticos pela análise de medicamentos. Concluía que “a culpa na maior parte dos casos em que o mau êxito coroa os esforços da medicina” recaía sobre o farmacêutico. Percebe-se então, que neste caso o farmacêutico anônimo não teria o prestígio de Ezequiel e que com o passar dos anos, o mercado de medicamentos e seus atores se ampliaram, tornando mais complexas as questões referentes ao seu comércio e regulamentação, e as tensões entre farmacêuticos e médicos clínicos nos seus exercícios.

Faure (1993) nos chama a atenção para uma diferença fundamental entre farmacêuticos e médicos, na qual os primeiros vendiam produtos (os remédios) enquanto os segundos vendiam serviços, os de assistência à saúde. Daí o aspecto comercial da prática farmacêutica estaria muito mais em evidência do que na prática médica, gerando uma tensão constante ao mesmo tempo em que uma complementariedade entre as atividades dos farmacêuticos e dos droguistas, e entre o próprio sentido comercial e o sentido científico dos medicamentos.

O estudo de Nozal (1999) enriquece esta questão ao tratar das mudanças que ocorreram na prática farmacêutica na Espanha a partir do surgimento das especialidades farmacêuticas, que podiam ser compreendidas como remédios secretos ou específicos, que com o tempo transformaram-se no medicamento industrial. Este novo tipo de medicamento diferenciava-se das fórmulas magistrais, que requeriam a prescrição médica e eram elaborados nas farmácias. Eles teriam surgido em decorrência do aperfeiçoamento das técnicas nas preparações dando origem a múltiplas formas farmacêuticas tais como pastilhas, pílulas, pós, biscoitos, bolos, etc, sendo fabricados por laboratórios especializados que podiam pertencer a químicos, droguistas ou farmacêuticos. Além de nem sempre revelarem suas fórmulas, propagandeavam na imprensa suas

propriedades medicinais que geralmente apresentavam-se como detentoras de poderes de cura sobre inúmeras doenças. Daí serem consideradas panacéias. Além das propagandas, o preço geralmente mais reduzido desses remédios do que os produzidos nos laboratórios das farmácias, fizeram com que tivessem grande aceitação por parte do público consumidor. Isto levaria a um rearranjo dos atores envolvidos no comércio de medicamentos, muitas vezes levando a divisão de opiniões dentro do meio farmacêutico. Embora o autor se reporte à Espanha, refere-se à França de onde vinha grande parte daquelas especialidades, onde os farmacêuticos das associações também faziam restrições com relação à produção, venda e uso destes medicamentos. Como foi visto aqui, as tentativas de intervenção daqueles farmacêuticos franceses neste comércio apareciam expressas no discurso do Eugène Soubeiran. A Inglaterra, de acordo com alguns depoimentos de época como o de um médico francês A. Phillippe³²¹, era apresentada como um exemplo negativo visto que a maioria dos boticários tornaram-se mercadores de drogas não havendo mais laboratórios nas farmácias e ausência de conhecimentos químicos por parte destes boticários. Em Londres, as preparações oficiais eram feitas por duas ou três farmácias e uma sociedade farmacêutica médica e comercial que possuía dois laboratórios. O mesmo médico via semelhanças entre esta sociedade e a *Pharmacie Centrale des Pharmaciens* em Paris, que havia sido criada pelo farmacêutico François Dourvault³²² em 1852, tornando-se mais tarde *Pharmacie Centrale de France*. Esta tinha por objetivo fazer frente às drogarias, fornecendo aos farmacêuticos todos os medicamentos simples e compostos que eles não tivessem condições de prepará-los. A iniciativa da Sociedade Farmacêutica Brasileira de criar uma drogaria nesta mesma época, que incluía o fornecimento dos agentes farmacológicos locais e importados, além dos preparados pelo seu laboratório³²³, podia ser vista também como uma forma dos farmacêuticos se imporem neste mercado de medicamentos que se ampliava, envolvendo comerciantes leigos.

Nozal (1999), como Puerto Sarmiento (1996), nos seus estudos fez uma distinção entre os países em torno do Mediterrâneo, tais como França, Espanha e

³²¹ Depoimento citado por Bousset, 1982, p.238.

³²² Dourvault (1815-1879) era farmacêutico de oficina em Paris, tendo publicado *L'Officine ou Répertoire Général de Pharmacie Pratique* em 1844, que teve várias edições e grande divulgação. Foi ainda um dos fundadores do órgão profissional *L'Union Pharmaceutique* (Bousset, 1982).

³²³ Ver Parte I, p.36.

Itália, e os anglo-saxões, como a Inglaterra e Estados Unidos, considerando que nos primeiros os embates entre os farmacêuticos filiados a corporações ditas científicas e os outros atores envolvidos na fabricação de especialidades, seriam mais fortes. A relação de dependência aqui entre farmacêuticos e médicos ficava evidente. A situação das associações farmacêuticas na França e Espanha não seria muito diferente do que acontecia no Brasil ou em Portugal, onde os farmacêuticos de suas capitais reunidos com alguns médicos, também reclamavam da produção local sem critérios e, principalmente, da entrada indiscriminada desses remédios específicos estrangeiros, considerados panacéias ou característicos de práticas identificadas como charlatanismo.

Em 1867, o tema sobre especialidades farmacêuticas ou remédios secretos foi discutido no Congresso Farmacêutico Internacional de Paris, que expressava a indignidade da classe farmacêutica frente ao impulso crescente daquele tipo de medicamento que transformava o farmacêutico em simples revendedor de remédios já prontos, descaracterizando os seus estabelecimentos como oficinas (Nozal, 1999)³²⁴.

Percebe-se então que as discussões que surgiram a nível global, a partir de meados do século XIX em decorrência do início da produção em escala industrial de medicamentos, colocaria em tensão valores divergentes em relação à ciência farmacêutica: uma ciência pura, desinteressada defendida pelos farmacêuticos tradicionais que se posicionavam contra o comércio indiscriminado das especialidades, e uma ciência aplicada à indústria regida pelos lucros através da popularização das especialidades que começou a se firmar em finais do século XIX, consolidando-se nos anos de 1940. Neste contexto, a produção em larga escala das especialidades poderiam ser vistas como um divisor de águas, no sentido desta sinalizar para a industrialização farmacêutica e para mudanças significativas no exercício da farmácia. Na Espanha, de acordo com Nozal (1999), a partir de 1930, os farmacêuticos das associações acabaram por se unir a outros farmacêuticos produtores de especialidades, garantindo para a classe em termos legislativos, o monopólio sobre a fabricação e venda daqueles produtos. Mas, os encaminhamentos dados pelos farmacêuticos reunidos em associações e os seus resultados apresentariam particularidades com relação aos países onde foram

³²⁴ Ver a esse respeito reprodução de parte do testemunho de um farmacêutico francês (M.Boudet), p.247.

propostos. Isto é o que procuramos observar com relação ao Brasil e Portugal durante o século XIX.

Em Portugal, as tensões entre o sentido comercial e o sentido científico dos medicamentos ficariam explícitas por ocasião das discussões travadas entre os membros da Sociedade Farmacêutica Lusitana a respeito da manutenção ou não do regimento de preços de medicamentos.

3.2.3 REGIMENTO DE PREÇOS DOS MEDICAMENTOS: POLÊMICAS LUSITANAS

Um ano após ter sido publicada a farmacopéia portuguesa (1876), o governo através de portaria do Ministério do Reino de 29/01/1877, consultava a Sociedade Farmacêutica Lusitana sobre a abolição ou reforma do regimento de preços dos medicamentos com fins de adaptá-lo às prescrições da nova farmacopéia, solicitando-lhe um parecer³²⁵. Esta portaria inicialmente informava sobre a obrigatoriedade prevista pelo decreto de 3/12/1868³²⁶ de se manter o regimento do Físico-mor do Reino de 25/02/1521 e o alvará de 5/11/1808, que impunham aos farmacêuticos a venda dos medicamentos por preços taxados em regimento especial, que anualmente deveria ser reformado. Tal reforma caberia a uma comissão de farmacêuticos de acordo com a mesma lei de 1868. A mesma portaria incluía algumas indicações da Junta Consultiva de Saúde Pública à referida comissão que havia sido solicitadas pelo governo.

A Junta³²⁷ por sua vez, ao mesmo tempo em que sugeria a redução dos preços dos medicamentos simples e compostos e da taxa de manipulações, emitia parecer propondo a abolição daquele regimento de preços, apresentando

³²⁵ Portaria – Ministério do Reino – Direção geral de administração política e civil. – 4ª repartição. – Lº29 nº416. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 7ª série, t.3, p.48-50, 1877.

³²⁶ Por este, era aprovada uma reforma dos serviços de saúde no país, extinguindo o Conselho de Saúde Pública do Reino, passando as suas funções deliberativas e executivas a ser exercidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, dentro da qual foi criada uma repartição, a Junta Consultiva de Saúde Pública, cujas atribuições assemelhavam-se as da Junta Central de Higiene Pública, no Brasil, ficando responsável pela polícia sanitária dos medicamentos, drogas e remédios de composição secreta, e pelo regimento dos preços de medicamentos que tivesse que ser publicado (Viegas, 2006).

³²⁷ A Junta era composta por 5 vogais ordinários, facultativos aprovados nas escolas superiores do Reino em medicina e cirurgia e 11 vogais extraordinários cuja composição era bastante diversificada abrangendo desde o Diretor Geral de Obras Públicas até ao negociante matriculado na praça de Lisboa (Viegas, 2006).

os motivos para isto. Considerava o regimento de preços dos medicamentos como anacrônico e um atentado à liberdade do comércio, pois este não condizia com o progresso das ciências, o movimento sempre crescente do comércio e as descobertas sucessivas de substâncias e drogas, com aplicação comum na medicina. Para que o regimento fosse fiel a estas mudanças, a Junta julgava que seria necessário reformá-lo todos os meses ou semanas. Por outro lado, a mesma Junta entendia que as variações comerciais para mais ou para menos dos preços das drogas podia prejudicar os farmacêuticos ou estimulá-los ao desprezo da lei, levando-os a cometer infrações e prejudicando também o público. Isto resultaria em outro inconveniente, que seria o da concorrência das drogarias com as boticas. O texto da portaria terminava perguntando se caso os farmacêuticos da associação optassem pela abolição do regimento, se seria conveniente manter a listagem de medicamentos que era imposta como condição para abertura de suas boticas.

Esta portaria causou muitas polêmicas internas na associação, dividindo as opiniões e revelando divergências sobre o próprio sentido da atividade farmacêutica entre os seus membros. Foram emitidos e rediscutidos vários documentos até que se redigisse o documento final no qual foi fechada uma posição que representasse a Sociedade como um todo.

Inicialmente, foi redigido um parecer pela comissão de direito farmacêutico composta pelo seu presidente José Tedeschi mais dois farmacêuticos. Neste primeiro documento³²⁸, os seus autores ponderaram sobre a possibilidade de haverem conflitos entre os farmacêuticos e o público consumidor, caso fosse abolido o tal regimento. Isto porque estando o público acostumado com os preços dos remédios fixados há tanto tempo, poderiam estranhar a variedade de preços que seriam estabelecidos a livre arbítrio do farmacêutico. A questão da liberdade do comércio era questionada alegando-se que embora fosse sedutora por livrar o farmacêutico do preçário imposto pelo governo, o fornecimento de medicamentos não poderia ser considerado como “simples comércio”. Os farmacêuticos ficavam submetidos a lei da saúde que visava beneficiar os cidadãos enfermos e lhes impunha obrigações especiais merecendo por isso, direitos especiais também, e

³²⁸ Parecer da comissão de direito farmacêutico sobre o assunto de que trata a anterior portaria. *Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 7ª série, t.3, p.50-55, 1877.

um tratamento diferenciado do simples comerciante. Quanto a concorrência entre as drogarias e farmácias, atribuíam-na à tolerância das autoridades que permitiam às drogarias a terem todos os medicamentos simples, compostos e preparados que seriam da competência do farmacêutico. Opunham-se assim à argumentação utilizada pela portaria que considerou a concorrência como fruto do regimento de preços. Os droguistas e os ervanários eram vistos como intrusos que deveriam ser colocados nos limites de seus comércios.

A posição final deste parecer redigido pela comissão do direito farmacêutico não ficaria muito clara afirmando que seriam muitas as argumentações a favor do livre exercício da profissão pelos farmacêuticos habilitados, assim como não ser abolido o regimento que garantia a regularização e uniformização dos preços dos medicamentos nas diversas boticas, a exatidão na sua preparação e a credibilidade do público enfermo.

Posto em discussão o parecer e a portaria do Ministério do Império, alguns sócios concordavam com a portaria, sendo a favor da extinção do regimento de preços, identificando-o com o velho absolutismo quinhentista. Outros colocavam-se a favor de sua conservação pois a liberdade de preços causaria um desequilíbrio que acabaria com muitas farmácias, além de poder gerar desconfiança por parte dos médicos e do público com relação aos preços mais baixos. Dentre os que defenderam a manutenção do regimento, houve aqueles que ressaltaram que sua reforma deveria ser empreendida pela coletividade da sociedade farmacêutica, desvencilhando-se do seu “cortejo quinhentista”.

Entretanto, ao redigirem novo documento sintetizando as considerações apresentadas pela Sociedade a respeito, o senso crítico com relação às propostas do governo se acentuaram³²⁹. A liberdade no exercício da profissão ou a propalada liberdade do comércio obtidas através da abolição do regimento, eram vistas como uma ilusão. O mesmo documento chamava a atenção para o fato de que a reforma do regimento só seria aprovada depois de ouvida a junta consultiva de saúde. E esta já havia sugerido de antemão que os preços fossem reduzidos, o que eliminava quaisquer vantagens e interesses que os farmacêuticos pudessem obter. Acabavam por concluir que a reforma do

³²⁹ Considerações apresentadas à Sociedade Farmacêutica Lusitana sobre o assunto de que trata a portaria do Ministério do Reino de 29 de janeiro de 1877, pela comissão do direito farmacêutico. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, 7ª série, t.3, p.62-66, 1877.

regimento feita sob aqueles parâmetros, juntamente com a invasão dos chamados intrusos que eram protegidos ou tolerados, levaria à penúria de muitos farmacêuticos. Seria através da prática dos intrusos que teriam ocorrido alguns envenenamentos em 1873, ocasionados por vendas de substâncias tóxicas num laboratório químico e em uma drogaria, e não em boticas.

O fazer científico do farmacêutico era ressaltado por um de seus sócios que comparou as operações farmacêuticas a operações cirúrgicas. Como nas cirurgias o que era avaliado não eram os instrumentos utilizados, na farmácia, um remédio não deveria ser avaliado pelo valor de suas substâncias mas, pelas operações farmacêuticas que envolvia. Havia posição contrária a esta afirmação, defendida pelos que julgavam a liberdade de comércio incentivadora para o farmacêutico, no sentido de levá-lo a pesquisar mais sobre processos menos onerosos e mais eficientes das preparações. Embora alguns dos seus discursos negassem o sentido comercial de suas práticas, o comércio e os seus interesses era o que acabava por garantir sua sobrevivência. Ficava subentendido aqui então, como no Brasil, o interesse comercial dos farmacêuticos. Sugeriam então, que fosse abolido não só o regimento mas, todos os encargos impostos pelos governos absolutistas que mantiveram-se, ao passo que os privilégios foram extintos. Percebe-se que a permanência desta legislação antiga que também fora empregada no Brasil, na condição de colônia³³⁰, em Portugal resistiria por mais tempo ficando mais viva na memória daqueles farmacêuticos. Isto talvez fizesse com que os farmacêuticos portugueses apresentassem argumentações mais bem fundamentadas nas negociações com os órgãos do governo sobre o exercício de suas atividades, do que os brasileiros. Mas, estes também não deixaram de levantar a necessidade de se estabelecer um regimento de preços dos medicamentos, porém a falta de um código farmacêutico próprio e a multiplicidade de fórmulas para um mesmo medicamento, eram apresentados

³³⁰ Ver a esse respeito Marques (1999) – a autora mostra através de vários documentos que passaram pela Câmara Municipal de São Paulo, durante meados do século XVIII, que a regulamentação existente sobre a venda de medicamentos não era cumprida, sendo os mercadores (negociantes) em maior número que os boticários. Estes negociantes, donos de casas da fazenda seca, estabelecidos com o nome de lojas de ferragens, escapavam à fiscalização vendendo além de drogas, medicamentos. As suas drogas ou mesmo remédios eram vendidos a preços mais baixos que nas boticas, que eram obrigadas a seguir o regimento de preços e a venderem muitos dos remédios mediante a apresentação da prescrição do médico, o que implicava no pagamento da consulta para obter a receita. Desde então, já havia a concorrência entre droguistas e boticários no Brasil.

como empecilhos³³¹. Naqueles anos em que foi levantada esta possibilidade em suas sessões, os estatutos da Sociedade Farmacêutica Brasileira aprovados pelo decreto nº2850, de 23/11/1861, estabeleciam como um dos fins da associação, o livre exercício da profissão farmacêutica (art.1º), sugerindo-nos a desistência em se organizar um regimento de preços. No Congresso Farmacêutico de 1922, evento ligado à Exposição comemorativa do centenário da Independência de 1922, o farmacêutico paulista Cândido Fontoura (Livro...,1924, p.110 e segs.) defendia a limitação do número de farmácias e o tabelamento de preços dos medicamentos, como forma de frear a especulação no comércio de medicamentos.

Em Lisboa, depois de ser colocado em votação, no documento final no qual era dada uma resposta da Sociedade Farmacêutica Lusitana à consulta do Ministério do Reino³³², foi condenada afinal a abolição do regimento, entendido como necessário devido ao charlatanismo, ou seja, às invasões nas atribuições dos farmacêuticos. A falta de escolas especiais de farmácia e a facilidade para se obter o título de farmacêutico sem freqüentar as escolas anexas às médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto e à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, eram apresentados como motivos de formação de maus farmacêuticos. E estes venderiam medicamentos mais baratos e de qualidade inferior, o que provocaria o esvaziamento dos estabelecimentos dos farmacêuticos legítimos. Logo, a proposta de abolição do regimento só seria possível se fossem criadas escolas especiais de farmácia e se houvesse a obrigatoriedade de todos ali se diplomarem farmacêuticos. Propunham assim, um projeto de reforma de ensino ao invés de um projeto de lei para a abolição do regimento, por acreditarem que esta não resolveria a questão da prática ilegal da farmácia. Colocavam então, as suas condições para se organizar o regimento.

Quanto aos medicamentos obrigatórios, eram da opinião que o seu número deveria ser reduzido de acordo com a necessidade no tratamento de doenças e aqueles que os facultativos da localidade receitassem com mais freqüência. Era

³³¹ esta questão foi mencionada em Sessão Literária de 28/10/1853. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, 1853, p.139-141; Sessão Literária de 20/05/1861. *A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano 2, n.7, p.106, jan. 1863.

³³² Parecer sobre o regimento de preços dos medicamentos dado como resposta à portaria do Ministério do Reino de 29 de janeiro de 1877. *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, Lisboa, 7ª série, t.3, p.76-84, 1877.

levada em consideração a particularidade de cada região, mostrando-se sob este aspecto, mais criteriosos que os farmacêuticos brasileiros. Diziam discordar do art.43 da lei de saúde (decreto de 3/12/1868), que estabelecia que o regimento deveria ser feito por dois farmacêuticos de 1ª classe e um professor de farmácia, e que fosse aprovado pelo governo, sendo ouvida a junta consultiva de saúde. Propunham em contrapartida que, fossem criadas três circunscrições farmacêuticas repartidas pelo continente e as ilhas, cujas capitais seriam Lisboa, Porto e Ponta Delgada. Em cada uma destas cidades seria feito um regimento pelos seus farmacêuticos que deveria ter autorização do governo mas, sem necessidade de aprovação prévia pela Junta. Defendiam o aumento das taxas de manipulação ao invés de sua redução como havia proposto a Junta, alegando os preços elevados dos utensílios (gral, cápsula, funil, copo graduado) e acessórios (caixas, rótulos, lacre, papéis corados) utilizados nas preparações, o que reduziam os seus lucros. Outra reivindicação feita foi a retribuição pelo trabalho noturno que deveria ser taxada, além do preço do medicamento, o que deveria ser repassado para o público.

Os farmacêuticos portugueses diplomados acabaram por incorporar o ramo da drogaria, esvaziando o seu significado como vendedora de drogas. Na atualidade, as drogarias continuaram a fazer parte da paisagem das cidades portuguesas mas, os artigos comercializados passaram a ser os de material de limpeza, tintas, vernizes entre outros, excluindo-se os medicamentos e drogas. Já no Brasil, as farmácias passaram a ser drogarias, mantendo o seu significado original, no sentido de que transformaram-se em revendedoras de remédios e outras mercadorias, mantendo-se à frente dos estabelecimentos na maioria dos casos, práticos ou leigos. Os farmacêuticos brasileiros não se encontram nos estabelecimentos farmacêuticos ao passo que em Portugal o vemos muitas vezes atrás do balcão, atendendo aos clientes.

Para Maria Ruth dos Santos (1993), a década de 1930 no Brasil seria o marco da regulamentação da profissão embora com o *boom* das especialidades farmacêuticas, os farmacêuticos tivessem sido afastados da distribuição e

dispensação dos medicamentos tanto no sistema privado, como no público³³³. A dispensação ficara reduzida a um simples ato de entrega dos medicamentos à população, não incluindo orientações sobre o uso correto, ação farmacológica, possíveis efeitos adversos e relação com o paciente. Os farmacêuticos acabariam sendo afastados do setor de saúde e aquelas funções acabariam sendo exercidas por leigos e práticos. De acordo com a autora, embora a Lei Orgânica de Saúde de 1990³³⁴ tivesse incluído a função de assistência farmacêutica à população no campo de atuação do Sistema Único, o farmacêutico continuaria a ter uma inserção secundária, meramente técnica, nas atividades relacionadas a medicamentos, que passou a ser regida pela lógica do lucro. Com a industrialização crescente, a saída encontrada pelo farmacêutico foi a ampliação do espectro de suas atividades: análises clínicas, bromatologia, perícias toxicológicas, tecnologia de alimentos, dentre outras. Para a autora, isto acabou por descaracterizar mais ainda a profissão, “segmentando o mercado de trabalho, diversificando e fragmentando o conteúdo técnico-científico da sua formação” (p.143-144).

Santos (1993) acabou por concluir que o farmacêutico não conseguira ter exclusividade no seu campo de atuação, que passou a ser compartilhado com profissionais de outras categorias, predominantemente na área dos exames clínico-laboratoriais, onde as suas funções seriam exercidas periféricamente. A seu ver, a sobrevivência da profissão estaria na dependência da recuperação da relação saúde, medicamento e farmacêutico, que se constituiria na essência da própria identidade e fundamento dos atos profissionais.

Pelo que podemos observar, muitas das questões levantadas por Santos (1993) já vinham sendo salientadas pelos farmacêuticos no oitocentos, destacando as inerentes ao sentido comercial dos medicamentos que eles acabaram por não conseguir se desvencilhar. Nas práticas farmacêuticas no cotidiano, o sentido comercial falaria mais alto que o sentido científico, que vai ser

³³³ Pelo art.2º do decreto nº 20377, de 08/09/1931. eram consideradas como atribuições **não** privativas do farmacêutico: “o comércio direto com o consumidor de todos os medicamentos oficiais, especialidades farmacêuticas, produtos químicos, galênicos, biológicos, etc. e plantas de aplicações terapêuticas”. Em 1955, na X Convenção Brasileira dos Farmacêuticos esta legislação era criticada, sendo ressaltada a necessidade de atualizá-la de modo a garantir ao farmacêutico o acompanhamento e o controle de todo o ciclo da droga, desde o seu preparo ou extração, até sua entrega ao consumidor (Szlachta, 1955).

³³⁴ Lei nº 8080, de 19/09/1990 (Título II, Cap. I, Art. 6).

buscado no ensino acadêmico, reivindicando-se o fim do monopólio médico nesta área. Isto tanto no Brasil, como em Portugal, como veremos a seguir.

PARTE III:

1. ASSOCIAÇÕES E ENSINO FARMACÊUTICO: SENTIDO CIENTÍFICO³³⁵

A partir do século XIX, com o aprimoramento das técnicas tipográficas, o preço das publicações tornava-se mais acessível, ampliando e diversificando as obras e o público leitor. Logo, as ciências marcavam sua presença na vida cotidiana não só através de suas descobertas e aplicações, mas também de obras como folhetos, manuais e livros, promovendo uma verdadeira “*vulgarisation scientifique*”³³⁶. As práticas de cura em geral ficavam favorecidas pela circulação de informações contidas nos dicionários de medicina popular ou nos formulários terapêuticos. O Formulário Chernoviz seria um destes, cujas primeiras edições no Brasil³³⁷, tinham dimensões de um livro de bolso facilitando o seu manuseio e transporte. Nele havia informações sobre os mais variados medicamentos, em sua maior parte do reino vegetal, o modo de prepará-los e as indicações de uso. Na introdução à sua 4ª edição no Brasil (1856), era dito que a farmacopeia francesa de 1840 teria sido uma das fontes principais utilizadas na sua elaboração. De acordo com o Aviso do Ministério do Império do Brasil, de 7/10/1852, ficava estabelecida a lista de farmacopéias e formulários indicada pela Junta Central de Higiene Pública que deveriam conter as boticas para obterem autorização para funcionamento. Nesta lista encontramos obras francesas e portuguesas³³⁸, expressando a importância do que se pretendia instituir como referências para o exercício da farmácia no Brasil. Percebe-se então, que este formulário seria uma sintetização do conhecimento terapêutico oficial, que estaria ao alcance de muitos.

³³⁵ Esta parte foi desenvolvida a partir de artigo escrito durante o meu estágio de doutorado em Lisboa, e publicado posteriormente. Ver Velloso (2007).

³³⁶ Termo utilizado por Bensaude-Vincent (1993).

³³⁷ FORMULÁRIO ou Guia Médica do Brazil pelo Dr. Chernoviz. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1841, 1ªed. Ver Magalhães (2003). Temos notícia que ele foi editado também em Portugal.

³³⁸ Ver p.85, nota 4.

Isto nos levaria a pensar que a profusão de curadores, fazedores de remédios, drogistas, herbolários não era sempre totalmente desinformada, como deixa transparecer o discurso dos farmacêuticos nas suas denúncias a respeito do exercício ilegal da farmácia. Poderíamos aventar que as próprias associações farmacêuticas seriam atingidas pela vulgarização científica no intuito de profissionalizar suas atividades, ou seja, de restringir as suas práticas a um grupo. Mas, por outro lado, através da publicação e intercâmbio de seus jornais e experiências, constituíam uma rede internacional de saberes científicos, ocupando muitas vezes as páginas dos jornais de maior circulação, formadores da opinião pública.

A elite farmacêutica e médica que se configurou a partir da criação da Academia Imperial de Medicina (1835) e das duas associações farmacêuticas nos anos de 1850, buscava então suas diferenças na titulação acadêmica ou na organização de seus saberes específicos em relação a um universo em que as práticas de cura misturavam-se ou concentravam-se num mesmo personagem. Neste quadro, a questão da oficialização do ensino e de seus instrumentos corresponderia à criação de espaços da ciência a serem conquistados. Estas seriam as preocupações principais de grande parte das associações deste tipo que se formaram no período.

A reflexão sobre o processo de institucionalização do ensino farmacêutico no Brasil nos remete à referência portuguesa na sua estruturação e ao papel desempenhado pelas associações neste sentido. As semelhanças entre as propostas e as peculiaridades nas concretizações das associações brasileiras e da Sociedade Farmacêutica Lusitana, merecem ser ressaltadas neste processo entre os anos de 1850 e 1880, período correspondente à duração da Sociedade Farmacêutica Brasileira e do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro.

A questão da instrução e do incentivo que deveria se dar às ciências em geral era ressaltada por ambas monarquias. Grande parte das associações que estavam sendo criadas no período tinham fins pedagógicos³³⁹. Isto explicaria o fato das figuras da rainha D. Maria II e seu esposo D. Fernando II constarem como protetores da Sociedade Farmacêutica Lusitana. No Brasil, o imperador D.

³³⁹ Santos (1979) e Schwarcz (2003)

Pedro II sempre era lembrado na solicitação de apoio. Afinal, a interiorização dos conflitos com relação ao governo e seus representantes, não deixava de ser uma postura política que favoreceria negociações. Mas, nem sempre as medidas legislativas aprovadas por aquelas monarquias constitucionalistas, e os seus respectivos cumprimentos, corresponderiam às expectativas daqueles farmacêuticos em relação ao ensino.

1.1 FARMÁCIA LUSO BRASILEIRA DIANTE DA MEDICINA E DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA:

No Brasil, durante este período, houve duas reformas do ensino médico sobre as quais os farmacêuticos buscaram exercer suas influências para alcançar os seus objetivos de melhoramento do curso farmacêutico oferecido pelas faculdades de medicina do Rio e da Bahia. A primeira delas, conhecida como reforma do Barão do Bom Retiro (Luiz Pedreira do Couto Ferraz), aprovada pelo decreto nº1387, de 28/04/1854; e a segunda, reforma Leôncio de Carvalho, aprovada pelo decreto nº7.247, de 19/04/1879. As reformas de ensino geralmente ficavam conhecidas pelos nomes dos ministros do Império da época em que eram aprovadas, e estas duas deram-se em conjunturas distintas. Na reforma de 1854 ficava evidente um Estado centralizador preocupado em manter o controle sobre o ensino superior ao desfazer várias medidas propostas anteriormente pela lei de 3 de outubro de 1832³⁴⁰, como a abolição da eleição do diretor e da elaboração do regulamento pela Congregação. Formulada num contexto de busca da consolidação do Império brasileiro, esta reforma seguia o modelo educacional napoleônico baseada nos preceitos da medicina hospitalar parisiense, implantada a partir da Revolução Francesa (1789). Já as reformas propostas em 1879 e parte realizada a partir do decreto nº 9.311, de 25/10/1884, refletiram as transformações do conhecimento médico europeu, tendo como pauta a medicina experimental e a implantação do ensino livre e prático, de acordo com o modelo germânico que conciliava a autonomia didática pedagógica com a manutenção da

³⁴⁰ Lei que propôs a transformação das academias médico-cirúrgicas do Rio e da Bahia em faculdades de medicina, quando então foram criados os cursos farmacêuticos e de parteiras, vinculados ao curso médico.

responsabilidade estatal no controle da formação profissional (Edler, 1992). Estas últimas reformas sucederam-se num momento de crise do modelo liberal-escravocrata do Império no Brasil, quando então algumas propostas daquela elite médica foram viabilizadas a partir de sua negociação com a burocracia estatal. O fato destas últimas reformas não terem atendido por completo as reivindicações da elite farmacêutica, mobilizou-a na criação de uma escola independente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

As primeiras associações farmacêuticas criadas na Corte brasileira e a Sociedade Farmacêutica Lusitana, expressariam através de suas propostas interesses distintos entre a medicina e a farmácia na área do ensino. A proximidade ou mesmo aliança entre farmacêuticos e médicos, não anulava a hierarquia que havia entre a medicina e a farmácia. Ao mesmo tempo em que esta aliança proporcionava à farmácia uma distinção com relação a outras artes mecânicas, submetiam os seus atores à autoridade médica, visto que se comprometiam a preparar as receitas prescritas pelos médicos devendo responsabilizar-se pelas drogas utilizadas para a execução das fórmulas magistrais.

Em termos das propostas que eram apresentadas para a farmácia pela Sociedade Farmacêutica Brasileira e pelo Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, buscava-se articular arte e ciência no sentido moderno, retratado pela abelha de Francis Bacon. Mas, na prática esta articulação não acontecia. Isto porque a maioria de seus integrantes acabavam ficando restritos às atividades práticas exercidas em algumas boticas e laboratórios, almejando participar da teorização dessas práticas que se daria através do ensino farmacêutico acadêmico, do qual a classe médica tinha o monopólio. Além de se proporem a elaborar um código farmacêutico brasileiro, o que corresponderia à sistematização e difusão de um saber técnico, reunindo o que estava disperso, esta elite farmacêutica manifestava a necessidade de estar presente também na formação e transmissão do conhecimento teórico e prático que deveria ser ministrado no espaço acadêmico, das faculdades, identificado como espaço da ciência. Para a realização destas propostas, o grupo de farmacêuticos procurava se articular com os médicos de formas diferenciadas. Na elaboração da farmacopéia, enfatizavam a colaboração dos médicos clínicos e botânicos que

deveriam opinar a respeito do uso terapêutico e da classificação de algumas substâncias indígenas. Aplaudiam assim, obras de autores médicos que poderiam contribuir para a elaboração do código, tais como o “Formulário ou Guia Médica”, de Chernoviz; o “Dicionário de Plantas Medicinais Brasileiras” (1862), de Nicolau Joaquim Moreira; “Da dissertação inaugural sobre os medicamentos brasileiros que podem substituir os exóticos na prática da medicina no Brasil”, de Domingos Guimarães Peixoto. Estas obras por sua vez, utilizavam como referência aqueles estudos do período ilustrado, tais como os de autoria de Arruda da Câmara, Frei Mariano da Conceição Veloso, Carl Friederich von Martius, Auguste Saint-Hilaire.

Já com relação às suas propostas voltadas para o ensino farmacêutico, defendiam uma autonomia maior da farmácia com relação à medicina, opinando que o curso farmacêutico ministrado pelas faculdades de medicina do Império, deveriam ser ministrados por lentes que fossem farmacêuticos, e não médicos. As insatisfações com o curso farmacêutico ministrado nas faculdades e com as reformas propostas, motivariam a criação de duas escolas pelo Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, a Escola de Humanidades (1874) e a Escola Superior de Farmácia (1884). Estas iniciativas nos remeteria para o modelo anglo-saxão, pelo qual as associações administravam cursos de formação farmacêutica, emitindo títulos³⁴¹. Isto é, embora fosse pleiteado o apoio do governo imperial, essas iniciativas foram de cunho particular, não sendo competência do Estado. Mas, por outro lado, aquelas associações brasileiras tentariam também a legitimação da atividade farmacêutica via faculdades de medicina, que era competência do Estado, caminho que costuma ser atribuído pela historiografia à França, Espanha, Alemanha, através das universidades³⁴².

Desde o seu início no espaço acadêmico, o ensino da farmácia luso-brasileira vai estar vinculado ao da medicina expressando e fortalecendo uma posição de inferioridade e de dependência da farmácia na hierarquia acadêmica. Nos séculos XVI e XVII, foi instituída a dupla legitimação do

³⁴¹ Em Londres foi criada em 1841, a *Pharmaceutical Society of Great Britain*, que no ano seguinte estabelecia uma escola de farmácia, uma biblioteca e um museu de matéria médica. Ver a esse respeito Holloway (1991).

³⁴² Ver Coelho (1999) trata dos modelos de profissionalização questionando suas limitações que acabariam por adquirir uma conotação dualista, sendo definidos a partir do papel do Estado, na sua intervenção ou não intervenção (auto-regulação).

boticário³⁴³, que se dava pelo Físico-Mor (Regimento do Físico-Mor do Reino, em 1521) e pela Universidade de Coimbra (Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos Velhos, 1604). A legitimação conferida pelo Físico-Mor não dissociava a formação, do exercício farmacêutico, que davam-se no mesmo espaço das boticas oficinas. A partir do Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos Velhos de 1604, a legitimação do boticário poderia ser obtida por outra via, a da Universidade de Coimbra, que autorizava o seu exercício por todo o império luso, independente da autoridade do Físico-Mor. Mas, a formação continuava dando-se nas boticas, que ficavam sob a responsabilidade do Reitor da Universidade. Como observou Rocha (2004), esta dupla legitimação produziria uma ambiguidade ao combinar duas lógicas tendencialmente opostas, a lógica acadêmica e a do trabalho. Em 1772, com a reforma pombalina dos Estatutos da Universidade de Coimbra esta ambiguidade seria reforçada a partir da criação do Dispensatório Farmacêutico, quando a formação oficial do boticário passou a ser realizada no interior da universidade. Percebe-se então, que o regime de aprendizagem oficial realizado dentro e/ou fora do espaço acadêmico da Universidade de Coimbra e das escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto, ou das faculdades de medicina do Brasil, permaneceria ao longo do século XIX. No interior destas instituições de ensino, as cadeiras relacionadas à farmácia eram geralmente vistas como complementação do curso médico, como sendo úteis à medicina. Em Portugal especificamente, as cadeiras pertencentes ao ramo da cirurgia ocuparia um lugar semelhante às da farmácia na Universidade de Coimbra.

O desejo de obter autonomia das instituições de ensino da medicina e a vontade de se equipararem aos médicos e cirurgiões, em termos de prestígio e reconhecimento, estava implícito nas propostas de melhoria do ensino feitas por estes farmacêuticos. Por outro lado, eram partilhadas por essas associações as impressões e sentimentos de inferioridade por estarem atrasados em relação aos países europeus considerados como centros científicos, a respeito do ensino farmacêutico.

Como vimos anteriormente (parte I), a questão do atraso científico atribuído a Portugal estendendo-se ao Brasil vai estar presente tanto no discurso dos

³⁴³ Ver a esse respeito Pita (2000) e Rocha (2004).

farmacêuticos reunidos em associações durante o século XIX, como em parte da historiografia sobre o período. Com relação ao ensino, esta questão do atraso era sempre ressaltada sendo citado com frequência o fato de não possuírem escolas de farmácia independentes das de medicina.

Em 1853, o redator da *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, o farmacêutico Manoel Hilário Pires Ferrão citava Portugal como exemplo para o Brasil:

(...) se Portugal mesmo acaba de dar-nos uma prova cabal de que bem compreende as necessidades e a posição inerente a essa classe, apresentando por último a Sociedade Farmaceutica Lusitana um projeto para a criação de Escolas especiais de farmácia, cuja adoção parece mais que provável pelo governo desse país: muito embora seja ainda entre nós controversa para muitos a utilidade da criação de uma cadeira de farmácia anexa às faculdades médico-farmacêuticas do Brasil; muito embora se acredite não deve ter o farmacêutico entrado no Corpo de Saúde do Exército, e apenas com posição ínfima no Corpo de Saúde da Armada Imperial; muito embora, finalmente, se queira ainda a todo o custo considerar o farmacêutico como simples 'Boticário', ou para melhor dizer, como simples depositário e guarda de recursos terapêuticos da medicina, encarado mais como negociante do que como homem de ciência; nem por isso devemos esmorecer...³⁴⁴

Nos anos de 1870, na época do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, o sentimento de atraso mantinha-se como podemos observar nas palavras de um dos seus sócios e redator em discurso proferido na presença do Imperador Pedro II:

Vossa Majestade, o Imperador conhece de perto os congressos e sociedades de farmácia da Europa, onde em regra geral é o progresso da ciência que preocupa os seus associados. Outro tanto não se dá entre nós, que, por motivo de circunstâncias, que é penoso confessar, não possuímos as condições de vitalidade científica, pelo que ainda é necessário construir os pedestais onde ela se deve erguer (...) no Brasil acha-se reduzida a uma corporação teoricamente científica e puramente comercial no sentido prático, quando em além mar o homem da arte não é um mercador, mas o nobre depositário da ciência e do sacerdócio (...) Nos mais civilizados pontos do globo as escolas de farmácia existem e regem-se independentes das de medicina.³⁴⁵

³⁴⁴ Rio de Janeiro, v.3, p.7, 1853-1854.

³⁴⁵ Discurso do sr. Farmacêutico Antônio Joaquim Teixeira do Azevedo como orador do Instituto por ocasião da sessão de 19/03/1876 sob a assistência de S.M. o Imperador. *Tribuna Pharmaceutica*, Rio de Janeiro, série 2ª, n.7-8, 1876, p.172-177.

O exemplo de Portugal servia como elemento mobilizador para os farmacêuticos brasileiros que com a reforma de ensino de 1854, conseguiram formalizar a criação de uma cadeira de farmácia prática no curso farmacêutico vinculado às faculdades de medicina, na tentativa de levar a aprendizagem oficial para dentro do espaço acadêmico, como veremos adiante. Mas, é interessante observar também a importância da referência francesa para a farmácia, que era ressaltada nos comentários a respeito do estudo do doutor em medicina, Domingos Marinho de Azevedo Americano³⁴⁶, no periódico da Sociedade Farmacêutica Brasileira. Ezequiel enfatizava que o estado do cidadão enfermo dependia do melhoramento do ensino farmacêutico, citando a França como um lugar onde a farmácia era ensinada cuidadosamente atendendo a todas as circunstâncias para que a lei não fosse desrespeitada.

Reproduzia texto de Azevedo Americano, no qual era feito um histórico do ensino da arte farmacêutica em França, desde a primeira lei de 25/04/1777, quando foi criado um colégio de farmácia em Paris que dava lições sobre os diferentes ramos da farmácia e matéria médica. Com a revolução, em 1791, o colégio foi extinto e em seu lugar, mais tarde, foram organizadas novas escolas de farmácia em todos os lugares onde houvesse faculdades de medicina, o que foi estabelecido pela lei de 21 germinal, Ano XI da República, de 11/04/1803. Nos anos de 1840, havia três escolas de farmácia em França: a de Paris, a de Montpellier e a de Strasburgo, quando então foram criadas as universidades que reuniram estas escolas pela Ordenação Real de 27/09/1840.

Comparando a França com o Brasil, observava que embora aqui tivesse sido criada uma cadeira de farmácia, esta era dirigida por um médico fora de um anfiteatro. Já na França, a disciplina denominada manipulações químicas e farmacêuticas, que fazia parte do 3º ano do curso e correspondia ao exercício da

³⁴⁶ Azevedo Americano fora a Europa por ordem do governo para estudar o estado das instituições médicas, tendo sido autor da Memória sobre o estado atual das instituições médicas de França, Prússia e Grã Bretanha. RJ: Typ. Nacional, 1845, cuja parte referente à farmácia era apresentada por Ezequiel (pai) no periódico da associação. Ver Escolas de Farmácia. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano 4, n.7, p.100-104, jan.1855; n.8, p.123-126, fev.1855.

arte, era dada por um farmacêutico no anfiteatro³⁴⁷. Criticava também a realização de exames de farmácia nas Faculdades de Medicina do Brasil, pela forma antiga, julgados por quem não tinha conhecimentos suficientes sobre a parte prática:

talvez com certificados falsos tanto de idade como de haver praticado essa ciência, e esses mesmos exames versando somente sobre teorias perguntadas por quem nunca viu senão exteriormente uma botica³⁴⁸.

As informações sobre a farmácia na Alemanha também eram veiculadas no periódico da associação brasileira, através da reprodução de tradução de um trabalho do diretor da Escola de Farmácia de Paris, Antoine-Alexandre Brutus Bussy, que fora publicado inicialmente em um dos números da *Gazeta Médica do Porto*³⁴⁹. O redator Manoel Hilário Pires Ferrão, referia-se à “grande diferença que resulta da comparação do estado desta ciência nesses lugares com aquilo a que entre nós impropriamente damos o mesmo nome”. Bussy considerava a forma de titulação prussiana do farmacêutico mais razoável que na França. Para se titularem tinham que passar por duas provas escritas, sendo a primeira eliminatória tratando de questões de mineralogia, botânica e toxicologia, e uma segunda, cujo objeto era a química; cinco provas práticas que envolviam preparações galênicas, de produtos químicos, análises químicas, pesquisa analítica e reconhecimento das drogas; e por um exame de discussão pública perante uma comissão formada por oito membros. Comentava que com a precisão das provas práticas, vinha se formando na Alemanha grande número de farmacêuticos “muito hábeis manipuladores, saídos dos laboratórios de Giessen, de Berlim que podem ser consultados com toda a segurança pelos tribunais nos

³⁴⁷ Anfiteatro – era a forma de sala de aula disposta em bancadas tendo ao centro junto da janela central a mesa do professor com bicos de gás, de modo que as demonstrações de experimentos pudessem ser visualizadas de longe por todos, que era complementada por um gabinete, onde se faziam experiências de química. O laboratório químico da Universidade de Coimbra em 1872 era repartido em 3 espaços distintos: este anfiteatro; uma sala para estudo e trabalho dos professores contendo bicos de gás, balanças de precisão e uma pequena biblioteca; e uma grande sala tipo oficina, destinada aos trabalhos dos alunos que poderiam chegar ao número de 16, sendo realizados estudos de reações características de análise de tipo qualitativa. Este último espaço onde era ministrado o ensino prático, a frequência dos alunos de farmácia era obrigatória. Descrições feitas na *Memória História da Faculdade de Filosofia* por Joaquim Augusto Simões de Carvalho (1872) apud Ferraz, 2002 p.135-136.

³⁴⁸Escolas de Farmácia. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano 4, n.7, p.104, jan.1855.

³⁴⁹ Farmácia na Alemanha. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, v.3, p.71-78, 1853-1854.

casos da medicina, e às luzes dos quais os industriais, os fabricantes, os agricultores constantemente têm recorrido”.

Com relação a Portugal, na década de 1880 as referências se inverteriam, quando o ensino médico brasileiro era elogiado como se tivesse obtido mais conquistas do que as escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto. Em 1885, o médico higienista português, Ricardo Jorge considerava que, embora as vias de comunicação tivessem se ampliado e as necessidades crescentes das ciências se relacionarem, Portugal mantinha-se numa posição “encurralada, asfixiado nesta estreita faixa, covardemente segregados do grande mundo”³⁵⁰. Ricardo Jorge fez parte nesta época da comissão que estudou a reestruturação do ensino médico, como representante da Escola Médico-Cirúrgica de Porto. A comissão chegou a propor a extinção da escola de medicina de Coimbra, alegando que três escolas da área médica seriam demais para um país pequeno, como Portugal, o que levou a vários protestos por parte dos coimbrãos (Garnel, 2003). No relatório, Ricardo Jorge comentava sobre a tradição portuguesa de importar professores para suas universidades desde a época de D. João III (1521-1557), quando então eram priorizados os vindos da Itália e Espanha. Posteriormente, nos anos de 1860-1880, os focos passariam a ser França e Alemanha.

De fato, a Memória Histórica da Faculdade de Filosofia (1872) (apud Ferraz, 2002, p.137) informava sobre a contratação por cinco anos em 1868, de um químico alemão de nome Tollens, para dirigir os trabalhos práticos na Universidade de Coimbra, freqüentados em sua maioria por alunos de farmácia. Mas, Tollens não chegaria a completar um ano na Universidade.

Ricardo Jorge apresentava como solução para se alcançar os benefícios de uma cultura adiantada além de importar bons professores, enviar os professores mais aptos para os grandes centros. O Brasil e o Chile eram citados como países que teriam recorrido a estes meios, e como ex-colônias tributárias forçadas da medicina da metrópole, haviam florescido com suas faculdades, ricas de professores e laboratórios, “a causarem inveja às nações da Velha Europa de onde promanaram”. Os nomes dos médicos brasileiros Domingos José Freire

³⁵⁰ Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública na sessão de 01/10/1885, pelo Delegado da Escola Médico-Cirúrgica de Porto (Ricardo Jorge). *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*, Lisboa, t.49, n.5, p.131-162, maio 1885: n.7, p.195-226, jun.1885.

Júnior e Cláudio Velho da Motta Maia que tinham viajado em comissão para a Europa, e opinado sobre as reformas do ensino aprovadas em 1879, eram reverenciados em seu relatório. Quanto ao curso farmacêutico, Ricardo Jorge observava que o farmacêutico deveria possuir um grau de conhecimento das ciências físicas e naturais igual ao do médico. Chamava a atenção para a falta de uma história natural médica e de um horto botânico, que seriam lacunas também do curso médico. Em finais do século XIX, os médicos portugueses começavam a conseguir a viabilização de algumas de suas propostas reivindicadas anteriormente, como a separação das disciplinas de Higiene e Medicina Legal, ministradas conjuntamente desde 1836 em Coimbra, e 1863, na escola de Lisboa (Garnel, 2003). Isto geraria tensões entre os médicos e farmacêuticos reunidos nas associações, quando os médicos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, passavam a considerar a medicina legal como assunto exclusivo da classe médica, conquistando um espaço junto ao poder judicial.

1.2 BOTICÁRIOS E/ OU FARMACÊUTICOS? OFÍCIO E CIÊNCIA

A permanência da dupla legitimação do farmacêutico manteve-se tanto no Brasil, como em Portugal, mesmo depois da extinção da Fisicatura nos anos de 1828 e 1836, respectivamente. A sobrevivência desta tradição e ambiguidade durante o século XIX, podia ser lida nas representações que estavam sendo construídas a respeito do ofício farmacêutico por aqueles que integravam as associações no Rio de Janeiro e em Lisboa.

A historiografia tradicional da farmácia e da medicina brasileira costuma considerar que mesmo depois da criação do curso farmacêutico nas faculdades de medicina do Império, em 1832, as designações de botica e boticário continuaram prevalecendo, sendo utilizadas como sinônimos de farmacêutico e farmácia ao longo do século XIX (Santos Filho, 1991). Mas, para os farmacêuticos das associações deste século, esta sinonímia não passaria despercebida.

A imagem idealizada do farmacêutico moderno e a negação de imagens passadas, identificadas com a designação de boticário principalmente a partir dos anos de 1870 no Brasil, seria utilizada por aqueles farmacêuticos como

argumento para a obtenção do estatuto de ciência e a conquista de um lugar no universo de cura formal acadêmico. Estas idéias antecederam a ação voltada para a concretização da proposta da educação do farmacêutico pelo farmacêutico desencadeada pelo Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro em 1884, a partir da criação de uma escola superior de farmácia (Velloso, 2006a).

Através de algumas imagens de praticantes da farmácia em espaços e tempos diversos, nota-se algumas das transformações por que passaram o ofício do farmacêutico entre os séculos XVIII e XIX.

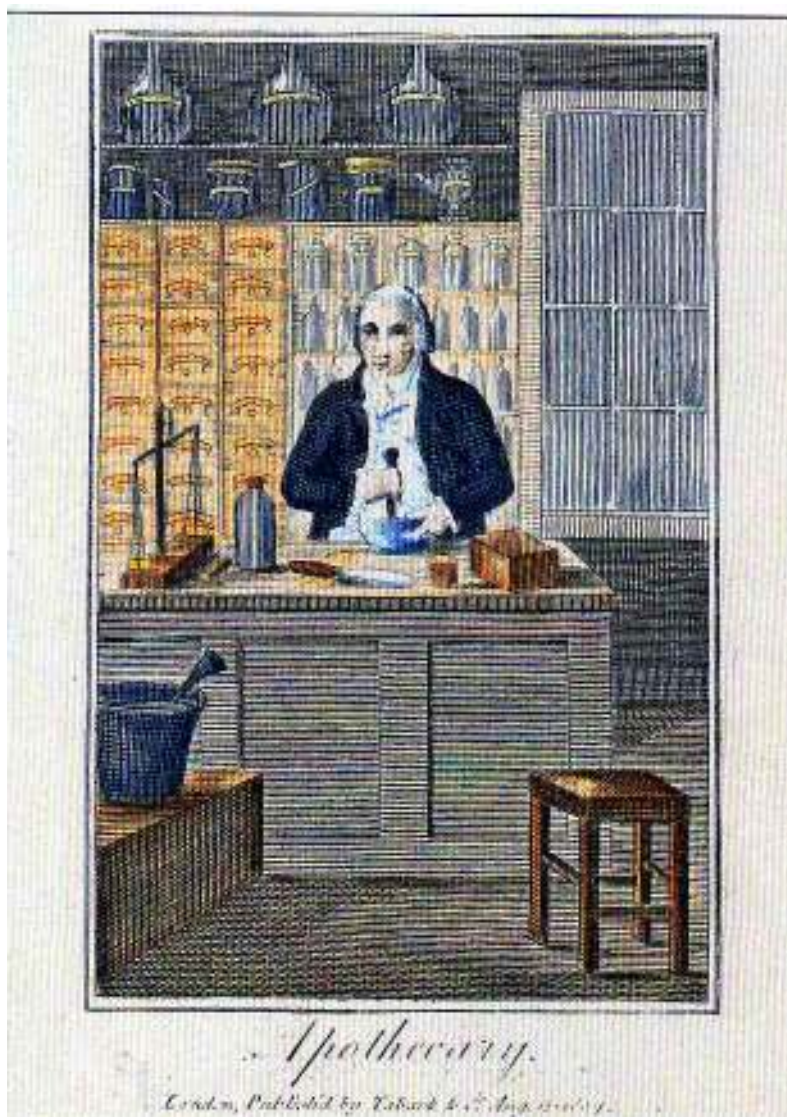
Figura 1 e 2: Um boticário e mulher de boticário. Cópia de gravura alemã de Mart. Engelbrecht, c. 1735³⁵¹.



³⁵¹ *Museum of the Royal Pharmaceutical Society of Great Britain*– doação da *Ordre National des Pharmaciens de France* – 1955. Imagens adquiridas durante visita realizada ao referido Museu, em Londres, durante período de estágio de Doutorado em Lisboa.

As figuras masculina e feminina retratavam um ofício que concentrava todos os seus instrumentos de trabalho, estando a maioria presa aos seus próprios corpos ou mesmo formando este corpo (vasos, garrafas, vidros, seringas, fornos, almofarizes). Na figura masculina o tronco do boticário é um forno ao passo que na feminina é um almofariz (recipiente onde as ervas eram maceradas). As plantas em torno e as serpentes ou víboras dentro dos vidros presos aos braços do boticário representariam a natureza, de onde tiravam material para os remédios. A presença da figura feminina poderia traduzir aí a face doméstica do fazer farmacêutico. Mas, destaca-se aqui o fato deles estarem representados com todos os seus instrumentos de trabalho dispostos ao ar livre, sugerindo uma atividade artesanal itinerante dotada de um conhecimento empírico. Era freqüente naquela época a ida do boticário à casa do cliente seja para aplicar as terapêuticas usuais, tais como aplicação de clisteres, sanguessugas ou ventosas, seja para entrega de medicamentos preparados por eles (Boussel, 1982). As imagens do boticário e sua mulher boticária poderiam representar também a organização de tipo familiar, quando a botica confundia-se com a casa do boticário, sendo constituída pelo mestre boticário ou sua viúva, tendo como seus associados e aprendizes do ofício, geralmente, membros da família tais como filhos e genros. Esta tradição permaneceria por todo o século XIX tanto no Brasil como em Portugal, como podemos observar na trajetória de alguns farmacêuticos que compuseram as associações (parte I).

Figura 3: Um boticário. Londres, 1801³⁵² :



Esta imagem contrasta com a anterior ao representar o boticário em seu estabelecimento, onde há uma disposição dos recipientes em prateleiras, uma balança para pesar as substâncias, traduzindo a organização de um espaço físico determinado para a realização deste fazer – a botica ou loja de botica. O cliente iria até o seu estabelecimento e não ele atrás do cliente, como pode sugerir a

³⁵² *Museum of the Royal Pharmaceutical Society of Great Britain*. Cartão-postal adquirido durante visita realizada ao referido Museu, em Londres, durante o período de estágio de doutorado, em Lisboa.

figura anterior. A natureza aqui não está representada ao vivo, como na imagem anterior mas, podemos imaginar o conteúdo dos vidros dispostos como sendo de extratos ou tinturas de plantas ou mesmo ervas medicinais dentro das gavetinhas, por detrás do boticário. A organização continuava sendo do tipo familiar mas os seus proprietários passavam a habitar no andar superior do estabelecimento.

A característica comum entre uma e outra imagem seria o boticário como um preparador de medicamentos, o que teria mudado eram as formas de organização de seu trabalho causadas em parte por uma inovação das técnicas na preparação dos remédios ampliando e diversificando as formas farmacêuticas. A cultura material das boticas se transformara, os almofarizes diminuía de tamanho, deixando de ser metálicos e passando a serem de vidro ou porcelana. Eram criados novos instrumentos tais como balanças para a determinação de densidades e aparelhos para pulverização³⁵³.

A negação da sinonímia entre boticário e farmacêutico, por alguns farmacêuticos filiados às associações teria a ver com o desejo destes construir uma nova imagem de seu ofício, que deveria ser a de um profissional científico, o que passava pelo seu tipo de formação. As diferenças entre um e outro eram ressaltadas em conferência proferida pelo farmacêutico Manoel Hilário Pires Ferrão, filiado ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, tornando-se tema do editorial da *Tribuna Pharmaceutica*. Na conferência intitulada “Da Farmácia no Brasil e de sua importância: meios de promover o seu adiantamento e progresso”³⁵⁴, ele definia boticário como qualquer um que resolvesse abrir uma botica e comercializar a retalho vários remédios sem ter direito para isso. Mas, geralmente este boticário e o farmacêutico habilitado eram identificados como boticário pela população. Novamente a França era citada como um exemplo a ser seguido, pois desde finais do século XVIII (dec. de 17/03/1791) adotara o nome de farmacêutico para designar aqueles que eram formados em farmácia, ou seja, na ciência, e oficina e laboratório farmacêutico substituíram o termo botica.

³⁵³ Ver a esse respeito Pita (2000).

³⁵⁴ *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, 2ª série, n.3, 1875, p.67-77. O resumo da conferência foi publicado no *Jornal do Commercio*, RJ, 29/10/1875, p.3.

A sua conferência fez parte da série das chamadas Conferências Populares da Glória, realizadas aos domingos nas escolas públicas da freguesia da Glória, no município da Corte, visando divulgar a ciência e a cultura, tendo sido organizadas pelo Conselheiro Manoel Francisco Correia. Ver a esse respeito Fonseca (1996).

Acreditava que naquele país, a farmácia mantinha “um paralelismo de dignidade e proficiência com a classe médica”. Chamava a atenção para a importância da farmácia como estabelecimento que lidava com a saúde, e que por isso deveria ter um tratamento diferenciado de outras casas comerciais, no que se refere à cobrança de impostos e jurisdição. Este falar representava, assim, os anseios de uma elite farmacêutica de se equiparar aos médicos, procurando se desvencilhar da imagem do farmacêutico submisso à autoridade médica e reivindicando outros espaços de atuação além de preparo e conservação de medicamentos. O estatuto de ciência era identificado então, com a formação obtida pelo curso farmacêutico das faculdades de medicina.

Boticário, como o que aprendia o ofício na prática cotidiana das boticas aparecia associado às corporações de ofício, características da idade média, correspondendo à imagem de “cozinheiro de médico” que poderia caracterizar tanto uma relação de inferioridade em relação ao médico, como um fazer alquímico, de conotação mágica, como pode sugerir a primeira imagem. Uma imagem “antiga” que contrastava com a do “farmacêutico moderno” que tinha como ambiente de trabalho um laboratório, onde se utilizava da química para analisar e manipular os medicamentos, assessorado por ajudantes, e não mais uma “cozinha”, onde se praticavam excêntricas alquimias.

Esta distinção era também ressaltada com relação à legislação vigente. No ano de 1874, era lançada a *Tribuna Pharmaceutica*, que num dos seus primeiros editoriais³⁵⁵ chamava a atenção para a necessidade de reformar o regulamento da Junta Central de Higiene Pública, aprovado pelo decreto de 29/09/1851:

Não julgamos bastante dizer que não pode o exercício da farmácia ter lugar senão por profissionais legais; é preciso que haja clareza e precisão nestas definições, em que vão os sagrados interesses de uma classe e mesmo os de uma sociedade mais numerosa³⁵⁶.

Criticava, assim, a falta de clareza no texto da lei que chamava farmacêutico de boticário, não fazendo distinção entre o especieiro e o herborista,

³⁵⁵ *Tribuna Pharmaceutica*, Ano I, 1ª série, n. 3 e 4, p.3-9, out-nov. 1874.

³⁵⁶ *Idem*, p.9.

o droguista e o farmacêutico. A legislação brasileira era considerada atrasada, sendo vista como equivalente à mesma de cinco séculos atrás para os boticários de Paris.

No Relatório do Presidente da Junta Central de Higiene Pública, referente ao ano de 1874 (1875), ficava clara a sugestão de como a legislação da época traduzia a falta de distinção entre os praticantes de farmácia leigos e os habilitados legalmente. Neste, José Pereira Rego informava sobre as licenças para abrir boticas a farmacêuticos sem formação científica e conservar abertas as que já possuíam antes do regulamento de 1851. Desde 1857, através de decreto nº2055, aprovado em 19 de dezembro, tinha sido aberto um precedente a este regulamento, ao permitir que leigos solicitassem licença para abrirem boticas em locais onde não houvesse farmacêuticos habilitados e que carecesse deste tipo de serviço. De acordo com Rego, esta medida teria por fim prover de boticários o interior do país, visto que o número de diplomados pelas faculdades de medicina do Império seria insuficiente, além do que a saída dos centros urbanos para o interior não lhes oferecia nenhuma vantagem. Observava que a medida legislativa acabaria por incentivar solicitações de licenças que extrapolariam aquelas condições, condenando os atestados obtidos à custa do apadrinhamento. Entre os anos de 1870 e 1873, de 260 requerimentos de licenças analisados, 100 foram aprovados pela Junta, mas o Governo Imperial foi favorável a 160. Este número foi distribuído entre a Corte (4) e as diversas províncias do Império, sendo as do Rio de Janeiro (29), Minas Gerais (71) e São Paulo (29) as contempladas com maior número de licenças, o que traduzia o lugar que ocupavam no império como centros econômico, cultural e político tendo conseqüentemente maior poder de barganha para a obtenção das licenças.

Rego assinalava que para impedir que os leigos exercessem a prática farmacêutica, que prejudicava o estabelecimento de farmacêuticos legalmente habilitados, bastava qualquer legislação que obrigasse aqueles que se utilizassem do decreto citado para se estabelecer no interior, a prestar um exame prático de farmácia perante as faculdades de medicina do Império. A mesma medida deveria ser aplicada aos empregados nas capitais. Na capital do império, o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro tentava ocupar o espaço destinado à preparação dos praticantes e ajudantes através da criação da Escola de Humanidades em

1874, encaminhando representação à Junta, na qual solicitava melhoramentos no exercício prático da farmácia.

Em Lisboa, a Sociedade Farmacêutica Lusitana também debateu sobre a sinonímia ou não entre boticário e farmacêutico. No seu periódico era noticiada a criação de uma comissão para decidir se deveria ser substituída a designação de boticário e botica nos documentos oficiais, por farmacêutico e farmácia. O parecer da comissão concluía que “para o homem iluminado que pratica com distinção a farmácia, é lhe muito indiferente ser chamado boticário ou farmacêutico”³⁵⁷.

O farmacêutico de Porto, Francisco Bernardo dos Santos, autor daquela sugestão, baseava-se em artigo de Joaquim Nunes Barbosa, o qual expunha as diferenças gramaticais entre uma palavra e outra e suas implicações. Barbosa através do sentido etimológico da palavra boticário, associava-a ao mercador, pois era aquele que tinha loja (botica), que teria a função de guardar, armazenar. A designação de boticário a seu ver, conviria ao mercador de panos, ao confeiteiro e ao droguista. O emprego do termo boticário daria uma conotação à farmácia de uma profissão simplesmente mecânica como a marcenaria ou a serralheria. Já, a palavra farmacêutico teria uma etimologia especial, médica, significando medicamento, remédio tendo derivados expressivos “pharmacia, polypharmacia, pharmacopéa, pharmacopola, pharmacologia”. Uma profissão liberal, útil e nobre que pressupunha conhecimentos superiores aos da rotina comercial. O emprego da palavra farmacêutico subentendia a farmácia como um ramo da medicina, podendo ser exercida sem comercializar e sem ter que ter uma botica. As fórmulas magistrais para Barbosa já não eram ordens executadas por caixeiros, boticários, mas prescrições preparadas por alunos de farmácia.

Através dos significados das palavras boticário e farmacêutico, Barbosa projetava um ideal de farmacêutico a ser atingido, ou seja, de um profissional dotado de conhecimentos científicos e valorizado como representante de uma arte nobre. Ao aproximar a farmácia da medicina, tentava-se aqui resgatar a imagem positiva do boticário da época de D. Afonso V, quando lhe foram

³⁵⁷ Parecer da Comissão ad hoc sobre uma proposta do sócio benemérito o Sr. Francisco Bernardo dos Santos, do Porto, com respeito à substituição da palavra boticário por farmacêutico. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, p.110-112, 1861.

concedidos uma série de privilégios pela carta régia de 22/04/1449³⁵⁸. Já de acordo com a legislação, a partir do século XVI³⁵⁹ houve um desprestígio da atividade do boticário, que passou a ser incluída entre os ofícios mecânicos, adquirindo uma conotação de comerciante mercenário, disposto a adulterar os medicamentos e vendê-los por preços abusivos³⁶⁰.

Pelo Regimento de 1604, houve uma tentativa do Reinado de D. Sebastião de incentivar a formação de boticários através da Universidade de Coimbra. Nesta foram instituídos vinte partidos, que eram bolsas com fins de financiar a formação dos futuros boticários. As bolsas acabavam sendo destinadas aos mestres boticários, donos das oficinas, para custear as despesas com os alunos. Depois de dois anos de aprendizado do latim e de mais quatro anos de prática em uma botica, os alunos eram submetidos a exames, cujo júri era formado por médicos professores da Faculdade de Medicina da Universidade e por boticários. Mas, esta formação prática não conferia qualquer grau acadêmico ao boticário, apenas habilitando-o para o exercício, diferenciando-o dos que estudavam medicina. Como observou Pita (2000), isto reforçaria a concepção da arte farmacêutica como uma arte mecânica, inferior à arte médica, que tinha o caráter doutrinal. Por outro lado, o fato deste regimento excluir os cristãos novos tanto por parte dos alunos como dos mestres boticários viriam se somar às medidas do Tribunal da Inquisição, em atividade na Europa católica desde o século XV, com o intuito de expulsar os judeus de seu território. O mesmo regimento excluía também os árabes, que sendo escravos, ficavam proibidos de manipular quaisquer medicamentos nas boticas. Em 1654, era proibido o exercício da farmácia por judeus. Desta forma, muitas vezes a má reputação do ofício aparecia associada à origem judaica de seus praticantes. Mas, na realidade a discriminação racial era utilizada para anular fortes concorrentes no terreno das artes de curar, gerando uma escassez de boticários. Logo, o regimento de 1604 poderia ser visto como uma forma de suprir esta escassez possibilitando aos cristãos velhos uma oportunidade de ascensão social. Grande parte dos boticários formados a partir

³⁵⁸ Ver na parte I, nota n. 87, p.43.

³⁵⁹ Através do Regimento do Físico-Mor do Reino de 1521, era estabelecida a obrigatoriedade dos exames de habilitação para exercer o ofício de boticário, alegando-se que muitos que assentavam boticas não sabiam fazer as mesinhas como devem.

³⁶⁰ Ver o estudo de Vera Beltrão Marques (1999, p.155-234), no qual refletiu sobre a natureza do ofício do boticário setecentista.

deste regimento eram filhos de sapateiros e alfaiates, ou seja, praticantes de ofícios mecânicos³⁶¹. Marques (1999), chamou a atenção para o fato de que muitos dos boticários de origem judaica nesta época, teriam vindo para o Brasil.

A historiografia tradicional da farmácia ao referir-se à separação entre a artes da medicina e da farmácia, que no ocidente teria sido sugerida pelos nestorianos a partir do século VIII, ressaltou a importância da farmácia nesta época, quando era vista como irmã da medicina, e não escrava (“Pharmacia soror medicinae, non ancilla”). As atividades da farmácia, que deveria ser a de preparar os medicamentos, era vista como complementar e não subordinada a da medicina, que deveria assistir aos enfermos (Carvalho, 1924). No entanto, esta divisão de tarefas muitas vezes não seria cumprida na prática, até mesmo no século XIX, como já foi mencionado neste estudo (parte II).

Mas, se pensarmos em termos de formação dos que lidavam com a farmácia, mesmo na época que eles passaram a ser desprestigiados, ela podia ser adquirida através de mestres boticários, proprietários de estabelecimentos particulares reconhecidos ou através das farmácias conventuais. Os mestres boticários eram responsáveis pela formação técnica de seus aprendizes, iniciando-os nas diferentes operações farmacêuticas (destilação, infusão, maceração, trituração, etc) e nas preparações galênicas (pílulas, emplastos, xaropes, ceratos, etc). Os aprendizes também deveriam tomar conhecimento das plantas, identificando nome, origem, aspecto, odor e a forma de recolhê-las e conservá-las (Rocha, 2004, p.47). É importante notar que as farmácias conventuais sobressaíam entre os séculos XVI e XVIII como importantes espaços não só de formação, como também de produção de conhecimentos médicos e farmacêuticos, destacando as representadas pelas ordens religiosas tais como Companhia de Jesus, Dominicanos, Regrantes de Santo Agostinho (Pita, 2000). O farmacêutico Alberto Carlos Correia da Silva³⁶² nos chamou a atenção para as autorias de umas das primeiras farmacopéias publicadas no século XVIII em Portugal, terem sido dos monges boticários Frei Caetano de Santo Antônio, do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (“Pharmacopea Lusitana”, 1704) e Frei

³⁶¹ (Sousa Dias* apud Rocha, 2004, p.64-65). * “‘Os ratos da Inquisição’ e os boticários portugueses: Antônio Serrão de Castro”. *Farmácia Portuguesa*, n.25, set.-dez.1983, p.46-51.

³⁶² Ver Inventário..., (1998, p.117-231) onde há uma relação das drogas e remédios, livros, vidraria da botica do Mosteiro de Grijó, em Porto.

João de Jesus Maria, do Mosteiro de São Tirso (“Pharmacopea Dogmatica”, 1772). Já o médico Lourival Ribeiro (1979) referindo-se às boticas dos colégios dos jesuítas no Brasil, observou que além deles executarem fórmulas de médicos consagrados na época como João Curvo Semedo (1635-1719) e Thomas Sydenham (1624-1689), criavam fórmulas novas.

A Sociedade Farmacêutica Lusitana no seu início, comporia sua biblioteca com livros dos conventos que haviam sido expropriados no governo de D. Pedro IV³⁶³. Pela portaria de 03/11/1835, lhe foi entregue parte do prédio do Convento dos Carmelitas calçados para realização de suas sessões, e o pequeno jardim para a realização do estudo prático de botânica (Ribeiro, 1879, v.8). No Brasil, não devemos nos esquecer que as escolas de cirurgia do Rio e da Bahia foram instaladas onde funcionaram anteriormente os antigos colégios dos jesuítas. Enfim, não dava para se negar o peso desta tradição na formação dos praticantes das artes de curar do século XIX. A permanência da designação de boticário, que traduzia um processo de aprendizagem do ofício nas boticas, poderia ser vista também como expressão desta tradição.

Na capital do império brasileiro durante os anos de 1850, o sentido da palavra boticário já aparecia de forma bastante controvertida. Isto é percebido através de outro jornal chamado *O Boticário: periódico crítico, joco-sério e corretivo*, de Próspero Diniz que circulou por alguns meses na cidade do Rio durante o ano de 1852. Neste, havia uma retratação em versos da figura do boticário:

Ter respeito à Monarquia/ Beijar a mão do Vigário, / Amar as moças bonitas/
É regra de boticário.
Ter serventes e caixeiros/ E não lhes pagar o salário, /É ser ladrão, ser
tirano: / É regra de boticário...

Com boas drogas, / Bem escolhidas/ Curo moléstias, / Saro feridas; / Só
peço a Deus/ O valimento, / Que inspire e seja / Meu pensamento

As regras do boticário variavam entre atitudes nobres e atitudes desonestas. Já em outros versos pedia inspiração divina para o bom desempenho

³⁶³O decreto de 30/05/1834 extinguiu todas as ordens religiosas masculinas e nacionalizava todos os seus bens, à exceção de alguns considerados indispensáveis ao serviço religioso (Mattoso, 1993, p.89-105).

de seu ofício. Por outro lado, através da leitura de alguns dos artigos do jornal, havia a revelação de uma postura crítica e irônica diante da situação das instituições de ensino superior, chamadas de “fábricas de fazer doutores”, nas quais, os professores eram mal remunerados e os estudantes eram como “papagaios repetidores de compêndios”. Fazia-se também uma crítica aos praticantes da homeopatia e aos médicos alopatas no tratamento e no interesse mercantilista, dispensados na epidemia da febre amarela do verão de 1849-1850.

A designação de *Boticário* aqui dava nome a um meio de comunicação, que mostrava uma dupla face do boticário ao mesmo tempo em que lançava críticas ao ensino, e ao exercício das atividades de cura informais e oficiais. Estas críticas apresentavam um conteúdo semelhante às lançadas pelos farmacêuticos reunidos naquelas associações. Através de um de seus editoriais nos informava sobre os seus leitores que seriam estudantes, militares, caixeiros, guarda-livros e doutores. E, curiosamente, na relação dos locais onde era distribuído, havia a botica situada à Rua da Lapa, cujo proprietário era Manuel Hilário Pires Ferrão, que pertencia na época à Sociedade Farmacêutica Brasileira.

Os diferentes sentidos atribuídos à palavra boticário no período, traduziriam as transformações por que passavam as práticas e os saberes, relacionados à farmácia e os conflitos de interesses entre seus praticantes. Os farmacêuticos reunidos nas associações, diante da acentuada concorrência no comércio de medicamentos, procuravam ocupar espaços dentro das faculdades de medicina, reivindicando o ensino farmacêutico pelo farmacêutico e questionando a exclusividade médica no magistério. Mas, as alternativas de sobrevivência para a sua grande maioria no período era o comércio, daí alguns deles terem incorporado o ramo da drogaria, como já foi visto na parte II. O aumento da produção local de “novas” preparações que eram anunciadas nos jornais e vendidas livremente, além das que vinham do exterior, formavam um cenário com múltiplos atores. As especialidades farmacêuticas, como novos elementos da terapia medicamentosa, contrastavam com as fórmulas magistrais que só podiam ser manipuladas nas farmácias mediante a apresentação de prescrição médica, e com as fórmulas oficinais, aquelas que as farmácias já deveriam ter prontas em suas prateleiras, cujas fórmulas constavam das farmacopéias oficiais. Os farmacêuticos e médicos reunidos nas associações reivindicavam o controle

deste comércio, ou seja, a sua participação na regulamentação destas novas preparações que se multiplicavam no mercado. Diante deste mercado competitivo, muitos farmacêuticos acumulavam outras funções como Manoel Hilário Pires Ferrão³⁶⁴ ou migravam definitivamente para outras ocupações. Em 1875, o presidente do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, Eduardo Júlio Janvrot³⁶⁵ lamentava que alguns farmacêuticos tivessem desistido da luta pelos seus ideais ao abandonarem o “exercício de sua desprotegida classe”. Citava cerca de trinta e três nomes, indicando suas opções pelo comércio, tabelionato, medicina, emprego público e professorado.

Na prática cotidiana, pelo que podemos observar através dos relatórios da Junta Central de Higiene Pública, o número de leigos que obtinham licença para abrirem boticas era superior aos formados por aquelas escolas. E muitas das licenças adquiridas pelos farmacêuticos diplomados pelas Escolas serviam aos leigos para abrirem suas boticas, prática que foi designada na época de “presta nomes”. O próprio José Pereira Rego concluía que grande parte daquelas licenças era fictícia. Logo, a maioria dos proprietários destes estabelecimentos na cidade carioca e principalmente nas cidades menores, afastadas dos grandes centros, não eram farmacêuticos formados. A distinção entre as palavras boticário e farmacêutico poderia ser vista também como uma ficção, mas naquele momento, seria usada pelos farmacêuticos, pertencentes às associações, com fins de conquistar credibilidade para seus estabelecimentos e prestígio, buscando garantir uma formação adequada aos seus praticantes.

Recorrendo a outras fontes, percebemos a possibilidade da existência de outro personagem no interior do país, que era a do boticário andarilho. O romance “Inocência” (1872), de Visconde de Taunay traça o seu perfil através do personagem Cirino. Natural do interior da província paulista e filho de um vendedor de drogas, Cirino fora criado na cidade de Ouro Preto por um tio, que através de contatos, conseguiu matricular o sobrinho no conceituado colégio interno do Caraça. Com a morte do tio, Cirino ficara desamparado, empregando-

³⁶⁴ O personagem (1829-1885) além de sua atuação como farmacêutico diplomado pertencente às duas associações farmacêuticas, foi tabelião, tendo publicado “Guia Prático e Formulário do tabelião de notas no Brasil”. RJ: Eduardo & Laemmert, 1870, e em 1876, foi autor de peça teatral “Coração e gênio, lição conjugal em 3 atos”, apresentado como drama original de costumes brasileiros.

³⁶⁵ *Tribuna Pharmaceutica*, 2ª série, n. 1 e 2, 1875, p. 29-30.

se como caixeiro de uma botica onde aprendeu aviar receitas e a receitar utilizando um velho e encardido Formulário Chernoviz. Abandonando a botica de pouco movimento, percorria as imediações da cidade a cavalo, munido de algumas drogas armazenadas em sua caixa de botica e do precioso Formulário, em busca de clientes. Rapidamente passou a ser reconhecido como doutor pela população assistida, o que o incentivou a matricular-se na Escola de Farmácia de Ouro Preto para obter o título oficial de farmacêutico, conferido pelo Presidente de Província. No entanto, em dificuldades financeiras, adiou tal objetivo e decidiu viajar pelos sertões a “medicar, sangrar e retalhar”, sendo recebido sempre como doutor. Esta com certeza, era a história de muitos dos boticários curandeiros que andavam pelos sertões garantindo sua sobrevivência e preenchendo a falta de assistência médica e farmacêutica no Império. Portadores de um conhecimento que se adquiria na prática cotidiana das boticas, ou que se passava de pai para filho ou de mestre para aprendiz, que corresponderia, em termos simbólicos, àquela primeira imagem aqui reproduzida.

A permanência da forma de aprendizagem oficial, dificultada em algumas situações, poderia ser lida também em artigo da *Gazeta da Farmácia* através da carta de um prático residente no interior do Paraná, datada de 27/12/1947³⁶⁶. Este relatava que havia iniciado o seu trabalho como prático aos 13 anos naqueles lugares desprovidos de médicos. Em 1930, licenciou-se de acordo com a lei estadual, assumindo a responsabilidade de uma farmácia no interior. Mas, quando se mudou para a capital, onde adquiriu uma modesta farmácia de um prático, lhe foi negada pela autoridade sanitária a responsabilidade para dirigir o estabelecimento, obrigando-o a cursar farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O processo de institucionalização do ensino farmacêutico tanto em Portugal como no Brasil, conviveria com esta via de formação, obtida através de uma “educação oficial” por longo tempo³⁶⁷.

³⁶⁶ Carta aos práticos de farmácia. *Gazeta de Farmácia*, Rio de Janeiro, p.22, jan.1948.

³⁶⁷ termo utilizado por Rocha (2004) para se referir a formação que era obtida através da aprendizagem nas boticas-oficinas, fora do espaço acadêmico.

2. A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

A Sociedade Farmacêutica de Lisboa [entende] como necessários aos conhecimentos Farmacêuticos: que se estabeleça uma Escola Especial de Farmácia, a qual tenha por objeto o ensino teórico-prático da mesma, para haver uniformidade no estudo desta ciência, e criarem-se habeis farmacêuticos portugueses, (...) a exemplo do que se pratica nas demais Nações cultas. Aos farmacêuticos portugueses visto ficarem tendo os mesmos estudos preparatórios, fazerem os mesmos serviços à humanidade que os médicos e cirurgiões e serem ramos da mesma árvore, se confira com as regularidades do estilo, o grau de doutor e todos os privilégios e preparativos concedidos aos demais Doutores (...) à imitação de que já se acha estabelecido há anos, em nossa vizinha Espanha, em Alemanha e utilmente representado ao Governo da França pelos farmacêuticos de Paris³⁶⁸

Pelo decreto de 29/12/1836, a rainha D. Maria II aprovava a criação de cursos preparatórios gerais e a instalação de escolas de farmácia que ficariam anexas às escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto. Estas escolas originaram-se das Escolas Régias de Cirurgia criadas pelo Alvará de 25 de junho de 1825, e foram instaladas no Hospital de São José, em Lisboa e no Hospital Santo Antônio, em Porto, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia. É interessante observar que foram destes espaços que surgiu a mobilização inicial de alguns médicos, cirurgiões e farmacêuticos para criação da Sociedade Farmacêutica de Lisboa, e da Sociedade das Ciências Médicas, em 1835. Um dos principais articuladores na criação da associação farmacêutica, foi José Dionysio Correa, boticário do Hospital São José ao passo que muitos dos colaboradores da sociedade médica eram lentes da escola de cirurgia de Lisboa. É inegável a influência que estas sociedades científicas tiveram na aprovação do decreto de 1836, embora muitas das propostas transcritas acima não tenham sido implementadas.

As escolas de farmácia previstas pela reforma, ficavam constituídas de cursos teóricos (botânica, historia natural dos medicamentos, química e farmácia) e curso prático compreendido por operações farmacêuticas durante 2 anos no dispensatório farmacêutico da escola ou em qualquer oficina particular aprovada. Os cursos de botânica e química podiam ser feitos na Universidade de Coimbra

³⁶⁸ Trecho de “Representação da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa sobre os Estudos Farmacêuticos, enviada ao Ministro dos Negócios do Reino o Ilmo. Exmo. Sr. Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque que, Membro Honorário; e pelo mesmo Sr., como Deputado da Nação Portuguesa, apresentada, em Sessão de 17 de Fevereiro do presente ano, à Câmara Eletiva”. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*, t. I. Lisboa: Imprensa de Candido Antonio da Silva Carvalho, p.33-36, 1836.

ou naquelas escolas quando fossem constituídos. Já o de história natural dos medicamentos e farmácia seriam ministrados pelo lente de matéria médica e farmácia³⁶⁹.

Na realidade, desde a reforma pombalina de 1772 as cadeiras de matéria médica e farmácia eram ministradas na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, quando a farmácia, a química e a botânica passaram a ser valorizadas como disciplinas de interesse para a medicina e foram criados vários estabelecimentos na área das ciências naturais e filosóficas tais como, o dispensatório farmacêutico, o gabinete de história natural, o laboratório químico e o jardim botânico³⁷⁰. Neste sentido, os farmacêuticos costumavam recordar em seus discursos as reformas do Marquês de Pombal como as primeiras medidas que beneficiaram a farmácia, sob o aspecto do ensino, embora não fosse exigido preparatórios nem tivesse sido criado um curso completo, o que era visto também como uma desvalorização da farmácia que corria paralela à cirurgia³⁷¹. A novidade maior que se deu a partir da reforma de 1836, talvez fosse a criação nos dois principais centros urbanos do país, em Lisboa e Porto, das escolas médico-cirúrgicas onde eram ministradas também aquelas cadeiras ameaçando assim, o monopólio da Universidade de Coimbra, em relação ao ensino médico³⁷². Nos anos posteriores, esta ameaça cresceria com a intenção de transformar aquelas escolas em faculdades. Fazia-se uma vinculação entre a Universidade de Coimbra e o *ancien regime*³⁷³, que seria expressiva de influências das teses revolucionárias francesas de acabar com instituições de tipo corporativistas, criando as escolas centrais, independentes umas das outras. A reforma Passos Manuel, que incluiu o referido decreto de 1836, foi realizada tendo por base esta linha de pensamento. Além dessas escolas, foram criadas mais duas escolas médico-cirúrgicas nos distritos administrativos insulares de Funchal e de Ponta Delgada, que tiveram duração efêmera, e a Escola Politécnica com sede em Lisboa, de acordo com os moldes da congênere francesa, oferecendo cursos de química inorgânica e botânica.

³⁶⁹ Artigos 129 e 130 do decreto de 29/12/1836 (Ribeiro, 1879, v.7, p.164-165).

³⁷⁰ Pita (1996).

³⁷¹ Telles, H. J. S. Diversidades. Golpe de vista sobre a história da farmácia portuguesa. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 3ª série, t. III, nº4, 1857, p.140-144.

³⁷² Pita, op.cit..

³⁷³ Torgal (1993).

A utilização dos compêndios que misturavam autores médicos portugueses lentes destas escolas tais como Bernardino Antônio Gomes (“Elementos de Farmacologia”, 1851) e Caetano Maria da Silva Beirão (“Compêndio de Matéria Médica e Terapêutica”, 1862) ao clássico da farmácia francesa de Eugène Soubeiran (“Traité de Pharmacie Théorique et Pratique”, 1836)³⁷⁴, apontavam para algumas modificações em relação ao período anterior³⁷⁵. Chama a atenção também, a introdução da disciplina de farmácia e toxicologia na escola de Lisboa, ministrada pelo farmacêutico José Tedeschi. Todos os três lentes pertenciam à Sociedade Farmacêutica Lusitana.

Contudo, mesmo com a criação do Conselho de Saúde Pública e a extinção dos exames de farmácia feitos através do físico-mor³⁷⁶, a formação que predominaria durante longo tempo foi aquela que dispensava a frequência escolar, mediante comprovação de prática durante 8 anos em oficina de boticário autorizado, e aprovação em exames teóricos e práticos perante uma banca examinadora formada por lentes daquelas escolas. Os titulados desta forma eram chamados farmacêuticos de 2ª classe. Desde o decreto de 29/12/1836 (art. 131), ficara estabelecido que os boticários eram obrigados a enviarem anualmente às escolas uma cópia das matrículas de seus praticantes contendo nomes, filiações, práticas e progresso de cada um durante os anos de exercício da prática. Os aspirantes a farmacêutico para prestar os exames finais teriam que apresentar uma certidão do livro da respectiva escola com aquelas informações. Embora pela circular do Ministério do Reino de 6/12/1850³⁷⁷ fossem reafirmadas estas exigências de 1836, durante a década de 1850 foram emitidas diversas portarias que facilitavam a titulação aos aspirantes farmacêuticos de 2ª classe. Estas portarias foram classificadas de ilegais e abusivas pelo presidente da Sociedade Farmacêutica, José Tedeschi³⁷⁸.

³⁷⁴ PROGRAMAS das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto e das disciplinas que se ensinam nas diferentes cadeiras do Lyceu Nacional de Lisboa. Coimbra: Imp. da Universidade, 1856.

³⁷⁵ Pita e Pereira (2002). Os autores identificam estas obras e outras de lentes destas escolas como o início de uma produção científica farmacêutica.

³⁷⁶ O Conselho foi criado e regulamentado pelo decreto de 3/1/1837, ficando composto por 3 médicos, 2 cirurgiões e 2 farmacêuticos. Cf. Pita (1996).

³⁷⁷ Ribeiro, 1879, v.7, p.170.

³⁷⁸ Tedeschi, como proprietário e um dos redatores do *Jornal de Pharmacia e Sciencias Acessorias*, entre os meses de abril a outubro de 1856, publicou algumas polêmicas a esse respeito.

A regulamentação das habilitações dos farmacêuticos assim como a decisão sobre a organização do ensino farmacêutico ficavam a cargo, naquela época, do Conselho Superior de Instrução Pública, do Conselho Geral de Saúde Pública passando pelo governo. As constantes alterações na composição do primeiro destes conselhos entre os anos de 1836 e 1870, que alternavam entre reitor e lentes da Universidade de Coimbra, e ministro do Reino e lentes de instituições de Lisboa, influenciavam as medidas legislativas relacionadas ao ensino farmacêutico, gerando conflitos freqüentes, inclusive no interior da Sociedade Farmacêutica Lusitana que reunia lentes das três instituições de ensino. Em relatório de 29 de abril de 1859³⁷⁹, o Conselho (qual?) utilizando o argumento do esvaziamento das escolas, rejeitava a proposta da Sociedade Farmacêutica de criação de Escolas Especiais de Farmácia, na qual eram feitas distinções entre os farmacêuticos de 1ª e 2ª classes, quanto ao exercício. Era proposto que os alunos de 1ª classe ficassem dispensados de licença para estabelecer botica em qualquer parte do Reino de Portugal e seus domínios, sendo dada preferência a estes na ocupação de cargos públicos, ao passo que os de 2ª, ficariam restritos às regiões fora da capital dos distritos administrativos. Esta seria a posição defendida pelos alunos das escolas³⁸⁰ e a vitoriosa na Sociedade. Entretanto, as opiniões se dividiam na associação entre esta distinção e a abolição do farmacêutico de 2ª classe.

A tradição das boticas como espaços de aprendizagem do ofício que muitas vezes passava de pai para filho permanecia, frustrando aqueles farmacêuticos nos seus objetivos de levarem a prática para dentro das escolas, ou seja, de institucionalizar a prática farmacêutica juntamente com a teoria. A ampliação de seus espaços de atuação para além das boticas, como o magistério exercido em instituições de ensino farmacêutico ficaria restrito a um pequeno grupo. E a intenção de criar escolas independentes das faculdades de medicina, mostrar-se-ia inviável durante o século XIX.

Pela reforma do ensino aprovada na gestão de Hintz Ribeiro no Ministério do Reino (Lei de 19/07/1902), o ensino farmacêutico foi tido como superior, ficando a cargo das escolas de farmácia anexas às escolas médico-cirúrgicas de

³⁷⁹ Ribeiro, 1879, v.12, p.383.

³⁸⁰ Pita (1996).

Lisboa e de Porto, e à Faculdade de Medicina de Coimbra, sendo abolida a distinção entre 1ª e 2ª classes, e tornando-se obrigatório passar pelo curso de farmácia, todos que quisessem tornar-se farmacêuticos. Esta reforma foi viabilizada pelo compromisso da classe farmacêutica de pagar voluntariamente um imposto sobre as especialidades farmacêuticas, com fins de custear as despesas com o ensino da farmácia. Com a passagem do regime imperial para o regime republicano, oficializada em 5 de outubro de 1910, os farmacêuticos da Sociedade Farmacêutica Lusitana continuavam insatisfeitos. A reforma de 1902 não teria correspondido as suas expectativas e a dos médicos quanto ao fim do charlatanismo. Quanto à qualidade do ensino, consideravam-no inferior ao da França, Alemanha, Espanha, Rússia e até Brasil, por terem um número limitado de cadeiras, lentes mal remunerados e instalações em prédios impróprios³⁸¹. Em 28 de abril de 1911, a Sociedade Farmacêutica encaminhava representação ao Ministério do Interior, solicitando a categoria de faculdade para as escolas de farmácia, que continuavam na sua situação de “deprimente subalternidade”, enquanto a agronomia e agricultura tinham sido elevadas à condição de faculdades. Cobrava àquela autoridade o fato do imposto sobre as especialidades farmacêuticas e águas minerais destinado ao custeio de tais escolas, terem excedido o valor da despesa total com os estabelecimentos de ensino. Comentava ironicamente que este seria um caso único na história da civilização, um ramo da instrução pública que dava rendimentos ao Estado³⁸².

De acordo com Rocha (2004), o ensino farmacêutico português só se libertaria da tutela médica em 1918, com a criação das escolas de farmácia autônomas nas três universidades do país, a de Lisboa, de Porto e de Coimbra. A reforma do ensino superior aprovada pelo decreto 4.554, de 6/06/1918, reformaria o ensino farmacêutico reorganizando as suas escolas, que passaram a ser designadas de escolas superiores, conferindo grau de licenciado e título de

³⁸¹ SESSÃO solene aniversária. Discurso lido pelo presidente sr. Antonio Carvalho da Fonseca, na sessão de 13 de março de 1911. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, v.2, série 14, p.65- 75, mar.1911.

³⁸² Representação pedindo a categoria de Faculdade para as Escolas de Pharmacia. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Lisboa, v.2, série 14, p. 110-111, abr.1911.

farmacêutico-químico, diploma exigido aos professores ordinários das escolas e dos assistentes.

3. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Na capital do império do Brasil, ocorreria processo semelhante, lembrando que o modelo de monarquia constitucional baseado no português e francês, daria continuidade a uma legislação predominantemente portuguesa até a década de 1840³⁸³. Desde a transferência do Príncipe Regente D. João e sua corte para o Brasil (1808) foram criadas a Escola Anatômica, Médica e Cirúrgica do Rio de Janeiro e a Escola de Cirurgia da Bahia. Além destas escolas, durante o período joanino (1808-1821) foram implantadas várias instituições científicas concentradas na cidade carioca, tais como o Museu Imperial, o Real Horto, a Academia Real Militar, que também desenvolveram atividades de ensino relacionadas às ciências naturais³⁸⁴. Estas iniciativas do governo português mais a promoção de estudos por naturalistas viajantes europeus tais como o bávaro Carl Frederick Philippe Von Martius e o francês Auguste Saint-Hilaire que levantaram significativo material botânico, pareciam retomar o período ilustrado da época de Pombal, quando foi criada a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1794). A diferença que agora, o território do Brasil se apresentava para Portugal como uma possibilidade mais concreta de constituição de um império na América e a cidade do Rio de Janeiro tornava-se uma metrópole do Atlântico Sul³⁸⁵.

A reforma das escolas do Rio e da Bahia aprovada por decreto de 1º de abril de 1813, transformava-as em academias médico-cirúrgicas, ampliando o número de suas cadeiras. Na escola do Rio em 1809 era criada uma cadeira de matéria médica e farmácia, cuja parte prática era ministrada na botica do Hospital Militar pelo médico português José Maria Bontempo. Em 1814, o Frei Leandro Sacramento estreava a cadeira de botânica e agricultura, lecionada no jardim botânico do Passeio Público. Na escola da Bahia, a cadeira de matéria médica, farmácia e terapêutica criada em 1819, passou a ser ministrada a partir de 1821

³⁸³Carvalho (1999). Com relação à legislação sanitária especificamente, ver Piragibe (1880).

³⁸⁴Ver a esse respeito estudos organizados por Dantes (2001) e Lopes (1997).

³⁸⁵Mattos (1987), Wilcken (2005).

pelo médico e boticário português Manoel Joaquim Henriques de Paiva, cujas aulas eram dadas na botica do Convento Santa Teresa³⁸⁶.

O primeiro projeto da reforma do ensino médico depois da independência do Brasil do reino de Portugal, foi aprovado durante o período liberal das regências (1831-1840), pela lei de 3 de outubro de 1832, quando foi criado o curso farmacêutico. Este curso ficava vinculado às chamadas faculdades de medicina do Rio e da Bahia. O projeto apresentado pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro³⁸⁷, tencionava equiparar o ensino farmacêutico e médico aos pressupostos do conhecimento médico europeu. Tais pressupostos seriam os preceitos da medicina higiênica e da anatomoclínica (Edler, 2001). Com relação ao ensino farmacêutico especificamente, incluíam uma parte teórica e outra prática, sendo esta última realizada fora da faculdade. No currículo dos cursos farmacêutico e médico chamavam atenção os estudos de química, que vinha se impondo como uma disciplina médica desde finais do século XVIII. A botânica médica por sua vez, cujo interesse se ampliou no mundo europeu a partir das sistematizações feitas sobre as plantas de uso medicinal, trazidas dos continentes asiático, americano e africano, também vinha firmando-se como uma área de estudo importante.

O curso de farmácia, cuja duração seria de 3 anos, ficava distribuído pelas seguintes disciplinas: física médica, botânica médica e princípios elementares de zoologia; química médica e princípios elementares de mineralogia; matéria médica, especialmente a brasileira, e farmácia e arte de formular. Para obter o título de farmacêutico, o aluno deveria praticar durante o curso ou posteriormente, pelo período de três anos, na botica de um boticário aprovado.

Por esta lei, ficava estabelecido que ninguém poderia “curar, ter botica, ou partejar”, sem título conferido ou aprovado pelas citadas faculdades. Esta reforma

³⁸⁶ Para mais informações sobre estas escolas cf. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

³⁸⁷ Em 7 de outubro de 1830, foi solicitado pela Câmara dos Deputados, à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro o “Plano de Organização das Escolas Médicas do Império”. Inspirado no modelo de ensino francês, tal plano foi aprovado com algumas alterações a partir da lei de 3/10/1832. A equipe dos médicos autores do plano era formada por: José Martins da Cruz Jobim, Joaquim José da Silva, José Maria Cambuci do Valle, Joaquim Vicente Torres Homem, Otaviano Maria da Rosa, João Maurício Faivre e Joaquim Cândido Soares de Meirelles. Ver **Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro**. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde (1832-1930). Disponível em: < <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

representaria uma iniciativa do governo associado à elite médica, que teria como uma de suas finalidades regulamentar a formação dos farmacêuticos e parteiras.

Paralelamente a estes cursos farmacêuticos criados nas duas únicas faculdades de medicina do império, desde a década de 1840 funcionava uma escola de farmácia na cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais. Em 1839 foi decretada pela Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais e sancionada pelo Presidente de província, Conselheiro Bernardino Jacinto da Veiga, a Lei nº 140, de 4 de abril, que previa a criação de duas escolas de farmácia naquela província, uma na cidade de São João del Rei, e outra na capital. Mas, apenas a de Ouro Preto tornar-se-ia realidade, que embora passando por muitas dificuldades, sobreviveria durante todo o império como única escola de farmácia desvinculada das faculdades de medicina. A sua criação teria sido favorecida pelo Ato Adicional à Constituição de 1824, aprovado em 12/10/1834, que ao criar as assembleias legislativas provinciais possibilitou certa autonomia às províncias para obtenção de recursos próprios³⁸⁸.

As dificuldades de manutenção do curso farmacêutico e até mesmo do curso médico na capital do império embora não fossem como as existentes na província mineira, também eram enfrentadas. Três anos depois de instalado o curso de farmácia, era notório seu esvaziamento em contraste com o curso médico, segundo observou o boticário Manuel Francisco Peixoto em discurso proferido na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro³⁸⁹. O fato do Corpo Legislativo ter revalidado os exames de farmácia feitos à moda antiga³⁹⁰ para a obtenção do título de boticário aprovado para aqueles que estavam na eminência de fazerem exame quando foi abolida a Fisicatura Mor do Império, em 1828, teria provocado uma corrida para se titularem, esvaziando os bancos da escola.

Manoel Francisco Peixoto alertava para a inoperância das leis naquela época, demonstrando, inclusive um sentimento de nostalgia em relação aos tempos da Fisicatura (1808-1828). Neste órgão havia, inclusive, o cargo de

³⁸⁸ Ver a respeito desta Escola, Dias, 1989 e verbete em: <http://www.dichistóriasaude.coc.fiocruz.br>.

³⁸⁹ Discurso sobre as causas que impedem o desenvolvimento da Farmácia no Brasil, e meios de removê-las, lido na sessão pública anual da Academia Imperial de Medicina em 30 de junho do corrente ano pelo Sr. Manoel Francisco Peixoto. Publicado originalmente na *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 1838. Reproduzido por José Messias do Carmo (1984, p.351-355).

³⁹⁰ ver Decreto nº 41, de 29 de julho de 1835 e decreto nº 6, de 4 de julho de 1836 (Collecção das Leis do Imperio do Brazil).

visitadores-examinadores, que podia ser ocupado por boticários, tendo por incumbência a fiscalização das boticas e lojas de drogas (Machado, 1999). Mas, vejamos o que dizia Peixoto:

(...) já a civilização não se amoldava muito com certas disposições legislativas, mais próprias do século médio do que o em que vivemos, e a Fisicatura-Mor do Reino revestida do juízo privativo, e outras coisas alheias dos seus ministérios, acelerava-se para sua queda. Entretanto, força é confessar que ela alguns benefícios fez ao país, e, cumpre dizer, que no tempo em que existiu esta instituição nunca apareceu, como hoje, um número considerável de charlatães, e vendedores de remédios secretos, que cada dia formigam como por encanto de toda a parte, introduzindo na sociedade mais uma peste do que remédios a seus males³⁹¹.

A nostalgia de Peixoto com relação à instituição da Fisicatura poderia ser lida como o desejo dos farmacêuticos voltarem a participar de atividades relacionadas à fiscalização de seu ofício. Esta reivindicação foi uma constante entre os anos de 1850 e 1880, período que conseguiram participação reduzida conforme foi visto na parte anterior.

Enfim, como em Portugal, havia uma falta de coerência na legislação que regulava o ensino e as formas de titulação. A forma de obter o título sem ter freqüentado o curso farmacêutico permaneceria por longo tempo, sendo regulamentada por decretos que alternavam entre a autorização para tal e sua revogação³⁹². A diferença era que aqui não se fazia distinção nem em termos de designação para os dois tipos de formação (1ª e 2ª classes), nem quanto ao exercício. Por isso talvez, a necessidade sentida pelos farmacêuticos brasileiros em fazerem a distinção entre as designações de boticário e farmacêutico.

Percebe-se então, que na legislação brasileira e portuguesa, diferentemente da francesa, não se fazia distinção entre as duas formações na definição de suas atividades. Na França, os farmacêuticos de 1ª classe que eram titulados pelas escolas de farmácia depois de oito anos de prática ou de uma formação meio teórica, meio prática (três anos de curso e três anos de estágio) e mediante o pagamento de uma taxa de 900 francos tinham o direito de exercer o ofício em todo território nacional. Já os de 2ª classe, que eram diplomados pelos

³⁹¹Discurso... (quarto discurso, publicado originalmente na *Revista Médica Fluminense*, n.1,v.4, 1838) In: Carmo (1984, p.351).

³⁹² ver a esse respeito Costa et al. (1951).

júris médicos, pagando uma importância menor tinham o exercício restrito ao departamento do júri do exame, embora fossem submetidos aos mesmos testes³⁹³. Para Faure (1993, p.42) isto demonstrava o desprestígio da farmácia em relação à medicina visto que o que contava era um diploma e não o doutorado, simples escolas e não faculdades, a prática importava mais que a teoria, e o dinheiro é que definiria a hierarquia. Do que se pode concluir que os farmacêuticos brasileiros e portugueses projetavam na França um paralelismo de dignidade e proficiência entre a classe farmacêutica e a classe médica, que não necessariamente existia de fato.

Os trâmites burocráticos por que passavam algumas das propostas feitas pelas associações brasileiras, indicavam os caminhos tortuosos entre a hierarquia, monopólios das faculdades de medicina, e governo, que se enfrentava na tentativa de institucionalizar a prática e teoria farmacêuticas.

Em 1861, as aulas da cadeira de farmácia começaram a ser lecionadas no laboratório químico-farmacêutico de propriedade do boticário Ezequiel Corrêa dos Santos (presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira) e filho (Ernesto Frederico dos Santos). Depois de muitas negociações entre a congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Ezequiel, iniciadas no ano de 1855, concretizou-se a cessão daquele estabelecimento à Faculdade, cujo lente da cadeira era seu filho homônimo, médico e farmacêutico.

³⁹³ Bousset (1982, p.192) apresenta informações mais detalhadas a respeito. Pela lei de 1803, havia sido criadas as duas ordens de farmacêuticos, os de 1ª classe, que poderiam estabelecer-se em qualquer ponto da França ou de suas colônias, e os de 2ª, que ficavam restritos ao departamento que os havia titulado. A lei suprimia o *compagnonnage* (corporativismo), mas, previa um estágio de 8 anos no mínimo em farmácia para o candidato a exame. Somente pela lei de 1854, o ensino teórico tornou-se obrigatório sendo que para os de 1ª classe, eram necessários três anos de estágio e três anos numa escola superior ou um ano somente com dez inscrições numa escola prática. Já os de 2ª classe, teriam que justificar os seis anos de estágio com quatro inscrições numa escola superior, ou seis inscrições numa escola preparatória. Em 1885, três anos de escolaridade tornavam-se obrigatórios para as duas classes.

3.1 EZEQUIEL & FILHOS E A CADEIRA DE FARMÁCIA

Desde fins de 1852, o governo resolvera reformar o ensino médico, quando o Ministro Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço, remeteu à Faculdade de Medicina do Rio o projeto elaborado para que os professores opinassem a respeito. Desde então, os farmacêuticos da Sociedade Farmacêutica Brasileira encaminhavam suas reivindicações de criação de um bacharelado no curso farmacêutico e de uma cadeira de farmácia prática ao governo imperial. Tal reforma chegou a ser aprovada pelo decreto nº 1.169 de 07/05/1853, mas os seus estatutos não foram executados. Estes chegaram a prever a criação de um laboratório de farmácia. A precariedade das instalações que sediavam os cursos da Faculdade de Medicina do Rio: o Hospital da Misericórdia, a Santa Casa, e o prédio alugado na ladeira do Castelo, dificultava a execução desses estatutos. Em 1854, os estatutos da época do Barão de São Lourenço, foram substituídos, sendo aprovados pelo decreto nº 1387 de 28/04/1854. No seu artigo 7º, havia a relação das cadeiras que deveriam compor o curso farmacêutico e a previsão do estabelecimento de uma oficina farmacêutica no interior das Faculdades, onde os alunos deveriam praticar desde o 1º ano do curso. Além disso, estipulava que enquanto o Governo não criasse a oficina farmacêutica para prática dos alunos, seria designada pela congregação uma oficina, cujo diretor receberia uma gratificação anual fixa ou proporcional ao número de alunos, conforme o Governo determinasse. O curso farmacêutico ficava constituído pelas disciplinas de física, química e mineralogia (1º ano); botânica, química e mineralogia (repetição) e química orgânica (2º ano); e botânica (repetição), matéria médica e farmácia (3º ano).

A Representação encaminhada à Sua Majestade Imperial pela Sociedade Farmacêutica Brasileira, em 1852, na qual era feita uma defesa do ensino prático da farmácia, surtira efeito:

Não é sentado em uma cadeira mas sim dentro de um completo laboratório, dirigido por professores apropriados, que se pode e deve ensinar e bem aprender a manipular medicamentos de qualidades e propriedades tão variadas e importantes, como os de que faz uso a terapêutica; é praticando que se poderá conhecer os instrumentos de farmácia e química e seus usos, os caracteres físicos e químicos dos agentes farmacológicos no seu estado de simplicidade e no das muitas e diversas composições de que fazem parte³⁹⁴.

Através das páginas da *Revista Pharmaceutica*³⁹⁵, podia-se ler as expectativas que eram colocadas na implantação desta cadeira de farmácia prática. A parte prática da farmácia ao ser ministrada no espaço acadêmico, era vista como o preenchimento de uma lacuna na formação farmacêutica, visto que eram ensinadas somente algumas teorias por médicos, “que não eram habilitados pela prática para poderem demonstrar por meio do exercício a teoria ensinada”. Era enfatizada assim a importância da prática não só na formação farmacêutica mas, na do cirurgião e do médico:

A prática acompanhada ao mesmo tempo de hábil teoria, está para o farmacêutico, no mesmo caso que a clínica interna e externa está para o médico e cirurgião; tirai a estes o tirocínio prático que tem a cabeceira do enfermo, guiados por seus mestres, e vede se quereis ser seus doentes?

A cadeira especial de farmácia reuniria o ensino prático e teórico nas preparações e operações farmacêuticas, nas quais a química teria papel fundamental, conferindo-lhes sentido científico e desbancando a farmácia galênica:

a química é o farol que deve indicar ao discípulo o ponto certo a que deve chegar, para que mais tarde possa, com conhecimento de causa, e sem remorsos da consciência, dirigir bem uma botica, prestar importantes serviços a humanidade, e honrar a farmácia e o Brasil. É pelos conhecimentos químico-farmacêuticos que bem se há de dirigir o ensino da

³⁹⁴ Assinada por Ezequiel Corrêa dos Santos (pres.); José Marques Gouvêa (vice-pres.); José Caetano da Silva Costa (1° sec.); Ernesto Frederico dos Santos (2° sec.); Balthazar de Andrade Monteiro (tes.); Manoel Hilário Pires Ferrão (bib. Arquivista) e Dr. Ezequiel Corrêa dos Santos Jr. (redator). *Revista Pharmaceutica: Revista Pharmaceutica: Jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano1, n.10, p.167, abril/1852.

³⁹⁵ Escola de Medicina – Cadeira de Farmácia. *Revista Pharmaceutica: Jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano2, n.11, p.163-166, maio1853.

farmácia, quer na prática de todas as suas preparações, quer na explicação de suas teorias, porque não há um só fenômeno no exercício da farmácia, que não seja regido em todas as suas ações pelas leis dessa grande potência científica que opera até no homem, desde que nasce até além de sua morte, não há mais farmácia galênica³⁹⁶.

Nesta mesma matéria, elogiando a nova organização do ensino proposta, comentava-se que a prática de três anos em botica particular que fosse reconhecida, exigência da lei do ensino médico de 1832, não era cumprida pela maioria dos alunos. Formavam-se assim sem ter noção de como funcionava de fato uma botica. Com a nova reforma alimentava-se a expectativa de se uniformizar as preparações a partir da instalação da cadeira, cujo professor, elegeria um único autor a ser seguido. A cadeira supriria a falta de um código farmacêutico brasileiro, evitando a consulta a diferentes formulários estrangeiros adotados:

e assim haverá uniformidade em todas as preparações medicinais que saírem das boticas, contando o médico com a exatidão da prescrição feita ao seu doente³⁹⁷.

Percebe-se então, a intenção destes farmacêuticos de resolverem o descompasso que havia entre a farmácia que era praticada em algumas boticas-oficinas ou laboratórios particulares como o de Ezequiel & filhos, e a farmácia que era ensinada no espaço acadêmico. Resolvido este descompasso, ao espaço acadêmico era destinado o papel de padronizar aquelas práticas. Mas, para se alcançar estes objetivos, aqueles atores tiveram que arcar com seus próprios recursos algumas iniciativas.

...o Brasil, país ainda novo, falto de muitos meios para a ilustração de seus filhos carece, e carecerá ainda por algum tempo beber do estrangeiro uma instrução mais sólida em todas as ciências, artes e indústrias.
...não veja em minhas observações mais do que o desejo muito louvável de ver engrandecida em minha pátria a minha profissão, a profissão de meus filhos³⁹⁸.

³⁹⁶ Idem, p.163 (grifo de minha autoria)

³⁹⁷ Ibid, p.165 (grifo de minha autoria)

³⁹⁸ Farmacêuticos viajores. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, v.4, n.11, p.168-172, maio 1855.

Assim se pronunciava o boticário Ezequiel Corrêa dos Santos, referindo-se à necessidade do governo imperial custear as viagens de farmacêuticos recém formados aos centros científicos europeus da época, com fins de aperfeiçoarem os seus conhecimentos, como era feito com os doutores em medicina. Naquela ocasião, ele enviara o seu filho Ernesto Frederico dos Santos a Paris, por conta própria.

Provavelmente, esta iniciativa teria a ver com o fato de Ezequiel ter sido comunicado oficialmente sobre a escolha de sua oficina farmacêutica pela congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1º de março de 1855, quando chegou a ser consultado a respeito da quantia que desejava receber por aluno, para poder ser calculada sua gratificação mensal³⁹⁹.

Na Faculdade de Medicina, foram definidas por uma comissão de professores, as “Condições que devem ser observadas pelo farmacêutico que se propuser montar a Oficina Farmacêutica”:

1ª Que a oficina seja montada com todos os instrumentos, vasilhames, utensis e medicamentos, sem distinção de dispensáveis ou indispensáveis, marcados na tabela organizada em virtude do art. 57 do Regulamento da Junta Central de Higiene Pública de 29 de setembro de 1851

2ª Que dentro do prazo de um ano contenha todos os instrumentos e máquinas descritos por Souberain em seu tratado de Farmácia prática.

3ª Que se obrigue a fornecer todas as substâncias necessárias para as lições e preparações à medida que forem exigidas.

4ª Que o estabelecimento tenha acomodação para guarda e boa conservação de todos os medicamentos, instrumentos, vasilhame e utensis, assim como para laboratório, onde à vontade trabalhem 40 a 50 alunos.

5ª Que preste todo o auxílio à Faculdade nas medidas que ela julgar conveniente tomar para manter a boa ordem e regularidade na Oficina durante os trabalhos dos alunos.

6ª Que ceda à Faculdade todas as preparações que forem julgadas aptas para o Gabinete de Matéria Médica e que tiverem sido feitas pelos alunos ou pelo preparador da Faculdade.

7ª Que pague uma multa de 100 a 200 mil réis todas as vezes que faltar à 2ª, 3ª e 6ª condição.

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1º de março de 1856.

Dr. José Bento da Rosa

Dr. Manoel Maria de Moraes e Valle

Dr. Francisco José de Canto e Mello Castro Mascarenhas⁴⁰⁰.

³⁹⁹ Carta do diretor da FMRJ, José Martins da Cruz Jobim ao presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira, Ezequiel Corrêa dos Santos, de 05/03/1855. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano4, n.8, p.115, fev.1855.

⁴⁰⁰ Memórias ... de 1855 e 1856, 1857.

Ezequiel respondia agradecido por poder prestar qualquer serviço “à Faculdade, à ciência e ao meu País” observando no entanto, que o seu laboratório não teria infra-estrutura suficiente para atender às condições apresentadas pela instituição. Propunha então, que o governo criasse uma casa própria para este fim, “prestando-me eu de muita boa vontade a dirigir esse, ou qualquer outro trabalho”, sem estabelecer condições de lucro⁴⁰¹. Em 24 de maio de 1855, encaminhava para avaliação a carta-proposta de ampliação das instalações de seu laboratório farmacêutico para utilização pela FMRJ, ao professor da cadeira de farmácia, o doutor em medicina, Manoel Maria de Moraes e Valle. Observava que esta proposta já teria sido apresentada verbalmente por seu filho Ezequiel, professor substituto:

1° - o farmacêutico E. C. dos Santos estabelecerá a sua custa em uma espaçosa casa com todas as condições exigidas pela ciência, um completo laboratório químico-farmacêutico, convenientemente sortido de todos os instrumentos, aparelhos e utensis, à semelhança da farmácia central de Paris, dirigida pelo ilustre professor M. Souberain, onde fará preparar anualmente, para instrução dos alunos de farmácia, todos os produtos químicos e farmacêuticos usados em medicina, e outros muitos aplicados nas diferentes indústrias úteis.

2° - a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro poderá utilizar a farmácia central como gabinete de ensaios de medicina legal e outros exames químicos, tendo que arcar apenas com o pagamento dos reativos e dos instrumentos e utensis que se quebrarem pelo seu preço de custo.

3° - a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro formulará um regulamento marcando os dias, horas e método do ensino prático, forma de exames, e o mais que entender conveniente, relativo somente à instrução dos seus alunos, ao que se sujeitará o proprietário da farmácia central, que se obriga por si ou por pessoas competentemente habilitadas a dirigir a instrução prática dos discípulos da Escola de Medicina.

4° - Uma comissão de profissionais nomeados pela FMRJ ou pelo governo terá o direito de avaliar se o ensino é proveitoso para os alunos, podendo denunciar ou dirigir representações contra o que achar prejudicial.

5° - Se provado que a instrução farmacêutica não está sendo proveitosa, fica o governo desobrigado de qualquer contrato que tiver feito com seu proprietário.

6° - O governo concede ao proprietário da farmácia central, como indenização das grandes despesas que tem a fazer para o estabelecimento dela, seu custeio de pessoal e material, o fornecimento de todas as drogas, simples, medicamentos compostos officinais e magistrais que é de uso comprar-se para os hospitais militares de mar e terra, ambulâncias para o exército, enfermarias de estabelecimentos públicos, etc., que serão sempre fornecidos pelos preços ordinários do mercado, na época em que forem pedidos.

⁴⁰¹ Resposta de Ezequiel à FMRJ, em 09/03/1855. *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano4, n.8, p.116, fev.1855.

Demonstrar as vantagens desta proposta a favor dos cofres públicos, é desnecessária, porque ela se torna reconhecível por qualquer despesa que deve fazer no valor de mais de 20 contos de réis com o seu estabelecimento; vai poupar a despesa anual com o seu custeio, com o seu pessoal que não pode ser pequeno, com ordenados a um diretor e subdiretor que o substitua. E o que vai gastar? Nada, porque os favores que conceder ao estabelecimento, são já concedidos a quem só desfruta o governo sem prestar um serviço à ciência, nos cofres públicos e ao país⁴⁰².

3.1.1 NOTÍCIAS DE PARIS

É interessante observar que um mês antes de se iniciarem essas negociações formais entre Ezequiel e a congregação da Faculdade de Medicina, o seu filho Ernesto enviava-lhe notícias de seus estudos em andamento em Paris⁴⁰³. Comentava a respeito da continuação dos estudos práticos no laboratório de Pelouse⁴⁰⁴, da matrícula na Escola de Farmácia e do seu trabalho a ser iniciado na farmácia central junto a seu diretor Eugène Soubeiran. Desta última, dizia pretender extrair conhecimentos para estabelecer uma congênere na cidade do Rio de Janeiro. Reclamava da falta de proteção do governo para este empreendimento, que requeria grandes despesas a serem arcadas por eles próprios. A boa acolhida que tivera do professor de botânica da Escola Superior de Farmácia de Paris, Adolphe Chatin (1813-1901) o incentivava a solicitar do pai a descrição botânica e o nome do gênero de todas as plantas que lhe havia enviado, além das províncias em que costumavam crescer.

Apesar de se mostrar animado com o andamento de seus estudos, através do questionamento que fez à crítica francesa sobre o estado da farmácia norte-americana, percebe-se um sentimento de decepção com relação à prática farmacêutica “mesmo da capital, nação de séculos e escola central de toda a civilização do gênero humano”. Tal crítica francesa encontrava-se em artigo

⁴⁰² Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira, RJ, ano4, n.10, p.146-149, abril/1855.

⁴⁰³ Carta enviada de Paris, 03/02/1855 e publicada na *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano 4, n.8, p.122-128, fev.1855.

⁴⁰⁴ Théophile Jules Pelouze (1807-1867) – professor de química no Colégio de França e membro da Academia de Ciências; descobriu um procedimento para fabricação do tanino e desenvolveu estudos sobre o açúcar de beterraba (Boussel, 1982).

publicado no Jornal de Farmácia de Anvers e reproduzido no Jornal de Química e Farmácia de Paris em agosto de 1854, do qual enviou uma cópia para ser publicado no periódico da associação brasileira.

O artigo intitulado “Do estado da farmácia em New York”⁴⁰⁵ ressaltava o sentido comercial da prática farmacêutica norte-americana com as suas boticas que mostravam grandes frascos com líquidos coloridos e frasquinhos bonitinhos envolvidos em pomposas capas que encobriam a nulidade do que eles continham. Ernesto observava que estas ainda seriam características de muitos dos estabelecimentos farmacêuticos de Paris. E, quanto aos remédios privilegiados, assinalava que nos Estados Unidos, o governo não concedia garantia alguma aos farmacêuticos autores de remédios em contraste com Paris, onde se via pelos anúncios do jornal *Prèsse*, de 12/09/1854, um grande número de remédios secretos e privilegiados em Paris: “elixires, vinagres e sabões” considerados “infalíveis todos para tirar botões, espinhas, sardas, amaciar a pele, desmanchar as rugas da idade, fazer crescer o cabelo aos calvos, etc..” Embora houvesse em França remédios de patente indicados para o combate da cólera, morriam de 30 a 40 pessoas por dia em Paris, por ocasião da epidemia. A crítica dos franceses aos americanos por estes anunciarem aqueles tipos de remédios através dos homens-cartazes pelas ruas, era considerada incoerente por Ernesto, que alegava que os anúncios publicados no *Prèsse* teriam uma divulgação muito mais ampla com seus 40 mil exemplares. Desta forma, acabava por concluir que os farmacêuticos dos EUA seriam imitadores dos atrativos utilizados pelos farmacêuticos franceses. O emprego daqueles atrativos garantiria melhor situação financeira aos proprietários de seus estabelecimentos na França. No entanto, não deixava de elogiar a ação da Sociedade Farmacêutica de Paris como “vigilante sentinela acerca dos abusos cometidos no exercício da farmácia”. Embora não houvesse apadrinhamento no julgamento das infrações, como no Brasil, os abusos eram mantidos talvez pelos lucros mais altos que o valor das multas cobradas. Os farmacêuticos de Paris eram a seu ver, “geralmente científicos, o que depende do rigor que existe nos estudos, e da importância que se dá a tais indivíduos”. Neste sentido, a farmácia norte-americana era apresentada como

⁴⁰⁵ *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano 4, n.9, p.129-132, mar.1855.

contrastante com a francesa por não ter uma educação científica organizada onde a lei do *laisse aller et faire* incentivava a anarquia e a ignorância.

O seu pai Ezequiel na mesma época, como redator da revista da Sociedade, traçava um quadro semelhante com relação ao Brasil, denunciando a pouca atenção dos altos poderes do Estado às questões do ensino e exercício da farmácia. Entre os anos de 1857 e 1858, Ernesto era escolhido para redator da revista da Sociedade Farmacêutica Brasileira, quando se apresentou como farmacêutico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, doutor em ciências e artes liberais pela Universidade de Rostock, além de ex-discípulo da Escola de Farmácia de Paris, do Laboratório de Química e da Farmácia Central dos Hospitais e Hospícios de Paris.

O vínculo entre o boticário Ezequiel e seus dois filhos, e suas respectivas trajetórias, evidenciavam-se na proposta de ampliação das instalações de seu laboratório químico-farmacêutico para utilização pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A posição ocupada pelo seu outro filho, Ezequiel Corrêa dos Santos Júnior (1825 -1899), como lente da cadeira de farmácia da mesma faculdade a partir de 1859, seria também extremamente importante para este intento. A sua trajetória intelectual estaria extremamente ligada ao do pai. Depois de ter se diplomado farmacêutico, em 1848 obtivera o título de doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a partir da tese sobre o princípio ativo do pau-pereira, experimentação realizada pelo pai em seu laboratório farmacêutico, no ano de 1838.

3.1.2 EZEQUIEL, PAI E FILHO E O PAU-PEREIRA

O sentido científico em termos dos aspectos internos do conhecimento seriam conferidos à farmácia pela disciplina da química. Para percebermos os interesses próprios dos que se consideravam homens de ciência e, que lidavam com atividades de cura no seu dia a dia, torna-se necessário refletir também como estes atores pensavam e projetavam os conhecimentos relacionados à terapêutica, que diziam respeito às suas atividades. Cabe aqui prestar atenção no ponto de vista dos farmacêuticos, que em algumas situações se mistura aos dos

médicos clínicos, ou aos que tinham interesse pela química e botânica. Isto vai nos levar à incursão por um conjunto de disciplinas que estariam interligadas. A tese de doutoramento de Ezequiel Júnior além de expressar uma relação de família no processo de produção do conhecimento terapêutico, apresenta-se como um documento chave para análise destas questões.

Em sua “Monografia do *Geissospermum vellosii*, vulgo Pau-pereira” (1848)⁴⁰⁶, Ezequiel Jr. justificava a escolha do seu tema pelo emprego que aquela planta tinha contra várias doenças, além de poder satisfazer o “dever de brasileiro, de discípulo, e de filho, honrando o país em que nasci, meus mestres na pessoa de um deles, o meu Pai”.

A tese de doutoramento dividia-se em três partes, botânica, química e terapêutica. Na parte da botânica, ele informava que o pau-pereira era uma árvore abundante nas florestas brasileiras da família das apocináceas, sendo utilizada pelos indígenas para diversas doenças, destacando o seu emprego nas febres intermitentes. Este conhecimento foi passado aos sertanejos, despertando a atenção dos homens de ciência para seu uso popular. Frei Mariano da Conceição Velloso teria sido o primeiro a classificá-la, criando uma espécie nova para a planta, incluindo-a no gênero *Tabernaemontana Laevis* na sua obra “Flora Fluminense”. Mais tarde, o médico botânico Francisco Freire Allemão criou um novo gênero, denominando-a *Geissospermum Vellozii*, em homenagem a Frei Velloso.

Foi na segunda parte de seu estudo, referente à química, que ele descreveu os meios empregados para conhecer a composição do pau-pereira, e o isolamento do seu princípio ativo pelo pai, que o nomeou de pereirina. Descrevendo os métodos utilizados pelo pai, confirmava a sua descoberta da pereirina como sendo um alcalóide. Questionava assim, que a pereirina fosse um resinato amoniacoal, hipótese defendida por aqueles que “desprezam o trabalho de um farmacêutico brasileiro”. Apoiava-se nas autoridades de químicos em sua maioria franceses, como veremos a seguir.

Na parte referente à terapêutica destacava sua importância para a medicina, observando que eram nas plantas que se encontravam a maior parte

⁴⁰⁶ Publicada na *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano4, n.2, p.17-21, ago.1854 (1ª parte); n.3, p.33-47, set.1854 (2ª parte); n.4, p.49-59, out.1854 (3ª parte).

dos medicamentos. Antes de indagar sobre as propriedades de uma planta, o médico deveria estudar os seus caracteres botânicos, a sua analogia natural, as suas qualidades sensíveis e sua composição química. As pesquisas sobre as propriedades de sua casca foram iniciadas pelo doutor Joaquim José da Silva, considerado um estudioso da matéria médica brasileira⁴⁰⁷. Este teria recebido em 1831 das mãos de um fazendeiro da vila de Capivari, na província fluminense, uma porção das cascas do pau-pereira, que utilizou na clínica, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia e no Recolhimento das Órfãs no município da Corte, confirmando a sua eficácia. Além de febres intermitentes, as cascas do pau-pereira eram utilizadas também nas diarréias crônicas, nas hemorragias e como meio profilático das erisipelas. Ezequiel observava sobre casos em que o pau-pereira tinha sido mais eficaz nas febres, que o sulfato de quinina. Comentava a respeito de seu emprego num caso de elefantíase dos gregos, que havia sido apresentado em tese de doutoramento defendida por Joaquim José da Silva Filho em 1847. Observava, no entanto, que o princípio ativo isolado da casca do pau-pereira apresentaria propriedades tônicas mais acentuadas, sobretudo de ação febrífuga, do que as próprias cascas. Quanto ao emprego da pereirina como febrífugo eram feitas várias observações sobre casos na vila de Magé, na província fluminense.

Enquanto na Europa eram propostos como sucedâneos do sulfato de quinina, o salgueiro e o seu princípio ativo, a casca de carvalho ou o princípio amargo da oliveira entre outros, Ezequiel assinalava que no Brasil apresentavam-se o fedegoso miúdo, a carqueja, o picão da praia e ultimamente o pau-pereira e seu princípio ativo. Finalizava sua tese, observando que havia ainda muito que pesquisar sobre a ação da pereirina e sobre as propriedades físicas da casca do pau-pereira, as doses a serem empregadas e modo de administração. Em 1879, o diretor da oficina de farmácia, o doutor em medicina, João Joaquim Pizarro, realizaria várias experiências sobre a ação fisiológica do pau-pereira, fazendo experimentações em animais⁴⁰⁸. Nos anos de 1880, Domingos José Freire Júnior

⁴⁰⁷ J.J. da Silva (1791-1857) depois de ter presidido a Sociedade Federal Fluminense sendo substituído por Ezequiel (ver parte I), foi um dos sócios fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) tendo participado da comissão que elaborou o projeto de reforma do ensino médico, aprovado em 1832. Lecionou patologia na Faculdade de Medicina do Rio, tendo ocupado nos anos de 1850, em algumas ocasiões, o cargo de diretor daquela instituição em substituição a José Martins da Cruz Jobim.

⁴⁰⁸ Citadas no Relatório do Diretor da FMRJ (Visconde de Santa Isabel) de 1879 (1880).

também desenvolveria estudos sobre a pereirina, tendo publicado artigo a respeito⁴⁰⁹.

Os atores Ezequiel pai e filho destacavam-se neste processo de produção do conhecimento científico relacionado à terapêutica medicamentosa. Ezequiel ao defender sua tese, legitimava a descoberta do pai, dando-lhe uma conotação científica, o seu reconhecimento no espaço acadêmico. O circuito de saberes farmacêuticos e médicos aqui extrapolaria a esfera familiar. A trajetória de ambos, pai e filho, ilustraria a legitimação do conhecimento terapêutico que chegaria a esses homens de ciência através do uso medicinal popular de uma planta.

A presença do pau-pereira na lista de medicamentos desde a 1ª edição do Formulário Chernoviz (1841) e na tabela de medicamentos obrigatórios aprovada pelo decreto de 07/10/1852, oficializava o seu uso medicinal. Logo, o conhecimento acadêmico, oficial que estava sendo padronizado e divulgado através de publicações variadas (formulários, manuais, dicionários, etc) constituiu-se tendo muitas vezes o conhecimento informal como referencial inicial. Através do processo de difusão ou produção do conhecimento médico científico, percebe-se a participação das outras medicinas não oficiais que poderia ser entrevista a partir do público leitor das obras dos manuais e/ou formulários. A sistematização de saberes encontrada naquelas publicações cumpriria uma função normativa, pedagógica e mobilizadora, ou seja, além de serem representativas do conhecimento acadêmico científico, poderiam suscitar a produção de novos saberes e práticas por quem os consultasse⁴¹⁰. Ou ainda, como assinalou Luiz Octávio Ferreira (2003), através dos periódicos médicos, que tiveram papel fundamental no movimento de institucionalização da medicina, estabeleciam-se tentativas de diálogos entre os médicos acadêmicos e a tradição médica popular.

⁴⁰⁹ Pesquisa da pereirina na urina. *União Médica*, 4, p.391-395, 1884b (Benchimol, 1999).

O pau-pereira hoje tornou-se uma planta cobiçada. Recentemente, em 2005, uma prática de biopirataria foi flagrada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) ao apreender 15 toneladas de raspas da árvore no Ceará comprada pela firma paraense S. R. Galves Participação Importação e Exportação Ltda a R\$ 7,5 mil, que iam ser exportadas para a empresa norte-americana Natural Source International Ltd., a 90 mil dólares. Além de não apresentar a devida autorização, era declarado ser transporte de produtos de palmito. O pau-pereira serviria como base para a fabricação de suplementos alimentares utilizados no combate ao câncer (<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/imprensa/iw/nmp/public.php?publ=7083>. Acessado em 2/08/07).

⁴¹⁰ Bernadette Bensaude-Vincent e Isabelle Stengers (1995) ao tratarem do processo de profissionalização da química em França, sugerem esta questão.

Por outro lado, nas articulações entre as disciplinas da botânica, da química, da farmácia e da medicina, que se faziam nos estudos sobre o pau-pereira, ficavam em evidência os intercâmbios de saberes entre a esfera local e a global. Os homens de ciência no Brasil também estavam envolvidos no movimento da busca dos princípios ativos de drogas vegetais – os chamados alcalóides, que desde o início do século XIX começavam a despertar o interesse de vários químicos e/ou farmacêuticos no mundo ocidental. É interessante notar que algumas daquelas substâncias vegetais das quais se procurava extrair os princípios ativos no Velho Mundo, eram originárias do Novo Mundo tais como a ipecacuanha e a quina. Em 1810, Bernardino Antonio Gomes (1768-1823) isolava o primeiro alcalóide da quina, a cinchonina. Os referenciais teóricos nos dois mundos seriam praticamente os mesmos, sendo viabilizados pelos livros didáticos, formulários, manuais, destacando os autores franceses, ingleses e alemães.

Ezequiel na segunda parte de sua tese, situava a análise vegetal como parte importante da química analítica que não ficava mais restrita ao estudo da natureza das plantas, estendendo-se às aplicações que seus diferentes produtos poderiam ter nas artes. Fazia então, um relato histórico sobre as transformações por que passara a química, citando os nomes de Antoine-Laurent Lavoisier (1743-1794) e de Joseph Priestley (1733-1804). Homens de ciência que a partir de suas descobertas a respeito da decomposição da água e do isolamento de diversos gases, questionaram a existência de apenas quatro elementos na natureza: terra, fogo, ar e água. As descobertas de elementos como, hidrogênio, azoto e oxigênio, teriam viabilizado a criação de novos processos que aprimoraram a química orgânica, sendo considerados posteriormente pela historiografia tradicional como os arautos do que foi considerada uma revolução química.

Lavoisier ao lado de Antoine-François Fourcroy (1755-1809), de Guyton de Morveau (1737-1816) e de Claude-Louis Bertholet (1748-1822) lançaram as bases de uma nova nomenclatura química que teve como resultado a obra *Méthode de nomenclature chimique* (1787). Tratando as reações químicas com rigor quantitativo, as designações das substâncias passaram a ter relação com suas composições: flores de zinco passaram a ser chamadas de óxido de zinco; ácido vitrílico, a ácido sulfúrico, etc. Foi também através de Lavoisier que se

introduziu o uso de balanças de precisão nos laboratórios químicos e/ ou farmacêuticos. Com base na quantificação da matéria, Lavoisier propusera a lei da conservação da matéria, pela qual em qualquer reação química, a quantidade da matéria seria igual antes e depois da reação. Ele provara a importância do oxigênio para o corpo humano e para as reações de combustão, sistematizando os seus estudos na obra *Traité élémentaire de chimie* (1789) (Pita, 2000).

Ao lado daqueles nomes, eram citados por Ezequiel os de Bertrand Pelletier (1761-1797), Louis-Nicolas Vauquelin (1763-1829), Carl Wilhelm Scheele (1742-1786), Justus Von Liebig (1803-1873)⁴¹¹ todos envolvidos em descobertas que permitiram o desenvolvimento de pesquisas que aproximavam a química da farmácia e da medicina. O nome do alemão Frederico Wilhelm Seturner⁴¹² era citado como o que havia criado a classe do alcális vegetal, tendo isolado o princípio ativo do ópio, a morfina. Ezequiel destacava a importância da extração dos princípios ativos dos medicamentos para a terapêutica:

É sem dúvida na separação dos princípios ativos dos medicamentos que a química se presta com mais sucesso em proveito da terapêutica: por este meio ela destrói os inconvenientes que resultam das grandes doses, que somos forçados a administrar para obter resultados terapêuticos, fornece um agente, cuja ação é muito menos falível, e finalmente dá a facilidade de determinar com precisão a dose empregada⁴¹³.

Além da cinchonina e da morfina, foram isolados muitos outros princípios ativos tais como a emetina, da ipecacuanha, em 1817; a estricnina das favas de Santo Inácio e da nox-vomica, em 1818, e o quinino da quinquina, em 1820 por

⁴¹¹ Bertrand Pelletier, farmacêutico, foi professor da Escola Politécnica, em Paris, tornando-se conhecido pela descoberta do arsênico e por ter criado novos procedimentos para a preparação do fósforo e conversão dos éteres; Louis Nicolas Vauquelin, farmacêutico e médico, foi diretor da Escola de Farmácia de Paris e professor de química na Faculdade de Medicina de Paris, tendo realizado vários estudos sobre química mineral (cromo, irídio, glucina), química vegetal (quinquinas) e química animal (descobriu com Fourcroy o princípio fundamental da urina, a uréia); Carl Wilhelm Scheele, responsável pelo isolamento do oxigênio e obtenção de vários ácidos orgânicos; Justus Von Liebig, desenvolveu estudos sobre diversas ações farmacológicas e químicas do organismo – os fenômenos metabólicos (Boussel, 1982, Pita, 2000).

⁴¹² Seturner, órfão de pai, ingressou como aprendiz em uma botica, onde iniciou suas experimentações com o ópio (Boussel, 1982).

⁴¹³ *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, RJ, ano4, n.3, p.43.

Joseph Pelletier (1788-1842) e Joseph-Bienaimé Caventou⁴¹⁴ (1795-1877) (Entralgo, 1984).

François Magendie (1783-1855) considerado como um dos criadores da farmacologia experimental, realizou vários estudos sobre estes fármacos tais como a estriçnina, a emetina e a morfina. Praticante da medicina de laboratório, Claude Bernard (1813-1878) deu prosseguimento aos estudos de Magendie, que reuniram a farmacologia à fisiologia. Bernard propunha o método experimental para as ciências biomédicas, no qual defendia a ligação entre a patologia, a fisiologia e a farmacologia como os fundamentos da medicina experimental. A instituição do laboratório, a seu ver, seria condição imprescindível para a prática dessa medicina experimental. Lançou críticas, assim, à medicina hospitalar tradicional por praticar uma observação passiva, defendendo uma postura ativa para os experimentalistas. A partir de seus estudos sobre fisiologia e patologia, ele concluiu que a lesão patológica era ponto final da doença e não origem, como foi atribuído anteriormente (Porter, 1993).

Embora o método experimental tenha sido criado e aplicado inicialmente na França, a partir de François Magendie e Claude Bernard, foi na Alemanha que a pesquisa farmacológica mais se destacou, tornando-se um referencial para o resto da Europa e do mundo (Entralgo, 1984).

A importância que os laboratórios adquiriram como espaços para a experimentação e ensino médico, ao longo do século XIX, transformou a fisiologia e a patologia e evidenciou as áreas da farmácia e da química para a terapêutica. Como assinalou Ackerknecht (1986), o ceticismo com relação à terapêutica a ser adotada que surgiu a partir da medicina hospitalar, teria estimulado novas investigações nessas áreas.

Com o tempo, passaram a ser praticadas sintetizações de compostos orgânicos em laboratórios, dando origem a novos medicamentos que extrapolavam os três reinos da natureza (vegetal, animal e mineral). Em 1828,

⁴¹⁴Joseph Pelletier era filho do farmacêutico Bertrand Pelletier, tendo sido aluno de Louis Vauquelin, tornando-se proprietário de uma farmácia ao passo que Caventou, também filho de farmacêutico, trabalhava no ramo da farmácia hospitalar. Ambos tornaram-se professores da Escola de Farmácia de Paris, Pelletier como titular da cadeira de História Natural e Caventou, como lente de Toxicologia. Depois de terem isolado o alcalóide da quinquina, montaram uma fábrica para produção industrial do sulfato de quinina, próxima a Paris (Boussel, 1982).

Frédéric Wöhler (1800-1822) sintetizava a uréia em laboratório, inaugurando aquela prática que quebraria a barreira entre o orgânico e o inorgânico. A química tornou-se um importante instrumental da farmácia, já que além de viabilizar a produção de novos medicamentos, permitia provar a eficácia das preparações farmacêuticas. Os médicos e farmacêuticos passaram a sentir a necessidade de aprofundarem ou atualizarem os seus conhecimentos sobre química, botânica e terapêutica, que os colocariam em contato microscópico com os vegetais. O laboratório tornou-se lugar onde a química podia imitar a própria natureza e rivalizar com ela, como previu Diderot e D'Alembert no Discurso preliminar da *Encyclopedie* (Pita, 2000).

3.1.3 HIERARQUIAS NO ESPAÇO ACADÊMICO

Como estas transformações foram processadas nas instituições de ensino? Nas faculdades de medicina do império brasileiro, a sistematização das cadeiras dos cursos por seções expressava uma hierarquia de saberes que dificultava a articulação entre as diversas disciplinas que seriam importantes tanto para a formação do farmacêutico, como do médico e do cirurgião. Desde a reforma de 1832, foram instituídas três seções, a saber: a das ciências médicas (fisiologia, patologia interna, matéria médica e farmácia, higiene e história da medicina, e clínica interna), das ciências cirúrgicas (anatomia geral e descritiva, patologia externa, partos, medicina operatória e aparelhos, e clínica externa), e das ciências acessórias (física, botânica e zoologia, química e mineralogia).

A farmácia e a medicina legal passaram a fazer parte da seção de ciências acessórias a partir da reforma de 1854. As memórias históricas da Faculdade de Medicina do Rio comentavam com freqüência sobre as dificuldades maiores da seção das ciências acessórias para conseguir professores, do que as outras seções.

Na Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro referente ao ano de 1859, o seu autor Francisco Praxedes de Andrade Pertence

explicava a ausência de candidatos para ocupar as quatro vagas de opositores para as ciências acessórias, devido à falta da parte prática do ensino e pelo fato de requerer uma preparação do candidato que ele não teria recebido durante o curso. Citava como exemplo a disciplina da botânica, que não dispunha de um horto botânico. Naquele mesmo ano, Moraes e Valle que era lente da cadeira de farmácia, passou a lecionar química mineral, e Ezequiel filho, que havia ingressado em 1855 como lente substituto da seção das ciências acessórias, ocupou a cadeira de farmácia. Ambos nas suas avaliações anuais registradas na memória consideravam as cadeiras que ministravam deficitárias. Além da falta de tempo devido a afluência dos concursos, Valle apontava para a precariedade do gabinete e reclamava da falta de um preparador para auxiliá-lo. Ezequiel, que dividira o seu curso em três partes: farmácia em geral, farmácia galênica, e farmácia química, reclamava da falta da instrução prática devido à inexistência de um laboratório farmacêutico. Alegava que a terceira parte do seu curso não se concretizara por perder tempo desenhando aparelhos e máquinas ausentes nos gabinetes, além de ter que participar das reuniões da Congregação. O memorialista comentava a respeito:

(...) sem os meios práticos fica o Sr. Professor na posição de geômetra constrangido a lecionar sem traçar figuras, do geógrafo sem mapas, do astrônomo sem esferas e sem telescópio, do mecânico sem modelos, do arquiteto sem desenhos, ou do gravador sem buril.

Em outras seções, nas lições de anatomia patológica raramente faltavam cadáveres durante o ano, já a clínica de partos na carência dos instrumentos, as operações eram praticadas mentalmente. Mas, mesmo assim, por ocasião dos concursos as seções das ciências médicas e cirúrgicas eram mais procuradas do que a seção das acessórias, a qual geralmente não tinha candidatos. Além dessas seções hierarquizadas, havia as diversas categorias de lentes, sendo as de opositores e substitutos as mais sacrificadas.

Andrade Pertence explicava a ausência de candidatos também pela situação precária a que era condenada a categoria de opositor, cujo ordenado não era fixo e o tempo de serviço não era contado. A sua única expectativa seria

a de ocupar o lugar vago de um substituto. E para isso, tinha que estudar cinco ou seis diferentes ramos científicos, teórica e praticamente, esperando um lugar de substituto que pudesse vagar.

De acordo com os estatutos, se a ausência de candidatos para os concursos persistisse por um ano, o governo poderia escolher um doutor em medicina com seis anos de clínica. Paula Cândido, como diretor interino da Faculdade de Medicina do Rio, questionaria a adoção desta medida no caso das ciências acessórias, visto que o médico clínico teria abandonado durante o período de seis anos os estudos de física, química, botânica, etc.. Em ofício remetido ao governo, sugeria que as quatro vagas fossem preenchidas por recém-formados, que estariam mais bem habilitados do que aqueles (Lobo, v.4, 1969). Paula Cândido constatava assim, uma dissociação entre a prática da clínica e aquelas outras disciplinas.

No Relatório do Diretor da FMRJ, José Martins da Cruz Jobim, do ano de 1859, as quantias designadas para a compra de livros para a biblioteca e para a organização dos laboratórios e gabinetes eram consideradas insuficientes. Neste, reclamava de uma lista de livros e instrumentos que havia sido encaminhada ao Ministério do Império e não tinha sido providenciada. Somente em 1862, ele receberia os livros,⁴¹⁵ instrumentos de física e drogas encomendados em Paris.

Além da condição desprestigiada dos opositores que era freqüentemente reclamada nas memórias e nas propostas de reforma (baixos salários, uma espécie de tapa-buracos, não tinham uma cadeira fixa), havia um esvaziamento do corpo docente ora provocado pelas epidemias do cólera ou febre amarela que mobilizavam também alunos, ora pela Guerra do Paraguai (1865-1870), ora pela posse como deputados gerais na Assembléia Legislativa que interferiam no funcionamento das faculdades de medicina. Outros, como Ezequiel Júnior, em 1877 acumulava o cargo de lente de farmácia com o de lente substituto interino do curso de ciências físicas e matemáticas da Escola Politécnica.

Neste quadro de hierarquias, insatisfações e precariedades, a oficina farmacêutica de Ezequiel e do filho Ernesto Frederico dos Santos, foi cedida à Faculdade de Medicina. Mas, tal acontecimento não corresponderia às

⁴¹⁵ Relatórios do Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (João Martins da Cruz Jobim) dos anos de 1859 (Lobo, 1969 a) e de 1862 (Lobo, 1969b).

expectativas dos farmacêuticos reunidos nas associações, inclusive, do lente da cadeira de farmácia, Ezequiel Jr.

3.1.4 A FARMÁCIA PRÁTICA NO ESPAÇO ACADÊMICO

No dia 1º de agosto de 1861 foi aberta a aula prática de farmácia no estabelecimento de Ezequiel e filho, situado à rua do Areal, sob a direção de Ezequiel Júnior. Completado o primeiro ano de funcionamento, Ezequiel expunha o programa de sua cadeira⁴¹⁶, no qual mantinha a divisão da parte teórica do curso em três (farmácia em geral, farmácia galênica e farmácia química) e estabelecia duas divisões para a parte prática (manipulações farmacêuticas e químicas, principalmente das que tinham emprego em medicina; e análises químicas, particularmente das que tinham como fim reconhecer a natureza e alteração das substâncias medicamentosas e algumas comerciais e alimentares).

Com relação à parte teórica, destacava que algumas matérias da primeira e todas da segunda parte eram objetos exclusivos da farmácia e tinham por fim:

(...) familiarizar os alunos com o estudo das formas farmacêuticas ou dos processos operatórios a que se submetem as substâncias medicinais para facilitar a sua administração fazendo-se-lhes sentir que cada uma destas formas tem suas vantagens e inconvenientes cuja apreciação é de grande interesse prático; porém, além de haverem poucas substâncias que possam ser administradas sem que tenham sido previamente submetidas a alguma operação, a escolha da forma que deve ser adotada de preferência é muitas vezes exigida por considerações de uma ordem superior, por isso que uma má escolha pode diminuir ou mesmo destruir as propriedades de um medicamento.

Já a terceira parte, a farmácia química, considerava-a como objeto de estudo das cadeiras de química mineral e orgânica, que eram estudadas pela farmácia de uma forma especial, fazendo-se uma história químico-farmacológica de princípios imediatos, como o tanino, as gomas, os corpos graxos, os alcalóides e de drogas que conteriam cada um destes princípios em suas propriedades. Chamava a atenção para a importância do conhecimento prático das substâncias medicinais, no que se referia às suas propriedades físicas e químicas, para a

⁴¹⁶ (Memória ...de 1862, 1863, p.6-7).

execução de suas preparações e manipulações para usos terapêuticos com fins de conseguir uma boa fórmula. A partir destas observações, indicava os conhecimentos necessários aos médicos e aos farmacêuticos, fazendo distinções entre os seus fazeres, e justificando a entrada em outros domínios do conhecimento:

O conhecimento, pois dos caracteres físicos das drogas ou a sua história natural e o conhecimento de suas propriedades químicas sendo de indispensável necessidade para o médico a fim de que possa formular bem, e para o farmacêutico a fim de que possa escolher bem os medicamentos e prepará-los convenientemente, justifica a necessidade que tivemos de entrar no domínio da física, da química, e da história natural, chamando em auxílio da farmácia os progressos que estas ciências tem feito.

Entretanto, sinalizava para uma contradição entre o tempo que os alunos do curso médico e os do curso farmacêutico eram obrigados a frequentar a aula prática de farmácia. De acordo com as instruções de 4/01/1860⁴¹⁷, os alunos do 6º ano do curso médico freqüentariam duas vezes por semana, por um ano, ficando restritos a parte das análises químicas, ao passo que um aluno do curso farmacêutico para se habilitar era obrigado a uma prática diária de três anos. Aquelas mesmas instruções autorizavam um opositor da seção de ciências acessórias (doutor em medicina) a reger a aula de farmácia prática, ou seja, fazer na presença dos alunos as preparações das substâncias medicamentosas de acordo com o programa regido pelo lente de farmácia e ensinar-lhes praticamente estas preparações. Sugeria que para que no futuro esta parte do ensino farmacêutico não ficasse prejudicada, os opositores, quando alunos, deveriam se exercitar mais nos trabalhos práticos químicos farmacêuticos e que passassem também por um exame prático.

Ezequiel finalizava o seu programa ressaltando a importância da aula prática de farmácia, pois “só por meio de demonstrações experimentais que se podem fixar idéias que são muitas vezes incompletas e falsas quando são adquiridas no estudo de gabinete”. Contudo, opinava que aquelas aulas ainda não satisfaziam as exigências do ensino devido a natureza particular do estabelecimento, a curta duração do serviço diário e a falta de um abundante e

⁴¹⁷ “Dá instruções para o serviço das oficinas farmacêuticas das faculdades de medicina”. Ver Decisão nº9 – Portaria de 4 de janeiro de 1860. In: Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1860. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1861, p.10-12.

variado receituário. No entanto, não deixava de apresentar no final uma relação dos alunos de farmácia que mais se distinguiram durante aquele ano.

Naquela mesma memória de 1862, o seu autor, lente substituto da seção médica, Francisco de Menezes Dias da Cruz, fornecia outra visão, mais geral, a respeito da relação entre a categoria dos opositores e os lentes catedráticos das cadeiras práticas. Observava que os lentes das cadeiras práticas dependiam do auxílio e habilidade dos preparadores, função desempenhada pelos opositores. O fato destes trocarem anualmente de gabinete inviabilizava as suas habilitações nos exercícios práticos de todas as cadeiras da seção a que pertenciam. Comentava então, a respeito da proposta da Faculdade feita ao governo no ano anterior, de fixar os opositores e de suprimir a classe dos substitutos⁴¹⁸.

Por outro lado, através do mesmo memorialista percebe-se as disputas entre as categorias dos lentes ou entre os diferentes domínios do conhecimento e seus representantes. Em resposta a um “hábil opositor”, que sugerira suprimir a cadeira de farmácia argumentando que ela poderia ser reduzida à prática de manipulações, Dias da Cruz tomava a defesa da farmácia. Assinalava que mesmo que a farmácia fosse aplicação de conhecimentos físicos e químicos como afirmava o opositor, não se poderia negar um lugar para ela nas ciências médicas, visto que os bons resultados das aplicações terapêuticas dependiam das preparações farmacêuticas. A seu ver, as ciências que não são exatas, teriam uma parte especulativa e outra racional, citando como outros exemplos a medicina operatória e a tocológia (obstetrícia) que seriam ramos da arte de curar que consistiam na aplicação de conhecimentos anatômicos e fisiológicos.

A falta de candidatos a opositores para a seção das ciências acessórias continuaria nos anos posteriores a 1862, interferindo no funcionamento da oficina farmacêutica. Em 1864 a situação se agravaria com a emissão do Aviso de 15 de junho pelo Ministério do Império, que extinguiu as funções de preparador de química orgânica e farmácia que passariam a ser exercidas por um único

⁴¹⁸ Estas propostas vieram como resposta ao Aviso do Ministério do Império de 16/10/1861, pelo qual o governo solicitava o fornecimento de bases para a reforma dos estatutos com prévia audiência da congregação. Nesta ocasião, formou-se uma comissão que além daquelas propostas, encaminharia outras como as de criação de um bacharelado de farmácia (proposta feita inicialmente pelo Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, como veremos a seguir), implantação de um curso de cirurgia dentária e mudanças no arranjo das disciplinas do curso médico.

opositor, como diretor da oficina de farmácia. Foi designado para ocupar esta posição na faculdade do Rio, Joaquim Monteiro Caminhoá. A faculdade do Rio discordando de tal medida, que havia sido sugerida pela faculdade da Bahia, oficiou ao governo. No Relatório do diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, referente ao ano de 1865, o vice-diretor Luiz da Cunha Feijó, alegava sobre a impossibilidade daquele acúmulo da direção da oficina farmacêutica e preparação da química orgânica e farmácia pela localização das instalações da oficina fora do prédio, à rua do Areal, próxima ao Campo de Santana, enquanto as aulas de farmácia teórica e química eram dadas no prédio da Faculdade, no Largo da Misericórdia (Lobo, 1969b, p.142-149). Ezequiel Júnior, como lente catedrático da cadeira de farmácia, acabaria assumindo informalmente as tarefas de preparador da oficina, ficando sobrecarregado.

A falta de opositores, principalmente na seção de ciências acessórias, agravava mais ainda com a guerra do Paraguai, quando muitos dos lentes e alguns alunos foram convocados pelos serviços de saúde da armada, ocasionando um esvaziamento significativo na instituição de ensino carioca⁴¹⁹. Este teria sido o caso do opositor Joaquim Monteiro Caminhoá que em 1865, tornou-se 1º cirurgião do Corpo de Saúde da Armada. Durante o ano de 1867, por não terem opositores disponíveis, foram conseguidas contratações de pessoas estranhas à faculdade, em situação extraordinária para ocuparem cadeiras nas várias seções. O cargo de diretor da oficina farmacêutica foi ocupado então, durante um ano, pelo irmão do lente da respectiva cadeira, Ernesto Frederico dos Santos, cuja proficiência em matéria de farmácia e ciências naturais foram reconhecidas. Neste ano, o seu nome aparecia no *Almanak Laemmert* como proprietário do estabelecimento que servia de oficina à faculdade, além de um depósito na rua de São Pedro, 76, e de outro em sociedade com Silveira, à rua do Rio Comprido, 48 H⁴²⁰.

⁴¹⁹ Em 1866, entre professores e alunos da Faculdade foram incorporadas 63 pessoas aos serviços médicos e farmacêuticos das Forças Armadas (Lobo, 1969b, p.151). Ver tb Edler, 1992.

⁴²⁰ Através dos anúncios e listas dos estabelecimentos farmacêuticos na cidade do Rio, publicados no *Almanak Laemmert*, nota-se que depois da morte de Ezequiel pai (1864), pode ter havido alguma confusão entre os dois irmãos e familiares na repartição dos estabelecimentos herdados. Em 1870, Ernesto Frederico dos Santos, dizia ser proprietário do laboratório na rua do Areal, e único sucessor de seu pai, conforme podemos ver pelo anúncio na *Revista de Notabilidades...* do *Almanak Laemmert* (ver parte II, p.151). Mas, em 1872, naquele mesmo *Almanak*, o estabelecimento à rua do Areal era anunciado tendo como proprietários a Viúva Santos & Filhos. Depois disso, só no ano de 1876, o nome de Ernesto Frederico dos Santos voltava a

Desde 1872 a precariedade das instalações da oficina farmacêutica e sua má localização eram ressaltadas na Memória Histórica, cujo autor era Vicente Cândido Figueira de Sabóia, lente de clínica cirúrgica. Ao referir-se à necessidade de construção de um edifício para a Faculdade de Medicina do Rio, destacava a falta de acomodações para a aula prática de farmácia que continuava funcionando em uma casa particular, longe da faculdade, sem luz, o que prejudicava os alunos principalmente no inverno que a freqüentavam no horário de 16 às 18hs. Sugeria então, que com a quantia que o governo gastava com o pagamento de aluguéis de edifícios e a aula prática de farmácia ou um pouco mais, poderia obter da administração da Misericórdia, um edifício com as acomodações necessárias para a faculdade. Naquele mesmo ano o Provedor da Santa Casa cedia um armazém que ficava por baixo da secretaria e da biblioteca, para onde foi transferida a oficina pelo Aviso do Ministério do Império de 29/01/1873, tendo sido contratado um arquiteto para a realização das obras necessárias.

Em 1874 a oficina encontrava-se no edifício da faculdade. Joaquim Monteiro Caminhoá, então lente de botânica e zoologia médica, lembrava na Memória Histórica daquele ano, a época em que como opositor, dirigira por diferentes ocasiões a oficina de farmácia e, concluía que mesmo com todas as condições desfavoráveis ao seu funcionamento daqueles anos, de lá haviam saído preparados farmacêuticos que poderiam figurar em qualquer coleção modelo. Considerava então a farmácia prática como a “clínica dos farmacêuticos” e como “complemento da clínica médica e da terapêutica”. Aproveitava e sugeriu ao governo, algumas mudanças no arranjo das disciplinas relacionadas à farmácia prática, que expressariam a sua preocupação com uma articulação maior entre as diferentes matérias, e a importância do estudo da farmácia para a formação do médico, principalmente. As sugestões eram a não obrigatoriedade de freqüência aos alunos do 1º ano do curso farmacêutico às aulas de farmácia prática, já que não podiam praticar. Alegava que o professor assim, poderia dar mais atenção aos alunos do 2º e 3º anos que eram obrigados ao trabalho. Já

constar da lista do *Almanak*, como proprietário de estabelecimento à rua do Areal, 8, ano em que ingressou como sócio efetivo no Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. No ano seguinte, devido ao seu falecimento, aquele estabelecimento aparecia como propriedade da Viúva Santos & C.

quanto aos alunos do curso médico, estes deveriam estudar farmácia no 4º ano ao invés de no 6º ano, pois teriam mais tempo para se dedicar e as matérias da química, botânica, zoologia estariam mais recentes, e estas juntas com a física, formariam as bases da farmácia moderna. O estudo desta cadeira no 4º ano, a seu ver, prepararia melhor os alunos para compreenderem a matéria médica e terapêutica; e quando se iniciassem nas clínicas, já teriam noções da arte de formular. Quanto à cadeira de farmácia, destacava a importância da prática, onde toda proposição emitida era acompanhada de prova, afirmando que “todos os progressos deste ramo nos países mais adiantados foram acompanhados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” (p.39). Ezequiel Júnior era considerado como professor modelo, tendo enriquecido o seu curso com aparelhos modernos solicitados ao governo, além das espécimens preparadas pelos seus alunos.

Ezequiel Júnior, autor da memória de 1875, comentava sobre a manutenção praticamente do mesmo programa de 1861-1862 para o seu curso, argumentando que a farmácia não teria marcha tão rápida que exigisse modificações anuais na exposição de suas doutrinas. Informava a respeito da mudança da oficina para o prédio da faculdade, cujo funcionamento teve início em 1º de junho de 1875. Lembrava do estado de abandono e decadência em que se achava o estabelecimento da rua do Areal, observando que as falhas repetidas com relação ao fornecimento de substâncias medicinais e outros objetos necessários tinham sido resolvidas, passando a ser solicitados diretamente à drogaria Janvrot.

A sobrevivência do laboratório de Ezequiel e filho, como local de ensino da parte prática da farmácia na Faculdade de Medicina, não iria muito além da existência da Sociedade Farmacêutica Brasileira e do próprio Ezequiel pai. Percebe-se no processo de criação e término dessa associação, a transformação da botica em laboratório, as relações familiares que ela envolvia e uma primeira investida da classe farmacêutica no ensino acadêmico condizente com suas práticas.

3.1.5 REFORMAS DO ENSINO 1879-1884

A partir da década de 1870, a seção de ciências acessórias da Faculdade de Medicina do Rio começava a ter um reconhecimento maior, manifestado pela notoriedade de alguns de seus integrantes que ingressaram como opositores e se tornaram lentes de cadeiras como Caminhoá, que depois de se destacar nos serviços prestados na guerra do Paraguai, viajara pela Europa e teve obra premiada e editada pelo governo imperial⁴²¹; Domingos José Freire Júnior que dirigira também a oficina farmacêutica, e fora nomeado para a cadeira de química orgânica viajando em comissão para a Europa com fins de aperfeiçoar-se e montar o seu curso sob o ponto de vista experimental⁴²². O ensino prático sofrera uma melhora refletindo inclusive, nas condições da categoria dos opositores que passara a ser denominada de substitutos com acesso à posição de catedrático por critério de antiguidade⁴²³. O estudo de farmácia de alguma forma ficava favorecido com estes acontecimentos e com o aumento da produção de obras didáticas pelos professores da faculdade a partir de 1874⁴²⁴. Além da obra de Caminhoá, citada anteriormente, foram aprovadas as obras de João Martins Teixeira⁴²⁵ (Noções de Química Geral, 1875), de Domingos José Freire Junior (Lições de Química Orgânica, 1880) e de Manoel Moraes e Valle (Noções

⁴²¹ A obra era, um compêndio denominado “Elementos de botânica geral e médica”, composta por 6 volumes e editada pela Typ. Nacional, em 1877. Em 1873, recebeu parecer unânime da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dirigindo-se ao leitor na introdução, dizia: “Este livro é o resultado de quase dezesseis anos de estudo e meditação; é o resumo de 59 compêndios e obras diversas de autores da Europa, Estados Unidos, Chile e Brasil...”

⁴²² Freire faria um verdadeiro inventário do ensino superior dos países que visitou (França, Áustria, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Itália, Suíça entre outros), considerando as instituições de Berlim e Viena como as que adotaram um modelo mais avançado de ensino e produzindo vários relatórios apresentados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nestes relatórios, valorizava as ciências físicas e naturais, entendidas como o “elemento motor das forças produtivas e da civilização européia” (Benchimol, 1999, p.29).

⁴²³ Pelo decreto nº 2.649 de 22/09/1875, foi determinado que só teria concurso para os lugares de opositores, que passariam a se chamar de substitutos nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. No ano seguinte, pelo decreto nº 6.203 de 17 de maio, foi extinta a classe de opositores e recriada a de substitutos com acesso à classe dos catedráticos por antiguidade. Incorporando as funções dos opositores estipuladas pela reforma de 1854, o número de substitutos foi reduzido para nove, sendo três para cada uma das três seções (ciências acessórias, ciências médicas e ciências cirúrgicas).

⁴²⁴ De acordo com o artigo 341, do decreto n.1764, de 14/05/1856 ficava estabelecido que os lentes ou qualquer pessoa que compusessem obras ou compêndios para fins didáticos, teriam a primeira impressão garantida pelos cofres públicos, privilégio exclusivo por 10 anos e um prêmio com determinada quantia, conforme o merecimento da obra.

⁴²⁵ Em 1875 foi nomeado lente substituto da seção de ciências acessórias, desempenhando a função de preparador dos gabinetes de química orgânica e farmácia.

Elementares de Química Médica, 1872-1873). Algumas destas obras seriam reimpressas como, a de Moraes e Valle, em 1881, sendo utilizadas até as primeiras décadas do século XX (Ferri e Motoyama apud Benchimol, 1999, p.47).

As melhorias iniciadas a partir de 1870 foram ampliadas com a reforma do ensino médico aprovada no Ministério de Carlos Leôncio de Carvalho (decreto nº 7247, de 19/04/1879), que se concretizou a partir da chamada reforma Sabóia, ou seja, durante a administração do lente da seção cirúrgica Vicente Cândido Figueira de Sabóia na Faculdade de Medicina do Rio (decreto nº 9.311 de 25/10/1884). Domingos José Freire Junior juntamente com Cláudio Velho da Mota Maia e Vicente Sabóia, que viajaram comissionados pelo governo para o exterior para avaliação das instituições médicas, participaram da comissão incumbida de redigir a lei que instituiria o ensino prático e a ciência de base experimental nas faculdades de medicina.

Mas, os farmacêuticos filiados ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro continuavam insatisfeitos com o ensino e a titulação que lhes era conferida pela faculdade de medicina. Em 1876, a ausência completa dos farmacêuticos para prestarem juramento no final do curso traduzia aquela insatisfação. Tal atitude suscitou comentários de parte do memorialista daquele ano, João Martins Teixeira⁴²⁶, que perguntava quais seriam as causas deste procedimento dos farmacêuticos. Naquele mesmo ano, eram publicados alguns ensaios críticos na *Tribuna Pharmaceutica* a respeito dos relatórios de Domingos José Freire Junior e Cláudio Velho da Motta Maia, sobre as instituições de ensino que tinham visitado em suas viagens à Europa, os quais eram enviados ao Instituto pela Faculdade de Medicina do Rio⁴²⁷. Com relação ao primeiro relatório de Motta Maia, lamentava que este houvesse se limitado ao papel de um cronista ao tratar da Escola Superior de Farmácia de Paris, não apresentando nenhuma proposta para melhorar o ensino farmacêutico no Brasil. Esta postura contrastaria com a de Domingos Freire que emitiu propostas de reformas em seu relatório, quando se referiu ao ensino farmacêutico na França. Reformas que foram consideradas pelo autor do ensaio como “aquém das verdadeiras necessidades do ensino da

⁴²⁶ Memória...1876, 1877, p.20.

⁴²⁷ Correspondência Jornalística e Bibliográfica. Sobre o primeiro Relatório do Sr. Dr. M. Maia. *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, série 3ª, n.5, p.48-54, 1876; Idem. Relatório do Sr. Dr. Freire à Fac. de Medicina do RJ, *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, série 2ª, n.11,12, p.286-294, 1876.

farmácia entre nós” por se resumirem a algumas modificações no plano dos estudos e na aula prática, e não tocarem na questão da separação entre o ensino farmacêutico e o médico. Embora o autor do ensaio crítico se expressasse desta forma, Freire tomaria algumas posições que o colocaria quase como uma espécie de porta-voz dos interesses da classe farmacêutica reunida no Instituto, o que era reconhecido pelo mesmo ensaísta. Elogiava então, o comentário de Freire durante sua estada em Paris, sobre a aula prática de farmácia na Faculdade de Medicina do Rio, reproduzindo-o:

Aquela aula não passa de um mal acabado esboço de laboratório, cujo menor inconveniente (que já cessou) é justamente o que apresentam como maior, isto é, achar-se longe do edifício da escola. Não há aparelhos, não há instrumentos etc, não há enfim um preparador que se incumba de guiar os alunos nem destes se exige, ao contrário do que aqui se pratica na escola de farmácia, contas do como procederam para obterem tal produto, acontecendo muito frequentemente que apresentam, como suas, preparações feitas por outros e as quais só conhecem de nome⁴²⁸.

Mas, por outro lado no mesmo periódico⁴²⁹, criticava-se a decisão de contratar preparadores estrangeiros para a seção de ciências acessórias, para o qual teria sido encarregado o professor Freire em sua viagem. Acreditava que assim como o médico que não tinha aprendido durante o curso a fazer preparações, tornava-se hábil depois de passar pelo concurso de opositores, o mesmo poderia se dar com o farmacêutico, que havia tido a oportunidade durante o curso de fazer algumas preparações. Citava como exemplo, o nome do farmacêutico Antônio Joaquim Teixeira de Azevedo, chefe redator do periódico do Instituto, que lecionara na Escola Agrícola de Juiz de Fora, onde dirigiu e praticou análises químico-agrícolas sem ter estudado antes sobre esta especialidade. Podia-se encontrar no Brasil, preparadores competentes. Este seria o único cargo que poderia ser ocupado pelo farmacêutico a partir daquelas reformas. Logo, era compreensível esta rejeição ao estrangeiro que podia vir a impedir o acesso dos farmacêuticos locais àquela categoria.

⁴²⁸ Idem, p.293.

⁴²⁹ Boato sobre a comissão do Dr. Freire na Europa. *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, 2ª série, n.7 e 8, p.193-196, 1876.

A ênfase dada ao ensino prático neste período pelas reformas, podia ser lida na ampliação e instrumentalização dos laboratórios já existentes (farmácia, botânica, química mineral, química orgânica, física, anatomia, fisiologia), e na criação de novos como o de higiene, de terapêutica experimental, de toxicologia e medicina legal. Cada um dos laboratórios ficava sob a direção do lente das respectivas cadeiras, ao qual ficariam subordinados um preparador, dois ajudantes e um conservador, sendo o provimento para o lugar de preparador feito por concurso (Lei 3141, de 30/10/1882). Em substituição à categoria dos substitutos, foi criada a de adjuntos encarregados de cursos teóricos complementares (decreto nº8850, de 15/01/1883), e instituídas a obrigatoriedade da frequência dos alunos nas aulas ministradas nos laboratórios, e a prova prática (decreto 8918, de 31/03/1883)⁴³⁰.

Estas reformas eram vistas com otimismo pelo memorialista de 1881, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, lente de botânica, associando a modernidade da medicina experimental à colméia de abelhas, símbolo do trabalho coletivo nos laboratórios, em prol do progresso:

Os esconderijos transformaram-se em salões cheios de ar e de luz; os lúgubres armários, depósito de vidros empoeirados, em coleções novas e luzidas de instrumentos modernos; o silêncio morno e abafado das saletas antigas no sussurro laborioso da colméia provida de abelhas a labutar na faina do progresso científico⁴³¹

O Laboratório de Farmácia, que já ganhara nova sede desde 1874, manteve-se no mesmo espaço sendo equipado com os objetos necessários, muitos do quais vindos da Europa.

Neste quadro, as associações farmacêuticas, através de alguns de seus integrantes acabava por conseguir penetrar de alguma forma no espaço acadêmico. Aos farmacêuticos formados pela Faculdade de Medicina era permitido prestarem concurso para o lugar de preparadores dos laboratórios de física, química mineral, química orgânica, botânica, farmácia e toxicologia (decreto nº8851, de 13/01/1883). Abria-se a possibilidade de ocupação de um

⁴³⁰ Ver a respeito das reformas entre 1879 e 1884, a título de informações, os respectivos decretos (*Coleção das Leis do Império do Brasil*), Santos Filho (1991), verbetes sobre as faculdades de medicina do Rio e da Bahia (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>). Interpretações analíticas, cf: Edler (1992), Benchimol (1999).

⁴³¹ Memória...1881, 1882, p.18.

lugar dentro do espaço acadêmico, cujas funções como preparadores eram acessar os lentes das cadeiras aos quais estavam ligados, nos trabalhos práticos do respectivo laboratório, compreendendo a orientação de alunos, a conservação dos instrumentos e aparelhos, a reunião das preparações, executando os trabalhos práticos determinados pelo lente da cadeira (decreto 8918, de 31/03/1883). Em 1881, encontramos a notícia de nomeação de um farmacêutico para preparador de farmácia (Amphiloquio de Araújo Ribeiro), posição para a qual seria nomeado em 1883, o farmacêutico Augusto César Diogo, sócio do Instituto Farmacêutico, e encarregado do Laboratório Químico Farmacêutico do Corpo de Saúde do Exército. Neste mesmo ano, outro farmacêutico, Pedro Martins Teixeira era nomeado para o laboratório de física médica. E o lente da cadeira de farmácia, Ezequiel Jr., que completara 25 anos de magistério em 1879, permanecera no exercício de sua função, com todas as vantagens que eram conferidas pelos estatutos de 1854, ou seja, acréscimo de gratificação e o título de Conselheiro do Imperador.

A drogaria Janvrot, propriedade do presidente do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, ficava responsável pelo fornecimento de diversos instrumentos, aparelhos e substâncias para alguns dos laboratórios da faculdade tais como os de química mineral e de química orgânica. Já o Laboratório de Farmácia a partir de 1881, teria o seu fornecimento substituído pelo laboratório do Corpo de Saúde do Exército⁴³².

3.2 ESCOLAS DO INSTITUTO FARMACÊUTICO DO RIO DE JANEIRO

Desde o início, entre as propostas do Instituto destacavam-se as de organizar um corpo de praticantes, considerados seus pensionistas, criando uma escola de preparatórios com as cadeiras de língua francesa, aritmética e geometria. A forma de organização daquele corpo de praticantes assemelhava-se às antigas corporações de ofício, ou seja, a um sistema de aprendizagem oficial. Havia duas classes de praticantes, aos quais para serem admitidos lhes eram impostas algumas condições. As condições exigidas para os de segunda classe

⁴³² Relatório do Diretor da FMRJ (Vicente Cândido Figueira de Sabóia) do ano de 1881 (1882).

eram: moralidade garantida por parente, curador ou protetor; ter mais de dez anos de idade; e saber as quatro operações, ler e escrever. Admitido, o candidato devia se empregar em algum laboratório farmacêutico para a prática da farmácia. Então, de três em três meses, o pensionista tinha de apresentar um certificado de sua conduta e aproveitamento assinado pelo chefe do estabelecimento em que exercia sua prática. Depois de dois anos de prática com “conduta moral, zelo e aproveitamento”, e provando através de exames suas habilitações, o pensionista podia ser promovido à primeira classe. Estes tinham os mesmos deveres que os da segunda classe, porém ganhavam o direito de freqüentar gratuitamente as aulas de francês e matemática do Instituto. O pensionista que se habilitasse em um ano para cursar farmácia nas faculdades de medicina era premiado com uma medalha de prata, assim como recebia uma medalha de bronze aquele que se habilitasse em dois anos. Os pensionistas premiados podiam ser mandados à Europa à custa do Instituto, para se aperfeiçoarem no estudo de química e farmácia. O francês e a matemática eram obrigatórios, mesmo para os que não quisessem cursar os estudos superiores de farmácia. Concluídos seus cursos, o pensionista era inscrito como membro do Instituto, ao qual deveriam pagar uma jóia quando pudesse. Assim rezavam os seus estatutos aprovados pelo governo imperial (decreto nº 2.283 de 20/10/1858), que no entanto, fazia uma ressalva que as habilitações que fossem conferidas aos alunos do Instituto não os autorizavam para o exercício legal da farmácia, nem para as matrículas nas faculdades de medicina do Império.

Por ocasião da comemoração da 4ª sessão aniversária do Instituto, foi publicada notícia na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* elogiando a associação e considerando-a merecedora da proteção da Academia Imperial de Medicina e do governo imperial. A mesma matéria aprovava as atitudes filantrópicas do Instituto que bancavam os preparatórios para os estudantes pobres que quisessem ingressar na faculdade e continuavam fornecendo-lhes as condições necessárias para que terminassem o curso⁴³³.

Nos anos que se seguiram, com relação ao ensino o Instituto Farmacêutico acabou firmando-se como uma instituição de ensino secundário, através de sua

⁴³³ Variedades. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, nº.6, 15 de agosto, 1862, p.72.

Escola de Humanidades. Mas, o seu intuito maior, foi sempre o de alcançar um nível de formação mais alto para os farmacêuticos, dando prosseguimento as reivindicações da Sociedade Farmacêutica Brasileira ao procurar influenciar nas reformas do ensino superior do país.

Durante o ano de 1861, ano em que se iniciava as aulas práticas do curso farmacêutico da Faculdade de Medicina na oficina de Ezequiel, o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro encaminhava representação à Assembléia Geral Legislativa, solicitando o título de bacharel em ciências naturais para os farmacêuticos formados e para os que se formassem. A reivindicação de título de bacharel para os alunos do curso farmacêutico não era nova, já tendo sido acenada anteriormente pela Sociedade Farmacêutica Brasileira. Mas, não deixava de ser significativa a ação do Instituto naquele momento. Tal representação acabaria passando pela Faculdade de Medicina do Rio para que esta desse seu parecer a respeito⁴³⁴. Formou-se uma comissão para este fim que discordou do título de bacharel em ciências naturais alegando que os estudos de zoologia e de mineralogia eram incompletos. Em contrapartida, sugeria o título de bacharel em farmácia, propondo o aumento do número de preparatórios com o conhecimento do latim e da filosofia, e o das matérias do curso com o estudo da toxicologia. O parecer acabava por concluir que o farmacêutico bem formado seria mais indicado que o médico clínico, para resolver problemas de saúde pública ou do desagravo da justiça, observando que assim como a missão do médico não se limitava à cabeceira do doente, a do farmacêutico deveria ir além do aviamento de receitas. Como na proposta feita pela associação portuguesa em 1859, defendia a distinção quanto ao exercício entre as duas classes de farmacêuticos, a exemplo da França. Sendo assim, achava que apenas os bacharéis em farmácia deveriam ser convocados para consultas oficiais, comissões permanentes ou corporações públicas. Mas, embora ficasse decidido encaminhar ao governo este parecer juntamente com as propostas de reforma dos estatutos da faculdade, o bacharelado em farmácia não se concretizou naquela época.

⁴³⁴ Memória Histórica....de 1861, 1862.

De acordo com a reforma de Leôncio de Carvalho (decreto nº 7.247, de 19/04/1879), o curso farmacêutico passaria à condição de Escola de Farmácia anexa à Faculdade de Medicina, ficando constituído pelas cadeiras de física, química mineral, mineralogia, química orgânica, botânica, zoologia, matéria médica e terapêutica, toxicologia, farmacologia e farmácia prática, e fornecendo diploma de bacharel em farmácia. No entanto, esta parte da lei não foi executada. Na reforma Sabóia (decreto nº9.311 de 25/10/1884) que deu novos estatutos às faculdades de medicina, a farmácia permaneceria sob a condição de curso anexo, tendo duração de três anos e ficando constituído pelas mesmas cadeiras mencionadas anteriormente mas, oferecendo no final do curso apenas o diploma de farmacêutico.

Entre os anos de 1870 e 1880, o Instituto daria continuidade àquelas propostas, centrando suas ações na criação de escolas.

3.2.1 ESCOLA DE HUMANIDADES

No ano de 1874, havia sessenta e cinco estabelecimentos particulares de instrução secundária no município da Corte, sendo que deste montante apenas quatro eram destinados unicamente ao nível secundário. O Instituto Farmacêutico não seria a única associação particular a administrar escolas ou cursos. Naquele mesmo ano, vários cursos noturnos para adultos eram oferecidos por outras associações tais como os da Associação Promotora da Instrução de Meninos, na freguesia da Glória, do Liceu Literário Português, da Sociedade Ensaio Literários, e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tinha uma escola industrial. Estas iniciativas particulares geralmente recebiam um subsídio anual do governo imperial que regulava mais ou menos em torno de 2:000\$000 (réis). Em 1874, o Instituto além de contar com recursos próprios, recebera um subsídio mais alto 3:600:000 com fins de custear suas aulas gratuitas de humanidades e de ciências farmacêuticas⁴³⁵.

⁴³⁵ Brasil..., Relatório do M. do Império de 1874, 1875, p.17-19.

A Escola de Humanidades inaugurada a 15 de maio de 1874, funcionou até o ano de 1885 provavelmente⁴³⁶, ficando restrita às matérias de preparatórios. Desta forma, até 1884, as matérias que constituiriam o curso de ciências farmacêuticas não foram implantadas, como se pretendia, alegando-se falta de recursos. Mas, já em 1874, havia a previsão de 11 cadeiras para aquele curso, sendo farmacêuticos, todos os seus respectivos professores⁴³⁷.

A Escola de Humanidades por sua vez, manteve um número regular de alunos matriculados em suas aulas, o que pôde ser observado na leitura dos relatórios dos Ministros do Império:

ANO	Nº. DE ALUNOS
1874	152
1875	164
1876	204
1879	145
1880	173
1881	150

As suas aulas eram ministradas na sede do Instituto, à rua São José, 75. No seu primeiro ano de funcionamento, eram lecionadas as disciplinas de português, latim, francês, história, inglês, aritmética, álgebra e geometria sendo acrescentadas posteriormente as disciplinas de geografia, filosofia, desenho e alemão, o que extrapolava o que era exigido para ingresso no curso farmacêutico pela legislação da época. Atendia assim, aos aspirantes dos cursos superiores das escolas do império. Essa Escola era vista pelo sócios do Instituto como um meio de conquistar a emancipação farmacêutica no Brasil, ou seja, como uma ponte para se criar uma escola superior de ciências farmacêuticas. No

⁴³⁶ No *Almanak Laemmert* de 1885, ainda foi publicada a relação das disciplinas (português, história, geografia, latim, aritmética, geometria, francês, filosofia) oferecidas pela Escola, acompanhada da lista de seus respectivos professores.

⁴³⁷ Física em geral, química inorgânica, química orgânica, mineralogia, noções de geologia, zoologia, botânica, história natural dos medicamentos, análises em geral, toxicologia, farmácia legal e farmácia teórica e prática. Entre os professores, havia o próprio Janvrot que acumulava a presidência do Instituto com a direção da Escola, que daria farmácia teórica e prática; e Augusto César Diogo, que daria história natural dos medicamentos (RELATÓRIO da Escola de Humanidades e Ciências Farmacêuticas apresentado ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro pelo farmacêutico Janvrot em 1874)

entanto, mantê-la parece não ter sido uma tarefa fácil para o Instituto, que quando faltava verba lançava mão do benefício teatral que consistia na apresentação de peças, cujo valor recolhido era revertido para a Escola⁴³⁸. Em 1879, era sugerido no Relatório do Ministro do Império que fosse incluído na lei do orçamento um subsídio ao Instituto, como havia sido feito com relação ao Imperial Liceu de Artes e Ofícios, pois aquele concedido inicialmente na gestão do Ministro João Alfredo (1871-1875) havia sido cortado.

De certa forma, este tipo de iniciativa particular não deixava de ser bem aceita pelo governo imperial, principalmente quando se tratava da instrução secundária correspondente às disciplinas exigidas como preparatórios para a matrículas nos cursos superiores. Embora a partir de década de 1870 houvesse uma preocupação com o ensino em geral, os cursos superiores continuavam sendo priorizados no programa de reformas proposto pelo governo, reforçando seu caráter elitista, aristocrático. Cabe aqui lembrar que o ensino superior em todo território do império era competência do governo imperial ao passo que o primário e secundário era do governo das províncias e particulares. No município da Corte, além do ensino superior (Faculdade de Medicina do RJ e Escola Politécnica), ficava também sob a jurisdição do governo central (Ministério do Império) o Imperial Colégio Pedro II, de nível secundário, enquanto as instituições do ensino primário e outras do secundário, ficavam por conta da administração local e particulares. Até 1854, o Colégio Pedro II era o único estabelecimento público da Corte que oferecia um curso completo de humanidades que possibilitava os alunos a habilitar-se para a matrícula nos cursos superiores. Fora isso, havia as “aulas avulsas” que não compreendiam todas as matérias que se exigiam como preparatórios, tendo baixa frequência e sendo consideradas de difícil inspeção pelo governo. Estas dependiam do zelo e dedicação dos professores que davam aulas em suas próprias casas ou arcavam por conta própria com o aluguel de casa. Os alunos por sua vez, também ficavam prejudicados tendo que se deslocarem para vários locais para conseguirem se instruir em todas as matérias necessárias (Moacyr, 1938). A partir do Aviso de

⁴³⁸ O seu presidente Janvrot comunicava em reunião da associação, em 1877, a respeito do contato que fizera com diversos empresários de teatro da Corte com fins de avaliar qual deles oferecia maiores vantagens. O Instituto decidindo-se sobre a quantia de 1:800\$, escolhia o Teatro São Pedro de Alcântara, na Praça Tiradentes, e a apresentação da ópera *La fille de Mme. Angôt* pela Companhia do Cassino (*Tribuna Pharmaceutica*, RJ, série 3^a, n.6, p.70-71, jan.1877).

20/09/1854, eram declarados válidos os exames de preparatórios para a matrícula nas faculdades de ensino superior feitos na Inspeção Geral de Instrução Pública Primária e Secundária do Município da Corte. Antes disso, eles eram feitos só nas próprias faculdades.

A legislação que tratou de questões educacionais entre os anos de 1850 e 1880, procurava padronizar o ensino secundário e os exames preparatórios para ingresso nos cursos superiores no Império, mantendo no entanto, a centralização administrativa concentrada no município da Corte. Em 1873 (decreto nº5429, de 2 de outubro) foram estabelecidas comissões de exames gerais nas capitais das províncias onde não havia faculdades, sob a inspeção do delegado do Inspetor Geral de Instrução do município da Corte. Havia assim uma tendência a incrementar os estudos de humanidades e facilitar as carreiras científicas. Entre 1874 e 1875, o número de inscrições para os exames preparatórios no município da Corte foram de 1715 para línguas e 1920 para ciências, sendo que no exame de línguas houve 101 aprovações distintas, 435 plenas, 180 simples e 287 reprovações, e 112 deixaram de fazer exames. Nas ciências houve 82 aprovações com distinção, 415 plenas, 664 simples e 297 reprovações, e 462 alunos deixaram de fazer exames (Moacyr, 1938, p.101).

A melhoria dos preparatórios para os cursos superiores vinham chamando atenção também dos que lançavam propostas para reformar o ensino médico. O lente de botânica Joaquim Monteiro Caminhoá teria sido um dos que em Memória Histórica da FMRJ (1874) de sua autoria, tocava na questão. A seu ver, a melhoria da instrução superior dependia da qualidade dos cursos públicos e particulares e dos exames de humanidades. Chamava então, a maioria dos colégios em quase todos os países de “hotéis de educação”, cuja administração era orientada pelos interesses comerciais de seus diretores, visando apenas lucros monetários. Além disso, comentava a respeito das denúncias de favorecimentos de alguns estabelecimentos escolares por ocasião dos exames. Em função disso, a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte passara a exigir que os examinadores não fossem professores de colégios ou casas de instrução, mas de instituições públicas, cujos conhecimentos deveriam ser notórios na matéria que fossem examinar, devendo ser fixos e bem remunerados. Mas, parece que estas instruções quanto à

remuneração não saíam do papel⁴³⁹. Caminhoá aproveitava para denunciar também a frequência com que se dava o ingresso de alunos nas faculdades de medicina sem terem passado pelos preparatórios exigidos pelo regulamento, munidos apenas de uma permissão expedida pelas Câmaras municipais. Em 1866, na Faculdade de Medicina do Rio tinham ingressado nestas condições 29 alunos, sendo 25 para o curso médico, e 4 para o curso farmacêutico. Assinalava então, a importância das disciplinas exigidas nos preparatórios para o posterior estudo da medicina, cirurgia e farmácia. Entre as disciplinas destacava a importância da manutenção do latim como preparatório dos alunos de medicina, cuja supressão havia sido sugerida pelo projeto de criação de uma universidade na capital do Império⁴⁴⁰. Argumentava que esta língua seria básica para os alunos tomarem contato com a medicina clássica e com as ciências naturais. Quanto a estas últimas, notava que os nomes e classificações de acordo com os tribunais internacionais, só podiam ser escritos em latim. Ao invés da introdução da trigonometria como preparatório, defendia o alemão, “língua em que se acham escritas muitas obras monumentais da medicina”. Para melhorar a qualidade dos preparatórios, inspirando-se em países europeus, sugeria que deveriam ser dados incentivos tanto aos alunos em forma de matrículas grátis ao que fossem aprovados com distinção, quanto aos professores públicos e particulares que conseguissem que 50 de seus alunos alcançassem a distinção em suas matérias. Os professores públicos seriam contemplados com aumento do tempo de magistério e os particulares com direito a matrícula grátis de seus filhos em qualquer curso oficial.

A Memória Histórica de Caminhoá ao ser comentada por um farmacêutico recebeu algumas críticas por este quase não se referir aos estudantes de farmácia. Considerava então, que o latim e o alemão também seriam línguas necessárias aos estudos de farmácia. Concordava que tivesse havido progressos na instrução prática da faculdade como resultado da passagem de João Alfredo pelo Ministério do Império mas, os alunos de farmácia pouco teriam lucrado com

⁴³⁹ Entre 1859 e 1876, temos informações de que o professor Benjamin Constant, aluno da Escola Militar e professor do Instituto Comercial e do Imperial Instituto de Meninos Cegos a partir dos anos de 1860, de notório saber, havia sido chamado várias vezes para ser examinador de matemáticas sem receber nada por isso (Lemos, 1999).

⁴⁴⁰ O projeto datado de 1871, era de autoria de Paulino José Soares de Sousa, ministro do Império entre 1866 e 1870. Ver a esse respeito (Moacyr, 1938)

aquilo. Quanto aos cursos preparatórios, o comentarista propunha que se constituíssem escolas preparatórias de medicina e de farmácia como na França ou insistisse nas ciências físicas e naturais como preparatórios, reduzindo o período do curso de medicina. A reforma das escolas de medicina não podiam ser vistas sem levar em consideração o ensino livre e a separação entre os cursos de medicina e farmácia⁴⁴¹.

No dia 8 de maio de 1875, o Instituto encaminhava a S.M., o Imperador Pedro II, um documento comunicando a criação da Escola de Humanidades e informando sobre o seu funcionamento apresentando o número de alunos e relação das disciplinas. Observava que a cadeira de alemão ainda não havia sido iniciada por falta de professor e solicitava a sua proteção ao estabelecimento inaugurado e apoio para a concretização de suas intenções de abrir um curso de ciências farmacêuticas⁴⁴².

Entre os anos de 1876 e 1877, o Instituto recorreria às instâncias do poder executivo e depois, do legislativo, na tentativa de concretizar os seus objetivos. Através do Manifesto de 30/11/1876 encaminhado a S.A, a Regente Princesa Isabel, era solicitado novamente pelo Instituto, proteção do trono “em favor de uma reforma completa das idéias que dirigem a instrução profissional da farmácia no país”. Atribuía como causa principal da “triste posição da farmácia na sociedade brasileira” o fato do farmacêutico não ter o direito de “dirigir e ministrar a instrução de seus companheiros de profissão à maneira do que se dá em outros pontos do mundo civilizado”. Apontava então, como solução para reverter esta situação, a criação de uma escola superior de farmácia na capital do Império⁴⁴³. Em resposta, a Regente prometeu que promoveria a intervenção do Ministro do Império no assunto, que era na época José Bento da Cunha Figueiredo. Este ao discursar no Senado em setembro de 1875 a respeito da criação de uma universidade na cidade do Rio, chegara a sugerir a instituição de uma primeira escola de farmácia na capital do império, fato que foi comentado em editorial da

⁴⁴¹ Correspondência Jornalística e Bibliográfica. Rápido estudo da Memória Histórica da FMRJ escrita pelo Sr. Dr. Caminhoá. *Tribuna Pharmaceutica*, 2ª série, n.1 e 2, p.48-57, 1875

⁴⁴² Documento assinado pelos farmacêuticos Lamberto Cezar Andreine, Francisco Hermilino Ribeiro e Fillipe Basílio Cardoso Pires. Reproduzido em Carvalho, 1929, p.66-68.

⁴⁴³ O manifesto do Instituto Farmacêutico a S.A.I. a Regente. Assinado pela comissão dos farmacêuticos Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo (relator), Eugênio José Ferreira Baptista e Manuel José do Amaral. *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, série 3ª, n.6, p.71-73, jan.1877.

*Tribuna Pharmaceutica*⁴⁴⁴. Os farmacêuticos desde então, vinham depositando esperanças em sua intervenção a favor da causa farmacêutica. Mas, este deixaria o Ministério em 17 de fevereiro de 1877, sendo substituído por Antônio da Costa Pinto e Silva.

As mudanças frequentes que vinham se dando na pasta do Império, e a falta de respostas às suas solicitações levaram o Instituto a buscar apoio no seio da própria classe, convocando-a entre os farmacêuticos legalmente habilitados pelas faculdades do Império, para um Congresso Farmacêutico⁴⁴⁵. O evento foi realizado em duas sessões, nos dias 27 de maio e 17 de junho de 1877, na sua sede, à rua São José, estando entre os presentes alguns farmacêuticos que encontravam-se afastados da profissão. O resultado deste conluio foi a redação de um documento para ser encaminhado ao poder legislativo, que foi denominado “Razões fundamentais da petição dirigida à Augusta Câmara dos Senhores Representantes da Nação pelo Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro”⁴⁴⁶. A comissão encarregada de elaborar este documento foi eleita durante o Congresso, ficando constituída pelos farmacêuticos Eduardo Júlio Janvrot, Manoel Hilário Pires Ferrão (relator), Antônio Joaquim Teixeira de Azevedo e Augusto César Diogo.

Naquela petição, além de solicitarem a reforma do ensino, defendiam a correção da legislação da década de 1850 que regulava o exercício da farmácia, com fins de acabar com os abusos e privilégios aos não diplomados. Neste documento, faziam referência ao parecer emitido pela Faculdade de Medicina do Rio em dezembro de 1872, a respeito do projeto de criação de uma universidade na cidade carioca, de autoria de Paulino José Soares de Sousa. É interessante observar que entre os lentes que compunham a comissão responsável por tal parecer, encontrava-se o Conselheiro Manoel Maria de Moraes e Valle (presidente honorário do Instituto Farmacêutico). Neste era proposto um curso especial de farmácia formado por cadeiras que constituíam o curso ordinário de medicina entre as quais a matéria médica e terapêutica, a zoologia, a física geral e experimental, a toxicologia. A oficina farmacêutica deveria ser frequentada

⁴⁴⁴RJ, n.1 e 2, p.4-13, 1875.

⁴⁴⁵ Foi publicada uma nota convocatória no Jornal do Commercio de 22/05/1877, sendo assinada pelos farmacêuticos Janvrot, Antônio Joaquim Teixeira de Azevedo, Augusto Cezar Diogo, Francisco Maria Mello e Oliveira, Cândido Brandão de Souza Barros e Fortunato Raimundo de Oliveira.

⁴⁴⁶ Ver a respeito Carvalho, 1929, p.73-75.

desde o 1º ano. Os preparatórios deveriam ser os mesmos que eram exigidos para o curso médico mas, caso fosse aprovada a sugestão de duas classes de farmacêuticos, isto mudaria. A classe dos farmacêuticos aprovados, seriam obrigados a um número limitado de preparatórios ao passo que, a dos farmacêuticos bacharéis teriam que se submeter aos mesmos preparatórios que o curso médico. Observavam que embora a Faculdade de Medicina monopolizasse o ensino farmacêutico, ela reconhecia os abusos e descrédito por que passavam a profissão farmacêutica.

Em outubro de 1877, era comentada e reproduzida na seção editorial da *Tribuna Pharmaceutica*⁴⁴⁷ a resposta negativa da Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados às solicitações do Instituto. Com relação às propostas de criação de uma escola de farmácia na Corte, a Comissão dizia que este assunto seria competência da comissão de instrução pública. Mas, mesmo que fosse de sua competência, considerava inconveniente por não se tratar simplesmente de autorizar um curso particular que se regulasse convenientemente as provas de capacidade dos alunos, como se fazia com relação aos que tinham diplomas de escolas estrangeiras. Não julgava certo criar um curso às custas do Estado, quando já existia outro. O autor do editorial considerava esta interpretação dada pela Comissão equivocada por ter entendido a proposta do Instituto como a criação de mais um curso oficial de farmácia, além do da escola de medicina. Esclarecia então, que o objetivo era “atacar o domínio médico exercido sobre o ensino da farmácia, extinguindo, por consequência o velho regime das escolas anexas elípticas da antiga metrópole”.

Mesmo com esta negativa do poder legislativo e a falta de respostas pelos poder executivo, o Instituto crescera como associação, com capacidade de mobilizar um grupo significativo de médicos, farmacêuticos e até mesmo droguistas em torno de suas propostas. Inspirados pelas Conferências Populares da Glória, instituídas pelo senador Conselheiro Manoel Francisco Corrêa em 1873, o Instituto começou também a realizar conferências em 1876, que eram frequentadas por algumas senhoras e lentes da faculdade de medicina. A primeira delas foi proferida pelo Conselheiro Moraes e Valle, cujo tema foi o ar atmosférico, destacando os serviços prestados pelo “sábio farmacêutico sueco”

⁴⁴⁷ RJ, série 4ª, n.13, p.49-53, out.1877.

Carl Wilhelm Scheele (1742-1786). Em seguida, o Conselheiro Manoel Francisco Corrêa estando presente, pronunciou-se fazendo elogios às atitudes da associação relacionadas à instrução. Na programação para os meses seguintes, estavam previstas as conferências dos farmacêuticos, Antônio Joaquim Teixeira de Azevedo sobre a conveniência da criação de escolas de farmácia, e a de Francisco Maria de Mello e Oliveira sobre a farmácia militar⁴⁴⁸. Aproveitando esta iniciativa, em 1878 o Conselheiro Moraes e Valle, então diretor interino da Faculdade de Medicina do Rio, iniciava um curso de química geral na sede do Instituto, em forma de conferências, atraindo um público diversificado para suas aulas tais como professores de cursos superiores, alunos de farmácia e medicina, e amadores. Na matéria que noticiava sobre o curso, havia uma observação sobre a precariedade da parte prática por falta dos recursos necessários. Sugeria então, que alguns sócios farmacêuticos ricos do Instituto colaborassem, “prestando um serviço a favor da instituição, da instrução e até certo ponto a si mesmo, pois desse serviço lhe podia resultar, se não a gratidão do governo, com certeza dos ouvintes do curso”. No final, havia um agradecimento ao presidente do Instituto, Eduardo Janvrot, por sua atuação como preparador de química e fornecedor dos objetos para o curso⁴⁴⁹.

Além destas atividades, a associação a partir de 1877, formou as comissões científicas de física, química, botânica e zoologia, matéria médica, legislação, que poderiam ser vistas como uma forma de preparar professores para sua futura escola de ciências farmacêuticas. Estas realizaram estudos e eram formadas por farmacêuticos e médicos, sendo que entre estes últimos havia lentes da faculdade de medicina e/ ou membros da Academia Imperial de Medicina tais como Agostinho José de Souza Lima, Nicolau Joaquim Moreira, Moraes e Valle. Alguns destes estudos foram publicados no seu periódico.

⁴⁴⁸ Seção Noticiosa. As Conferências do Instituto Farmacêutico. *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, série 3^a, n.5, p.58-60, dez.1876.

⁴⁴⁹ Seção Noticiosa. Curso de Química do Exm.Sr.Conselheiro Dr. Moraes e Valle. *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, série 4^a, n.11, p.255-256, jun.1878.

3.2.2 ESCOLA SUPERIOR DE FARMÁCIA

Na década de 1880, o Instituto Farmacêutico conseguira se firmar como uma instituição que entre outras atividades, mantinha uma escola de nível secundário, no município da Corte. Aquele dinamismo ou mobilização maior da associação entre as décadas de 1870 e 1880 não seria um fato isolado. As temáticas abordadas nas Conferências da Glória demonstravam o papel que a instrução deveria ter na sociedade brasileira, estando entre os seus palestrantes médicos, farmacêuticos, bacharéis, ou seja, profissionais liberais interessados na realização de reformas sociais incluindo as do ensino. O espaço das conferências, inclusive, seria utilizado principalmente a partir de 1880 por alguns professores e alunos da faculdade de medicina para denunciar a precariedade da instituição e propor os devidos melhoramentos⁴⁵⁰. Estas formas de divulgação das propostas, tanto por parte dos médicos como dos farmacêuticos, sendo que os últimos às vezes se sentiam representados por estes e vice-versa, produziam uma sociabilidade maior entre os pares e a sociedade em geral, parecendo surtir mais efeito. Pelo lado do governo do Império do Brasil, também se buscava ajustar à tendência internacional, de dar destaque à educação, aumentando o orçamento destinado a ela. Tal tendência podia ser lida nos espaços que a temática da instrução foi ocupando nas exposições internacionais a partir de 1867, que contariam com a participação do Brasil⁴⁵¹. Na Exposição do Centenário da Independência norte americana da Filadélfia (1876), o Instituto Farmacêutico era premiado por suas publicações e pelos serviços prestados à instrução pública. Para a conquista do prêmio contaram com a intervenção do sócio do Instituto, o médico botânico Nicolau Joaquim Moreira, a quem agradeciam nas páginas de seu periódico⁴⁵². Em 1883, quando foi programado um Congresso de Instrução a ser realizado no município da Corte para tratar de questões de interesse da instrução pública no país, lá estava representado o

⁴⁵⁰ Fonseca, 1996.

⁴⁵¹ Ver a respeito da relação entre educação, exposições internacionais e congressos (Kuhlmann Júnior, 2001).

⁴⁵² O Instituto Farmacêutico perante a exposição de Filadélfia. *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, série 3^a, n.7, p.90-91, fev.1877.

Instituto Farmacêutico pelo seu presidente na 1ª seção, onde seriam debatidas questões relativas ao ensino primário, secundário e profissional⁴⁵³.

Por outro lado, desde a Exposição Internacional de Londres (1862), alguns farmacêuticos estabelecidos no Brasil tais como Ezequiel Corrêa dos Santos & Filhos, no Rio, e Theodoro Peckolt, em Cantagalo, já marcavam presença no cenário mundial sendo premiados pelos seus produtos químicos, medicinais e farmacêuticos (Rangel Filho, 1957). Em 28 de dezembro de 1883, Eugênio Marques de Hollanda que substituiu Janvrot na presidência do Instituto no ano anterior, era notícia nos jornais por ter inaugurado o seu Laboratório da Flora Brasileira. Os seus preparados medicinais feitos a base da planta manacá eram elogiados na obra de Joaquim Monteiro Caminhoá (Elementos de Botânica, 1877)⁴⁵⁴.

O Instituto Farmacêutico e seus associados vinham ocupando assim, espaços importantes nos setores de instrução e da indústria, mas não tinha conseguido ainda atingir o seu objetivo de instalar uma escola de nível superior, como garantia do ensino e exercício da farmácia.

Em 1880, novamente eles criavam expectativas em torno do Ministério do Império, ocupado por Barão Homem de Mello (Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello), simpatizante da iniciativa particular tendo sido membro do magistério público e inspetor geral da instrução pública da Corte. No ano seguinte, o Barão foi autor de um projeto de criação de uma universidade na capital do Império, no qual havia a proposta de conferir além do diploma de farmacêutico, o grau de doutor em farmácia aos que tivessem sido aprovados plenamente em todas as matérias do curso, e aprovados com distinção na defesa de teses (Moacyr, 1938, p.541). O curso farmacêutico ficaria na condição de um curso especial das faculdades de medicina, cujas disciplinas seriam física médica, química médica, mineralogia (1ºano); química orgânica e biológica, botânica médica, zoologia e anatomia comparada (2ºano); matéria médica e terapêutica, especialmente a brasileira; farmacologia e arte de formular, medicina legal e

⁴⁵³ Regulamento e programa do Congresso da Instrução In: BRASIL. Ministério do Império...1882, 1883.

⁴⁵⁴Pelo decreto de 19/12/1871, lhe era concedida licença pela Junta Central de Higiene Pública para expor à venda uma tintura depurativa de salsa, caroba e manacá de sua composição, que era bastante utilizada no tratamento contra sífilis. Através da edição de um almanaque, distribuído anualmente, propagandeava os seus preparados. Ironicamente, o autor da composição faleceria de sífilis em 1892, deixando uma boa herança, que foi disputada por seus descendentes (Carvalho, 1942).

toxicologia (3ºano), além da prática de farmácia. A universidade ficaria compreendida por cinco faculdades, de ciências matemáticas, físicas e naturais; de medicina; de direito; de letras, e de teologia. A Faculdade de Medicina do Rio e a Escola Politécnica seriam incorporadas à universidade, ficando subordinadas a ela a Faculdade de Medicina da Bahia, as de direito do Recife e São Paulo, a Academia de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Observatório Astronômico, o Museu Nacional, a Escola de Minas de Ouro Preto, e as instituições de ensino de qualquer grau existentes na Corte e nas províncias mantidas pelo Estado, que não pertencessem a outros ministérios. A universidade ficaria sob a proteção do imperador, sendo denominada de Imperial Universidade Pedro II. No Relatório do Ministro do Império de 1882, Pedro Leão Velloso ao se referir à Faculdade de Medicina do Rio, comunicava a incumbência que havia dado ao lente de farmácia, o Conselheiro Ezequiel Corrêa dos Santos, através do Aviso de 13/03/1882, de formular um projeto para criação de uma escola especial de farmácia, o que não se efetivou.

A congregação da faculdade de medicina carioca ao ser consultada a respeito do projeto do Barão Homem de Mello, dizia não compreender, através do professor Nuno de Andrade, a subordinação de todos os institutos de ensino à universidade, defendendo a idéia de que ela deveria reunir apenas estabelecimentos de ensino superior e profissional da mesma localidade, submetidas a uma autoridade própria, o conselho universitário. Discordava assim, da absorção daquelas faculdades provinciais pela universidade, ficando as respectivas congregações dependentes do conselho universitário e do conselho superior de instrução pública. Entendia que este último conselho era organizado de uma forma que as instituições de ensino poderiam ficar totalmente concentradas na figura do ministro do Império. Posicionava-se contra tal projeto, considerando o sistema universitário idealizado pelo governo extremamente centralizador, comparando-o ao modelo de universidade napoleônica. A congregação da faculdade de medicina baiana também seria contrária a este projeto, alegando perda da autonomia das faculdades, pois todas as medidas e

decisões teriam que ser submetidas à aprovação do governo, por intermédio do conselho universitário⁴⁵⁵.

A vinculação entre os ministérios do Império e a organização do ensino médico, que incluía o farmacêutico, traduzia a centralização administrativa e política, característica do governo imperial brasileiro. Todavia, foi a partir principalmente da década de 1870, quando o equilíbrio político conseguido na década de 1850 entrou em crise, que aquele centralismo começaria a ser questionado com mais veemência. Na política, a descentralização era apresentada como solução para o quadro de crise que se vivenciava, apresentando duas vertentes, uma voltada para a descentralização sob regime monárquico, e outra que propunha a mudança para o regime republicano. A defesa de um regime republicano descentralizado e liberal teria partido inicialmente em parte, do grupo dos profissionais liberais⁴⁵⁶. Não eram à toa que exatamente nesta época, as congregações das faculdades de medicina do Rio e da Bahia ao serem consultadas, rejeitavam aqueles dois projetos centralizadores de criação de universidade na capital do império, de autoria dos ministros, Paulino José Soares (1871) e Barão Homem de Melo (1881).

Os farmacêuticos reunidos no Instituto, ao receberem o jornal *O Republicano*, publicado no município da Corte, com suas propostas de uma “revolução pacífica, feita com o pensamento, a palavra e a pena livres”, defendiam uma neutralidade política, como em épocas passadas:

O que simplesmente queremos deixar patente é que nos é imposta a abstenção de toda a política que não seja a que se refere aos princípios da nossa emancipação, como um dos corpos do Estado, política que em nada entende com os negócios gerais do país⁴⁵⁷.

⁴⁵⁵ O projeto de 1881 e os pareceres das faculdades de medicina da Bahia e do Rio encontram-se na obra de Primitivo Moacyr (1938).

⁴⁵⁶ Em 1870, era publicado em São Paulo, no jornal *A República*, o manifesto republicano que clamava pela autonomia das províncias e o regime federativo. Ver a respeito do federalismo e centralização no império brasileiro, Carvalho, 1999, p.155-188.

⁴⁵⁷ Correspondência Jornalística e Bibliográfica. *O Republicano*. *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, 2ª série, n.5 e 6, p.146-147, 1876.

Embora não discordassem por completo dos fins daquele periódico, não se posicionavam, evitando uma indisposição com o governo imperial, do qual dependiam para viabilizar o projeto de emancipação de sua classe. Afinal, a Escola de Humanidades não deixou de receber visitas do Imperador e de ministros do Império que se mostravam simpáticos às reivindicações do Instituto que propunham a educação do farmacêutico pelo farmacêutico.

As reformas do ensino médico propostas, entre os anos de 1879 e 1884, que propuseram um ensino prático e livre voltado para uma medicina experimental, não corresponderia às aspirações daqueles farmacêuticos. A posição do ensino farmacêutico dentro da faculdade de medicina continuava mal definida, sendo tratado como um ensino secundário, ao qual a maioria que exercia a farmácia não recorria, conforme foi visto anteriormente, lançando mão das licenças expedidas pela Junta Central de Higiene Pública ou dos aluguéis de diploma. Isto mesmo que a reforma do regulamento sanitário, aprovado pelo decreto nº8387 de 19/01/1882, estabelecesse que não se concederia licença a nenhum prático para abrir botica (art.73). Além disso, o acesso ao magistério pelos farmacêuticos diplomados continuava interdito. Em contrapartida, a Escola de Farmácia de Ouro Preto ao ter reconhecidos os seus diplomas em todo território nacional⁴⁵⁸, abria um precedente para se criarem outras escolas pelas províncias do Império, criando a expectativa nos farmacêuticos de se ver extinta “a praga dos licenciados e dos protegidos”⁴⁵⁹. Isto tornava-se um forte argumento para se reivindicar a criação de escolas superiores de farmácia desvinculadas das faculdades de medicina, na capital do Império e na Bahia. Sem estas escolas, acreditavam que o título de farmacêutico não daria nunca mais direito ao magistério e a outros cargos que pudessem ocupar. Havia uma conjuntura de certa forma favorável para a concretização de seus objetivos:

⁴⁵⁸ Somente pelo decreto nº 3072, de 27/05/1882, ficara estabelecido que os diplomas de farmacêuticos conferidos pelas escolas criadas pelas assembleias provinciais legislativas seriam válidos em todo o império, desde que os alunos passassem pelos mesmos preparatórios e que as escolas tivessem o mesmo número de cadeiras que a da Corte. Pela lei nº 8.950, de 9/06/1883, foram reconhecidos, especificamente, como válidos em todo o território nacional os diplomas conferidos pela Escola de Farmácia de Ouro Preto (Dias, 1989).

⁴⁵⁹ Noticiário. Escola de Farmácia de Ouro Preto. *Tribuna Pharmaceutica*, RJ, série 5ª, n.5, p.83-84, nov.1882. Em 1884, recriminavam os estatutos daquela mesma escola mineira, por ampliarem as condições para admissão de lentes a engenheiros formados pela Escola de Minas, em Ouro Preto ou a Escola Politécnica, no Rio, além dos diplomados em farmácia ou medicina pelas faculdades de medicina do Império, e de farmacêuticos formados pela própria Escola (*Revista Pharmaceutica*, RJ, v.1, p.100-101, 1884).

Reformar, deixando que as escolas de medicina sejam e continuam a ser de fato e de direito escolas unitécnicas, e o curso de farmácia que lhe está anexado seja desanexado para constituir legitimamente a escola de farmácia, é isto que pedem as conveniências do ensino, a justiça, a ordem⁴⁶⁰.

A Escola Superior de Farmácia foi inaugurada como era de praxe, no dia do aniversário do Imperador Pedro II, 2 de dezembro de 1884, na capital do Império. Prestava-se assim, uma homenagem a quem eles consideravam como um dos maiores incentivadores daquela iniciativa. O Ministro do Império, Francisco Antunes Maciel foi também agraciado com o título de sócio honorário do Instituto. Foram realizadas as obras necessárias na Igreja de São Joaquim, cedida pelo governo imperial, para a instalação da Escola, por conta do próprio Instituto. Este angariou fundos entre os seus sócios farmacêuticos, droguistas e médicos, e até mesmo de alunos de farmácia e senhoras da boa sociedade. Nessa lista de subscritores⁴⁶¹ figurava em primeiro lugar o Imperador Pedro II, vindo a seguir os estabelecimentos dos Granado e dos Silva Araújo. Estes, posteriormente, marcariam presença na Associação Brasileira de Farmacêuticos, criada em 1916. Os aparelhos de alguns de seus gabinetes, como o de farmacologia, foram doados pelo presidente Eugênio Marques de Hollanda e Francisco Maria de Mello e Oliveira. Para o gabinete de química foram encomendados utensílios na França e Alemanha.

O diretor e professores da Faculdade de Medicina do Rio aprovaram a criação da Escola com exceção do lente de farmácia, Ezequiel Corrêa dos Santos, ato interpretado como um momento de fraqueza. Foram emitidos os pareceres a respeito pelo Conselheiro Moraes e Valle, Domingos José Freire Júnior, João Martins Teixeira, Agostinho José de Souza Lima e Cândido Barata Ribeiro, sendo sugeridas pequenas modificações no arranjo das disciplinas. Domingos Freire destacava o caráter essencialmente prático da profissão, recomendando que fosse dada prioridade aos laboratórios de física, química, botânica, e toxicologia e uma instrução preparatória mais extensa. João Martins Teixeira referindo-se ao desprestígio do farmacêutico dentro da faculdade de

⁴⁶⁰ *Revista Pharmaceutica do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro*, RJ, v.1, p.67, 1884.

⁴⁶¹ Lista Geral dos Subscritores para a Escola de Farmácia. *Revista Pharmaceutica do Insituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro*, RJ, v.1, p.147-148; 168, 1884.

medicina, reforçava os argumentos para a criação da Escola. Citava como exemplo, as últimas reformas que de início impediram os farmacêuticos de disputarem em concurso os lugares de simples preparadores dos laboratórios em que tinham habilitação, situação que foi revertida à custa de muito trabalho. Observava que os cursos eram modelados de acordo com as necessidades dos estudantes de medicina. Quanto ao programa do curso da Escola, discordava da simultaneidade das cadeiras de química mineral e mineralogia na mesma série, e sugeria a reunião da cadeira de matéria médica com a de terapêutica.

De acordo com seus estatutos aprovados em 1885⁴⁶², o curso teria duração de 4 anos distribuídos pelas seguintes matérias: 1ª série: física, botânica e química inorgânica; 2ª série: mineralogia e geologia; 3ª série: matéria médica especialmente brasileira, e terapêutica geral, farmacologia, arte de formular, e química analítica e industrial; 4ª série: química toxicológica, higiene em geral, especialmente industrial, história e legislação farmacêuticas. Além das aulas teóricas, previa um curso prático a ser realizado em laboratórios de química mineral e mineralogia, e de química industrial e farmácia prática. Ao final do curso, a Escola ofereceria os diplomas de doutor em ciências farmacêuticas e de farmacêutico. Todos os seus professores eram farmacêuticos⁴⁶³. Comparado com o curso farmacêutico proposto pela reforma Sabóia (1884)⁴⁶⁴, o curso seria mais extenso com duração de 4 anos incluindo mais disciplinas, tais como a química analítica e industrial, a terapêutica, a higiene, a história e legislação farmacêuticas.

Os farmacêuticos ao criarem a Escola, fundamentavam-se na legislação francesa que estabeleceu a criação das escolas de Paris, Strasburgo e Montpellier (Lei de 11/04/1803) e que incorporaria as escolas de farmácia à Universidade (Lei de 24/09/1840). Estas leis eram citadas nas páginas da revista

⁴⁶² Estatutos...1885.

⁴⁶³ 1ª série - física, Pedro Martins Teixeira; botânica, José Marcelino de Souza Marçal; zoologia, Euzébio de Almeida Martins Costa; 2ª série - química inorgânica, José Alves Sardinha; mineralogia, Manoel de Araújo Castro Ramalho; química orgânica, Fernando Ferreira Barreto; 3ª série - matéria médica terapêutica, Domingos Alberto Niobey; farmácia e arte de formular, Eugênio Marques de Hollanda; química industrial, Augusto Cesar Diogo; 4ª série - toxicologia, Francisco Maria de Mello e Oliveira; higiene, história e legislação, Constante da Silva Jardim; Laboratórios: química mineral e mineralogia - Antonio Corrêa Pinheiro; substituto: Theodoro Peckolt; e química industrial e farmácia prática - Manoel de Araújo Castro Ramalho (*Almanak Laemmert*, 1885).

⁴⁶⁴ A relação das disciplinas foram citadas na p.270.

do Instituto de 1884⁴⁶⁵, que tratou durante todo o ano, quase que exclusivamente, sobre a escola que estava sendo projetada. O modelo do ensino francês, um ideal a ser atingido desde a época do boticário Ezequiel (pai), permanecera. Mais uma vez era dito que na França, os farmacêuticos teriam conseguido ingressar no mundo da ciência, tendo acesso ao magistério nas suas escolas, na Escola Politécnica e no ensino industrial. O mesmo acontecia na Inglaterra, Dinamarca e demais países do Velho Mundo. O farmacêutico brasileiro era comparado ao que seria o farmacêutico de 2ª classe na França, pois além de lhe ser cerceado o magistério, não lhe era exigido as “habilitações literárias”⁴⁶⁶, o que dificultava sua entrada no mundo intelectual.

A partir destas impressões ficava clara a intenção daqueles farmacêuticos reunidos no Instituto de criar uma escola que desbancasse o curso farmacêutico ministrado na faculdade de medicina da Corte, incorporando-a posteriormente à uma universidade, que deveria ser fundada. Esta escola daria uma formação ao farmacêutico que permitiria ele atuar como químico, naturalista ou industrial além da jurisprudência e higiene, ramos necessários para o conhecimento da farmacologia. Pretendia-se assim, viabilizar o ingresso do farmacêutico no mundo da ciência, da indústria e do comércio, conciliando os sentidos científico e comercial na formalização de suas atividades pelo ensino. Isto, implicaria no abandono da velha rotina de apenas preparar os remédios da farmácia francesa e as fórmulas magistrais.

Cândido Barata Ribeiro, envolvido no movimento abolicionista e republicano, no final de seu parecer sintetizava esta conciliação no perfil de industrial para o farmacêutico, como forma dele se inserir de forma ativa e autônoma na sociedade, sem se sentir rebaixado:

É necessário convencer ao futuro Farmacêutico que sua missão não é vender tártaro aos centigramos nem fabricar mecanicamente pílulas mas sim contribuir para a evolução social como ser ativo e autônomo; que sua profissão tem um lado mercantil que o prende ao comércio e uma feição especulativa que o eleva à ciência; que ele pode ser homem de indústria guardando intactos os seus aristocráticos pergaminhos de individualidade pensante. O consórcio destas qualidades lhe dará um lugar saliente na luta,

⁴⁶⁵ A Escola de Farmácia. *Revista Pharmaceutica do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro*, RJ, v.2, p.21-39, 1884.

⁴⁶⁶ Corresponhia provavelmente ao bacharelado em letras, que incluía as disciplinas de filosofia e história.

pela vida, como do divórcio delas, tem resultado o rebaixamento da classe⁴⁶⁷

Entretanto, o funcionamento daquela escola não se efetivaria. Em relatório de 15 de fevereiro de 1887⁴⁶⁸, dirigido ao Ministro do Império Barão de Mamoré (Ambrósio Leitão da Cunha), o presidente do Instituto e diretor da Escola, Eugênio Marques de Hollanda admitia o fracasso da Escola Superior de Farmácia por falta de alunos e de recursos. Comentava que o governo imperial não concedera os recursos solicitados pelo Instituto ao Ministro do Império em 1886, tendo sido alegado falta de verbas. O Instituto por sua vez, não contava com recursos suficientes para manter a escola. Referia-se à representação encaminhada pelo Instituto no início de 1885 à Câmara dos Deputados, na qual era solicitada a desanexação do curso farmacêutico da Faculdade de Medicina do Rio, para o que fornecia todos os instrumentos, móveis e utensílios da Escola que havia sido criada em 1884. Explicava então, o esvaziamento da referida Escola pela falta de resposta àquela solicitação, que caso aceita, daria validade aos exames prestados pela instituição. Na realidade, de acordo com o seu relato, a Escola só teria funcionado de 15 de abril a 7 de outubro de 1885, ministrando apenas a 1ª série do curso. Voltava então, a solicitar a intercessão do Ministro para que aquela representação encaminhada pela Comissão de Instrução Pública sob a denominação de projeto nº59, fosse examinada. Observava que a congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro já estava de acordo com a desanexação e que aquela reforma poderia se dar sem gastos para os cofres públicos. As taxas de matrículas e emolumentos passariam a ser cobradas pela Escola, garantindo o seus custos no início.

Neste mesmo relatório, Hollanda criticava a reforma do serviço sanitário do Império aprovada pelo decreto nº9544, de 3/02/1886, cujas disposições referentes ao ensino e exercício da farmácia, produziam algumas contradições que também prejudicariam o funcionamento da Escola. A legislação voltava a tentar resolver o número insuficiente de farmacêuticos no país, através da permissão para práticos administrarem farmácia onde não houvesse farmacêuticos habilitados. Isto

⁴⁶⁷ A Escola de Farmácia. *Revista Pharmaceutica do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro*, RJ, v.2, p.38-39, 1884.

⁴⁶⁸ *Revista Pharmaceutica do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro*, RJ, ano 1, n.7, p.101-103, fev.1887.

desestimularia a busca por uma formação acadêmica, ainda mais, por aquela que era proposta pela nova escola, com duração de quatro anos. A formação do farmacêutico voltava ou ainda não tinha deixado de se dar em parte, pelo aprendizado obtido no dia a dia das oficinas, a via mais acessível por ser menos onerosa e mais rápida. Os últimos números da *Revista Pharmaceutica* (1886-1887) dariam destaque a estas questões relacionando a regulamentação profissional à educação do farmacêutico, analisando-as em vários países europeus.

Em 1887, a falta de uniformidade entre a Escola de Farmácia de Ouro Preto e os cursos das faculdades de medicina no Império, era criticada no que se referia aos preparatórios exigidos para habilitação do farmacêutico. Isto é, os estatutos das faculdades de medicina de 1884, mais especificamente o art. 372⁴⁶⁹, não estavam sendo seguidos por aquela escola, como ficava previsto por decreto de 1883, citado anteriormente. Eram citadas então, três formas distintas de titulação do farmacêutico que coexistiam no Império: dos diplomados pelas faculdades de medicina, dos titulados pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, e dos titulados (sem habilitação) em virtude dos artigos 65, 66, 67 e 68⁴⁷⁰, do regulamento de 1886. Nesta mesma matéria, era observado que a legislação no Brasil não levava em consideração as particularidades da farmácia, continuando a tratá-la como acessório dos estatutos das faculdades médicas e dos regulamentos sanitários. Esta postura era comparada a da França, onde eram discutidas no parlamento leis especiais respectivamente para o ensino e o exercício da farmácia. Baseados nesta peculiaridade brasileira eram publicados

⁴⁶⁹ “Ninguém será admitido a matricular-se em qualquer das faculdades sem que apresente certidões de aprovação nas seguintes matérias preparatórias”. Para o curso de farmácia eram exigidas português, francês, latim, filosofia, história, geografia, aritmética, álgebra, geometria, e elementos de física e história natural. Estas seriam as mesmas matérias exigidas para o curso médico, com exceção do inglês, alemão e trigonometria (decreto nº9.311 de 25/10/1884 In: *Collecção das Leis do Império do Brasil*) .

⁴⁷⁰ Resumindo: estes artigos estabeleciam que nas localidades onde não houvesse farmácia dirigida por profissional habilitado, a Inspeção Geral de Higiene poderia conceber licença a práticos para abrirem farmácia desde que a abertura da farmácia fosse julgada necessária pela Câmara Municipal, e que o prático apresentasse documentos que certificassem as suas habilitações e probidade. Feito isto, a dita licença deveria ser publicada por oito dias consecutivos, às custas do requerente, no Diário Oficial e no jornal oficial da província onde o requerente pretendia se estabelecer. Se neste prazo, nenhum farmacêutico formado comunicasse à Inspeção ou ao inspetor de Higiene provincial, a resolução de estabelecer farmácia na localidade, a licença era concedida. No caso do estabelecimento do farmacêutico formado, ele teria que se comprometer em abrir a farmácia no prazo estipulado pelo inspetor e depois de estabelecido declarar no Diário Oficial, caso contrário, a licença era concedida ao prático que tivesse requerido em primeiro lugar. A licença concedida ao prático subsistiria por todo tempo, mesmo que farmacêuticos formados viessem a se estabelecer no local (decreto 9544, de 2/02/1886 In: *Collecção das Leis do Império do Brasil*).

em seu periódico vários projetos de lei de países como França, Espanha, Bélgica, nos quais eram apresentadas propostas para regulamentação do ensino e exercício da farmácia. Estas propostas tentavam acompanhar as mudanças nas atividades relacionadas à farmácia que ocorriam a nível mundial, que tinham relação com seu processo de industrialização, como foi visto na parte anterior.

O esvaziamento do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro e o término de sua Escola coincidiam com aquelas mudanças e a crise política e econômica do Império. Durante a transição para o regime republicano e sua afirmação, a classe farmacêutica brasileira ficaria praticamente sem representação. Somente em 1916, seriam retomadas as propostas de criação de uma escola superior de farmácia e da elaboração do código farmacêutico brasileiro com a criação da Associação Brasileira dos Farmacêuticos no dia 20 de janeiro daquele ano.

Em contrapartida, só pela reforma do ensino secundário e superior Rocha Vaz⁴⁷¹, aprovada pelo decreto nº 16.782-A de 13/01/1925, as escolas de farmácia conquistariam a condição de faculdades anexas as de medicina, quando os farmacêuticos passaram a ter exclusividade no magistério das cadeiras privativas do curso de farmácia (farmácia galênica, farmacognosia, farmácia química, química analítica e química toxicológica e bromatológica). Só pela Lei n.º 452 de 5 de julho de 1937, com a criação da Universidade do Brasil tornavam-se independentes daquelas, obtendo a autonomia tão reivindicada durante o século XIX.

⁴⁷¹ Juvenil da Rocha Vaz era nome do então diretor da Faculdade de Medicina do Rio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A maior parte dos estabelecimentos farmacêuticos funcionavam de uma maneira que não correspondia ao que havia sido projetado para eles pelos integrantes das associações brasileiras e da Sociedade Farmacêutica Lusitana. Além de remédios, comercializavam outras mercadorias, ficando a sua administração, geralmente, a cargo de pessoas sem habilitação. Mas, só a inoperância e a falta de coerência das leis não seriam argumentos suficientes para explicar o que foi considerado mal funcionamento das farmácias e os esvaziamentos das escolas, sintetizando as frustrações daqueles farmacêuticos na tentativa de institucionalizarem a farmácia (exercício e ensino) durante o século XIX. Por outro lado, a difusão ou vulgarização científica apresentava-se com uma dupla feição para o projeto de institucionalização da farmácia defendido por aqueles farmacêuticos visto que, ao mesmo tempo que democratizava a informação científica, médica e farmacêutica, ampliava as possibilidades de exercício de práticas de cura ou mesmo de produção de conhecimentos para além dos seus grupos específicos e da permanência de tradições populares. Os farmacêuticos, como os médicos, não conseguiram que seus respectivos saberes obtivessem hegemonia durante o século XIX, até porque não havia um consenso entre eles próprios, como ficou demonstrado neste estudo, ao tratar dos diversos sistemas de medicina e terapêuticas que eram divulgados no período.

O processo de institucionalização da prática farmacêutica ou mesmo do ensino farmacêutico esteve estreitamente vinculado ao médico durante todo o século XIX no Brasil e em Portugal, produzindo um perfil de farmacêutico que deveria lidar quase que exclusivamente com o preparo e conservação de medicamentos. Isto contrariava os seus objetivos de ampliarem as suas atividades, como foi exposto no corpo deste estudo. Com relação a Portugal, ficou

clara uma participação, embora de forma reduzida mas, mais ativa, dos farmacêuticos junto aos órgãos do governo no combate às epidemias, sendo os seus serviços requisitados com mais freqüência que os dos farmacêuticos brasileiros, e parecendo ter um reconhecimento maior. Em outros países, como França ou Alemanha, os farmacêuticos adquiriram um perfil mais diversificado, atuando também como químicos industriais e tendo participação mais significativa em questões relacionadas à higiene pública. Configurava-se assim, no Brasil e em Portugal o estigma da inferioridade, da sujeição à medicina, reforçados pelos seus sentimentos de inferioridade com relação ao que era considerado o mundo civilizado. Ao mesmo tempo que esta vinculação permitia a participação de farmacêuticos em espaços considerados da ciência, como as seções de farmácia nas sociedades médicas, a eles cabia uma posição inferior na escala hierárquica daquelas instituições.

Neste sentido, evidenciava-se o aspecto comercial da atividade farmacêutica, o que a distinguiu da médica tendo em vista que durante o século XIX, o espaço de atuação daqueles farmacêuticos ficou restrito basicamente às farmácias, como locais de preparo e venda de medicamentos. Logo, muitas vezes os interesses comerciais sobrepujaram-se aos científicos ou aos voltados para a saúde, já que era o comércio que garantia a sobrevivência da maior parte deles. A aceitação, preferência, procura ou mesmo crença da clientela nos medicamentos, acabariam por interferir em algumas decisões. Os poucos farmacêuticos que conseguiram uma posição diferente ou mesmo privilegiada, como fornecedores da Casa Imperial, o caso dos principais gestores das sociedades brasileiras, ou como professores das escolas de farmácia anexas como José Tedeschi e outros, em Lisboa e Coimbra, não seriam suficientes para a concretização das propostas que apresentavam para a farmácia nos oitocentos nos dois lados do Atlântico.

Em contraste com o Brasil, em 1876, Portugal aprovava uma nova farmacopéia oficial, em substituição ao código farmacêutico lusitano, que contou com a participação de farmacêuticos filiados à Sociedade Farmacêutica Lusitana como José Tedeschi, Pedro José da Silva, Claudino José Vicente Leitão, Joaquim Urbano da Veiga, Isidoro da Costa Azevedo, e com os doutores em medicina, Bernardino Antônio Gomes, José Thomás de Sousa Martins, entre outros. Dez anos depois no Brasil, com a aprovação do novo regulamento sanitário (decreto

nº9554, de 03/02/1886), o então presidente do Instituto Farmacêutico, Eugênio Marques de Hollanda e outros farmacêuticos e lentes da faculdade de medicina do Rio⁴⁷², entre os quais alguns que estiveram envolvidos na criação da escola superior de farmácia, eram nomeados para formar uma comissão que ficaria responsável pela elaboração de um código farmacêutico brasileiro. Mas, o autor da farmacopéia que seria aprovada pela União, acabaria sendo o farmacêutico militar Rodolfo Albino Dias da Silva, filiado à Associação Brasileira de Farmacêuticos. Isto, mesmo que os paulistas tivessem lançado a sua farmacopéia, aprovada em sessão plenária do Congresso Médico Paulista de 1916, e adotada oficialmente no estado. A “Pharmacopéia Paulista” (1917) expressava a mobilização de um grupo de farmacêuticos naquele estado, alguns dos quais professores da escola de farmácia criada em finais do século XIX na capital paulista e sócios da União Farmacêutica Paulista, como Cristovam Buarque de Hollanda, João Florentino de Meira Vasconcelos e Luiz Pinto Queiroz.

No Congresso Farmacêutico de 1922, que foi um evento relacionado à Exposição Internacional comemorativa da Independência do Brasil, foi solicitado ao governo da República, providências com relação à farmacopéia brasileira. Era sugerido que o projeto elaborado por Rodolpho Albino mais as partes da farmacopéia paulista que fossem julgadas aproveitáveis pela comissão revisora nomeada pelo diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, Carlos Chagas, fossem adotadas como farmacopéia brasileira. Nestas bases foi oficializada a “Pharmacopéia dos Estados Unidos do Brasil” pelo governo federal (decreto nº17509, de 04/11/1926). Este desfecho revelava a emergência de dois novos setores no cenário político do país, a oligarquia paulista e os militares.

As relações entre Brasil e Portugal pelo viés do ensino farmacêutico além de ter constatado a importância do referencial português na estruturação do ensino médico e farmacêutico, permitiu fazer algumas comparações. Com relação a Portugal, percebe-se um investimento maior no número de escolas que criou,

⁴⁷² Além de Hollanda, outros farmacêuticos filiados ao Instituto também foram convocados, Augusto César Diogo, Domingos Alberto Niobey, Manoel de Araújo Castro Ramalho e Francisco de Paula Barreto; os conselheiros Ezequiel Corrêa dos Santos Jr., Joaquim Monteiro Caminhoá e Albino Rodrigues de Alvarenga; e os doutores em medicina Agostinho José de Souza Lima, José Maria Teixeira, José Borges Ribeiro da Costa, Constante da Silva Jardim, Domingos Jacy Monteiro Jr., Alfredo Piragibe e José Ferreira Anjo Coutinho (Brasil,...Relatório, 1886, 1887).

em Lisboa, Porto, ilhas, quebrando com a exclusividade da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Além do que, em meados do século XIX, com a perda do império brasileiro, as suas atenções em termos da formação de uma cultura médica institucionalizada, voltaram-se para as províncias ultramarinas de Goa, Angola, Moçambique e Cabo Verde (Bastos, 2002, 2004). Aqui, os farmacêuticos ainda no século XIX tiveram acesso ao magistério.

No Brasil, durante o Império, o investimento limitar-se-ia apenas ao Rio de Janeiro e Bahia, destacando aí a iniciativa da província mineira na criação da Escola de Farmácia de Ouro Preto, onde alguns farmacêuticos também tiveram acesso ao magistério, além das iniciativas privadas do Instituto Farmacêutico, que frustraram-se. A maior parte de seu extenso território ficava desprovida de instituições de ensino farmacêutico.

Nos finais da década de 1880, frustradas as tentativas das associações brasileiras e da portuguesa de instituírem o ensino farmacêutico independente do médico, ambas continuaram espelhando-se nos exemplos de países europeus, dando-se destaque agora, à França, Espanha e Bélgica, onde eram criadas escolas especiais de farmácia e universidades.

O número reduzido de alunos matriculados nas escolas que surgiram tanto na cidade do Rio como em Lisboa, revelavam as dificuldades daquelas instituições públicas e também privadas no caso da escola do Instituto Farmacêutico, em organizar e orientar a prática farmacêutica, considerada como complementar e tão importante como a teoria, para a farmácia tornar-se uma ciência que fosse reconhecida, de acordo com suas próprias argumentações.

No Brasil, a partir da promulgação da primeira Constituição republicana em 1891, que propôs um sistema educacional descentralizado, foi permitido aos estados organizarem seus sistemas escolares completos. Neste quadro, foram implantadas escolas de farmácia em várias capitais e em algumas cidades do interior, abrangendo vários estados do país. A escassez de recursos para implantação de escolas de medicina explicaria em parte a escolha pelas escolas menores, menos dispendiosas. Neste período, em muitos casos, observamos que as escolas de medicina se originaram a partir de escolas de farmácia e odontologia, e quando isto acontecia, estas últimas passavam à condição de anexas às faculdades de medicina. Mas, mesmo dentro desta estrutura que se

propunha ser descentralizada, as faculdades de medicina do Rio e da Bahia continuaram ainda por um bom tempo servindo de modelos obrigatórios a serem seguidos pelas outras instituições instaladas em outras províncias e cidades.

Observa-se então, que mesmo no regime republicano em ambos países, quando foram criadas as universidades de Lisboa e de Porto, em 1911; e a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, as escolas de farmácia ainda continuaram por um tempo na condição de anexas às faculdades de medicina.

É inegável, no entanto, que foi no campo da educação que o farmacêutico conseguiria uma penetração mais significativa no Brasil. É interessante observar o papel ocupado pelos espaços das instituições de ensino a partir dos anos de 1940-1950, quando as indústrias farmacêuticas brasileiras, foram sendo substituídas paulatinamente pelas multinacionais, adotando-se uma terapêutica baseada nos sintéticos e ficando negligenciada a utilização de plantas medicinais locais. Em contrapartida, a pesquisa sobre plantas medicinais brasileiras passou a ser desenvolvida nos anos seguintes, no espaço das universidades⁴⁷³. Nos últimos anos, as tradições populares, através do uso medicinal de diversas plantas vêm incentivando várias investigações científicas sobre as propriedades que lhe são atribuídas, havendo a preocupação em divulgar as informações farmacológicas, etnofarmacológicas e toxicológicas destas plantas⁴⁷⁴.

A incipiente indústria farmacêutica que existiu de forma artesanal, como uma empresa familiar no decorrer do século XIX não teria conseguido se fixar no Brasil. daquelas que nasceram nesta época, como as de propriedade dos principais gestores das associações brasileiras, as de Ezequiel, Janvrot, Marques de Hollanda, não tiveram uma sobrevivência longa depois do falecimento de seus proprietários. Os estabelecimentos daquela época que chegariam ao século XX, foram as das famílias Granado e Silva Araújo, criados nos anos de 1870, que também foram fornecedores da Casa Imperial, firmando-se como importantes fabricantes de remédios e cosméticos nacionais. Ambos possuíam laboratórios

⁴⁷³ Ver a esse respeito, Fernandes (2004).

⁴⁷⁴ Como exemplo, confere estudo realizado por pesquisadores do Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais da UFRJ e do Departamento de Fisiologia e Farmacodinâmica do Instituto Oswaldo Cruz/ Fiocruz sobre as propriedades das plantas da família Cucurbitaceae, que incluem no Brasil a abóbora moranga, a melancia, o pepino, o maxixe (PAGOTTO, C.L.A da C., KAPLAN, M. A. C., GOTTLIEB, Otto R. Cucurbitacinas: fármacos ou toxinas? *Revista Brasileira de Farmácia*, 77 (3): 113-124, 1996).

próprios e tipografias que editavam revistas, almanaques e catálogos de produtos de seus estabelecimentos. A Granado sobrevive até hoje, tendo direcionado sua produção para o ramo de cosméticos e perfumaria que através de seus rótulos de formatos antigos, tem resgatado informações a respeito de sua história. Ficam as perguntas: o que explicaria a sobrevivência destes dois estabelecimentos no século XX? Será que não dependiam da importação de produtos para a sua fabricação própria?

O incentivo dado às indústrias brasileiras a partir do protecionismo alfandegário de 1881-1882⁴⁷⁵, não beneficiaria o setor farmacêutico pois ao aumentar as taxas de importação para incentivar a produção nacional, encareciam o consumo de muitos produtos que tinham que importar para a produção dos medicamentos. Desta forma, aqueles incentivos direcionavam-se mais para a indústria agrícola, voltada principalmente para a produção do café no oeste paulista. A importância da agricultura também podia ser percebida com relação ao ensino tanto em Portugal, quanto no Brasil, onde a partir da década de 1870 foram propostas a criação de escolas agrícolas em várias províncias.

A presença significativa das importações no setor farmacêutico desde aquela época, reclamadas por alguns farmacêuticos no século XIX, marcariam a história da farmácia no Brasil. Fazia sentido os seus discursos preocupados com uma farmácia que fosse brasileira, que se voltasse para sua flora e seus princípios ativos, que desenvolvesse estudos que reunissem as áreas da química, da botânica, da farmácia e da medicina. O espaço acadêmico então, apresentava-se como única saída para se alcançar tais objetivos, que não se concretizaram no período mas, que deixariam frutos.

Hoje (2005-2006), nos defrontamos com o redimensionamento desta questão, quando 82% dos princípios ativos usados no país precisa ser importado para garantir a produção de medicamentos prontos, que são consumidos pelo mercado interno. De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), 50% da população brasileira não tem acesso aos medicamentos de que necessitam. Isto, mesmo com a introdução dos medicamentos genéricos que reduziram os preços entre 35% e 55% dos remédios de marca (*O Globo*, 22/07/2007).

⁴⁷⁵ A Exposição Industrial de 1881-1882, onde os produtos químicos e farmacêuticos tiveram destaque, foi realizada na capital do Império com este fim (Kuhlmann Júnior, 2001).

O setor da indústria farmacêutica no mundo é um dos mais rendosos, predominando a lógica do lucro. O sentido comercial da farmácia parece ter vencido, quando se percebe as dificuldades de acesso pelas populações aos medicamentos devido a seus preços abusivos, principalmente, daqueles que são indicados para doenças de alto risco ou os de uso contínuo. No entanto, não deixaram de existir questionamentos e a tomada de algumas medidas contra esta situação, como a Campanha de Acesso a Medicamentos Essenciais dos Médicos sem Fronteiras, e a negociação entre o Ministério da Saúde e alguns laboratórios para redução de preços de medicamentos. Mas, muitas ações ainda devem ser tomadas nas áreas de políticas de saúde para que todas as populações tenham acesso aos medicamentos e tratamentos de que necessitam.

A volta das farmácias de manipulação, de homeopatia e de fitoterápicos principalmente a partir dos anos de 1980, revelam a permanência de tensões entre a farmácia-drogaria convencional, que só comercializa o remédio já pronto e muitos outros produtos industrializados, e estas, que traduzem um sentido diverso às práticas farmacêuticas e médicas, oferecendo às vezes um tratamento menos invasivo e oneroso. Percebe-se portanto, que muitas das questões abordadas neste estudo sobre a farmácia no século XIX, permaneceram ou foram retomadas, sendo reinterpretadas ao longo dos tempos. O conceito de ciência moderna por mais que ressaltasse o seu sentido racional, não anulou totalmente os outros sentidos relacionados à magia, ao sagrado ou mesmo à espiritualidade relacionados à terapêutica, presentes nas tradições populares. Hoje surgem novas concepções de ciência relacionadas à medicina e terapêutica, que incluem a farmácia.

Neste sentido, chama a atenção a proposta feita pelo físico quântico indiano, Amit Goswami⁴⁷⁶, de uma nova ciência que se baseia na primazia da consciência, buscando integrar a ciência convencional, a espiritualidade e a cura. A medicina para ele é a área do conhecimento que mais precisa desta integração. Sendo assim, propõe uma reinterpretação dos principais métodos da medicina que foi denominada de “alternativa”, compreendida pela homeopatia, e pelas medicinas milenares, a chinesa e a ayurvédica; e da medicina convencional,

⁴⁷⁶*O Médico Quântico; orientações de um Físico para a Saúde e a Cura.* S. Paulo: Ed. Cultrix, 2006.

dando origem ao que chama de uma medicina integral. Goswami parece assim, escutar os lamentos de Fernando Pessoa no seu Livro do Desasossego (1932):

Os classificadores de coisas, que são aqueles homens de ciência cuja ciência é só classificar, ignoram, em geral, que o classificável é infinito e, portanto, se não pode classificar. Mas o em que vai o meu pasmo é que ignorem a existência de classificáveis incógnitos, coisas da alma e da consciência que estão nos interstícios do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA:

1. DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONALa) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro:

MEMÓRIAS Históricas dos acontecimentos notáveis de 1855 e 1856 apresentadas à Congregação de Lentes da FMRJ em cumprimento do artigo 197 dos estatutos pelo Dr. Thomaz Gomes dos Santos, lente de higiene da mesma faculdade. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857. Anexos L-1-16. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1729/000434.html>. Acessado em 03/03/05.

MEMÓRIA Histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do ano de 1861 apresentada à respectiva congregação, em cumprimento do art. 197 dos estatutos, pelo Dr. Antônio Ferreira Pinto. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1862. In: LOBO, Francisco Bruno. *O Ensino da Medicina no Rio de Janeiro*, v.4 (1853-1861). Rio de Janeiro, 1969a, p.259-323.

MEMÓRIA Histórica dos acontecimentos notáveis ocorridos no ano de 1862 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentada à respectiva congregação, em cumprimento do art. 197 dos estatutos, pelo Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz, Cavalleiro da Imperial Ordem da Roza, lente substituto da Secção médica da mesma Faculdade. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro (Pedro de Araújo Lima). Relatório do anno de 1862 que se devia apresentar à Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão da 11ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1863, Anexos D3-1-15. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1735/000158.html>. Acessado em 08/09/05.

FACULDADE de Medicina do Rio de Janeiro. Memória Histórica acerca dos factos mais notáveis ocorridos em 1872- 2A, acompanhada de um relatório sobre a organização das mais importantes Faculdades de Medicina da Europa pelo Dr. V. Sabóia, lente de clínica cirúrgica. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira). Relatório do anno de 1872 apresentado à Assembléa Geral na 2ª Sessão da 15ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1873, Anexos B1-1-40.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1700/000056.html>. Acessado em 19/06/05.

FACULDADE de Medicina do Rio de Janeiro. Memória Histórica dos acontecimentos notáveis do anno lectivo de 1874 redigida pelo Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá, lente de Botânica e Zoologia médica da mesma faculdade. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira). Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4ª Sessão da 15ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875, Anexos B4-1-86. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/000170.html>. Acessado em 24/05/05.

FACULDADE de Medicina do Rio de Janeiro. Memória Histórica dos acontecimentos notáveis do anno lectivo de 1875 redigida pelo Dr. Ezequiel Corrêa dos Santos, lente da 3ª cadeira do 6º anno. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro (José Bento da Cunha e Figueiredo). Relatório do anno de 1876-1A apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 16ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1877, Anexos B3-1-64. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1742/000271.html>. Acessado em 10/08/05.

FACULDADE de Medicina do Rio de Janeiro. Memória Histórica dos acontecimentos notáveis do anno lectivo de 1876 redigida pelo Dr. João Martins Teixeira, lente substituto da mesma faculdade. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro (Carlos Leôncio de Carvalho). Relatório do anno de 1877 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878, Anexos B1-1-65. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000218.html>. Acessado em 23/07/07.

b) Escola de Humanidades e Ciências Farmacêuticas:

RELATÓRIO da Escola de Humanidades e Ciências Farmacêuticas apresentado ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro pelo farmacêutico Janvrot em 1874. Rio de Janeiro: Typ. Academica, 1875 (Biblioteca do IHGB).

c) Escola Superior de Farmácia:

ESTATUTOS da Escola Superior de Farmácia do Rio de Janeiro (fundada em 2 de dezembro de 1884). Rio de Janeiro: Typ. a vapor de Almeida Marques & C., rua Nova do Ouvidor nº 33, 1885 (Biblioteca do IHGB).

d) Academia Imperial de Medicina:

Annaes da Medicina Brasiliense, Rio de Janeiro, 1845-1849 (Biblioteca da Academia Imperial de Medicina e Biblioteca Nacional, RJ);

Annaes Brasilienses de Medicina, Rio de Janeiro, 1849; 1851-1854; 1857-1860; 1864-1866; 1878-1879 (idem);

Annaes da Academia de Medicina, Rio de Janeiro, 1885-1887 (idem).

e) Sociedade Farmacêutica Brasileira:

Revista Farmacêutica; jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira, Rio de Janeiro, 1851-1852 (Real Gabinete Português de Leitura e Biblioteca Nacional, RJ);

Revista Pharmaceutica da Sociedade Pharmaceutica Brasileira, 1853-1854 (idem);

A Abelha; periódico da Sociedade Pharmacêutica Brasileira. Rio de Janeiro, 1862-1864 (Biblioteca Nacional, RJ).

f) Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro:

Tribuna Pharmacêutica: organo publico do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1874-1878; 1880-1881; 1882 (Seção de Periódicos da Biblioteca do Centro das Ciências da Saúde – CCS/ UFRJ e Biblioteca Nacional, RJ).

Revista Pharmacêutica, destinada aos interesses profissionais da classe pharmaceutica, mantida pela directoria do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1884; 1886-1887 (Biblioteca Nacional, RJ).

g) Sociedade Farmacêutica Lusitana

Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa. Lisboa, 1836

Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana. Lisboa, 1850-1887 (Biblioteca da Ordem dos Farmacêuticos – Sociedade Farmacêutica Lusitana, Seção Regional de Lisboa)

Além destes jornais, foram pesquisados na Biblioteca Nacional de Lisboa alguns números do *Jornal de Sciencias Medicas de Lisboa* (1868; 1869; 1870; 1885) e *Jornal de Pharmacia e Sciencias Acessórias de Lisboa* (1848-1851; 1856-1858).

2. DOCUMENTAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório do Ministro da Fazenda (Honório Hermeto Carneiro Leão – Marquês do Paraná) do ano de 1855, apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1536/index.html>. Acessado em 20/08/06.

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório do Ministro da Fazenda (Bernardo de Souza Franco) do ano de 1857, apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1538/000124.html>. Acessado em 20/08/06.

- BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (José da Costa Carvalho - Visconde de Monte Alegre) do ano de 1849, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 8ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1850. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1721/index.html>. Acessado em 12/10/04.

- BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Sérgio Teixeira Macedo) do ano de 1858, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Universal Laemmert, 1859. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1731/index.html>. Acessado em 10/11/05.

- BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (João Alfredo Corrêa de Oliveira) do ano de 1874, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/index.html>. Acessado em 02/06/06.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello) do ano de 1879, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1746/000002.html>. Acessado em 26/08/07.

- BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Pedro Leão Velloso) do ano de 1882, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 18ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/index.html>. Acessado em 02/04/07.

- BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Ambrósio Leitão da Cunha – Barão de Mamoré) do ano de 1886, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 20ª Legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1372/index.html>. Acessado em 08/07/07.

- DESCRIÇÃO da febre amarela que no ano de 1850 reinou epidemicamente na Capital do Império, pela Comissão Central de Saúde Pública. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (José da Costa Carvalho - Visconde de Monte Alegre) do ano de 1850, apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1851. Anexo S-4-0-24. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1722/000159.html>. Acessado em 12/10/04.

- REGULAMENTO Sanitário mandado observar por Aviso desta data nas Comissões Paroquiais de Saúde Pública, criadas por Aviso de 14 de fevereiro de 1850, emitido em 04/03/1850 pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império – José de Paiva Magalhães Calvet. BRASIL.

Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (José da Costa Carvalho - Visconde de Monte Alegre) do ano de 1849, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 8ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ.Nacional, 1850. Anexo N-16, p.1-4. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1721/000034.html>. Acessado em 12/10/04.

- REGULAMENTO e Programa do Congresso da Instrução convocado para o dia 1/06/1883. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro (Pedro Leão Velloso). Relatório do ano de 1882 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão da Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883, Anexos G-1-7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/000406.html>. Acessado em 24/07/07.

- RELATÓRIO acerca do cólera-morbus precedido de considerações gerais relativas aos Portos do Império para subir a Augusta Presença de S. M. O Imperador pelo Dr. Francisco de Paula Cândido. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Luiz Pedreira do Couto Ferraz) do ano de 1854, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 9ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Universal da Laemmert, 1855. Anexos A-1-0-4; A-1-N0 a A-1-N7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1727/000164.html>. Acessado em 10/09/05.

- RELATÓRIO acerca da Saúde Pública compreendendo 1º - A História sucinta do cólera-morbus no Império em 1855-1856; 2º - A Discussão das providências sanitárias que convem adotar-se para subir a Augusta Presença de S.M. O Imperador pelo Dr. Francisco Paula Cândido. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Luiz Pedreira do Couto Ferraz) do ano de 1855, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1856. Anexos S2-1-86. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1728/000175.html>. Acessado em 12/09/05.

- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Ministro do Império expondo o movimento sanitário da cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 1862 e seu melhoramento, providências sanitárias contra a invasão e propagação de epidemias pestilenciais a bordo e em terra...pelo Conselheiro Dr. Francisco Paula Cândido. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Pedro de Araújo Lima) do ano de 1862 que se devia apresentar à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 11ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1863, Anexos A-K-1-20. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1735/000246.html>. Acessado em 12/09/05.

- RELATÓRIO e observações do Dr. Manoel de Valladão Pimentel sobre o tratamento da febre amarela na grande enfermaria confiada à sua direção durante aquela epidemia nesta Corte. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (José da Costa Carvalho - Visconde de Monte Alegre) do ano de 1850, apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1851. Anexos S-5-0-40. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1722/000183.html>. Acessado em 12/10/04.

- RELATÓRIO do Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Vicente Cândido de Figueira Sabóia) do ano de 1881. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro (Manoel Pinto de Souza Dantas). Relatório do anno de 1881-1A apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 18ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882, Anexos B3-1-27. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1747/000384.html>. Acessado em 10/05/06.

- RELATÓRIO do Hospital Marítimo de Santa Isabel no ano de 1856, apresentado à Comissão Sanitária do Porto pelo Dr. Bento Maria da Costa. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Luiz Pedreira de Couto Ferraz) do ano de 1856, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Universal da Laemmert, 1857. Anexos H-13-45. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1729/000367.html>. Acessado em 19/05/04.

- RELATÓRIO do Presidente interino da Junta Central de Higiene Pública de 1863. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Pedro de Araújo Lima) do ano de 1863, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 12ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1863. Anexos J-0-6. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1736/000110.html>. Acessado em 02/03/04.

- RELATÓRIO do Presidente da Junta Central de Higiene Pública de 1864. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (José Liberato Barroso) do ano de 1864, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Anexos G-0-17. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1739/000208.html>. Acessado em 10/03/04.

- RELATÓRIO do Presidente da Junta Central de Higiene Pública apresentado em 1875. BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (João Alfredo Corrêa de Oliveira) do ano de 1874, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875. Anexos A-F-1 -66. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/000582.html>. Acessado em 02/03/05.

ARQUIVO NACIONAL:

Coleção de Privilégios Industriais. Código: Fundo 22/SDE/SDS060 (Caixa7, maço 13 A, M 13B; caixa 8, M 14B).

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

Associações e Sociedades (1831-1899) - Código (191) 39-4-4;

Pharmacias – 1878. Médicos, Cirurgiões, Dentistas, Práticos, Parteiras, Pharmaceuticos, Pharmacias, etc., 1850-1913. (cod. 46-2-44).

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO (Lisboa):

Acerca das providências preventivas contra a cólera morbus no Distrito de Lisboa - MR, Maço 4552- Caixa n.1- 1865.

Processos acerca de boticas e boticários (1857) - MR, Maço 4548.

3. OUTROS PERIÓDICOS:

- *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro – 1850-1880

- *O Anti-charlatão*, Rio de Janeiro, Typ. do Brasil de J.J. da Rocha, jun.-ago. 1846.

- *O Boticário: periódico crítico, joco-sério e correctivo de Próspero Diniz*. Rio de Janeiro, Typ. de Santa Teresa, 1852.

- *O Badalo: órgão dedicado às pessoas que sofrem de hipocondria*. Rio de Janeiro, Typ. R. do Hospício, 1881.
- *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro – maio 1856; abr.- jul. 1861; nov. –dez. 1864.
- *Diário do Rio de Janeiro*: folha política, literária e comercial, RJ – out.-dez. 1861; set. 1863; dez. 1864.
- *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, tomos I-II-III, 1862-1864. (FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Brasiliensia Documenta*. X.) São Paulo: s.n., 1976.
- *Hospital dos Loucos*, Rio de Janeiro, 1862.
- *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro – jan.-mar. 1850; jul.-set.1850; abr.-jul.1856; jun.-jul. 1861.
- *Nova Luz Brasileira*, Rio de Janeiro, 1829-1831

4. LEGISLAÇÃO:

- CÓDIGO de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro e Editaes da mesma Câmara, Nova Edição. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1870.
- *Collecção das Leis do Império do Brazil – 1850-1887*
- PIRAGIBE, Alfredo. *Notícia histórica da legislação sanitária do Império do Brasil*: desde 1822 até 1878. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1880.

5. FORMULÁRIOS TERAPÊUTICOS E OBRAS DIDÁTICAS:

- DECHAMBRE, A. (dir.). *Dictionnaire Encyclopedique des sciences médicales*, 3ª série. Paris: G. Masson, Asselin et Cie., 1877.
- FORMULÁRIO ou Guia Médica do Brazil pelo Dr. Chernoviz. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1841.
- FORMULÁRIO ou Guia Médica. 4ª. edição, aumentada por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1856.
- FORMULÁRIO ou guia médica por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. 19ª edição. Paris: Liv. de R. Roger e F. Chernoviz, 1920.
- FORMULÁRIO Pharmaceutico para uso dos hospitais e enfermarias militares do Brasil redigido pelos doutores José Ribeiro de Sousa Fontes, Luiz Bandeira de Gouvêa, Augusto Candido Fortes de Bustamante Sá, Antonio Corrêa de Sousa Costa, por ordem do S.Ex., o Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá (Min. e Sec. de Estado dos Negócios da Guerra). Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867.
- GASSICOURT, C.L. Cadet de. *Formulaire Magistral et Memorial Pharmaceutique*. Paris, s.e., 1833.
- ORFILA, Mathieu Joseph Bonaventura. *Traité de Toxicologie*. 4ª. edição, tomo I e II. Paris: Fortin, Masson et Cie., Libraires, 1843.
- SOUBEIRAN, Eugène. *Nouveau Traité de Pharmacie Théorique et Pratique*. 2a. edição, tomo I et II. Paris : Crochard et Cie., Libraires, 1840.

6. LITERATURA E ARTE DRAMATÚRGICA:

- ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. Edição preparada por João Roberto Faria. São Paulo: Martins Fonte, 2004.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Eusébio Macário*. Biblioteca Ulisséia de Autores Portugueses, s.e., s.d.
- FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. São Paulo : Ed. Martin Claret, 2003.
- GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. Gaetano Donizetti: *O Elixir de Amor*. Theatro Municipal. Temporada 2004.
- MOLIÈRE. *O doente imaginário* (Le malade imaginaire, 1673). São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.
- PENA, Martins. *Os três médicos* (comédia em 1 ato). In: MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. *Teatro de Martins Pena I*, Comédias. Edição crítica por Darcy Damasceno c/ a colaboração de Maria Filgueiras. Rio de Janeiro, 1956, p.241-265.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragno (Visconde de Taunay). *Inocência*. Klick Editora, s.d.

7. HISTÓRIA DA FARMÁCIA, DA MEDICINA E DO MEDICAMENTO:

- ACKERKNECHT, Erwin H. *La médecine hospitalière à Paris (1794-1848)*. Paris: Payot, 1986.
- _____. *A History of Therapeutics*. Nova York: Hafner Press, 1973.
- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo. *O laboratório, a oficina e o ateliê: a arte de fazer o artificial*. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2002.
- ARAÚJO, Carlos Benjamin da Silva. *A Farmácia no Distrito Federal*. (Conferência pronunciada a convite na Academia Carioca de Letras em 29 de março de 1944). Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/ Rodrigues & Cia., 1944.
- ARAÚJO, Carlos B. da Silva. *Fatos e personagens da história da medicina e da farmácia no Brasil*, 1º e 2º vols. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial Ltda., 1979.
- ARAÚJO, Carlos Benjamin da Silva. *L'Influence française sur la culture brésilienne: sur la pharmacie et la médecine, en particulier*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1973.
- ARAÚJO, Carlos B. da Silva. *Subsídios esparsos para a História da Farmácia Carioca*. (Continuação ao 1º. Congresso Panamericano de Farmácia, reunido em Havana, Cuba, em dez. 1948). Rio de Janeiro: Of. Gráficas A Noite, 1949.
- BARRETO, Renilda. *A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. Tese (Doutora em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.
- BASSO, Maria Paula, NETO, João. *Farmácia Portuguesa. 5000 anos de história*. Museu da Farmácia. Lisboa: Associação Nacional de Farmácias, Museu de Farmácia, Edições Inapa, S.A., 2000.
- BASTOS, Cristiana. Um centro subalterno? A Escola Médica de Goa e o Império. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de.; FELDMAN-BIANCO, Bela.(coord.) *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002, p.133-149.
- Bastos, Cristiana. O ensino da medicina na Índia colonial portuguesa: fundação e primeiras décadas da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. v.11, Suplemento 1 (Saberes Médicos e Práticas Terapêuticas nos espaços de colonização portuguesa). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2004, p.11-39.
- BELTRÃO, Jane Felipe. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. Visões da Amazônia. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, v.6, suplemento, set. 2000, p.833-866.
- BENCHIMOL, Jaime. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Ed. da UFRJ, 1999.
- BENSUAUDE-VINCENT, Bernadette; STENGERS, Isabelle. *História da Química*. Lisboa: Inst. Piaget, 1996.
- BEVILAQUA, L.D.P.; CASTRO, L.L.C. de. Aspectos históricos conceituais e econômicos da farmacovigilância. *Revista Espaço para a Saúde*, Londrina (PR), v.4,n.1, dez. 2002. Disponível

- em: <<http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v4n1/doc/farmacovigilancia.doc>>. Acesso em: 29 ago. 2004.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
 - BOTTÉRO, Jean. A magia e a medicina reinam na Babilônia. In: LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças tem história*. 2ª ed. portuguesa. Lisboa : Terramar, 1997, p.11-37.
 - BOUSSEL, Patrice; BONNEMAIN, Henri; BOVÉ, Frank. *Histoire de la Pharmacie et de l' Industrie Pharmaceutique*. Paris : Éd. de la Porte Verte, 1982.
 - BYNUM, W.F, Porter, R. (ed.). *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. London: Routledge, 1993, 2 vols.
 - BUENO, Antonio González. Conocimiento científico y poder en la España Ilustrada: hacia la supremacía comercial a través de la Botánica Medicinal. *Antilia: revista española de historia de las ciencias de la naturaleza y de la tecnología*, Madrid, v.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/antilia/revista/vol.1-sp/artsp1-2.htm>> Acesso em: 14 set. 2004.
 - CAMPOS, M.A. Pourchet. *Perfil do ensino farmacêutico no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/ Diretoria do Ensino Superior, 1966.
 - CANEJO, J. A. Saraiva. *História da Sociedade Farmacêutica Lusitana (Esboço)*. Lisboa: Edição da Ordem dos Farmacêuticos, 1988.
 - CANELHAS, Victorino Maria de Pinho. *A Farmácia do Hospital São José, sua história e atuação*. Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa. Deontologia e Legislação, 1945/1946, v. 3, p.230-256.
 - CARMO, José Messias do. Evolução da farmácia no 2º Reinado: cinco discursos que decidiram sobre a evolução da farmácia brasileira e ditaram normas para aperfeiçoamento do ensino e regularam o exercício legal da profissão. *Anais do Congresso de História do 2º Reinado*. Comissão de História Científica, 2º vol., Brasília/ Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, 1984, p.331-375.
 - CARNEIRO, H. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã, 2002.
 - CARVALHO, José Coriolano de. *A farmácia no Rio de Janeiro: segunda contribuição ao estudo da pharmácia no Brasil*. Memória apresentada ao 2º Congresso Brasileiro de Pharmacia realizado em São Paulo em 1928. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1929.
 - CARVALHO, José Coriolano de. *Da pharmacia; origem e evolução (Contribuição ao estudo da pharmacia no Brasil)*. Memória apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Pharmacia (Centenário). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1924.
 - CARVALHO, José Coriolano de. Ezequiel Corrêa dos Santos 1801-1864. *Tribuna Farmacêutica*, Curitiba, vol. XVIII, n.7, 1950a, p.125-134.
 - CARVALHO, José Coriolano de. Ezequiel Corrêa dos Santos 1801-1864. *Tribuna Farmacêutica*, Curitiba, vol. XVIII, n.8, 1950b, p.145-148.
 - CARVALHO, José Coriolano de. Influência do Congresso Farmacêutico de 1914. Separata da *Tribuna Farmaceutica*, Curitiba, v.XVIII, (5), 1950, p.94-99.
 - CARVALHO, José Coriolano de. O Centenário da imprensa farmacêutica no Brasil. (Trabalho apresentado ao II Congresso Panamericano de Farmácia realizado na cidade de Lima, Peru, de 1 a 8 de dezembro de 1951). Separata da *Revista Brasileira de Farmácia*, ano XXXIII, n.11, nov. 1952.
 - CARVALHO, José Coriolano de. Eduardo Júlio Janvrot perante a farmácia nacional – 1831-1931. Rio de Janeiro: J. R. Oliveira & Cia., 1932.
 - CARVALHO, José Coriolano de. *Eugênio Marques de Hollanda; pioneiro da indústria farmacêutica nacional – 1836-1892*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/ Rodrigues & Cia., 1942.
 - CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto; o peso da glória*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional/ Finep, 1978.
 - CATÁLOGO da Biblioteca da Sociedade Farmaceutica Lusitana incorporada no Sindicato Nacional dos Farmacêuticos. Catálogo Geral (onomástico). Lisboa: Imp. Portugal-Brasil, 1946.
 - CHALHOUB, Sidney et al (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003.
 - CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999, 3ª ed. (1ª ed. em 1979/ 2ª ed. em 1983).
- COSTA, Oswaldo de A. A Matéria Médica de Souza Pinto (Um livro apógrafo editado em Ouro Preto). *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*, jan.-fev./1961; p.41-48.
- COSTA, Oswaldo de A., CRUZ, Jayme P. Gomes da., SANTOS, Nidia C. O curso de farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; sua criação e funcionamento. *Anais da Faculdade Nacional de Farmácia*, Rio de Janeiro, ano III, v.3, 1951, p.7-39.
- DANTAS, Flávio. *O que é Homeopatia*. 4ª ed., Coleção Primeiros Passos, v. 134. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos do sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP/ Escola de Farmácia, 1989.
- DIAS, José Pedro Sousa. A Farmácia no Portugal Contemporâneo. Breve História da Farmácia em Portugal. Disponível em: <http://www.ordemfarmaceuticos.pt>. Acessado em: 12/11/2005.
- DIAS, José Pedro de Sousa. Literatura Técnica y Química Farmacéutica en el Portugal de la Primera Mitad del Siglo XVIII. In: PASTRANA, Patricia Aceves. *Farmacía, História Natural y Química Intercontinentales. Estudios de História Social de las Ciencias Químicas y Biológicas*, n.3, México: Universidad Autónoma Metropolitana/ Unidad Xochimilco 1996, p.97-113.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera; Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney *et al* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulos de história social. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003, p.355-385.
- DOUSSET, Jean-Claude. *Histoire des médicaments; des origines a nos jours*. Paris: Payot, 1985.
- EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo/ Departamento de História, São Paulo, 1992.
- ELOGIO Histórico do professor Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão. Discurso pronunciado na sessão solene de abertura da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa na presença de Sua Magestade El-Rei D. Luiz I em 5/10/1872 por José Thomaz de Sousa Martins (lente da mesma escola). Lisboa: Imp. Nacional, 1878.
- ENTRALGO, P. Lain. Ilustración y romanticismo. In: _____. (coord.) *Historia Universal de la Medicina*, tomo 5. Barcelona: Salvat, 1984.
- ESCOHOTADO, Antonio. *Las drogas: de los orígenes a la prohibición*. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1994.
- FARIA, Fernando Antônio. *Querelas Brasileiras: homeopatia e política imperial*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.
- FARMACOPÉIA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Oficializada pelo Governo Federal pelo decreto n° 45502, de 27/02/1959. 2ª ed. São Paulo: Ind. Gráfica Siqueira S/A, 1959.
- FAURE, Olivier. *Les français et leur médecine au XIXe. Siècle*. Paris: Belin, 1993.
- FERNANDES, Tânia Maria. *Plantas Medicinais; memória da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.
- FERRAZ, Márcia Helena Mendes. As atividades do Laboratório Químico da Casa da Moeda de Lisboa. In: JANEIRA, Ana Luísa, GUEDES, Maria Estela e GONÇALVES, Raquel (ed.). *Divórcio entre cabeças e mãos? Laboratórios de química em Portugal (1772-1955)*. Lisboa: Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade, 1998, p.19-29.
- FERRAZ, Márcia H. M. O trabalho prático no laboratório de química da Universidade de Coimbra: séculos XVIII e XIX. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo. *O laboratório, a oficina e o ateliê: a arte de fazer o artificial*. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2002, p.115-140.
- FERRAZ, Márcia H.M. Los Estudios sobre las quinas en la literatura química-médica portuguesa de los inicios del siglo XIX. In: PASTRANA, Patricia Aceves. *Farmacía, História Natural y Química Intercontinentales. Estudios de História Social de las Ciencias Químicas y Biológicas*, n.3, México: Universidad Autónoma Metropolitana/ Unidad Xochimilco 1996, p.189-200.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Uma interpretação higienista do Brasil Imperial. In: HEIZER, A., VIDEIRA, A.P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001, p.207-223.

- FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney *et al* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003, p. 101-122.
- FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo/ Departamento de História. São Paulo, 1996.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-1843). *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, VI (2), jul.-out. 1999, p.331-351.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves de. *As artes de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- FOUCAULT, M. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.79-98.
- GALHARDO, José Emygdio Rodrigues. História da homeopatia no Brasil. In: *Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia*. Rio de Janeiro, 1928.
- GARNEL, Maria Rita Lino. O poder intelectual dos médicos: finais do século XIX – inícios do século XX. *Revista da História das Idéias: os intelectuais e os poderes*. Instituto de História e Teoria das Idéias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.24, p.213-253, 2003.
- GOMES, Bernardino Antônio. *O Marechal Duque de Saldanha e os médicos*. Breves considerações acerca da memória sobre o estado da Medicina em 1858. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.
- GOMES, Eurico Brandão. Apontamentos para a história da indústria farmacêutica no Brasil. Separata da *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, ano XXXV, n.9, set. 1954.
- GUILLÉN, Diego Gracia. O fármaco na Idade Média. In: _____ et al (org.). *História do Medicamento*. Rio de Janeiro: Glaxo do Brasil S/A, 1993, p.76-104.
- GODOY, Vicente Maria de. Associação Pharmaceutica Brasileira (Ouro Preto 1892). In: *Convenção Brasileira de Farmacêuticos, 10* (Porto Alegre, dez. 1955). Anais..., p.191-203.
- GOERKE, Heinz. O farmacêutico: um pilar da sociedade e do estado. In: PÖTZSCH, Regine. (org.). *A Farmácia: uma janela para a história*. Basiléia (Suíça): Ed. Roche, 1996, p.210-223.
- GOMES, Maria Vitória de Azevedo. A casa dos vinte e quatro e a representação da arte da botica. In: *Deontologia e Legislação Farmacêutica*, v.2. Lisboa: Escola Superior de Farmácia, 1945-1946, p.52-83.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação. *História, Ciências, Saúde: Manguinho*. v.2, n.2 (jul.-out.2000).Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, p.391-413, 2000.
- HEIZER, Alda. VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- HINKE, Nina. Entre arte y ciencia: la farmacia en México a finales del siglo XIX. *Relaciones 88*, Universidade de la Sorbona, Paris VII, otoño 2001, v. XXII, p.51-78.
- HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec/ ANPOCS, 1998.
- HOLLOWAY, S.W.F. *Royal Pharmaceutical Society of Great Britain 1841-1991*. A political and Social History. London: The Pharmaceutical Press, 1991.
- HOPPE, Brigitte. O farmacêutico como autor e leitor: textos farmacêuticos do início da idade moderna. In: PÖTZSCH, Regine. (org.). *A Farmácia: uma janela para a história*. Basiléia (Suíça): Ed. Roche, 1996, p.179-193.
- INVENTÁRIO de uma Botica conventual do século XVIII. Separata dos *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*. In: ORDEM dos Farmacêuticos. *Alberto Carlos Correia da Silva. Farmácia, História e Profissão*. Lisboa: Ordem dos Farmacêuticos (Sociedade Farmacêutica Lusitana – Seção Regional de Lisboa), 1998 p.117-149.
- JANEIRA, Ana Luísa, CARNEIRO, Ana Maria, PEREIRA, Pilar Alagoinha. Situações de controvérsia na química do século XIX. A solução passiva adoptada pela Escola Politécnica de Lisboa (1837-1911). In: GIL, Fernando. *Controvérsias científicas e filosóficas: actas do colóquio*

organizado pelo Gabinete de Filosofia do Conhecimento na Universidade de Évora (27 de dezembro de 1985). Lisboa: Fragmentos, 1990, p.371-407.

- LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças tem história*. 2ª ed. portuguesa. Lisboa : Terramar, 1997.
- LIMA, Agostinho José de Souza. As ciências médico-farmacêuticas. In: *Livro do centenário (1500-1900)*, Rio de Janeiro, 1901.
- LIVRO do Primeiro Congresso Brasileiro de Pharmácia, 12 a 22 de outubro. Primeiro Centenário da Independência do Brasil – 1922. Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria Rio Branco/ J.R. de Oliveira & Cia., 1922.
- LOBO, Francisco Bruno. *O ensino da medicina no Rio de Janeiro: homeopatia*. v. 3, Rio de Janeiro, 1968.
- LOBO, Francisco Bruno. *O Ensino da Medicina no Rio de Janeiro*, v.4 (1853-1861). Rio de Janeiro, 1969a.
- LOBO, Francisco Bruno. *O Ensino da Medicina no Rio de Janeiro*, v.5 (1862-1869). Rio de Janeiro, 1969b.
- LUZ, Madel Therezinha. *A arte de curar versus a ciência das doenças; história social da homeopatia no Brasil*. S. Paulo: Dynamis Editorial, 1996.
- MACHADO, Attila A. Cruz. *Fisicatura-Mor: do Físico-mor e do Cirurgião-mor. Do Reino de Portugal, do Reino Unido e do Império do Brasil - os Profissionais de Saúde no Brasil 1808-1828*. Rio de Janeiro: A.A.C. Machado, 1999.
- MACHADO, Maria Helena. (org.) *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- MAGALHÃES, Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.
- MARQUES, Vera Beltrão. Instruir para fazer a ciência e a medicina chegar ao povo no setecentos. *Varia História*, Belo Horizonte, n.32, p.37-47, jul. 2004.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões; medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp/ Centro de Memória-Unicamp, 1999.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Medicinas secretas; magia e ciência no Brasil setecentista*. In: CHALHOUB, Sidney et al (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003, p.163-195.
- MCNEILL, William H. *Plagues and Peoples*. New York: Doubleday, 1976.
- MIRA, M. Ferreira de. *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa: Ed. da Empresa Nacional de Publicidade, 1947.
- NASCIMENTO, Dilene R., CARVALHO, Diana Maul.(orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- NAVA, Pedro. *Capítulos da História da Medicina no Brasil*. Cotia (SP): Ateliê Editorial; Londrina: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.
- NOVAES, Ricardo Lafetá. *O tempo e a ordem: sobre a homeopatia*. Coleção Pensamento, sociedade e saúde; v.1. São Paulo: Cortez/ Rio de Janeiro: Abrasco, 1989
- NOZAL, Raúl Rodriguez. De la fórmula magistral a la especialidad farmacéutica: el cambio de actitud frente a las nuevas prácticas operatorias. In: PUERTO SARMIENTO, Francisco Javier; ALEGRE PÉREZ, Maria Esther; REY BUENO, Mar. (coords.). "1898 – Sanidad y Ciencia en España y Latinoamérica durante el cambio de siglo". Actas del Seminario Internacional Complutense. Madrid, nov.1998. Universidade Complutense de Madrid: Ediciones Doce Callas, 1999, p.239-257.
- ORDEM dos Farmacêuticos. *Alberto Carlos Correia da Silva. Farmácia, História e Profissão*. Lisboa: Ordem dos Farmacêuticos (Sociedade Farmacêutica Lusitana – Seção Regional de Lisboa), 1998.
- PESET, José Luis. O Fármaco no Iluminismo e no Romantismo. In: GUILLÉN, Diego Gracia et al (org.). *História do Medicamento*. Rio de Janeiro: Glaxo do Brasil S/A, 1993, p.137-178.

- PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: Chalhoub et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003, p.307-330.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Transformação no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a 1ª metade dos oitocentos. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, v.11, suplemento 1, 2004a, p.67-92.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Doses infinitesimais contra a epidemia do cólera no Rio de Janeiro em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene R., CARVALHO, Diana Maul.(orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004b, p.31-51.
- PINHEIRO, Raphael Bordalo. *No Lazareto de Lisboa*. [Conforme a edição única de 1881]. Lisboa: Frenesi, 2003.
- PINTO, Antônio José de Souza. *Elementos de Pharmácia, Chymica, e Botânica*. Nova Edição por Luiz Maria da Silva Pinto. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1837.
- PITA, João Rui, PEREIRA, Ana Leonor. A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea. *Estudos do Século XX*, Coimbra, n.2, 2002:231-266.
- PITA, J. R., PEREIRA, A. L., ARAÚJO, Yann Loïc. L' influence française sur la recépcion de l' homéopathie au Portugal. *Revue d'Histoire de la Pharmacie, Bulletin de la Société d'Histoire de la Pharmacie*. Paris : Société d'Histoire de la Pharmacie, v.3, n.348, 4º trim.2005, p.569-578.
- PITA, João Rui. *Farmácia e Medicamento: noções gerais*. Coimbra: Livraria Minerva, 1993. - - -
- PITA, João Rui. *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Liv. Minerva Editora, 1996.
- PITA, João Rui. *História da Farmácia*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1998.
- PUERTO, F. Javier. La Terapéutica Ilustrada. In: PASTRANA, Patricia Aceves. *Farmacia, História Natural y Química Intercontinentales. Estudios de História Social de las Ciencias Químicas y Biológicas*, n.3, México: Universidad Autónoma Metropolitana/ Unidad Xochimilco 1996, p.45-81.
- PORTO, Ângela de Araújo. *As artimanhas de esculápio: crença ou ciência no saber médico*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 1985.
- PORTO, Ângela. A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro: o tratamento homeopático. *Papéis avulsos*, n.º.7, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, dez./1988, p.13-25.
- PÖTZSCH, Regine. (org.). *A Farmácia: uma janela para a história*. Basileia (Suíça): Ed. Roche, 1996.
- PORTER, Roy. A linguagem do charlatanismo na Inglaterra, 1660-1800. In: Burke, Peter; Porter, Roy. (orgs.). *História Social da Linguagem* (tradução Álvaro Hattner). São Paulo: Unesp; Cambridge University Press, 1997.
- PUERTO SARMIENTO, Francisco Javier. O boticário no século XIX. In: PÖTZSCH, Regine. (org.). *A Farmácia: uma janela para a história*. Basileia (Suíça): Ed. Roche, 1996, p.233-241.
- RANGEL FILHO, Antenor. A evolução da indústria farmacêutica no Brasil. Separata da *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, ano XXXVIII, n.1-2, jan.-fev./1957.
- REIS, João Batista Alves dos. Um modelo teórico-experimental sobre matéria, polaridade e cristais diamagnéticos: algumas idéias de Michael Farady. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo. *O laboratório, a oficina e o ateliê: a arte de fazer o artificial*. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2002, p.141-168.
- REGO, José Pereira. *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro: Typ. do F. de Paula Brito, 1851.
- RIBEIRO, J. S. *História dos estabelecimentos científicos, litterários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa: Academia Real de Ciências de Lisboa, v.7, 8, 12, 1879.
- RIBEIRO, Lourival. *Medicina no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S/A, 1971.
- RIBEIRO, Lourival. Os jesuítas e a assistência médica no Brasil Colonial. In:_____. *Tempo de médico*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1979, p.17-46.

- RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- ROCHA, Maria Cristina Tavares Teles da. *Da Botica à Universidade; continuidades e mudanças na construção da profissão farmacêutica em Portugal*. Porto: Livpsic/ Legis Ed., 2004.
- ROCHA, Maria Teresa Valente. *Sociedade Farmacêutica Lusitana: sua origem e actuação*. Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa. Deontologia e Legislação Farmacêutica, 1944/1945, v.2, p.272-301.
- ROQUE, Ricardo. "O trigo e o joio": segredos e botânica médica em Goa (1850-1930).In: *Seminário Medicina Colonial, estruturas do Império e vidas pós-coloniais em português*. Coord.: Cristiana Bastos. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 10-11 de janeiro de 2006.
- ROQUE, Ricardo. Sementes contra a varíola: Joaquim Vás e a tradução científica das pévides de bananeira brava em Goa, Índia (1894-1930). *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. v.11, Suplemento 1 (Saberes Médicos e Práticas Terapêuticas nos espaços de colonização portuguesa). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2004, p.183-222.
- ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. (tradução Marcos F. da Silva Moreira com colaboração de José R. de Alcântara Bonfim). São Paulo: Hucitec/ Unesp; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.
- ROSENBERG, Charles E. *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SALDANHA, Marechal Duque de (João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun). *O Estado da Medicina em 1858*. Lisboa: Imp. Nacional, 1858.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, Cecult, Ifch, 2001.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios; Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial. In: CHALHOUB, Sidney *et al* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003, p.387-428.
- SANTOS, Maria Ruth dos. *Do Boticário ao Bioquímico: As transformações ocorridas com a profissão farmacêutica no Brasil*. Dissertação (Mestre em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 1993.
- SANTOS, Maria Ruth dos. Os farmacêuticos em profissionalização: o caso Brasil e a experiência internacional. In: MACHADO, Maria Helena. (org.) *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996, p.163-193.
- SANTOS, Nadja Paraense dos. *A carreira abrangente de um pioneiro da fitoquímica no Brasil*. Disponível em: <http://www.iq.ufrj.br/gigantes/peckolt/peckolt.pdf>. Acessado em 5 de jul.2005.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991. v. 1 e 2.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Récpes e boiões. (Trabalho apresentado à Seção de História da Farmácia do III Congresso farmacêutico e bioquímico Pan-Americano, S. Paulo, dez. 1954). *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*, nov. 1956, p.45-49.
- SANTOS FILHO, Lycurgo; NOVAES, José Nogueira. *A Febre Amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1996.
- SANTOS JÚNIOR, Ezequiel Corrêa dos. Monografia do Geissospermum vellosii vulgo Pau Pereira. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1848). *Revista Flora Medicinal*, Rio de Janeiro, 15 (8), 1948, p.315-339.
- SAYD, Jane Dutra. *Terapêutica e Mito*. Rio de Janeiro: UERJ/ IMS, 1995 (Estudos em Saúde Coletiva; 129).
- SCLIAR, Moacyr. *A paixão transformada: história da medicina na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCLIAR, Moacyr. *Do mágico ao social: a trajetória da saúde pública*. São Paulo, Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 1987.
- SILVA, Manoel Emygdio da. *A Botica do Azevedo (1775-1948)*. Sociedade Industrial Farmaceutica Lisboa. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, s.d.

- SOUSA, Jorge Prata de. As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai (1865-1870). In: NASCIMENTO, Dilene R., CARVALHO, Diana Maul.(orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p.52-75.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira; Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1976.
- SZLACHTA, Kalina. Atualização imprescindível da legislação farmacêutica. In: *Convenção Brasileira de Farmacêuticos, 10* (Porto Alegre, dez. 1955). Anais..., p.204-211.
- TAVEIRA, Mário. A farmácia no Rio de Janeiro. In: UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. *Quatro séculos de cultura: o Rio de Janeiro estudados por 23 professores*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1966, p.281-304.
- TEMPORÃO, José Gomes. *A propaganda de medicamentos e o mito da saúde*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- VALLE, José Ribeiro do. *A Farmacologia no Brasil: antecedentes e perspectivas*. São Paulo: ACIESP, 1978.
- VELLOSO, Verônica Pimenta. Ensino farmacêutico e associações: Rio-Lisboa. *Estudos do Século XX*. Educação Contemporânea: Ideologias e Dinâmica Social. Coimbra: Ariadne. n.6, p.333-352, 2007.
- VELLOSO, Verônica Pimenta. Farmacêuticos e/ ou boticários? Imagens de um ofício. *III Simpósio Nacional de História Cultural - Florianópolis, 18 a 22 de setembro de 2006a*, p. 4609-4617 (CD-Rom).
- VELLOSO, Verônica Pimenta. Boticários ou farmacêuticos/ Associações farmacêuticas na cidade imperial do Rio de Janeiro. In: EDLER, Flavio Coelho (coord.). *Boticas & Pharmacias. Uma história ilustrada da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006b. Parte 2: Farmácia e Farmacêuticos nos Oitocentos, p.66-67; p.82-85.
- VIEGAS, Valentino; FRADA, João; MIGUEL, José Pereira. *A Direcção Geral de Saúde; notas históricas*. Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.dgsaude.pt/upload/membro.id/ficheiros/i007477.pdf>. Acessado em 21/05/07.
- VOTTA, Raul. *Breve História da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Laboratório Enila S/A, 1965.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.
- WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. v.11, Suplemento 1 (Saberes Médicos e Práticas Terapêuticas nos espaços de colonização portuguesa). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2004, p.131-140.
- XAVIER, Regina. Dos males e suas curas; práticas médicas na Campinas oitocentista. In: CHALHOUB, Sidney *et al* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003, p.331-354.

8. História do Brasil e de Portugal:

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F., ALENCASTRO, L. F. (orgs.). Império: a corte e a modernidade nacional. *História da Vida Privada no Brasil*, 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.11-93.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas*. Portugal e o Império (1808-1975). Porto: Ed. Afrontamento, 2000.
- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra S/A, 2002.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual Reinado (Memória lida nas sessões do Instituto Histórico em

- 1884). *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brazil*, Rio de Janeiro, Parte II, tomo XLVIII. Typ. Universal de Laemmert & C., 1885, p.265-322.
- BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
 - BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de.; FELDMAN-BIANCO, Bela.(coord.) *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.
 - BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical; a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
 - BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
 - CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
 - CARVALHO, Ronaldo de. *História do ensino em Portugal*. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
 - COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
 - COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
 - COUTO, Dejanirah. *História de Lisboa*. Algés: Gótica 2000, Sociedade Editora e Livreira, Ltda, 2005.
 - DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.278, p.105-170, jan./mar. 1968.
 - EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2000.
 - FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 12ª ed. bras., 13ª ed. em língua portuguesa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
 - FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ Ed. Garamon, 1999.
 - FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do Cônego; Como era Gonzaga? ; e Outros temas mineiros*. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo: Ed. Itatiaia/ Edusp, 1981.
 - GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.
 - GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; terras e fatos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004 (Coleção Memória Carioca, v.4).
 - GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.
 - HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Reações e Transações, tomo II, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – Difel, 6ª ed.,1987.
 - KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas. A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2001.
 - LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Bóris (org.). *Fazer a América; a imigração em massa para a América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.
 - LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
 - MACEDO, Joaquim Manoel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.
 - MADUREIRA, Nuno Luis. *Lisboa, luxo e distinção 1750-1830*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990.
 - MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

- MATTOSO, José (dir.) . *História de Portugal*. O Liberalismo (1807-1890) (coord. Luís Reis Torgal e João Roque). v. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal*; história e historiografia. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império* (subsídios para a História da Educação no Brasil) 1854-1889. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, v.3,1938 (Brasíliana, 21).
- MORAES, Evaristo de. *A Escravidão Africana no Brasil*: das origens à extinção. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, INL, 1986.
- NOVAIS, F., ALENCASTRO, L. F. (orgs.). Império: a corte e a modernidade nacional. *História da Vida Privada no Brasil*, 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro*: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870). Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira S/A, 1978.
- TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. (tradução Maria Lúcia Machado/ Prefácio Maria Ines Turazzi). Rio de Janeiro: Ed. Capivara, 2003.
- SANTOS, Maria de Lourdes dos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social*, Lisboa, vol. XV (57), p.69-115, 1979.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas dos Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Introdução. In: _____. (org.) *Roquette, J.I. Código de Bom-Tom ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Comp. das Letras, 1997, p.7-39.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil*: na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Fatos e personagens em torno de um regime*: história dos fundadores do Império do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. (História dos fundadores do Império do Brasil, v.9) (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v.129).
- THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, C., ALMEIDA, M.V., FELDMAN-BIANCO, Bela (coord.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002, p.39-63.
- TORGAL, L. R. Instrução Pública – o sentido e a força de um conceito liberal. In: MATTOSO, J. (dir.) . *História de Portugal*. O Liberalismo (1807-1890) (coord. Luís Reis Torgal e João Roque). v. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.609-651.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VARGUES, Isabel Nobre; Torgal, Luís Reis. Da Revolução a Contra-Revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In: MATTOSO, José (dir.) . *História de Portugal*. O Liberalismo (1807-1890) (coord. Luís Reis Torgal e João Roque). v. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.65-87.
- WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva; a corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*. Porto: Livraria Editora Civilização, 2005.

9. História e História das Ciências:

- ANDRADE, Ana Maria de (org.). *Ciência em Perspectiva*: ensaios e debates. Rio de Janeiro: MAST/ SBHC, 2003.
- BARNES, B., KUHN, T. S., MERTON, R. K. y otros. *Estudios sobre sociologia de la ciencia*. Madrid: Alianza Editorial, 1980.
- BENSUADE-VINCENT, B. Un public pour la science: l'essor de la vulgarisation au XIX siècle. *Réseaux*, n.58 CNET, 1993.
- BERNAL, Luz Fernanda Azuela. *Tres Sociedades Científicas en el Porfiriato*; las disciplinas, las instituciones y las relaciones entre la ciência y el poder. México: Sociedad Mexicana de Historia de

la Ciência y la Tecnología, A.C., Universidad Tecnológica de Nezahualcóyotl Instituto de Geografía, UNAM, 1996.

- BURGOS, Marcelo Baumann. Os padrões de desenvolvimento institucional da ciência no país. In: _____. *Ciência na periferia: a Luz Síncrotron Brasileira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999, p.17-52.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. (Tradução de Plínio Dentzein). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BUTTERFIELD, Herbert. El estudio del corazón hasta William Harvey. In: _____. *Los orígenes de la ciencia moderna*. Madrid: Taurus Ediciones, 1982, p.45-60.
- CAPEL, Horácio. El asociacionismo científico en iberoamerica. La necesidad de un enfoque globalizador. In: LAFUENTE, A., ORTEGA, A. Elena y M. L. Mundialización de la ciencia y cultura nacional. *Actas del Congreso Internacional "Ciência, descubrimiento y mundo colonial"*. Madrid: Ediciones Doce Calles, [1990], p. 409-428.
- CARMAGNOLA, Fulvio. Arte e Ciência: como as revê Fulvio Carmagnola. In: DE MASI, Domenico; PEPE, Dunia. (org.). *As palavras no tempo: vinte e seis vocábulos da Encyclopédie reescritos para o ano 2000*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p.53-74.
- CAVALCANTE, Berenice. Os letrados da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.1-2, jan./dez. 1995, p.53-66.
- CHARLE, Christophe. *Les intellectuels en Europe au XIXe. Siècle:essai d'histoire comparée*. Paris: Éditions. du Seuil, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand Brasil / Difel, 1990.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record, 1999.
- COMTE (1798-1857): vida e obra. In: Auguste Comte. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Catecismo positivista. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de J.A. Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da ciência no Brasil 1800-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001
- DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédie. In: _____. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986, p.242-275.
- DEBUS, Allen G. The Study of Man. In: _____. *Man and nature in the Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 54-73.
- DISCURSO Preliminar dos Editores. In: DIDEROT, Denis.; ALEMBERT, Jean Le Ron d'Alembert. *Enciclopédia*, ou, Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios por uma Sociedade de Letrados: Discurso Preliminar e outros textos. São Paulo: Ed. Unesp, 1989.
- DOSSE, François. *A História à prova do tempo*. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. Unesp, 2001
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- ELIAS, Norbert. Les transformations de l' équilibre 'nous-je' , part III, 1987. In : _____. *La société des individus*. (Avant-propos de Roger Chartier). Edité par Suhrkamp Verlag, Francfort, 1987. Pour la traduction française Librairie Arthème Fayard, 1991.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizacional ; investigações socigenéticas e psicogenéticas*. v.2. Transformações da sociedade. Esboço de uma teoria da civilização. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1990.
- FIGUERÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

- FIGUEIRÔA, Sílvia. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, v.L, fasc.2, p.107-123, 1998.
- FIGUEIRÔA, Sílvia. (org.). *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- FONSECA, M.R.F. da. As Conferências Populares da Glória: a divulgação do saber científico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, v. II, n.3, p.135-166, nov.1995-fev.1996.
- FONSECA, M^aRachel Fróes da. O Associativismo Científico no Brasil (1771-1829) e a promoção das Ciências e da Felicidade Pública. In: *Seminário Internacional D.João VI: um rei aclamado na América* (1999, Rio de Janeiro). *Anais Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Min. da Cultura/ IPHAN, . p. 123-139, 2000.
- GIL, Bragança Fernando, CANELHAS, Maria da Graça Salvado. Ensino e cultura no Monte Olivete até a Faculdade de Ciências. In: _____. *FACULDADE de Ciências da Universidade de Lisboa- Passado/ Presente- perspectivas futuras*. 150^o Aniversário da Escola Politécnica. 75^o Aniversário da Faculdade de Ciências. Lisboa: Universidade de Lisboa, Museu de Ciências, 1987, p.3-26.
- GINZBURG, C. *História noturna:decifrando o sabá*. São Paulo: Comp. das Letras, 1991.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais; morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-179; 260-275.
- GONÇALVES, Alex Varela. “Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”; análise das memórias científicas de José Bonifacio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.
- GRUZINSK, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi: Revista de História*. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro: 7Letras, n.2, março-2001, p. 175-195.
- HAMBURGER, A., Dantes, M.A.M., Paty, M., Petit, P. (orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1996.
- KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabloca. In: HEIZER, A., VIDEIRA, A.P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001,p.29-54.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, v.11, suplemento 1, 2004, p.109-129.
- LAFUENTE, Antonio. La ciencia periferica y su especificidad historiografica. In: SALDAÑA, Juan José (ed.). *El perfil de la ciencia en América*. México: Sociedad Latinoamericana de História de las Ciencias y de la Tecnología, 1986. Cuadernos de Quipu, 1, p.31-40, 1986.
- LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- LOPES, Maria Margareth. Mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube... *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, v.3, mar.-jun.1996, p.50-64.
- MACLEOD, Roy. Cambio de perspectiva en la Historia Social de las Ciencias. In: SALDAÑA, Juan Jose (comp.). *Introducción a la Teoria de la Historia de las Ciencias*. México: Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 1989, p.257-299.
- NUNES, Maria de Fátima. *O liberalismo português: ideários e ciências: o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988.
- OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- PALHINHA, Ruy Telles. *Escola Politécnica de Lisboa: a IX cadeira e os seus professores*. Lisboa: Faculdade de Ciências, 1937
- PEPPE, Dunia. Introdução. In: DE MASI, Domenico; PEPE, Dunia. (org.). *As palavras no tempo: vinte e seis vocábulos da Encyclopédie reescritos para o ano 2000*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p.15-41.

PESTRE, Dominique. Pour une histoire sociale et culturelle des sciences: nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v.50, n.3, mai-juin 1995, p.487-522.

- POLANCO, Xavier. Une science-monde: la mondialisation de la science européenne et la création de traditions scientifiques locales. In : _____. (org.). *Naissance et développement de la science-monde: production et reproduction des communautés scientifiques en europe et en amérique latine*. Paris: Éditions La Découverte/ Conseil de L'Europe/ Unesco, 1990.

- PYENSON, Lewis and Susan Sheets. *Servants of nature: a history of scientific institutions, enterprises and sensibilities*. London: Fontana Press, 1999.

- REIS, Fernando Egídio. Para a história da divulgação científica em Portugal. As ciências nos periódicos portugueses de finais do século XVIII e princípios do XIX. Disponível em: http://www.proformar.org/revista/edicao_13/divulga_cienc_portugal.pdf. Acessado em: 15/07/2006.

- ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*.(Tradução de Antonio Angonese). Bauru, SP: Edusc, 2001.

- SALDAÑA, Juan José. Marcos conceptuales de la historia de las ciencias en Latinoamérica. Positivismo y economicismo. In: _____. *El perfil de la ciencia en América*. México: Sociedad Latinoamericana de Historia de las Ciencias y de la Tecnología, 1986. Cuadernos de Quipu, 1, p.57-80, 1986.

- SALDAÑA, Juan José. Nuevas tendencias en la historia latinoamericana de las ciencias. In: _____. (org.). *Historia de la Ciencia y la Tecnología en América Latina*. Cuadernos Americanos Nueva Época, México/UNAM, año VII, v.2, marzo-abril 1993, p. 69-91.

- SALDAÑA, Juan José. Teatro Científico Americano. Geografía e Cultura en la Historiografía Latinoamericana de la Ciencia. In: _____. (coord.). *Historia Social de las Ciencias en América Latina*. México: Coordinación de Humanidades, Coordinación de la Investigación Científica/UNAM, 1996, p.7-41.

- SARAIVA, Tiago. Figueiredo. *Dinâmica Urbana de la Ciencia. Lisboa y Madrid (1851-1900)*. Tese de doutorado. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid. Madrid, 2003.(ICS)

- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. (Tradução de Max Altman). Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1979.

ANEXO 1:

Reprodução da:

Revista Pharmaceutica: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p.71-72, nov.1852; n.6, p.85-88, dez.1852; n.7, p.102-103, jan.1853; n.8, p.121-124, fev.1853.

Tabella dos medicamentos, vasilhame, instrumentos, utensis, e livros, organisados em virtude do Art. 57 do Regulamento da Junta Central de Hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851 para as Boticas do Imperio.

(São indispensaveis as substancias não marcadas com o signal *)

- Abutua.
- * Aconito.
- Acetato de chumbo crystallisado.
- * Acetato de chumbo liquido.
- Acetato de cobre.
- Acetato de morphina.
- Acetato de potassa.
- * Acido acetico.
- » arsenioso.
- » azotico.
- * » benzoico.
- * » bórico.
- » citrico crystallisado.
- * » cyanhydrico.
- » chlorhydrico.
- » oxalico.
- » sulphurico.
- » tartarico.
- Agua distillada simples.
- » » de alface cohobada.
- » » » alcatrão.
- » » » canella.
- » » » flôres de lorangeira
- » » » louro cerejo.
- » » » melissa.
- » » » Fôsas rubras.
- » de Labarraque.
- » Ingleza.
- * Aconitina.
- * Alambre.
- Alecrim.
- * Almecega da India.
- * » do Brasil.

- Aloes succotrino.
 Almiscar.
 Alumen.
 » calcinado.
 Ammonia liquida.
 * Amendoas amargas.
 * » doces.
 Alcool.
 * Alcoholato de alecrim.
 » » canella.
 » » cochlearia.
 » » melissa.
 » » » composto.
 * » aromatico de Fioravante.
 Alcoholeos Vid. Tinturas.
 * Antimonio purificado.
 » diaphoretico.
 Aniz estrellado.
 * Arsenito de ammonia.
 * » » potassa.
 * » » ferro.
 * » » soda.
 Assafetida.
 Assucar candi.
 * » de leite.
 Assafrão oriental.
 * Atropina.
 Avenca
 Bagas de zimbro.
 Balsamo de Arcêo.
 » » enxofre simples.
 » nervino.
 » opodeldoch.
 » peruviano.
 » tranquillo.
 Balaustias.
 Belladona.
 Benjoim.
 Bolo armenio.
 Borato de soda.
 * Brucina.

(Continúa.)

Tabella dos medicamentos, vasilhame, instrumentos, utensis, e livros, organisados em virtude do Art. 57 do Regulamento da Junta Central de Hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851 para as Boticas do Imperio.

(São indispensaveis as substancias não marcadas com o signal *)

(Continuação do numero antecedente.)

Caróba.
Cantharidas.
Canella.
Cascarrilha.
Cascas de lorangeira azeda.
» » angustura.
» » mezereão.
» » guaranhem.
Camphora.

- Capsulas de oleo de copaiba.
 » » » » figado de bacalhão.
 » » » » ricino.
- Castoreo.
- Cato.
- Carbonato de ammonia.
- * » » cal.
 * » » chumbo.
 » » ferro.
 » » magnesia.
- Carbonato de potassa (proto).
 » » potassa (bi).
 » » soda (bi).
- * Cantharidina.
- Ceroto de Galleno.
 » » spermaceti.
 » » Saturno.
- Cravo da India.
- Centeio espigado.
- Cevada.
- Cochlearia.
- * Colla de peixe.
- Colchico.
- Coloquintidas.
- Contra-herva.
- * Conserva de canafistula.
 » » rosas.
 * » » tamarindos.
- Chloroformio.
- Chlorureto de mercurio precipitado.
 » » a vapor (calomelanos).
 » » (bi) sublimado corrosivo.
 » » antimonio.
- * » » calcio.
 * » » ouro e sodio.
 * » » morphina.
 * » » sodio purificado.
 * » » bario.
 * » » ferro.
- Cipó chumbo.
- Citrato de ferro ammoniacal.
- Cremor de tartaro.

- Cremor de tartaro solúvel.
 * Cyanureto de ferro (flôres de anil).
 * » » » e quinina.
 » » » mercurio.
 * » » » potassio.
 Creosote ou Kreosote.
 Cobeas.
 Datura stramonio.
 Digitalis.
 * Digitalina.
 Dormideiras.
 Dulcamara.
 Digestivo balsamico.
 * Electuario de cato.
 * » » opio.
 » » senne.
 * Elaterio.
 Elixir paregorico da Londinense.
 » » » Geral.
 * » visceral de Hoffman.
 * Emetina.
 Enxofre em bastões.
 » sublimado.
 » dourado de antimonio.
 Ergotina.
 Escamonea de Alepo.
 * Esponja fina.
 Euphorbio em pó.
 Emplasto adhesivo.
 » gommado.
 * » confortativo.
 * » emoliente.
 » mercurial.
 » simples.
 » de cantharidas.
 » » cicuta.
 » » pêz.
 * Extracto de Alface virosa (Tridacio).
 » » absinthio.
 » » aconito aquoso.
 » » » alcoholico.
 » » aleaccuz

*	Extracto de	bagas de zimbro.
	»	* bardana.
	»	» belladona.
	»	» cabinca.
	»	» caroba.
*	»	» centaurea.
	»	» cicuta.
	»	» coloquintidas composto.
	»	» digitalis aquoso.
	»	» » alcoholico.
*	»	» <u>dulcanára.</u>
	»	» fel de boi.
	»	» fumaria.
	»	» genciana.
	»	» guaiaco.
	Extracto	» garanhem.
	»	» <u>meimendo.</u>
	»	» noz vomica alcoholico.
	»	» opio gommoso.
	»	» polygala.
*	»	» quina.
	»	» ratanhia.
	»	» rhuibarbo.
	»	» salsaparrilha.
	»	» saponaria.
	»	» scilla.
*	»	» senna.
	»	» taraxaco.
	»	» valeriana.
*	Espirito	» <u>pontas de veado.</u>
	»	» <u>mindererus.</u>
	»	» terebentina.
	»	» <u>nitro doce.</u>
	Ether acetico.	
*	»	» hydro-chlorico.
*	»	» nitrico.
*	»	» phosphorado.
	»	» sulphurico.
	Etheroleo de aconito.	
	»	» digitalis.
	»	» valeriana.

(Continúa.)

Tabella dos medicamentos, vasilhame, instrumentos, utensis, e livros, organisados em virtude do Art. 57 do Regulamento da Junta Central de Hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851 para as Boticas do Imperio.

(São indispensaveis as substancias não marcadas com o signal *)

(Continuação do numero antecedente.)

Flôres de alfazema.

- » » althéa.
- » » arnica.
- » » borragens.
- » » camomilla.
- » » malvas.
- » » papoulas rubras.
- » » rosas brancas.
- » » rosas rubras.
- » » sabugueiro.
- » » tilia.
- » » viola odorata.

Fragaria.

Fumaria.

Gomma arabica.

- » adragante.
- » ammoniaco.
- » galbano.
- » gutta.
- » kino.

Guaraná.

Hera-terrestre.

Herva cidreira.

- » moura.

* **Humulus-lupulo.**

Hysopo.

Hydro-clorato de ammonia.

* **Incenso.**

* **Iodo.**

* **Iodureto de chumbo.**

- » » ferro.
- » » mercurio (proto).

- Iodureto de mercurio (deuto).
 » » e morphina.
 * » » morphina.
 » » potassio.
 * » » strychnina.
 Jequirioba.
 Kermes mineral.
 Lactato de ferro.
 Limalha de ferro.
 Lirio florentino.
 Lirio roxo (raiz).
 Licor anodino de Hoffman.
 » de Van-Swicten.
 * » » Fowler.
 Lobelia inflata.
 Lupulina.
 Massa das pilulas anti-cebum.
 * » balsamica de Morton.
 » mercurial de Belloste.
 » » de Plenck.
 » de cynoglossa.
 » das pilulas de Le-Roy.
 Mel de abelhas.
 » rosado.
 * * Mercurio metallico.
 Manná commum.
 » em lagrimas.
 Magnesia calcinada.
 Malvas.
 Meimendro.
 Musgo islandico.
 Myrrha.
 Nitrato de bysmutho (sub).
 » » mercurio (christallizado).
 * » » » (acido).
 » » potassa.
 » » prata (crystallizado).
 » » » fundido.
 Nozes de galhas.
 » moscadas.
 » vomicas.

(Continúa.)

Tabella dos medicamentos, vasilhame, instrumentos, utensis, e livros, organisados em virtude do Art. 57 do Regulamento da Junta Central de Hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851 para as Boticas do Imperio.

(São indispensaveis as substancias não marcadas com o signal *)

(Continuação do numero antecedente.)

Olco expresso de amendoas doces.

*	»	»	»	bagas de louro.
	»	»	»	crotou-tiglium.
*	»	»	»	sementes de linho.
	»	»	»	ricino.
	»	»	»	copaiba.
	»	»	»	cacáo concreto.
	»	»	»	figado de bacalháo.
*	»	»	»	essencial de aniz.
*	»	»	»	amendoas amargas.
*	»	»	»	arruda.
*	»	»	»	cajeput.
	»	»	»	camomilla.
*	»	»	»	casca de laranja.
	»	»	»	cravo da India.
	»	»	»	flôres de lorangeira.
	»	»	»	hortelã vulgar.
	»	»	»	» pimenta.
*	»	»	»	lima.
*	»	»	»	limão.
*	»	»	»	rosas.
	»	»	»	sabina.

Olco-soluto de arruda.

*	»	»	»	camomilla.
*	»	»	»	cicuta.
	»	»	»	flôres de trombeta.
	»	»	»	camphorado.

Oenoleos. V. Vinhos.

Opio.

Oxido de ferro.

»	»	»	»	ferro hydratado (per).
---	---	---	---	------------------------

- Oxido de mercurio (rubro).
 » » manganez (per).
 » » zinco.
- Oximel simples.
 » scillitico.
 » de verdete.
- Pastilhas de citrato de magnesia.
 » enxofre.
 » ipecacuanha.
 » Vichy.
- Pasta peitoral de Regnauld.
 » de Nassé da Arabia.
- Parietaria.
- Pão pereira.
- Pereirina.
- Pereicaria.
- Pontas de veado calcinadas.
- Pós antimoniaes de James.
- Pós sudorificos de Dower.
- Pós de Seidlitz.
- Pomada oxiginada.
 » citrina.
 » rosada.
- Potassa caustica em cylindros.
- Pedra calamiuar.
- Quassia.
- Quina peruviana.
- Raiz de althéa.
 » alcassuz.
 » espargos.
 » aipo.
 » angelica.
 » « » arnica.
 » » bardana.
 » » belladona.
 » » cahinca.
 » » calumba.
 » » chicoria.
 » » eleboro negro.
 » » fêto-macho.
 » » funcho.
 » » genciana.

Raiz de gramma.

- » » herva-tostão.
- » » ipecacuanha negra.
- » » jalapa.
- » » japecanga.
- » » labaca.
- » » pariparoba.
- » » timbó (cascas da raiz).
- » » ratanhia.
- » » rhuibarbo.
- » » romeira (cascas da raiz).
- » » salsa-hortense.
- » » salsaparrilha.
- » » polygalla.
- » » serpeñtaria.
- » » valeriana.

Resina de guaiaco.

- » » pinko.
- » » jalapa.

Raspas » pontas de veado.

Rasuras » guaiaco.

- » » sassafras.

* Rob de Laffecteur.

- » » amoras.
- * » desobstruente.
- * » de Devergie Senior.
- * » » sabugueiro.

Sabão medicinal.

Sabina.

Salva.

Salepe.

Sementes d' aniz.

- » » angelim.
- * » » cardamomo.
- » » contra vermes (de Alexandria).
- » » de linho.
- » » marmellos.
- » » melancia.
- » » mostarda.

Saponaria.

Senne.

Scilla maritima.

- * Strychnina.
- Sulphato de cobre.
- » » ferro.
- » » magnesia.
- * » » morphina.
- * » » potassa.
- » » quinina.
- » » soda.
- » » zinco.
- * Sulphureto de mercurio (rubro).
- * » » mercurio (negro).
- » » potassio.
- * » » ferro.
- Tamarindos.
- * Tanino.
- Taraxaco.
- Tartarato de potassa e antimonio.
- * » » » e ferro.
- * » » » e soda.
- Terebenthina liquida,
- Turbith mineral.
- » vegetal.

ANEXO 2:

Reprodução da:

A Abelha: periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira, Rio de Janeiro, n.16, p.246-249, out.1863.

A ABELHA! PERIÓDICO DA SOCIEDADE PHARMACÉUTICA BRASILEIRA.
 nº 16, outubro 1863, p. 246-249.

— 246 —

**Tabella dos principaes medicamentos que
 deve ter uma botica.**

Acetato d'ammonia liquido.	Alcoolco de castoreo.
— de chumbo.	— de cicuta.
— de morphina.	— de digitalis.
— de potassa.	— de ipecacuanha.
Acido acetico forte.	— de jalappa.
— arsenioso.	— de lobelia.
— azotico puro	— de meimendo.
— chlohydrico dito.	— de nicotiana.
— cyanhydrico medici- nal.	— de nóz vomica.
— sulphurico puro.	— de opioda Londinen- se.
Aconito Napellus.	— de phelandrio.
Aconitina.	— de stramonio.
Agua inglêza.	— de sabão com opio.
— de Labarraque.	— de valeriana.
— distillada simples.	— de veratrum.
— — de alface.	— de Rhus-toxicod.
— — de canella.	Almiscar.
— — de louro cerêjo.	Aloes succotrinio.
— — de melissa.	Amendoas doces.
— — de tilia.	Antimonio diaphoretico.
Alcool rectificado.	Arseniato de ammonia.
Alkali volatil fluido.	— de ferro.
Alcoolato de cochlearia.	— de potassa.
— de melissa composto.	— de soda.
Alcoolco de aconito.	Assafetida.
— de arnica.	Assafrão.
— de arsenico.	Atropina.
— de assafrão.	Balsamo de copahiba.
— de assafetida.	— de fioravanti.
— de bella dona.	— do Perú.
— de calinca.	— de Tolú.
— de caranilla.	— tranquillo.
— de cantharidas.	Bauha preparada.

Belladona.	Emplasto de cicuta.
Bismutho (subnitrate).	— mercurial.
Borato de soda.	— de pês de Borgonha.
Brucina.	— vesicatorio.
Cahinea.	Emxofre dourado d' antimonio
Calomelanos a vapor.	— sublimado, lavado.
Camomilla romana.	Ergotina.
— vulgar.	Escamonea pulverisada.
Camphora.	Ether acetico.
Cantharidas.	— nitrico alcoolisado.
Carbonato d'ammonia (sequi).	— sulphurico.
— de ferro.	Extrato d' aconito aquoso e
— de magnesia.	alcoolico.
— de soda (bi).	— de bella dona dito e
Castoreo.	dito.
Cubebas.	— de cicuta dito e dito.
Cerôto. simples.	— de coloquintidas com-
— de sabina.	posto.
— de saturno.	— de digitalis aquoso e
Centeio respigado, recente.	alcoolico.
Cicuta.	— de dormideiras.
Chlorato de potassa.	— de ipecacuanha alco-
Chloroformio.	olico.
Chlorurêto de ferro, (per).	— de lupulo.
— de ouro e de sodio.	— de meimendro aquoso
Codeina.	e alcoolico.
Colxico.	Extrato de nox vorica, alco-
Creosoto.	olico.
Cyanureto de potassio.	— de opio, aquoso.
Digitalis.	— de polygala.
Digitalina.	— de quina hydroalco-
Dulcamara.	olico.
Electuario limivo.	— de rathania.
Ulexis paregocico da Lond.	— de fumarica.
Enetina medicinal.	— de sabina. ^{at.}
Emplasto alligativo estendido.	— de salsedra.
— de estâco gomado.	— de

Extrato de scilla hydroalcooli-	Nitrato de prata crystallizado.
co.	Noz vomica rasurada.
— de valeriana.	— — em pó.
Ferro reduzido pelo hydro-	Oleo de amendoas doces.
genco.	— de croton tigli.
— (hydrato de per-oxi-	— de ricino.
do).	Opio bruto.
Flores de arnica.	Oxido branco de zinco.
Gomma ammoniac.	Pommada mercurial dupla.
— arabica.	Potassa caustica.
— alcatira.	Pós arsenicaes de Boudin.
— gutta pulverisada.	— sudorificos de Dower.
Hydro chlorato de ammonia.	Quina peruviana.
— de morplina.	Raiz de arnica.
Ipecacuanha preta.	Raiz de polygala.
Iodo.	— de pyrethro.
Iodurêto de chumbo.	— de romeira.
— de ferro.	— de serpentaria.
— de mercurio (proto e	— de valeriana.
deuto).	Resina elemi.
— de potasio.	— de jalappa.
Jalappa.	Rozas rubras.
Kermes mineral.	Rhuibarbo.
Lactato de ferro.	Sabão medicinal.
Latucario.	Salva, off.
Lobelia inflata.	<u>Santonina.</u>
Lupulo.	Senne.
Manná.	Simarruba.
Manteiga de cacau.	Sementes de linho.
Meimendo.	— de mostarda.
Melissa.	Scylla maritima.
Mezereão.	Stramonio.
Musgo islandico.	Strychnina.
— da Corsega.	Sublimado corrosivo.
Nerina.	Sulfato de cobre.
Nitrato de potassa, puris.	— de ferro puro.
— de mercurio, acido.	— de magnesia.
— de jassa fuphida.	— de morplina.

Sulfato de quinina.	Valerianato de ferro.
— de sôda	— de quinina.
— de zinco	— de zinco.
Sulfarêto de potássio.	Veratrum.
Tanino.	Veratrina.
Tartaro emetico, pulverisado.	Vinho de opio composto (laudano de sydenham).
Tilia.	Unguento basilicão.
Therebentina.	— de sumos desobstruentes.
Valerianato de atropinam.	
— de bismutho.	

ANEXO 3

Reprodução do:

Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, Lisboa, v.2, p.121-122,
1851.

entendido o fôrca executar. Paço das Necessidades, em 4 de Fevereiro de 1851. — RAÍNHA. — CONDE DE THOMAR.

Tabella das preparações pharmaceuticas, e substancias medicamentosas, que os Botieiros podem vender sem dependencia de receita de Facilitativo, nos termos do Decreto desta data.

Alubora (pevides desascasadas)	Caixas de soda
Ayoféay	Calda de alubora
Adiposita	Canela
Agua de canella	Carbanomo
" de cidra	Carqueja (flôres)
" de Colonia	Cataplasma de linbaça
" de flor de laranjeira	" de mostarda
" d'hortelã pimenta	Cêra amarella
" de melissa	" branca
" da raiha d'Hungria	Cerato branco
" rosada	" de chumbo
Agua mineras naturaes	" de spermacete
Alcaçuz	Cerveja preta
Alcool diluido	Cevada
Alcorin	Cevadilha
Alfarrobas	Coentros
Alfazaca de cobra	Colla de peiza
Alfazaca	Contas de lyrio florentino
Althéa	Corno de veado em rasuras
Ameixas passadas	Dialthéa
Amendoads	Dêco de tijolo
Amendoas dozes	Emplastro albravo
Amido	" common
Arêdo de amoras	" common gommado
Arrouçoz	" confortativo
Arroz em pó	" emoliente
Asucar candi	" fuso
Avôa (sementes de)	" de melibolo
Avonia	" do pez de Borgonha
Avopolo	" de sabão
Avorio (pero o sem sal)	Emulsão common
Balsamo d'Arceu	Escorcado ingloz
" Opodeldoch	Especies emolientes
" de Riça	" piturias
Baodas simples e aromaticas	Extracto d'aleassis
Cieiro (manteiga ou oleo expeso)	Farinha de arroz
	" de Habya

Farinha de mostarda	Moletagem de semente de linbo
" de poa	Olea d'amendoas dozes
Flores corollas	" de linbaça
Fundo (sementes de)	" da matta
Goleas	Orelhata
Goiabada	Oxymel simples
Gomma arabica	Parietaria
" alcatra	Pastilhas de althéa
Grana	" de bicarbonato de soda
Herba-dee (sementes)	" de ferro
Hervida (sementes)	" de hortelã-pimenta
Hortelã pimenta	" de Rognaul alné
Hydroato de canella	Popino (semente de)
" de cidra	Pomada abyssina
" de flor de laranjeira	Pós dentificicos de <i>Hauud</i>
" d'hortelã-pimenta	" de <i>Soubéiron</i>
" de melissa	" estipticos
" de rosas	Quassia
Hycopo	Salapo
Incenso	Salaparrilla
Laranja azeda (seca de)	Soro de leite
Leite de borra	Tamaras
" de calva	Unguento d'althéa
" de vacca	" amarella
Limo çegar de	" de basilião
Limo (casca de)	" de enxofre
Limonadas náo purgantas	" populão
Linbaça	" rosado simples
Limo çabano (sementes)	" de soldado
Limonamento saponoso	Uvas passadas
" de spermacete	Vinagre das quatro ladras
Lario florentino	Viola
Maças de anadegs	Xarope de açriços
Malvas	" de aleassis
Mel	" de althéa
Mel rosado	" de amendoas
Melero	" de amoras
" Malancia (pevides desascasadas)	" de avencia
" Melão (pevides desascasadas)	" de chicoria simples
Milipolos	" common
Mostarda em pó	" de gomma arabica
Mucilagem de gomma alentiro	" de pbyes
" de gomma arabica	" de vinagre
" de pevides de marm.	" de violas rogas

Paço das Necessidades, em 4 de Fevereiro de 1851. — CONDE DE THOMAR. (Coll. da Leg. — 1851, pag. 78.)